

Terra Livre

Pensar e fazer a Geografia brasileira no século XXI: escalas, conflitos socioespaciais e crise estrutural na nova geopolítica mundial



Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2018-2020

Diretoria Executiva Nacional

Presidente

Eduardo Donizeti Girotto (AGB São Paulo)

Vice-Presidente

Andressa Elisa Lacerda (AGB Rio de Janeiro)

1ª Secretária

Silvia Cristina de Oliveira Rodrigues Gil (AGB São Paulo)

2º Secretário

Jéssica Danielle Ferreira do Amaral (AGB Alfenas)

1º Tesoureiro

Pedro Luiz Damião (AGB São Paulo)

2º Tesoureiro

Albert Milles de Souza (AGB Juiz de Fora)

Coordenação de Publicações

Lorena Izá Pereira (AGB Presidente Prudente)

Ana Cláudia Giordani (AGB Rio de Janeiro)

João Monteiro (AGB Rio de Janeiro)

Comunicações

Rachel Facundo Vasconcelos (AGB Fortaleza)

Amanda Emiliana Santos Baratelli (AGB Três Lagoas)

Talita Rondam Herechuk (AGB Porto Alegre)

Roberto Marques (AGB Rio de Janeiro)

José Carlos Dantas (AGB Presidente Prudente)

Secretario Administrativo

Caio Tedeschi de Amorim (AGB São Paulo)

TERRA LIVRE

ISSN 2674-8355

*Publicação semestral
da Associação dos Geógrafos Brasileiros*

**ANO 33 – VOL. 2
NÚMERO 51**

Terra Livre	São Paulo	ISSN 2674-8355	Ano 33, Vol.2, n 51	Jul-Dez/2018
-------------	-----------	----------------	---------------------	--------------

TERRA LIVRE

Conselho Científico

André Buonani Pasti – Campinas/SP
 Andrea Bezerra Crispim – Fortaleza/CE
 Bibiana C. Rezende – Presidente Prudente/SP
 Caio Zarino Jorge Alves – São Paulo/SP
 Camila Zucon Ramos de Siqueira – Belo Horizonte/MG
 Cláudio Zamboni Harari – ABC/SP
 Eduardo José Pereira Maia – Niterói/RJ
 Estevan Leopoldo de Freitas Coca – Alfenas/MG
 Fabrício Gallo – Campinas/SP
 Felipe Saluti Cardoso – ABC/SP
 Gislene F. Ortiz Porangaba – Três Lagoas/MS
 Guilherme dos Santos Claudino – Presidente Prudente/SP
 Humberto Goulart Guimarães – Rio de Janeiro/RJ
 Isabel C. Moroz Caccia Gouveia – Presidente Prudente/SP
 Jader Janer Moreira Lopes – Juiz de Fora/MG
 João César A. de Oliveira Filho – Fortaleza/CE
 Jodenir Calixto Teixeira – Três Lagoas/MS
 Julia Berezovoya Assis – Rio de Janeiro/RJ
 Larissa A. Coutinho de Paula – Presidente Prudente/SP

Luiz Henrique Vieira – Viçosa/MG
 Marcos Antônio Campos Couto – Niterói/RJ
 Maria Cecília Silva Souza – João Pessoa/PB
 Maria Lúcia Pires Menezes – Juiz de Fora/MG
 Maria Rita de Castro Lopes – São Paulo/SP
 Marina da Silva Teixeira João Pessoa/PB
 Marine Dubos-Raoul – Três Lagoas/MS
 Mateus Fachin Pedrosa – Presidente Prudente/SP
 Mauro Henrique Soares – Três Lagoas/MS
 Naiemer Ribeiro de Carvalho – Belo Horizonte/MG
 Patrícia Helena Milani – Três Lagoas/MS
 Patrícia H. Mirandola Garcia – Três Lagoas/MS
 Patrícia M. Mendonça e Silva – Rio de Janeiro/RJ
 Paulo R. de Albuquerque Bomfim – São Paulo/SP
 Pedro Henrique de Mendonça Resende – Belo Horizonte/MG
 Rebecca Luna Lucena – Caicó/RN
 Rodrigo Coutinho Andrade – Niterói/RJ
 Suzana Campos Silva – Rio de Janeiro/RJ
 Tereza Sandra Lioila Vasconcelos – Fortaleza/CE
 Thiago Araújo Santos – Três Lagoas/MS
 Vicente Eudes Lemos Alves – Campinas/SP
 Wagner Barbosa Batella – Juiz de Fora/MG

Pareceristas Ad Hoc da Terra Livre n.51: José Carlos Dantas, Camila Ferracini Origuêla, Carlos Eduardo das Neves

Editores Responsáveis: Lorena Izá Pereira e Ana Cláudia Giordani

Endereço para correspondências:

Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN) – Av. Prof. Lineu Prestes, 322 – Edifício de Geografia e História – Cidade Universitária – CEP. 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – Tel. (11) 3091-3758

Ficha Catalográfica

Terra Livre, ano 1, n.1, São Paulo, 1986 – v. ils. Histórico	
1986 - ano 1, v. 1 – impressa 1987 - n. 2 – impressa 1988 - n. 3, n.4, n.5 – impressa 1989 - n.6 – impressa 1990 - n.7 – impressa 1991 - n.8, n.9 – impressa 1992 - n.10 – impressa 1992/93 - n.11/12 (editada em 1996) – impressa 1994, 95,96 – interrompida 1997 - n.13 – impressa 1998 - interrompida 1999 - n. 14 – impressa 2000 - n.15 – impressa 2001 - n.16, n.17 – impressa 2002 - ano 17, v.1, n.18; v.2, n.19 – impressa	2003 - ano 18, v.1, n. 20; v.2, n.21 – impressa 2004 - ano 19, v.1, n.22; v.2, n.23 – impressa 2005 - ano 20, v.1, n. 24; v.2, n.25 – impressa 2006 - ano 21, v.1, n.26; v.2, n.27 – impressa 2007 - ano 22, v.1, n.28; v.2, n.29 – impressa e digital 2008 - ano 23, v.1, n.30; v.2, n.31 – impressa e digital 2009 - ano 24, v.1, n.32; v.2, n.33 – impressa e digital 2010 - ano 25, v.1, n.34; v.2, n.35 – impressa e digital 2011 - ano 26, v.1, n.36; v.2, n.37 – impressa e digital 2012 - ano 27, v.1 n.38; v.2, n.39 – impressa e digital 2013 - ano 28, v.1 n.40; v. 2, n. 41 – digital 2014 – ano 29, v.1 n. 41; v. 2, n. 43 – digital 2015 – ano 30, v.1 n. 44; v. 2, n. 45 – digital 2016 – ano 31, v. 1 n. 46; v.2, n. 47 – digital 2017 – ano 32, v. 1 n. 48; v.2, n. 49 – digital 2018 – ano 33, v. 1 n. 50; v. 2, n. 51 – digital ISSN 2674-8355

SUMÁRIO

EDITORIAL	XII
ARTIGOS	15
REVOLUÇÕES COLORIDAS E O GOLPE NO BRASIL EM 2016 Mateus Mendes de Souza	16
ENSAIO SOBRE A GEOPOLÍTICA DO GOLPE POLÍTICO-INSTITUCIONAL BRASILEIRO DE 2016 Carlos Eduardo Nobre	54
O SOFT POWER NA GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA: ATIVISMO BRASILEIRO EM CONFERÊNCIAS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA ONU Charles Serra Tabarin	94
COLONIALIDADE, EXCEÇÃO-ESPOLIAÇÃO E ETNOCÍDIO: O CASO DOS ATINGIDOS À JUSANTE DA BARRAGEM DE BELO MONTE Kena Azevedo Chaves	120
CONFLITOS NA REGIÃO DE DOURADOS-MS: A EXPANSÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO EM TERRAS DE AGRONEGÓCIO Marine Dubos-Raoul	153
TERRITORIALIDADES PÓS-CONFLITO: VIOLÊNCIA NO CAMPO E LUTA PELA TERRA NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE RESTITUIÇÃO DE TERRAS E O PROCESSO DE JUSTIÇA TRANSICIONAL NA COLÔMBIA Marcia Arteaga Pertuz, Bernardo Mançano Fernandes, Luis Felipe Rincón Marinque	179
PERSPECTIVA DE REESCALONAMENTO NUMA ABORDAGEM CRÍTICA DA CADEIA GLOBAL DOS CAFÉS ESPECIAIS: ESTUDO DE CASO BRASIL-COLÔMBIA Luisa Fernanda Durán Montes, César Andrés Alzate Hoyos	221
POR UMA LEITURA GEOGRÁFICA DO CONTESTADO: O TERRITÓRIO, A TERRA E O POVO CABOCLO Diane Daniela Gemelli	255
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA: QUESTÕES CURRICULARES E ANTAGONISMOS NA CONSTRUÇÃO DO SABER GEOGRÁFICO DOCENTE EM FORMAÇÃO Ivaneide Silva dos Santos, Rafael Straforini	292

A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO DO PROFESSOR E SUA RELAÇÃO COM O LIVRO DIDÁTICO	325
Carina Copatti	
EM BUSCA DO BAIRRO NUM CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO: ENSINAR E APRENDER A GEOGRAFIA DA AUTONOMIA	356
Marcio Fernando Gomes	
RESENHAS	398
RESENHA: O PENSAMENTO CONSERVADOR NORTE-AMERICANO E A REFORMA DA ESCOLA: EMBATES ENTRE RELIGIÃO, MORALIDADE, PATRIOTISMO E IDEOLOGIA	399
Linovaldo Miranda Lemos	
ENTREVISTAS	406
ENTREVISTA: PROFESSORA DRA. DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY	407
Marta Felícia Marujo Ferreira, Marcelo de Oliveira Latuf, Estevan Leopoldo de Freitas Coca	
NORMAS	439

SUMMARY

FOREWORD	XII
ARTICLES	15
COLORED REVOLUTIONS AND THE COUP IN BRAZIL IN 2016 Mateus Mendes de Souza	16
ESSAY ON THE GEOPOLITICS OF THE BRAZILIAN POLITICAL-INSTITUTIONAL COUP D'ÉTAT OF 2016 Carlos Eduardo Nobre	54
SOFT POWER IN THE CONTEMPORARY GEOPOLITICS: BRAZILIAN ACTIVISM IN SOCIAL AND ENVIRONMENT UM CONFERENCES Charles Serra Tabarin	94
COLONIALITY, EXCEPTION-DISPOSSESSION AND ETHNOCIDE: THE CASE OF THOSE AFFECTED DOWNSTREAM OF THE BELO MONTE DAM Kena Azevedo Chaves	120
CONFLICTS IN THE REGION OF DOURADOS-MS: THE EXPANSION OF THE SUGAR- ENERGY SECTOR ON THE LANDS OF AGRIBUSINESS Marine Dubos-Raoul	153
TERRITORIALITIES OF POST-CONFLICT: VIOLENCE IN RURAL AREAS AND STRUGGLE FOR LAND WITHIN THE FRAMEWORK OF THE LAND RESTITUTION POLICY AND THE TRANSITIONAL JUSTICE PROCESS IN COLOMBIA Marcia Arteaga Pertuz, Bernardo Mançano Fernandes, Luis Felipe Rincón Marinque	179
RESCALING PERSPECTIVE IN A CRITICAL APPROACH IN THE GLOBAL CHAIN OF SPECIALTY COFFEE: BRAZIL-COLOMBIA CASE STUDY Luisa Fernanda Durán Montes, César Andrés Alzate Hoyos	221
FOR THE CONTESTADO GEOGRAPHICAL READING: THE TERRITORY, THE LAND AND THE <i>CABOCLO</i> PEOPLE Diane Daniela Gemelli	255
SUPERVISED INTERNSHIP IN GEOGRAPHY: CURRICULAR QUESTIONS AND ANTAGONISMS IN THE CONSTRUCTION OF GEOGRAPHIC TEACHER KNOWLEDGE IN FORMATION Ivaneide Silva dos Santos, Rafael Straforini	292

THE CONSTRUCTION OF THE TEACHER'S GEOGRAPHICAL THINKING AND RELATIONSHIP WITH THE TEXTBOOK	325
Carina Copatti	
IN SEARCH OF THE NEIGHBORHOOD IN A CONTEXT OF GLOBALIZATION. TO TEACH AND LEARN GEOGRAPHY OF AUTONOMY	356
Marcio Fernando Gomes	
BOOK REVIEW	398
NORTH AMERICAN CONSERVATIVE THINKING AND SCHOOL REFORM: COLLISIONS BETWEEN RELIGION, MORALITY, PATRIOTISM AND IDEOLOGY	399
Linovaldo Miranda Lemos	
INTERVIEW	406
TEACHER DRA. DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY	407
Marta Felícia Marujo Ferreira, Marcelo de Oliveira Latuf, Estevan Leopoldo de Freitas Coca	
STANDARDS	439

SUMARIO

EDITORIAL XII

ARTICULOS 15

REVOLUCIONES COLORIDAS Y EL GOLPE EN BRASIL EN 2016 Mateus Mendes de Souza	16
ENSAYO SOBRE LA GEOPOLÍTICA DEL GOLPE POLÍTICO-INSTITUCIONAL BRASILEÑO DE 2016 Carlos Eduardo Nobre	54
SOFT POWER EN GEOPOLÍTICA CONTEMPORÁNEA: ACTIVISMO BRASILEÑO EN CONFERENCIAS SOCIALES Y AMBIENTALES DE LA ONU Charles Serra Tabarin	94
COLONIALIDAD, EXCEPCIÓN-DESPOSESIÓN Y ETNOCIDIO: EL CASO DE LOS AFECTADOS RÍO ABAJO POR LA PESA DE BELO MONTE Kena Azevedo Chaves	120
CONFLITS DANS LA REGION DE DOURADOS-MS: L'EPANSION DU SECTEUR SUCRO- ENERGETIQUE SUR LES TERRES DE L'AGROBUSINESS Marine Dubos-Raoul	153
TERRITORIALIDADES DE POSCONFLICTO: VIOLENCIA EN EL CAMPO Y LUCHA POR LA TIERRA EN EL MARCO DE LA POLÍTICA DE RESTITUCIÓN DE TIERRAS Y EL PROCESO DE JUSTICIA TRANSICIONAL EN COLOMBIA Marcia Arteaga Pertuz, Bernardo Mançano Fernandes, Luis Felipe Rincón Marinque	179
PERSPECTIVA DE REESCALONAMIENTO EN UN ABORDAJE CRÍTICA DE LA CADENA GLOBAL DE LOS CAFÉS ESPECIALES: ESTUDIO DE CASO BRASIL-COLOMBIA Luisa Fernanda Durán Montes, César Andrés Alzate Hoyos	221
POR UNA LECTURA GEOGRÁFICA DEL CONTESTADO: EL TERRITORIO, LA TIERRA Y EL PUEBLO CABLOCO Diane Daniela Gemelli	255
PASANTÍA SUPERVISADA EN GEOGRAFÍA: CUESTIONES CURRICULARES Y ANTAGONISMOS EN LA CONSTRUCCIÓN DEL SABER GEOGRÁFICO DOCENTE EN FORMACIÓN Ivaneide Silva dos Santos, Rafael Straforini	292

LA CONSTRUCCIÓN DEL PENSAMIENTO GEOGRÁFICO DEL PROFESOR Y SU RELACIÓN CON EL LIBRO DIDÁCTICO	325
Carina Copatti	
EN BUSCA DEL BARRIO EN UN CONTEXTO DE GLOBALIZACIÓN. ENSEÑAR Y APRENDER GEOGRAFÍA DE NA AUTONOMÍA	356
Marcio Fernando Gomes	
RESEÑAS	398
EL PENSAMIENTO CONSERVADOR NORTEAMERICANO Y LA REFORMA DE LA ESCUELA: EMBATES ENTRE RELIGIÓN, MORALIDAD, PATRIOTISMO E IDEOLOGÍA	399
Linovaldo Miranda Lemos	
ENTREVISTAS	406
PROFESORA DRA. DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY	
Marta Felícia Marujo Ferreira, Marcelo de Oliveira Latuf, Estevan Leopoldo de Freitas Coca	407
NORMAS	439

EDITORIAL

A Revista Terra Livre foi criada em 1986, num contexto em que a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) buscava superar o fato da entidade estar voltada para si e pouco preocupada em atender às demandas da sociedade. É nesta *reformulação* que o projeto editorial da Revista Terra Livre é pensado, com o objetivo de “veicular artigos que manifestem compromissos com as lutas da sociedade [...] sobre questões mais gerais e diretamente relacionadas com os principais problemas enfrentados pela sociedade brasileira”¹.

Mantendo o seu primeiro – e atual – projeto editorial, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) disponibiliza o número 51 da Revista Terra Livre, referente ao segundo semestre de 2018. O tema que guia as publicações do presente número é o mesmo do XIX Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), realizado entre 01 e 07 de julho de 2018, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa.

O número “Pensar e fazer a Geografia brasileira no século XXI: escalas, conflitos socioespaciais e crise estrutural na nova geopolítica mundial” traz para o debate temas como a crise estrutural, geopolítica da água e da terra e as apropriações da natureza, conflitos no campo frente ao avanço do agronegócio, violência do Estado por meio da militarização, da criminalização das Lutas Sociais e da ampliação das desigualdades sociais, avanço do conservadorismo, golpe institucional e a dissolução dos direitos sociais no Brasil e na América Latina. Os conflitos socioespaciais em curso no século XXI impõem à ciência geográfica brasileira refletir o pensar e fazer Geografia, assumindo o compromisso de analisar a realidade em movimento e atuar frente aos desafios que emergem da Nova Geopolítica Mundial.

As contribuições presentes no número 51 da Terra Livre permitem ao leitor (a) um conjunto de reflexões acerca da Geografia não apenas brasileira, mas também latino-americana, em um contexto de golpes institucionais e avanço do conservadorismo em todo o continente.

Que sejam boas as leituras e frutíferos os debates!

Coletivo de Publicações

¹ Plano editorial presente no número 01 da Revista Terra Livre (1986).

FOREWORD

The Terra Livre Journal was created in 1986, in a context in which the Association of Brazilian Geographers (AGB) sought to overcome the fact that the entity is focused on itself and little concerned with meeting the demands of society. It is in this reformulation that the editorial project of Terra Livre journal is designed with the objective of “presenting articles that show commitment to the struggles of society (...) on issues more general and directly related to the main problems faced by Brazilian society”².

In keeping with its first - and current - editorial project, the Association of Brazilian Geographers (AGB) provides the number 51 of Terra Livre Journal, referring to the second half of 2018. The theme that guides the publications of this issue is the same as the XIX Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), held between 01 and 07 July 2018, at the Federal University of Paraíba (UFPB), João Pessoa.

The issue of "Thinking and Making Brazilian Geography in the 21st Century: Scales, Socio-Spatial Conflicts and Structural Crisis in the New Global Geopolitics" brings to the debate themes such as the structural crisis, geopolitics of water and land and the appropriations of nature, conflicts in the field agribusiness, state violence through militarization, the criminalization of social struggles and the widening of social inequalities, the advance of conservatism, an institutional coup and the dissolution of social rights in Brazil and Latin America. The ongoing socio-spatial conflicts in the 21st century impose on Brazilian geography to reflect thinking and doing Geography, assuming the commitment to analyze the reality in motion and to act in front of the challenges that emerge from the New World Geopolitics.

The contributions in number 51 of Terra Livre allow the reader a set of reflections on the Geography not only Brazilian, but also Latin American, in a context of institutional coups and the advance of conservatism throughout the continent.

Let the lectures be good and fruitful debates!

The Editors

² Editorial plan present in issue number 01 of Terra Livre Magazine (1986).

EDITORIAL

La Revista Tierra Libre fue creada en 1986, en un contexto en que la Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) buscaba superar el hecho de que la entidad estaba orientada hacia sí y poco preocupada en atender a las demandas de la sociedad. Es en esta reformulación que el proyecto editorial de la Revista Tierra Libre es pensado, con el objetivo de “vehicular artículos que manifiesten compromisos con las luchas de la sociedad [...] sobre cuestiones más generales y directamente relacionadas con los principales problemas enfrentados por la sociedad brasileña”³.

Manteniendo su primer - y actual - proyecto editorial, la Asociación de Geógrafos Brasileños (AGB) pone a disposición el número 51 de la Revista Terra Livre, referente al segundo semestre de 2018. El tema que guía las publicaciones del presente número es el mismo del XIX Encuentro Nacional de Geógrafos (ENG), realizado entre el 01 y el 7 de julio de 2018, en la Universidad Federal de Paraíba (UFPB), João Pessoa.

El número "Pensar y hacer la Geografía brasileña en el siglo XXI: escalas, conflictos socioespaciales y crisis estructural en la nueva geopolítica mundial" trae para el debate temas como la crisis estructural, geopolítica del agua y de la tierra y las apropiaciones de la naturaleza, conflictos en el campo frente al avance del agronegocio, violencia del Estado por medio de la militarización, de la criminalización de las luchas sociales y de la ampliación de las desigualdades sociales, avance del conservadurismo, golpe institucional y la disolución de los derechos sociales en Brasil y América Latina. Los conflictos socioespaciales en curso en el siglo XXI imponen a la ciencia geográfica brasileña reflejar el pensar y hacer Geografía, asumiendo el compromiso de analizar la realidad en movimiento y actuar frente a los desafíos que emergen de la Nueva Geopolítica Mundial.

Las contribuciones presentes en el número 51 de la Tierra Libre permiten al lector (a) un conjunto de reflexiones acerca de la Geografía no sólo brasileña, sino también latinoamericana, en un contexto de golpes institucionales y avance del conservadurismo en todo el continente.

¡Que sean buenas las lecturas y fructíferos los debates!

Colectivo de Publicaciones

³ Plan editorial presente en el número 01 de la Revista Tierra Libre (1986).

REVOLUÇÕES COLORIDAS E O GOLPE NO BRASIL EM 2016

*COLORED REVOLUTIONS AND
THE COUP IN BRAZIL IN 2016*

*REVOLUCIONES COLORIDAS Y EL
GOLPE EN BRASIL EN 2016*

MATEUS MENDES DE SOUZA

Mestrando em Ciência Política/Política
Mundial – Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro (UniRio), Rio de
Janeiro/RJ.

E-mail: matusouza@gmail.com

Resumo: O que se convencionou chamar de “revolução colorida” é uma operação de mudança de regime levada a termo por um conjunto de métodos não violentos de ação política. Suas metas são neoliberalismo, democracia liberal e alinhamento aos EUA na arena internacional. O objetivo geral deste artigo é relacionar o golpe no Brasil em 2016 – processo, objetivos, envolvimento estadunidense e consequências geopolíticas – com as revoluções coloridas. O artigo pretende demonstrar que, tal qual numa revolução colorida, as aparentemente espontâneas manifestações de 2013 viabilizaram a mudança de regime que promoveu a imposição de medidas neoliberais e a redefinição de inserção do Brasil na economia política mundial, na política mundial e, portanto, o lugar e a atuação do Brasil na geopolítica mundial.

Palavras-chave: golpe de 2016, revoluções coloridas, mudança de regime, geopolítica.

Abstract: What has been called "colour revolution" is a regime change operation executed by a set of non-violent methods of political action. Its goals are neoliberalism, liberal democracy and alignment to the US in the international arena. The general objective of this article is to relate the coup in Brazil in 2016 – process, objectives, US involvement and geopolitical consequences – with the colour revolutions. The article intends to demonstrate that, just as in a colour revolution, the apparently spontaneous manifestations of 2013 made possible the change of regime that promoted the imposition of neoliberal measures and the redefinition of Brazil's insertion into world political economy, world politics and, therefore, the Brazil's place and role in global geopolitics.

Keywords: coup of 2016, colour revolutions, regime change, geopolitics.

Resumen: Lo que convencionalmente se llama de "revolución colorida" es una operación de cambio de régimen finalizada por un conjunto de métodos no violentos de acción política. Sus metas son el neoliberalismo, la democracia liberal y la aproximación a EUA en la arena internacional. El objetivo general de este artículo es relacionar el golpe en Brasil en 2016 – proceso, objetivos, participación estadounidense y consecuencias geopolíticas – con las llamadas revoluciones coloridas. El artículo busca demostrar que, de la misma forma que en una revolución colorida, las aparentemente espontáneas manifestaciones de 2013 viabilizaron el cambio de régimen que promovió las medidas neoliberales y la redefinición de la inserción de Brasil en la economía y en la política mundial, y por tanto, el lugar y la actuación de Brasil en la geopolítica global.

Palabras clave: revoluciones coloridas, golpe de 2016, cambios de régimen, geopolítica.

Introdução

“Revolução colorida” é um termo usado para explicar um fenômeno inicialmente restrito a Europa Oriental até a Ásia Central. Mais recentemente, contudo, percebe-se um espraiamento que lhe confere dimensão global.

Os eventos que antecederam o golpe institucional no Brasil em 2016 e a agenda do grupo que ascendeu o poder a partir dele guardam muita semelhança com uma revolução colorida. Nesse sentido, o objetivo geral deste artigo é relacionar o golpe no Brasil em 2016 – processo, objetivos, envolvimento estadunidense e consequências geopolíticas – com as revoluções coloridas. Para tanto, seus objetivos específicos são: caracterizar as revoluções coloridas no que tocam suas metas, seus métodos e o contexto sistêmico no qual estão inseridas; mostrar a relação entre as revoluções coloridas e geopolítica contemporânea brasileira.

Procedimentos metodológicos

O presente artigo foi produzido mediante pesquisa documental cujas fontes foram agrupadas em três categorias: livros e artigos acadêmicos; fontes jornalísticas; e sítios eletrônicos. Essas referências bibliográficas estão agrupadas separadamente.

A parte teórica e analítica está baseada na primeira categoria. Assim como muito da parte factual. Às fontes jornalísticas, recorreremos quando se trata de fato relativamente recente e/ou pouco documentado academicamente. A última categoria resume-se a dois sítios: um *think tank* e a plataforma *Wikileaks*.

A (des)ordem mundial

Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) afirmam que há muito de desordem na nova ordem mundial. Uma das razões para isso é que o protagonismo que as corporações internacionais assumiram desafia a ordem do sistema interestatal vestfaliano, base da territorialidade moderno-colonial.

Próprio da espacialidade da sociedade, o território possui diversas acepções. Do ponto de vista econômico, é a “fonte dos recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como na divisão ‘territorial’ do trabalho” (HAESBAERT, 2004, p. 40). Por outro lado, sua concepção (jurídico-)política mais difundida o caracteriza com “um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado” (ibid., p. 40).

Um dos pontos de convergência dessas duas concepções é a territorialidade hegemônica estabelecida/imposta pelos Tratados de Vestfália (1648), base para o atual sistema interestatal. A territorialidade moderna se caracteriza pela relação biunívoca entre Estado territorial e Estado nacional, ou seja, o Estado que tem jurisdição sobre o território é quem detém a exclusividade do acesso aos recursos existentes naquele território (PORTO-GONÇALVES, 2006b).

Segundo Porto-Gonçalves (2006a), a partir disso, constitui-se o sistema-mundo moderno-colonial: “um mundo cada vez mais interdependente – *sistema-mundo*, mas cuja interdependência está organizada com base num sistema de relações hierárquicas de poder – *moderno-colonial*” (p. 25, grifos do autor). Uma das marcas da colonização é a transferência da riqueza de um território (a colônia) para outro (a metrópole) (PORTO-GONÇALVES, 2006a).

Hoje, esse sistema passa por uma crise. Por um lado, revolução técnico-científica-informacional dos anos 1970 permitiu a dispersão das linhas de produção. Como resultado, a quantidade empresas transnacionais saltasse de aproximadamente 10 mil, em princípios de 1980, para mais de 35 mil, uma década depois. Isso

conferiu a corporações privadas um poder que desafia os Estados nacionais e o sistema interestatal vestfaliano (ARRIGHI, 2013). Por outro lado, o desmonte do Estado de bem-estar social associado ao sistema fordista-keynesiano abriu um flanco para que as organizações não governamentais (ONGs) atuassem.

As ONGs figuram entre os melhores indicadores do “caos sistêmico” que vivemos. Desde os anos 1960 já se pode observar a instrumentalização de ONGs por parte da diplomacia dos EUA (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 70). Mas sua multiplicação exponencial está associada à globalização neoliberal, de modo a mitigar os efeitos deletérios do desmonte da modelo fordista-keynesiano (ibid.).

Assim, as ONGs erodem fundamentos da organização social:

À medida que a maior parte dos direitos sociais e trabalhistas (férias, seguridade social entre outros) vai sendo extinta, em íntima relação com a perda da influência política dos sindicatos, dos partidos políticos e de outras entidades de representação política, vemos a perda da influência do papel político da sociedade civil que se conformava em torno de Estado-nação (ibid., p. 72).

Finalmente, como não são submetidas ao crivo eleitoral, as ONGs cumprem o papel ideológico de apartar a relação entre poder popular e território (ibid.).

Para Harvey (2008), o Estado neoliberal vê nos sindicatos de trabalhadores um alvo a ser controlado ou destruído porque ele necessita combater toda e qualquer forma de solidariedade social que possa significar risco à acumulação capitalista. O Estado neoliberal coloca o individualismo no lugar da solidariedade.

À medida que reduz os recursos dedicados ao bem-estar social e reduz o seu papel em áreas como assistência à saúde, o ensino público e a assistência social [...] A rede de seguridade social é reduzida ao mínimo indispensável em favor de um sistema que

acentua a responsabilidade individual. Em geral se atribuem os fracassos pessoais a falhas individuais, e com demasiada frequência a vítima é quem leva a culpa! (HARVEY, 2008, p. 86).

O autor também salienta o quanto as ONGs contribuem para ofuscar a relações entre o poder popular e a gestão do Estado por se apresentarem como uma alternativa à disfuncionalidade do Estado neoliberal.

Não surpreende que os meios coletivos primários de ação social sob o neoliberalismo sejam definidos por grupos não-eleitos [...] [As ONGs] também se desenvolveram e proliferaram de maneira notável sob o neoliberalismo, gerando a crença de que a oposição mobilizada fora do aparato do Estado e no interior de alguma entidade distinta chamada “sociedade civil” é a casa de força da política oposicional e de transformação social (ibid., p. 88).

Quanto à dimensão interestatal, nos primeiros anos pós-Guerra Fria, mais especificamente entre 1991 e 1998, o comportamento da Rússia na arena internacional pode ser caracterizado como submisso e alinhado ao Ocidente (Estados Unidos e Europa Ocidental), como demonstram o apoio à invasão ao Iraque (1991), a pusilanimidade diante da fragmentação da Iugoslávia e a implementação da agenda do Consenso de Washington. O ponto fora da curva foi a criação, em 1996, do grupo dos “Cinco de Xangai” (Cazaquistão, China, Quirquistão, Rússia e Tadjiquistão), embrião da Organização para Cooperação de Xangai (OCX) (PECEQUILO; LUQUE, 2016).

Pari passu, o Ocidente passou a avançar sobre o que fora o bloco socialista e até mesmo sobre ex-repúblicas soviéticas. A União Europeia (UE) começou a negociar a entrada de Eslováquia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia e República Checa. O fruto dessas negociações, contudo, só viria na década seguinte, com o

ingresso desses Estados na UE entre 2004 e 2006. Em 1996, o então presidente dos Estados Unidos Bill Clinton (1993-2001) anunciou que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) iniciava as negociações para a entrada de Hungria, Polônia e República Checa.

O ponto de inflexão ocorreu quando Vladimir Putin se tornou primeiro-ministro, em 1999 e a política externa russa se alterou. Em 1999, a Rússia repudiou as ações da Otan no Kosovo. Em 2001, houve a criação da OCX, formado pelos “Cinco de Xangai” mais o Uzbequistão. A OCX é “em um dos principais pilares da cooperação eurásiana no século XXI” e “a base para o repensar das relações bilaterais China-Rússia, que tem apresentado um adensamento crescente (ibid., p. 6).

Entre 2001 a 2003, Moscou passou a ter um comportamento oscilante entre cooperação e conflito com o Ocidente. Houve cooperação, por exemplo, no início das operações do Afeganistão, em novembro de 2001. Contudo, a boa relação que vinha tendo com a Otan começou a se deteriorar quando, em 2002, esta iniciou negociações para uma expansão que incluiria países do antigo Pacto de Varsóvia (Bulgária, Eslováquia e Romênia) e ex-repúblicas soviéticas (Estônia, Letônia e Lituânia) chegando assim às fronteiras russas em 2004. Além disso, contribuiu também para o distanciamento o fato de os Estados Unidos, a pretexto de combater o terrorismo, consolidaram sua presença militar na Eurásia, especialmente nas repúblicas da Ásia Central (ibid.).

O restabelecimento do antagonismo entre Moscou e Washington se deu em 2003, quando a interferência estadunidense em eleições e na política interna de Estados considerados pelos russos como sua área de influência. O que materializou essa ingerência foram as revoluções coloridas (ibid.).

Hegemonia, imperialismo e neoliberalismo

As primeiras revoluções coloridas foram na Alemanha Oriental e Tchecoslováquia (Revolução Veludo) em 1989 e na Iugoslávia (Revolução Bulldozer) em 2000. Porém, o espraçamento do fenômeno vem na esteira do início do esvaziamento da hegemonia estadunidense (2001) e do concomitante recrudescimento das práticas imperialistas por parte dos Estados Unidos.

Arrighi (2013) define hegemonia como a liderança de um Estado sobre seus pares no ciclo sistêmico de acumulação. Além disso, ele distingue dois tipos de crise de hegemonia: as sinalizadoras e as terminais. As crises sinalizadoras seriam aquelas cuja resolução se processa sem que haja a troca da potência hegemônica, como a derrota na Guerra do Vietnã (1975). Por outro lado, as crises terminais só se resolvem com substituição do *hegemon*. Nesse sentido, a resposta do governo George W. Bush (2001-2009) aos ataques de 11 de setembro de 2001 marcaria o início do fim da hegemonia dos Estados Unidos. Ao reagir com um programa imperial neoconservador – o Projeto para o Novo Século Americano –, os Estados Unidos minaram sua capacidade de liderar o sistema, afinal, a invasão ao Iraque não contou nem mesmo com o apoio da Otan. Essa debilidade compromete decisivamente o próprio exercício da hegemonia, o que nos leva a um quadro de domínio sem hegemonia.

Sassoon (2012) e Belligni (2010) também destacam a importância da liderança para o exercício da hegemonia. Ambos explicam que a hegemonia repousa em ativo consentimento obtido principalmente por meio da liderança moral e intelectual.

Harvey (2011) destaca que a hegemonia consiste num ténue e delicado equilíbrio entre coerção e consenso. Assim como Arrighi

(2008), Harvey (2011) identifica o esvaziamento da hegemonia estadunidense e que o marco inicial desse processo reside na resposta dos Estados Unidos aos atentados de 11 de setembro de 2001. Aqueles eventos permitiram aos neoconservadores que ocupavam posições importantes no governo Bush pôr em prática o Projeto para o Novo Século Americano ao catalisar os elementos de coesão social interna necessários a uma investida militar no Iraque. Nas suas palavras:

Os neoconservadores dilapidaram grande parcela da capacidade norte-americana de liderança moral, e suas credenciais de liderança por consenso genuíno já se mostram bem diminuídas. [...] Há pouco consentimento real em qualquer parte do mundo, sendo o que mais se aproxima disso o da Inglaterra, que, segundo a própria opinião pública britânica, é bem frágil. Os Estados Unidos desistiram da hegemonia pelo consenso e recorrem cada vez mais ao domínio pela coerção (HARVEY, 2011, p. 161-162).

Por sua vez, o imperialismo – “imposição do poder, autoridade ou influência de um Estado sobre outros Estados” (ARRIGHI, 2008, p. 221) – se materializa de várias formas, sendo as intervenções militares diretas tão somente sua forma mais visível e evidente (HARVEY, 2011).

O imperialismo capitalista visa promover o bem-estar de uma sociedade e o desenvolvimento de um território a partir da exploração de uma sociedade e das riquezas naturais em um outro território. Através da acumulação por espoliação (um dos principais instrumentos do imperialismo) processa-se a liberação de ativos de modo a permitir uma nova rodada de acumulação de capital. A espoliação, por sua vez, ocorre principalmente por meio das privatizações, da desvalorização do ativo mão de obra ou até mesmo da destruição de ativos. Desse modo, o neoliberalismo serve aos

interesses imperialistas porque permite a transferência do bem-estar e da riqueza de um território para outro por meio de privatizações e abertura de mercado (ibid.).

Uma das características das revoluções coloridas é que o governo que ascende da troca de regime possui caráter neoliberal.

Finalmente, cumpre observar que o esvaziamento da hegemonia dos Estados Unidos vem sendo acompanhada pela emergência da China como centro de gravidade do sistema global de acumulação capitalista. Esse fato também se relaciona com o declínio da hegemonia estadunidense.

Quanto mais os Estados Unidos se envolviam na Guerra Global ao Terror – e na guerra no Iraque especialmente –, mas seu mercado interno demandava produtos baratos e o Tesouro Nacional, crédito para financiar a dívida pública, que não parava de crescer para custear a guerra. Ambas as demandas foram saciadas pela China (ARRIGHI, 2008).

Em paralelo à centralidade assumida pela economia chinesa, há movimentos geopolíticos e geoeconômicos operados por Beijing que são igualmente significativos: a já citada OCX, que tem como outro pilar a Rússia; o G20, que confrontou os países centrais na OMC; e o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).

Assim como a Rússia, a China também teve uma revolução colorida na sua fronteira: a Revolução dos Guarda-Chuvas, ocorrida em Hong-Kong em 2014.

Revoluções coloridas

O que se convencionou chamar de “revolução colorida” é uma operação de mudança de regime levada a termo por um conjunto de métodos não violentos de ação política. Elas ocorreram (ocorrem) em

Estados cujos governos, por algum motivo, não agradavam (agradam) as grandes potências.

Ao estudar as revoluções Rosa (Geórgia, 2003), Laranja (Ucrânia, 2004-05) e das Tulipas (Quirquistão, 2005), Ortega (2009) identificou três características comuns: processos, objetivos e envolvimento de atores estrangeiros. Com relação ao último, o autor ressalta o antagonismo entre, de um lado, os Estados Unidos e União Europeia – que apoiaram os opositoristas – e, do outro, a Rússia – que apoiou os governos. Essas três revoluções coloridas tiveram objetivos comuns na economia e nas política interna e externa: neoliberalismo, democracia liberal e alinhamento aos Estados Unidos e União Europeia, respectivamente.

Dos Santos Poletto (2007), Moniz Bandeira (2013) e Ortega (2009) destacam que a Revolução Rosa reposicionou, política e economicamente, a Geórgia no cenário internacional. Já Muraki Júnior (2008) sublinha que as revoluções coloridas “consagraram tendências pró-ocidentais e de democratização liberalizante” (p. 29).

Visentini (2014) faz ainda quatro observações: a importância da tecnologia da informação na propagação dos eventos; a aparente espontaneidade dos eventos; o desaguar das revoluções coloridas na assim chamada Primavera Árabe; a expansão das revoluções coloridas para as mais diversas latitudes e longitudes. Desde as embrionárias, no então bloco socialista – Alemanha Oriental e Tchecoslováquia (Revolução Veludo) 1989 – até a assim chamada Primavera Árabe, “gradativamente, elas ganharam novas dimensões com a difusão da internet, da telefonia celular e das redes sociais” e, por isso, “pode-se pensar que se trata de uma forma espontânea de luta política, possibilitada pela tecnologia da informação”, não obstante sejam “resultado de uma vasta planificação” (p. 140).

Visentini (2014) destaca que “um aspecto de máxima relevância levantado pela Primavera Árabe é a utilização explícita de uma estratégia de mudança de regime (*regime change*) das chamadas ‘Revoluções Coloridas’” (p. 139). Vale lembrar que o evento que iniciou o processo no Oriente Médio foi a Revolução Jasmim, na Tunísia, em 2010. O autor inclui ainda, no rol das revoluções coloridas, a instabilidade de alguns países bem distantes dos registros iniciais (Europa Oriental, Cáucaso e Ásia Central). Nas suas palavras, “na China, na Venezuela, no Irã (Verde), na Rússia, na Bielorrússia, em Mianmar e no Zimbábue, entre outros, ela [a estratégia de mudança de regime através de uma revolução colorida] (ainda) não atingiu seus objetivos” (p. 140).

Finalmente, as revoluções coloridas estão inseridas num contexto de disputa de poder, sendo um dos componentes da guerra híbrida. Korybko (2018) afirma que as guerras híbridas têm dois pilares: as revoluções coloridas e as guerras não convencionais. No primeiro caso, haveria um golpe brando, ao passo que no segundo caso, um golpe rígido. Para o autor, a função da guerra híbrida é a mudança de regime, de modo a trocar um governo não alinhado aos Estados Unidos por um governo submisso.

Revoluções coloridas, (des)ordem mundial e imperialismo neoliberal

A Revolução Rosa (Geórgia, 2003) é uma das mais conhecidas revoluções coloridas. O presidente Eduard Shevardznadze, que governava o país desde 1995 e fora reeleito em 2000, teve que lidar com uma crise econômica e financeira ao mesmo tempo em que na elite nacional começam a surgir fissuras. Apesar disso, seu partido saiu vitorioso nas eleições parlamentares de 2003. As oposições conseguiram novo fôlego devido a uma denúncia de

fraude eleitoral e passaram a convocar contínuas manifestações de rua, o que levou Shevardnadze a renunciar (MONIZ BANDEIRA, 2013).

Mikheil Saakashvili, líder da Revolução Rosa, venceu o pleito subsequente. Saakashvili, que havia feito parte de sua formação acadêmica nos Estados Unidos, iniciou sua política fechando uma base militar da Rússia e firmando um contrato militar com os Estados Unidos que envolviam desde a compra de armas até o treinamento de tropas (ibid.).

Isso não representava nada mais do que o desdobramento prático do que Saakashvili vinha anunciando. Entre a vitória da Revolução Rosa e sua posse, em discurso nos Estados Unidos, Saakashvili listou algumas lições da Revolução Rosa¹:

A segunda lição da Revolução das Rosas é que os georgianos se tornaram membros integrais da Europa e da família européia [...] uma população mobilizada em defesa dos princípios da democracia liberal. [...] Esta é uma democracia cuja identidade nacional e cujo destino estão enraizados na Europa, como membros plenos e participativos das instituições Euro-Atlânticas, para a segurança nacional e para o desenvolvimento econômico. [...] A terceira lição da revolução é que a Geórgia tem uma relação especial com os Estados Unidos (...) Ser georgiano é ser parte de uma família de nações democráticas composta por nossos irmãos europeus e nossos amigos e parceiros americanos (SAAKASHVILI, 2004. Apud: ORTEGA, 2009, p. 27).

Contudo, a relação entre os Estados Unidos e o grupo que ascendeu ao poder com a Revolução Rosa é anterior não só ao governo de Saakashvili como também a própria revolução. Decisiva na

¹ A revolução colorida ocorrida na Geórgia é chamada por alguns de Revolução das Rosas e por outros de Revolução Rosa. No presente trabalho, adotaremos o termo Revolução Rosa, ainda que o outro termo possa aparecer quando se tratar de citações diretas.

fermentação da crise, a emissora Rustavi-2, o principal canal de televisão e porta-voz da oposição georgiana (WELT, 2006), era financiada pela United States Agency for International Development (USAID), por meio da Eurasia Foundation e da ONG estadunidense Internews (ANABLE, 2006; MACKINNON, 2009). Nesse quesito, cumpre destacar a atuação do movimento Kmara!, quase que uma filial do sérvio Otpor!, ponta de lança da Revolução Bulldozer, revolução colorida que culminou na derrubada de Islobodan Milosevic em 2000 (MACKINNON, 2009; ORTEGA, 2009). Tanto a georgiana Kmara! quanto a sérvia Otpor! figuram no rol das organizações subversivas financiadas por George Soros (MONIZ BANDEIRA, 2013).

A atuação de ONGs e agências estadunidenses é uma das marcas das revoluções coloridas. No começo da década passada, os Estados Unidos

Implementaram a política de ‘*export of democracy*’, por meio da NED [National Endowment for Democracy], da CIA e de entidades civis entre elas a Freedom House, a USAID, o Open Society Institute (renomeado Open Society Foundations [OFS] em 2011) do megainvestidor George Soros, e outras organizações não-governamentais, como *façade* para promover a política de *regime change* sem golpe de Estado (ibid., p. 92).

A estratégia passava por financiar “movimentos e certos veículos de mídia, encorajando a denúncia de fraudes reais ou não nas eleições, de modo a levar a oposição às ruas em manifestações contra o governo, por meio de ativistas, muitas vezes remunerados” (ibid., p. 93).

Isso é observado também na Revolução Laranja (Ucrânia, nov.2004-jan.2005). As denúncias de corrupção e manipulação no processo eleitoral ucraniano (outubro e novembro de 2004) levaram

milhares de pessoas às ruas. Não obstante as motivações legítimas para as manifestações, estas foram lideradas por ativistas profissionais ligados a ONGs e agências dos Estados Unidos e Europa Ocidental, como Freedom House, Poland-American-Ukraine Corporation Initiative, National Endowment for Democracy (NED) e USAID (ibid.). A ONG PORA, liderada por Vladislav Kaskiv, ex-funcionário de George Soros (MACKINNON, 2009), desempenhou o mesmo papel que a Otpor! e a Kmara! desempenharam, respectivamente, na Sérvia e na Geórgia: agente de desestabilização por meio de recrutamento de jovens para o treinamento na tática de protestos não violentos (MACKINNON, 2009; MONIZ BANDEIRA, 2013; ORTEGA, 2009).

Na dimensão política, há que se observar que os oligarcas, que tanto se haviam beneficiado com o governo Lionid Kuchma, vinham abandonando a base governista, a despeito de ainda ocuparem posição na máquina estatal. À época, quem liderava a oposição e despontava com alternativa eleitoral para o pleito que se aproximava era Viktor Yushchenko. A desidratação do governo Kuchma ocorria em proporção direta ao fortalecimento de Yushchenko como alternativa eleitoral (ORTEGA, 2009).

No primeiro turno, com uma vantagem inferior a 1 ponto percentual, Yushchenko chegou a frente, seguido pelo candidato governista Viktor Yanukovich. No segundo turno, Yanukovich saiu vitorioso por apenas três pontos percentuais. Prontamente a oposição, ONGs e observadores internacionais denunciaram o que seria uma fraude. Ato contínuo, manifestantes tomaram as ruas do país exigindo que se fizesse novamente a votação (ibid.).

No “terceiro” turno, o líder da Revolução Laranja, Viktor Yushchenko, elegeu-se presidente da Ucrânia. Seu feito rendeu

prêmio a ser concedido pelo John Kennedy Library Found (BAYDYUK, 2009). Entre suas ações em política externa destacam-se a criação de um oleoduto que ligaria o Mar Cáspio à Polônia, de modo a diminuir a dependência desta em relação ao gasoduto da russa Gazprom (MONIZ BANDEIRA, 2013), “garantir o acesso ucraniano à União Europeia (...) [e a tentativa de] ingressar definitivamente na Otan” (ORTEGA, 2009, p. 69).

Também na Ucrânia, a mídia teve um papel decisivo na mobilização popular e na desestabilização do governo. Merece destaque o caso do Pravda Ukraine, jornal eletrônico tocado por uma família exilada nos Estados Unidos que o operava diretamente de Washington, D.C., com financiamento de agências do governo estadunidense (ANABLE, 2006; MONIZ BANDEIRA, 2013).

Moniz Bandeira (2013), Visentini (2014) e Visentini et al. (2012) incluem a chamada Primavera Árabe no rol das revoluções coloridas. Contribuem para essa classificação o fato de que o evento ocorrido no Oriente Médio e na África Setentrional teve início na Revolução Jasmim, ocorrida na Tunísia (dez. 2010 – jan. 2011) e que os métodos usados em todos os países onde houve chamada Primavera Árabe foram semelhantes aos das revoluções coloridas.

Assim como as que ocorreram no Leste Europeu, no Cáucaso e na Ásia Central, as revoluções coloridas no mundo árabe – tendo ou não evoluído para guerras não convencionais – também devem ser analisadas sem perder de vista a geopolítica global.

No caso específico da Tunísia, a mídia internacional retratou a Revolução Jasmim como algo espontâneo e desprovido de caráter ideológico. Porém, “o clima psicológico havia sido criado pelos programas da National Endowment for Democracy” (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 238). O estopim da Revolução Jasmim foi a

imolação de um jovem feirante cujas mercadorias haviam sido confiscadas por policiais. Ainda que houvesse insatisfação popular gerada pela implementação de medidas neoliberais, o caso foi explorado de modo a convertê-lo em um evento contra o governo nacional (MONIZ BANDEIRA, 2013). Desse modo, a tragédia serviu de gatilho para dar início à mudança de regime.

Revoluções coloridas e guerras híbridas

Segundo a doutrina militar, as guerras modernas passaram por três gerações: primeira, da metade do século XVII até início do século XIX; segunda, conhecida como guerra de atrito metade do século XIX até a Segunda Guerra Mundial; terceira, caracterizada pela guerra de movimento, a partir da Segunda Guerra Mundial (SIMIONI, 2011).

Não há consenso sobre a nomenclatura “guerra de quarta geração”, contudo, atualmente as doutrinas militares trabalham com a possibilidade de quatro tipos diferentes de guerra: a convencional, a de destruição em massa, a irregular e a assimétrica. Diante do risco de que um conflito evolua para uma guerra nuclear, os conflitos tenderam a tomar formas não convencionais de guerra, chamadas, dependendo da escola, de guerra assimétrica, guerra irregular, guerra irrestrita, guerra além dos limites ou guerra de quarta geração (ibid.).

Seja como for, as guerras contemporâneas usam meios não militares para atingir seus objetivos e um dos principais meios empregados são as operações psicológicas (SIMIONI, 2011; KORYBKO, 2018). Simioni (2011) explica que guerra psicológica é preponderante porque

Neste tipo de conflito, o que se busca é atingir o moral do adversário. Diante disso, pode-se afirmar que todos os outros tipos de guerra são decorrentes de suas ações e, mais do que isso, todos os outros tipos de guerra serão subordinados à guerra psicológica (p. 210).

Além disso, as guerras de quarta geração também rompem com dois paradigmas ligados ao campo de batalha. Os alvos deixam de ser instalações militares ou a infraestrutura e passam a ser população do território, que deverá ser atacada por operações psicológicas para desidratar o apoio e a base social do grupo que detenha o poder no território alvo. Outra mudança está na indistinção tanto entre civis e militares quanto entre guerra e paz (SIMIONI, 2011, p. 211).

A guerra psicológica pode ocorrer em paralelo e de modo associado e complementar à guerra de informação (ibid.). Dada a centralidade que hoje a informação tem na sociedade e na produção e controle do espaço, a guerra de informação contribui para os objetivos estratégicos da campanha ao atuar no que os militares chamam de “ciclo OODA” (observação-orientação-decisão-ação). A interferência no ciclo OODA compromete a capacidade de tomar decisões e/ou de discernir qual deve ser a ação adotada para se defender (ibid.). A centralidade das operações psicológicas nas guerras de quarta geração reside no fato que elas, ao atacarem a liderança – a base do poder tanto na sua expressão civil quanto militar –, possuem enorme efetividade (KORYBKO, 2018).

Para Korybko (2018), a guerra híbrida é a própria materialização da doutrina de guerra de quarta geração. A guerra híbrida tem dois pilares. Um é a guerra não convencional. Ela é o pilar militar da guerra de quarta geração e visa promover a troca de regime por meio de um golpe rígido. Geralmente, as guerras não

convencionais irrompem em um cenário já desestabilizado por uma revolução colorida.

O objetivo da revolução colorida é mudar o regime por meio de um golpe brando. Para tal, seus executantes debilitam a liderança do Estado e do grupo político que está no poder. Uma vez que suas engrenagens comecem a funcionar, a capacidade de reação do alvo fica comprometida porque a revolução colorida interfere indiretamente no ciclo OODA. A dissimulação é fundamental para que o evento ganhe uma aparente espontaneidade. Ela é uma das melhores armas de uma revolução colorida, afinal, as forças nacionais (sejam elas o poder civil ou as forças armadas) têm dificuldade para perceber que há um ataque externo. E, em geral, quando conseguem identificar, já não possuem mais credibilidade entre significativos segmentos da sociedade para denunciar isso (KORYBKO, 2018).

Modus operandi

Em 1993, o cientista político estadunidense Gene Sharp publicou o livro *Da ditadura à democracia*. A obra é dedicada à instrução para criar o que ele chama de “desafio político”:

O ambiente em que a ação é empregada (político), bem como o objetivo (poder político). O termo é usado principalmente para descrever a ação das populações para recuperar o controle de instituições governamentais através do ataque implacável às fontes de poder das ditaduras, e o uso deliberado de planejamento estratégico e operações para o faze-lo [sic] (SHARP, 2010, p. 7).

Um dos fundamentos da luta não violenta é tirar o combate do ambiente onde a autoridade estatal (detentora do monopólio da

violência em um determinado território) tem enorme vantagem (SHARP, 2010).

O livro tornou-se o manual das revoluções coloridas (MONIZ BANDEIRA, 2013; KORYBKO, 2018). Traduzido para mais de trinta idiomas em edições gratuitas (SHARP, 2010), o livro chegou a ser impresso e distribuído na Praça Tahrir (Cairo, Egito) durante a chamada Primavera Árabe (MONIZ BANDEIRA, 2013).

Sharp possuía estreita relação com autoridades e instituições estadunidenses. O diplomata George Kennan, um dos responsáveis pela formulação da política externa dos Estados Unidos nos primeiros anos da Guerra Fria, prefaciou uma edição de seu livro *Making Europe Unconquerable*. Em 1983, Sharp criou a Albert Einstein Institution (AEI), dedicado ao estudo e à promoção dos métodos não violentos de ação política. A AEI edita gratuitamente no mundo inteiro o livro mais famoso de Sharp, *Da ditadura à democracia*, e é acusada de receber financiamento do International Republican Institute (IRI) e da NED (MEYSSAN, 2005), respectivamente *think tank* do Partido Republicano e instituição instrumental do Congresso estadunidense e que tem como objetivo apoiar a política externa dos EUA.

Korybko (2018) faz detalhada esquematização do *modus operandi* das revoluções coloridas, que resultam de articulação de três variáveis: acontecimento, infraestrutura física e movimento. O acontecimento é o evento catalisador de toda a energia acumulada nos preparativos da revolução. O acontecimento não precisa ser real, podendo ser uma suspeita, uma acusação ou mesmo algo “fabricado”. Também pode ser um evento cuja repercussão seja anabolizada. É a partir dele que o movimento tem início. A infraestrutura se refere ao aparato que prepara, sustenta e executa a revolução colorida.

A variável movimento é a mais complexa, se desdobrando em diversas outras que se articulam em um intrincado jogo de relação, cuja base é a ideologia. A ideologia por trás de todas as revoluções coloridas é a democracia liberal, na qual o indivíduo está acima do coletivo. Portanto, o primeiro passo para a revolução colorida é convencer, interna e externamente, que o governo alvo não é liberal-democrático (KORYBKO, 2018). Vale lembrar que quando Fukuyama, funcionário de Departamento de Estados estadunidense, escreveu *Fim da História?*, ele advogava pela superioridade do democracia liberal sobre todas as outras formas de organização política da sociedade (VESENTINI, 2015) e como a palavra “democracia” está presente no discurso da política externa dos Estados Unidos. Portanto, deve-se ter em mente que quando Sharp fala em ditadura ele trabalha com uma concepção suficientemente aberta para poder enquadrar todo e qualquer governo ou regime que não tenha como base a democracia liberal.

A propaganda ideológica precisa de dinheiro para levar adiante as operações psicológicas. Conquanto parte do financiamento possa ser obtido por doações das pessoas envolvidas ou simpáticas ao movimento/ideologia (que nesse caso podem ser físicas ou até mesmo jurídicas, incluídas aqui àquelas corporações transnacionais que desafiam a ordem vestfaliana), merece destaque o papel das ONGs (KORYBKO, 2018). Mackinnon (2009), Ortega (2009) e Moniz Bandeira (2013) explicam que junto às revoluções coloridas há um rastro de diplomacia clandestina praticada por ONGs, distribuindo (seja em dinheiro ou em serviços de formação, aconselhamento e cooperação técnica) recursos provenientes da USAID, NED, IRI e do National Democrat Institute (NDI) – *think tank* do Partido Democrata. Além disso, os autores também destacam a participação

das Open Society Foundations, do bilionário George Soros, nas revoluções coloridas ocorridas.

No mesmo nível do financeiro, há o componente social, dividido entre vanguarda, assistentes e simpatizantes. A vanguarda mantém contato direto com os financiadores e agentes externos envolvidos na revolução colorida e são os propagadores da ideologia. São pessoas altamente treinadas em retórica, uso de redes sociais e organização. Os assistentes estão logo abaixo da vanguarda e são recrutados e treinados por ela. São também quem dará “a cara” do movimento, quem estará à frente das mobilizações e das agitações. Os simpatizantes basicamente participam quando a revolução colorida entra em movimento para lhe dar corpo (KORYBKO, 2018).

Para a boa execução de uma revolução colorida, é indispensável também muito treinamento. No caso da vanguarda, por ser um número reduzido e que necessita de muita instrução, esse pode se dar até mesmo fora do país. Já os assistentes, por serem em maior número devem ser treinados dentro do país. Isso é fundamental para que a influência externa seja dissimulada (ibid.).

Os componentes social, finanças e treinamento compõem o segundo nível do movimento da revolução colorida. O próximo nível é a informação, subdividida em mídias sociais e propaganda. As primeiras trabalham como veículos de informação alternativo. Já a segunda cria *slogans*, logotipos e escolhe os símbolos ou cores que irão representar a revolução colorida (ibid.).

Finalmente, o componente mídia, responsável por disseminar a ideologia, anunciar e convocar para as manifestações. Mas, fundamentalmente, a função da mídia na infraestrutura da revolução colorida é fazer com que esta ganhe visibilidade

internacional, de modo tanto a canalizar apoios quanto a desacreditar o governo que se pretende derrubar (ibid.).

Montada a infraestrutura física, os organizadores da revolução colorida ficam esperando o acontecimento, o evento que será o gatilho para a convocação dos atos públicos. Como já dito, esse acontecimento não precisa nem mesmo ser real, pode ser uma acusação. Pode também ser hiperbolizado. Mas, sobretudo, o aproveitamento do acontecimento é tanto mais eficiente quanto mais parecer que as pessoas que passam a ocupar as ruas o fazem por conta própria e não porque há um conjunto de engrenagens bem articulado para dar a aparência de que tudo é espontâneo.

Revoluções coloridas, hegemonia e geopolítica

Uma das principais estratégias britânicas para a manutenção da sua hegemonia (segunda metade do século XVIII e início do século XX) era impedir que a Rússia alcançasse os mares quentes do Índico. Não obstante a enorme vantagem econômica (primeiro apoiada na indústria e depois nas finanças) que os britânicos gozava, o seu receio não era desprovido de fundamento: a Rússia ocupa grande parte da Eurásia, cujas qualidades em população, cultura, extensão, riqueza minerais e comércio são superlativas. Esse *leitmotiv* ficou conhecido como Grande Jogo.

Por orientação do seu assessor Zbigniew Brzezinski, o presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter (1979-1983), desde 1979, passou a reeditar o Grande Jogo. Essa seria o *leitmotiv* da geopolítica dos Estados Unidos na Eurásia a partir de então. Isso se desdobrou basicamente em duas práticas: encorajamento do fundamentalismo religioso no mundo islâmico e o financiamento de ONGs pró-democracia liberal (MONIZ BANDEIRA, 2013).

Sobre o fundamentalismo, Moniz Bandeira (2013) explica que os Estados Unidos encorajaram

O surgimento do fundamentalismo islâmico, com o objetivo de desestabilizar a própria União Soviética, a partir das repúblicas muçulmanas da Ásia Central, e de formar um *green belt*, i.e., um cinturão islâmico, com a colaboração do Paquistão e da Arábia Saudita, para promover *jihād* contra os “comunistas ateus” no Afeganistão (p. 37).

Moniz Bandeira (2013) também explica como os Estados Unidos institucionalizaram a divisão do trabalho de campo da diplomacia junto às ONGs.

O Conselho de Segurança Nacional elaborou um projeto para a promoção da democracia e induziu o Congresso a criar, em 1983, a National Endowment for Democracy (NED), com o objetivo de operar como parte do programa de diplomacia pública e financiar uma cadeia de organizações não governamentais e governamentais, relativamente autônomas, ajudando e treinando grupos para a “*political welfare*”, e encorajar o desenvolvimento da democracia. O ex-diretor da CIA Willian Colby comentou que muitas operações, antes conduzidas de forma encoberta (*covert actions*), poderiam agora ser realizadas abertamente, sem controvérsias. Mas essas organizações não governamentais trabalhariam em coordenação com o Departamento de Estado, a CIA e a embaixada dos Estados Unidos no país (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 39).

O fundamento teórico dessa estratégia consiste em uma releitura da área pivô, de Halford Mackinder (MONIZ BANDEIRA, 2013; KORYBKO, 2018). Segundo essa teoria, haveria a “ilha mundo” (Eurásia); dentro dela, a área pivô (parte da Europa e parte da Ásia); e dentro dessa o *heartland* (Europa Oriental) (VESENTINI, 2015). A primeira releitura de Mackinder se deu, como citado, em 1979. Em 1997, Brzezinski reafirma a importância geoestratégica da Eurásia e apresenta cenários os quais os Estados Unidos deveriam

evitar, sendo o mais perigoso deles uma coalizão que reunisse China, Rússia e Irã (VESENTINI, 2015). Vale observar que a OCX é uma realidade e que já ocorrem negociações para a adesão do Irã.

Brzezinski alertava também para os riscos que representaria para a hegemonia estadunidense uma aliança entre a Rússia, de um lado, e a Alemanha e/ou a França. Além disso, o estrategista dividiu a Eurásia em quatro regiões geopolíticas: oeste (Europa Ocidental), espaço médio (ex-União Soviética), “Balcãs euroasiáticos” (Oriente Médio, Ásia Central e Ásia Meridional) e leste (Extremo Oriente e Sudeste Asiático) (ibid.).

Do ponto de vista geopolítico, o século XXI possui quatro marcas muito importantes e que se relacionam intimamente: o declínio da hegemonia estadunidense (e sua consequente resposta imperialista), a ascensão econômica chinesa, o renascimento geoestratégico russo e a aliança geopolítica russo-chinesa. Ou seja, a disputa pelo poder global depende dos desdobramentos da correlação de forças na Eurásia, o que corrobora as teses de Brzezinski.

Esse é o pano de fundo sobre o qual ocorrem muitas das revoluções coloridas. Muitas delas aconteceram no que fora área de influência russa/soviética e cujos governos não se alinhavam ao Ocidente – Alemanha Oriental (sem nome, 1989), Tchecoslováquia (Veludo, 1989), Iugoslávia (Bulldozer, 2000), Geórgia (Rosa, 2003) e Ucrânia (Laranja, 2004/2005) –, no entorno da China – Hong Kong (Guarda-chuvas, 2014) –, ou ambos – Quirquístão (Tulipas, 2005).

Ainda que a chamada Primavera Árabe extrapole a Eurásia, há dois casos que são um nitidamente um transbordamento da estratégia estadunidense para a Eurásia (mais especificamente a Rússia): Síria e Líbia, onde as revoluções coloridas evoluíram para o segundo nível da guerra híbrida (a guerra não convencional).

O caso da Síria é mais evidente, dado o envolvimento da Rússia no conflito de modo a garantir seus interesses, notadamente, um aliado no Mediterrâneo para que possa estacionar parte de sua frota. Essa cooperação vem desde os anos 1980 e foi fortalecida a partir da interferência de Moscou em favor de Damasco após a revolução colorida na Síria em 2011 evoluir para uma guerra não convencional. A decisão russa de se engajar no conflito deve-se em parte ao desdobramento dos eventos líbios.

Na Líbia, tanto a retirada de Gaddafi como a instabilidade subsequente atendem aos interesses dos Estados Unidos e de seus aliados Ocidentais. Economicamente, elas significaram abertura de mercados, especialmente para as companhias de construção e de seguros, mas também para a indústria, de modo a mitigar os efeitos da crise de 2008 nos países da coalizão ocidental, afora a venda de armas para os aliados ocidentais. Geopoliticamente, era preciso afastar a Rússia das jazidas de petróleo desse membro da Organização de Países Produtores de Petróleo (OPEP) (MONIZ BANDEIRA, 2013).

Finalmente, em que pese a centralidade da Eurásia na geopolítica global, há se frisar que as revoluções coloridas já não se restringem àquele território. Como observa Visentini (2014), há elementos para dizer que na Venezuela e no Zimbábue ocorrem revoluções coloridas. Ou seja, elas ganham uma dimensão global, sendo por isso mesmo um fenômeno de relevo para a compreensão da geopolítica contemporânea. Além disso, contribuiu também para o entendimento do golpe no Brasil em 2016.

Entender as revoluções coloridas para entender o golpe de 2016 no Brasil

As seções abaixo contextualizaram o cenário geopolítico no qual as revoluções coloridas estão inseridas e como elas operam. Nesta seção, busca-se alinhar aspectos decisivos do golpe de 2016 e as consequências desse com as características sistêmicas e operativas das revoluções coloridas.

O contexto geopolítico e estopim

Afora o cenário geopolítico descrito nas seções 3 e 4, o contexto no qual se desenrolou o golpe de 2016 necessita da complementação de aspectos que envolvem a América do Sul e o Brasil especificamente.

A primeira aventura intervencionista do governo George W. Bush na América Latina foi o frustrado golpe na Venezuela, à época, a sexta maior reserva de petróleo do mundo. Em 2006, a Petrobrás anunciou a descoberta de óleo na camada pré-sal. Em setembro de 2008, ela iniciou as operações de extração nessa nova fronteira de exploração mineral. Em abril de 2008, os Estados Unidos colocaram novamente em operação a Quarta Frota, destinada à atuação no Atlântico Sul. Conquanto a reativação da referida esquadra tenha sido anterior à divulgação da extração no pré-sal, as declarações de Edward Snowden de que os Estados Unidos espionavam a Petrobrás dissipam qualquer aparência de coincidência nos dois eventos.

Em paralelo, desde o início do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), a Petrobrás praticava a política de conteúdo local para a exploração dos hidrocarbonetos, ou seja, a atividade deveria contar com uma cota mínima de equipamentos produzidos nacionalmente. Em 2010, o presidente Lula instituiu o regime de partilha para a exploração do petróleo sub-sal. Esse regime

especial estabelecia que a Petrobras teria no mínimo 30% de participação em qualquer operação no pré-sal e, ainda, poder de veto sobre a exploração. Tanto a política de conteúdo local quanto o regime de partilha figuraram entre as principais divergências de projeto na eleição presidencial de 2010. Na ocasião, José Serra (PSDB), candidato da oposição, defendia a liberalização, ou seja, o desmonte de ambas as políticas. Dilma Rousseff (PT), candidata situacionista e vitoriosa no pleito, defendia a manutenção das duas iniciativas do governo Lula.

Em 28 de maio de 2013, o vice-presidente do Estados Unidos Joe Biden desembarcava no Brasil. Entre os temas da agenda destacavam-se as ambições de Washington em ter uma maior participação na cadeia da produção energética sul-americana, especialmente no pré-sal. A decisão da presidenta Rousseff (2011-2016) em manter as regras vigentes até então indica que Biden malogrou em seu intento.

No dia 6 de junho, tem início a série de manifestações que marcaria profundamente a história brasileira. Entre os dias 6, 10, 11 e 13 de junho, elas tinham por objetivo a redução das passagens dos transportes, reajustadas no dia 2 de junho. As mobilizações levaram no máximo cinco mil pessoas até o dia 11. No dia 13, as estimativas variam entre cinco mil (PM) e vinte mil (organizadores). O fato é que naquela data houve brutal repressão policial, o que acabou chamando a atenção para as manifestações (SINGER, 2018).

Singer (2018) observa uma transformação quantitativa, qualitativa e espacial entre os dias 17, 18, 19 e 20 de junho. A unidade de contagem passara dos milhares para as dezenas de milhares no dia 17 e para as centenas de milhares antes do dia 20. Outros grupos passam a dividir as ruas. As manifestações deixaram

de ser restritas a São Paulo. No entanto, o mais relevante para os objetivos do presente trabalho é que no dia 17, “havia de repente 75 mil pessoas em passeata em São Paulo, e surgiram, do nada, manifestações em todas as maiores capitais, sem que se soubesse muito bem por quê” (p. 104).

“De repente”, “do nada” e “sem que se soubesse muito bem por quê” remetem a uma aparente espontaneidade que causa suspicácia quando lembramos do ensinamento de Visentini (2014) acerca de revoluções coloridas: “pode-se pensar que se trata de uma forma espontânea de luta política, possibilitada pela tecnologia da informação (...) [não obstante sejam] resultado de uma vasta planificação” (p. 140).

Em suma, poucos dias após o vice-presidente dos Estados Unidos visitar o Brasil com o objetivo de defender os interesses das corporações estadunidenses sobre os hidrocarbonetos brasileiros, centenas de milhares de pessoas passaram a ocupar as ruas e só saíram quando a presidenta Dilma Rousseff foi destituída, ou seja, quando houve a mudança de regime.

O golpe e suas semelhanças com uma revolução colorida

Muitos autores cravam que o golpe no Brasil em 2016 tem início nas manifestações de junho de 2013. Laidler (2016) destaca três contribuições de 2013 para o golpe: a forma de representação foi questionada; as insatisfações diziam respeito a demandas locais mas foram ampliadas de modo a abarcar todo o campo político; as bandeiras e os militantes dos partidos foram expulsos das manifestações. Mattos (2016) aponta o caráter antidemocrático das manifestações de 2013 e chama atenção para popularização de

palavras de ordem fascistas como “sem bandeiras partidárias” e “sem ideologia”. Singer (2018) aponta o ativismo de classe média que seria decisivo para a derrubada da presidenta Rousseff (2011-2016).

Embora a ofensiva fascista atual tenha origem nas manifestações junho de 2013, é importante frisar que aquelas mobilizações começaram com uma pauta de esquerda. Não obstante, pode-se dizer que as manifestações contra o aumento real de vinte centavos funcionaram como o acontecimento que deu início a uma revolução colorida, liberando a energia acumulada pelas operações psicológicas promovidas por *think tanks* e ONGs como o Instituto Milênio, Instituto Liberal, Instituto Misses Brasil, Atlas Network, Estudantes Pela Liberdade, todos com estreita relação com lideranças, partidos e políticos que tiveram destacado papel no golpe de 2016 (CARLOS, 2015; MARIN, 2016; QUEIROZ, 2016).

Além das conexões do Movimento Brasil Livre (MBL), do Vem Pra Rua e do Revoltados Online com as citadas instituições, parte do golpe contou também com o envolvimento de personagens e partidos políticos tradicionais em aliança com corporações transnacionais e políticos ligados à política externa dos EUA.

Rubens Barbosa, formulador do programa de política externa de Aécio Neves, candidato do PSDB à Presidência em 2014, é Conselheiro Sênior do Albright Stonebridge Group, *think tank* de Madeleine Albright, chefe da diplomacia do segundo governo Bill Clinton (1997-2001). Na semana da aprovação do impeachment pela Câmara dos Deputados (17.abr.2016), o Albright Stonebridge Group organizou um encontro entre Aloysio Nunes Ferreira e lobistas estadunidenses. Além dessa agenda, Nunes Ferreira, candidato a vice-presidente na chapa de Aécio Neves, teve também encontros com o presidente do Comitê de Relações Internacionais do Senado, Bob

Corker, e com o subsecretário de Estado e ex-embaixador no Brasil, Thomas Shannon (GREENWLAD, FISHMAN e MIRANDA, 2016; MILANI, 2017).

Aloysio Nunes Ferreira, senador pelo PSDB-SP, assumiu a chefia do Itamaraty em março de 2017, substituindo o também senador tucano José Serra, cuja defesa de interesses forâneos foi denunciado pelo Wikileaks. Segundo o sítio, um telegrama do consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado estadunidense informa que José Serra prometera que, se ganhasse as eleições em 2010, defenderia os interesses da Chevron sobre o petróleo do pré-sal.

Com efeito, José Serra, que assumiu o Itamaraty logo depois do golpe, articulava com a petroleira estadunidense Chevron a reversão do regime de partilha para o petróleo da camada pré-sal. Os regimes de partilha e de conteúdo local, associadas à destinação de parte dos royalties para a educação pública – uma resposta da presidenta Rousseff aos manifestantes de junho de 2013 que demandavam por “educação padrão FIFA” –, permitem dizer que o Brasil pautaria pela soberania energética a produção de petróleo do pré-sal. Todas essas iniciativas foram desfeitas pelo governo de Michel Temer, vice na chapa de Dilma Rousseff e quem assumiu após sua destituição. Frise-se ainda que o projeto de lei que revogou o regime de partilha era de autoria de José Serra. Portanto, a mudança de regime foi indispensável para colocar no poder um grupo que permitiria que as corporações petroleiras pudessem ter acesso aos combustíveis fósseis brasileiros como lhes conviesse, ou seja, submeteu o Estado brasileiro aos interesses daquelas empresas.

Também merece destaque a atuação do juiz Sérgio Moro. O magistrado, uma das várias autoridades judiciais brasileiras que

receberam treinamento dos EUA (AUGUSTO, 2018), foi responsável pela Operação Lava Jato é um dos protagonistas da aplicação do *lawfare* contra o PT. A utilização do direito para fins políticos mostrou-se decisivo para desidratar a liderança do PT junto à sociedade brasileira e assim viabilizar o golpe. Tal qual Yushchenko, líder da Revolução Laranja, Moro tem sido laureado nos EUA: Universidade Notre Dame, revista Time e Câmara de Comércio Brasil-Estado Unidos. Não obstante, sua relação com o projeto golpista tornou-se evidente com sua indicação (e aceite) para compor o ministério de Jair Bolsonaro, candidato ligado ao neoliberalismo e defensor do alinhamento aos EUA no plano internacional.

Além da participação dos EUA no golpe, os objetivos da mudança de regime executada no Brasil também se assemelham aos das revoluções coloridas, tanto externa quanto internamente. O golpe impôs uma série de medidas neoliberais, agenda que havia sido refutada pelas urnas. Maringoni (2018) explica que medidas como a Emenda Constitucional 95 – que congelou os gastos públicos por vinte anos – e a reforma trabalhista – que eliminou uma série de direitos do trabalhador – são uma “modalidade agressiva de *dumping* social” (p. 31). O objetivo disso seria redefinir a forma como o Brasil vai se inserir na economia política mundial (*ibidem*). Ou seja, por meio do golpe, viabilizou-se a acumulação por espoliação e assim o rebaixamento da qualidade de vida da classe trabalhadora brasileira custeará tanto o aumento da margem de lucro dos capitalistas brasileiros quanto ajudará a reduzir a pressão social dentro dos Estados onde estão as sedes das corporações transnacionais que podem agora se aproveitar da abertura dessa fronteira de acumulação.

Ademais, a mudança de regime no Brasil teve sérios e imediatos reflexos na política externa brasileira (PEB). Segundo Coelho e Santos (2017) a PEB pós-golpe desfez o legado deixado desde o fim da ditadura civil-militar e isso pode ser percebido por meio de diversas iniciativas, tais como: revisão do voto na Unesco quanto ao patrimônio histórico e cultural nos territórios palestinos; oposição ao mandato de monitoramento dos impactos das políticas de austeridade nos direitos humanos no âmbito do Conselho de Direitos Humano (CDH); atritos com vizinhos e parceiros históricos, como Venezuela e Uruguai.

Finalmente, o golpe de 2016 e a consequente inflexão sofrida na PEB compromete os BRICS. A aliança contra-hegemônica passou a contar com um membro cujo governo é alinhado aos EUA, caráter que tende a ser reforçado com a eleição de Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal, PSL) para o mandato a partir de 2019, assim como a agenda neoliberal de retirada de direitos.

Considerações finais

As revoluções coloridas são o componente civil da guerra híbrida que os EUA vêm fazendo para tentar dar sobrevida à sua hegemonia, que entrou em decisivo declínio em 2001 com a implementação do Projeto para um Novo Século Americano. Elas viabilizam a mudança de regime por meio de operações psicológicas materializadas em um conjunto de táticas e métodos de luta não violenta e são aplicadas em Estados não alinhados aos Estados Unidos.

Elas possuem três características comuns: o processo, os objetivos e o envolvimento de atores estrangeiros. O processo consiste na criação de grupos articulados pela defesa da democracia liberal e

de militância profissional que possa, a partir de um evento catalizador, promover mobilizações populares aparentemente espontâneas e campanhas midiáticas com vistas a erodir a liderança do grupo que esteja no governo. Os seus objetivos são: neoliberalismo, democracia liberal e alinhamento aos EUA na arena internacional. Em alguns casos em que esses objetivos não foram atingidos, a situação evoluiu para uma guerra não convencional (pilar militar da guerra híbrida). Em todas as revoluções coloridas se percebeu intensa atividade de agências governamentais dos EUA e de ONGs ligadas a essas agências.

O entendimento sobre as revoluções coloridas ajuda a compreender as recentes transformações nas relações de poder no Brasil, seja por seu processo, seus objetivos e pela participação de atores estrangeiros. As manifestações de 2013 foram aparentemente espontâneas e muitas das lideranças que delas participaram ou emergiram possuem histórica ligação com ONGs estrangeiras. Além disso, personagens com destacado lugar em instituições nacionais também possuem vínculos nos círculos estatais e empresariais estadunidenses.

Tal qual numa revolução colorida, as manifestações de 2013 puseram em movimento uma infraestrutura social e midiática que permitiu derrubar um governo legitimamente eleito e impor uma agenda interna e externa que havia sido rejeitada pela população. Essa agenda neoliberal sacrifica direitos sociais e a qualidade de vida da população brasileira em proveito das grandes transnacionais e do capital nacional em um perfeito exemplo abertura de fronteira para uma nova rodada de acumulação por espoliação.

O golpe de 2016 submeteu as decisões brasileiras aos interesses dos EUA, alienando a soberania do Estado-nacional sobre

o território nacional. A partir da mudança de regime, não só se alterou as regras para controle e acesso aos recursos econômicos brasileiros (sejam eles naturais ou sociais). Tal qual uma revolução colorida, o golpe de Estado definiu também uma nova forma de inserção do Brasil na economia política mundial, na política mundial e, portanto, o lugar e a atuação do Brasil na geopolítica mundial

Referências bibliográficas

ALBRIGHT STONEBRIDGE GROUP. Endereço: www.albrightstonebridge.com. Rubens Barbosa. Disponível em: www.albrightstonebridge.com/team/rubens-barbosa. Acesso: 25 jul. 2018.

ANABLE, David. The role of Georgia's media – and Western aid – in the Rose Revolution. *Press Politics of Harvard University*, v. 11, n. 3, p.07-43, 2006.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. 9ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

AUGUSTO, André. Wikileaks: EUA criou curso para treinar Moro e juristas. *Brasil de Fato*, publicado em 30 abr. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/04/30/wikileaks-eua-criou-curso-para-treinar-moro-e-juristas/>. Acesso em: 20 out. 2018.

BAYDYUK, Zoreslav. Yushchenko Receives the John F. Kennedy Profile in Courage Award. *Voa News*, publicado em: 30 out. 2009. Disponível em: <https://www.voanews.com/a/a-13-2005-04-07-voa3/391455.html>. Acesso: 11 nov. 2018.

BELLIGNI, Silvano. Hegemonia. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PARQUINO, Giafranco. *Dicionário de política*, v. 1. 13 ed. Brasília, Editora da Universidade de Brasília: Brasília, 2010.

CARLOS, Antônio. Irmãos Koch, magnatas do petróleo e financiadores da extrema-direita nos EUA, inspiram os “meninos do golpe” no Brasil. *Viomundo*, publicado em: 12 mar. 2015. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/denuncias/irmaos-koch-magnatas-do-petroleo-e-financiadores-da-extrema-direita-nos-eua>

ajudam-a-bancar-os-meninos-do-golpe-no-brasil.html. Acesso em: 20 out. 2018.

DOS SANTOS POLLETO, Ricardo. Geórgia: Os sintomas do Cáucaso entre a Rússia e o Ocidente. *Meridiano 47*: Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, v. 8, n. 85, 2007.

GREENWLAD, Gleen; FISHMAN, Andrey; MIRANDA, David. Porque o Sen. Aloysio Nunes foi a Washington um dia depois da votação do impeachment? *The Intercept*, publicado em: 18 abr. 2016. Disponível em: <https://theintercept.com/2016/04/18/porque-o-sen-aloysio-nunes-foi-a-washington-um-dia-depois-da-votacao-do-impeachment/>. Acesso: 25 jul. 2018.

HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização*. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LAIDLER, Christiane Vieira. O golpe parlamentar e a agenda que não ganha eleições. FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago (Orgs). *2016, o ano do golpe*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

MACKINNON, Mark. *The new cold war: revolutions, rigged elections and pipeline politics in the former Soviet Union*. Toronto, 2009.

MARIN, Pedro. O golpe no Brasil: conexões internacionais. *Outras Palavras*, publicado em 11 mai. 2016. Disponível em: <https://outraspalavras.net/brasil/golpe-no-brasil-a-conexao-internacional/>. Acesso em: 20 out. 2018.

MARINGONI, Gilberto. Viralatismo em marcha: o golpe visa redefinir o lugar do Brasil no mundo. SOUZA, Jessé; VALIM, Rafael (Orgs.). *Resgatar o Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

MATTOS, Hebe. O gigante. MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz (Orgs). *Historiadores pela democracia: O golpe de 2016 e a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016.

MEYSSAN, Thierry. La Albert Einstein Institution: no violencia según la CIA. *Red Voltaire*, publicado em 10 fev. 2005. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article123805.html>. Acesso em: 27 nov. 2018.

MILANI, Carlos R. S. Democracy at stake. *Berkeley Review of Latin American Studies*, University of California at Berkeley, p. 52-59, 2017.

MONIZ BANDEIRA, L.A. *A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MURAKI JR. Wilson Tadashi. 08/08/08: a política externa chinesa num momento de “paz e guerra”. *Meridiano 47: Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*, v. 9, n. 98, p. 28-30, set. 2008).

ORTEGA, Felipe Afonso. *Cores da mudança? As Revoluções Coloridas e seus reflexos em política externa*. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, PUC-SP, São Paulo, 2009.

PECEQUILO, Cristina Soreanu, LUQUE, Alessandra Aparecida. Estados Unidos e Rússia: Convergência e Divergência Geopolítica (1989-2016). *Meridiano 47: Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*, 17: e17017, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006a.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha*. Buenos Aires, CLACSO, 2006b.

QUEIROZ, Luiz de. Movimentos golpistas no Brasil são financiados por interesses americanos. *GGN*, publicado em 23 mar. 2016. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/noticia/movimentos-golpistas-no-brasil-sao-financiados-por-interesses-americanos>. Acesso em: 20 out. 2018.

SASSOON, Anne Showstack. Hegemonia. BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SHARP, Gene. *Da ditadura à democracia: uma estrutura conceitual para a libertação*. 4ª ed. São Paulo: The Albert Einstein Institution, 2010.

SIMIONI, Alexandre Arthur Cavalcanti. Uma visão da evolução das guerras modernas: a ameaça da guerra cibernética no conflito de quarta geração. *Revista Marítima Brasileira*, v. 131, n. 1, p. 202-221, 2011.

SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VESENTINI, José William. *Novas geopolíticas*. 5ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo, Contexto, 2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *O Grande Oriente Médio: da descolonização à assim chamada Primavera Árabe*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

VISENTINI, Paulo Fagundes; STEFFENS, Isadora; SILVA, Fernanda Lopes; NUNES, Raul C.; CHAISE, Mariana. O verão árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 51, p. 57-79, jan./jun. 2012.

WELT, Cory. Georgia's Rose Revolution: from regime weakness to regime collapse. BUNCE, Valerie J.; McFAUL, Michael; STONER-WEISS, Kathryn. *Democracy and authoritarianism in the postcommunist world*. New York: Cambridge University Press, p. 155-188, 2006.

WIKILEAKS. Endereço: <https://wikileaks.org>. Can the oil industry beat back the pre-salt law? Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO369_a.html. Acesso em: 25 jul. 2018.

Submetido em: 13 de dezembro de 2018

Aprovado em: 11 de abril de 2019.

ENSAIO SOBRE A GEOPOLÍTICA DO GOLPE POLÍTICO-INSTITUCIONAL BRASILEIRO DE 2016

*ESSAY ON THE GEOPOLITICS OF THE
BRAZILIAN POLITICAL-INSTITUTIONAL
COUP D'ÉTAT OF 2016*

*ENSAYO SOBRE LA GEOPOLÍTICA DEL
GOLPE POLÍTICO-INSTITUCIONAL
BRASILEÑO DE 2016*

CARLOS EDUARDO NOBRE

Departamento de História e Geografia –
Universidade Estadual do Maranhão
(UEMA), São Luís/MA.
E-mail: cdnobre19@gmail.com

Resumo: Propomos uma reflexão acerca do Golpe Político-Institucional de 2016, buscando interpretá-lo a partir de elementos históricos que conformam a sociedade e o território brasileiros. Argumentamos que o Golpe se deu em decorrência da disputa de dois projetos de países: um inclusivo e outro exclusivo. Com isso, procuramos articular os fatores internos ligados à formação socioespacial brasileira e os fatores externos ligados à Geopolítica que, combinados, deram corpo e substância ao Golpe. Lançamos a hipótese de que o Golpe de 2016 buscou, por um lado, sustar o projeto inclusivo de País que vinha configurando-se desde 2003 e, por outro lado, manter o papel subalterno do Brasil e de outros países – que aprendemos a categorizar fenomenologicamente como subdesenvolvidos – frente à divisão internacional do trabalho e do poder.

Palavras-chave: geopolítica, golpe de Estado, Brasil.

Abstract: It is proposed to reflect on the Political-Institutional *Coup d'Etat* of 2016. We seek to interpret it based on historical elements that make up Brazilian society and territory. Then, we argue that the *Coup d'Etat* occurred due to the dispute of two national projects: one inclusive and other exclusive. We sought to articulate the internal factors linked to the Brazilian socio-spatial formation and the external factors linked to the Geopolitics that, combined, gave body and substance to the *Coup d'Etat*. We hypothesized that the 2016 *Coup d'Etat* sought, on the one hand, to halt the inclusive project that had been taking shape since 2003 and, on the other hand, to maintain the subordinate role of Brazil and other countries - that we learned to categorize as underdeveloped countries - in the face of the international division of labour and power.

Keywords: geopolitics, coup d'État, Brazil.

Resumen: Proponemos una reflexión sobre el Golpe Político-Institucional de 2016, buscando interpretarlo a lo largo de los elementos históricos que conforman la sociedad y el territorio brasileños. Argumentamos que el Golpe ocurrió como consecuencia de la disputa de dos proyectos nacionales: un inclusivo y otro exclusivo. Buscamos articular los factores internos ligados a la formación socioespacial brasileña y los factores externos ligados a la Geopolítica que, combinados, dieron cuerpo y sustancia al Golpe. Presentamos la hipótesis de que el Golpe de 2016 buscó, por un lado, sostener el proyecto inclusivo de País que venía configurándose desde 2003 y, por otro lado, mantener el papel subalterno de Brasil y de otros países – que aprendemos a categorizar fenomenológicamente como subdesarrollados – frente a la división internacional del trabajo y del poder.

Palabras clave: geopolítica, golpe de Estado, Brasil.

Introdução

Um momento crucial da crise político-institucional brasileira culminou no impedimento da Presidente da República Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores, PT). Naquele momento, a produção massiva de análises e interpretações realizadas pelos cientistas atuantes nos campos do conhecimento técnico, jurídico e

político apontava para a manobra perpetrada por determinados grupos políticos e econômicos que pretendiam desestabilizar o governo e abrir caminho para o impedimento que se caracterizou, à época, como golpe, mediante a falta de substância das acusações que justificasse o *impeachment* e pelos mecanismos jurídicos, políticos e institucionais acionados ao arrepio das leis nacionais vigentes.

Se o Golpe se concretizou foi porque questões políticas, econômicas, culturais e sociais de fundo ofereceram as condições. Essas questões podem ser apreendidas, dentre os vários campos do conhecimento, a partir do campo da geopolítica, isto é, daquelas relações que se estabelecem – do ponto de vista interno, ao território nacional – entre a Sociedade, o Estado e o Mercado, bem como – do ponto de vista externo, a esse mesmo território – entre os Estados (relações interestatais) e as grandes corporações transnacionais.

Nesse sentido, propomos refletir sobre a atual crise a partir do que denominaremos de Geopolítica do Golpe, partindo do pressuposto de que esse processo pelo qual o País atravessa deriva de uma crise planetária e que, ao se realizar no território brasileiro, encontra determinadas condições preexistentes – ligadas à formação socioespacial do Brasil – que acaba por configurar e preencher de significados o golpe ainda em curso.

Para fins analíticos, propomos distinguir, do ponto de vista geográfico, levando-se em conta o território nacional, os fatores internos e externos que dão forma-conteúdo aos processos em andamento e que apontam para consequências possíveis e previsíveis no futuro próximo.

A distinção entre fatores internos e externos se dá apenas para fins analíticos, pois do ponto de vista da realidade concreta, tanto os fatores internos como os fatores externos se conjugam.

Apresentam-se em movimento dialético, configurando e atribuindo forma e conteúdo à chamada crise política brasileira.

Não haveria uma ordem de primazia de uns ou de outros fatores na conformação da crise, mas uma combinação de todos eles, ou seja, a atuação tanto de forças externas advindas dos impulsos globais (RIBEIRO, 2013a) que conformam o período presente, como forças internas advindas de nossa formação socioespacial (SANTOS, 1979), sendo ambas as forças produtoras de uma dada ordem social e espacial que culmina na crise política atual.

Os antecedentes históricos: uma breve incursão no tempo

Desde o Estado Novo, Getulista, dois projetos de Brasil se confrontam: um projeto inclusivo e outro exclusivo (SOUZA, 2015). O projeto inclusivo tem a ver com a repartição da riqueza produzida e com a integração social aos sistemas que organizam a vida em sociedade e que confere aos sujeitos o atributo da cidadania. Já o projeto exclusivo – oposto ao inclusivo – tem a ver com a manutenção dos privilégios por meio da reprodução sistemática do acesso aos capitais econômico, cultural e social; em resumo, tem a ver com um projeto que reproduz a chamada exclusão social.

O projeto exclusivo tem imperado desde tempos remotos no País, atravessando os diversos regimes políticos; entretanto, em 2003, esse projeto sofreu uma inflexão quando o Partido dos Trabalhadores (PT), representado pelo então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi eleito para o comando central do Brasil.

Apesar de vários erros e equívocos estratégicos por parte do Governo Federal, o período que se estende entre 2003 e 2016 marcou uma inflexão política no País. Mediante escolhas políticas no campo

econômico e por meio de políticas públicas, gradativamente a população pobre – historicamente alijada do acesso a determinados bens de consumo tanto coletivos como individuais e, também, do acesso a determinados serviços já amplamente consolidados para uma ampla classe média – vislumbrou, pela primeira vez, o acesso a bens materiais e imateriais fundamentais à vida digna.

É preciso considerar que a reprodução da exclusão social no Brasil deriva, dentre outras coisas, da estrutura econômica escravocrata originária de nossa formação socioespacial. A escravidão foi uma instituição total que dominou todos os âmbitos da vida social (SOUZA, 2015, 2016a).

A integração social brasileira foi realizada, primeiramente, pela instituição escravocrata, a despeito das compartimentações políticas regionais e da falta mesmo de uma integração física do território, conformando aquilo que Santos e Silveira (2012 [2001]) denominaram de arquipélagos. Cada região do País era pouco integrada internamente, mas todas eram articuladas com o exterior.

O que articulou o território brasileiro – apesar de sua fragmentação técnica e política – foi o sistema econômico pautado no trabalho escravo. O território era mais integrado por determinados “valores morais” que norteavam o sistema econômico do que por uma rede de infraestrutura que conectasse as diversas porções do território.

Antes da tecnoesfera, foi a psicoesfera que vertebrou a sociedade brasileira em torno do sistema econômico que se utilizou do trabalho escravo. Forjaram-se, assim, articulações entre cultura e economia, uma fundamentada na outra. Não houve região onde imperou um dado tipo de produção voltada à exportação que não fosse assentada na instituição da escravatura.

Essa instituição – mesmo com a abolição da escravidão – acabou por moldar todas as demais instituições do País e, mesmo quando o Brasil caminha para a modernização e integração territoriais, esbarra na distinção social secularmente marcada entre ricos e pobres, entre trabalhadores liberais e trabalhadores braçais, esses últimos, lançados à própria sorte desde o final do século XIX, atravessando o século XX e adentrando o século XXI.

A formação socioespacial brasileira é marcada pela violência pautada na exploração e espoliação daqueles que pertencem à chamada ralé, para utilizar o termo cunhado pelo sociólogo Jesé Souza (2016b). A ralé foi “convidada a construir” o Brasil, a integrar o território para atender às demandas econômicas internas e externas, mas foi expulsa da repartição das benesses. A ralé, aliás, é um produto da formação política, econômica e social do Brasil.

A industrialização brasileira, iniciada no período denominado pelos historiadores de Estado Novo, consistiu em uma oportunidade para que, além de uma integração física do território, pudesse haver, graças aos excedentes produzidos, uma integração social, do ponto de vista da distribuição da renda e do acesso ao capital cultural, fundamental à superação do subdesenvolvimento.

Entretanto, todas as vezes que o Governo Central ensaiou executar um projeto inclusivo, acabou sofrendo um rompimento político do regime. O exemplo a que nos remetemos é o do Golpe de 1964 que, dentre inúmeras razões, foi efetivado para impedir as reformas sociais e de base propostas pelo então Presidente João Goulart¹.

¹ Para compreensão da destituição do Presidente João Goulart pelos militares apoiados por determinados setores econômicos e conservadores da sociedade brasileira e de agentes de Estado estadunidenses, sugerimos o filme-documentário “Jango”, de Silvio Tendler.

O que gostaríamos de destacar, como o que poderíamos definir como condições objetivas para a efetivação tanto do Golpe de 1964 como do Golpe de 2016, é o fato de que estes não seriam possíveis se não houvesse, internamente, uma elite econômica avessa aos direitos sociais, à distribuição de renda; em resumo, uma elite econômica herdeira dos princípios e valores que justificaram a escravidão; e, externamente, uma atuação de agentes públicos e privados, vinculados ou não às instituições de Estado, no sentido de manter nosso território nacional subserviente aos interesses estrangeiros, isto é, aos interesses geopolíticos, sobretudo, dos EUA.

Nesse aspecto, propomos, para fins analíticos, distinguir entre os fatores internos e os fatores externos que corroboraram para o Golpe de 2016 e, em seguida, articulá-los a fim de compreendermos o Golpe ainda em curso que, defendemos, significou um rompimento com um projeto inclusivo de país.

Partimos da hipótese de que haveria uma aliança entre uma elite econômica nacional e uma elite política e econômica internacional. Essa aliança seria forjada para, do ponto de vista dos interesses da elite econômica nacional, manter o projeto exclusivo de país e, do ponto de vista dos interesses geopolíticos de agentes externos, manter o papel subalterno do Brasil frente à divisão internacional do trabalho, sobretudo, a partir do exercício do poder dos EUA sobre a principal liderança econômica latino-americana.

A dominação dos EUA sobre a América Latina só é possível mediante o aval da elite econômica brasileira que – diferentemente da elite econômica de países do centro do sistema capitalista – não possui projeto de nação. Ao contrário, a elite econômica nacional parece ter desprezo ao País enquanto nação de todos os brasileiros ao

tempo em que ignoram as demandas sociais da maioria dos trabalhadores (SOUZA, 2016b).

A suspensão de um projeto inclusivo

Sem perder a perspectiva crítica aos governos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e da Presidente Dilma Rousseff, é preciso reconhecer os avanços empreendidos por esses governos e que foram necessários para dar início e continuidade a um projeto inclusivo de país como, por exemplo, a inclusão dos pobres ao orçamento público – como se referiu várias vezes o Presidente Lula – garantindo o acesso destes aos sistemas públicos de saúde, de educação, de seguridade social, aos sistemas produtivos e, mesmo, ao sistema financeiro, por meio da oferta de créditos livres e direcionados ao consumo e à produção.

Obviamente, não podemos desconsiderar as análises críticas referentes ao processo de integração dos pobres ao sistema financeiro, já que tratar-se-ia de um processo de integração dos pobres às demandas do capital, em que o endividamento das famílias – fenômeno essencial à reprodução do dinheiro em estado puro (SANTOS, 2010) – é uma das expressões cruéis dessa integração.

Entretanto, não é possível ignorar os avanços e conquistas sociais das duas últimas décadas os quais permitiram, pela primeira vez, que muitas famílias pobres tivessem acesso ao ensino superior, à casa própria, ao automóvel, aos bens domésticos, aos bens de consumo coletivo e, mais importante, pudessem ter acesso ao alimento.

Do ponto de vista da justiça social, embora ela ainda estivesse distante, houve avanços importantes para os alijados historicamente do acesso aos bens materiais e imateriais banais.

Se até o ano de 2002 prevaleceu o projeto exclusivo de país, a partir de 2003 foram ensaiadas e projetadas novas possibilidades, mesmo que não amplamente realizadas e consolidadas, cabendo a questão: dentre as inúmeras razões e especulações, o Golpe de 2016 não teria tido como objetivo frustrar, mais uma vez, o projeto inclusivo de país?

São inúmeros os dados divulgados por instituições de ensino e pesquisa e outros veículos da imprensa que revelam como, desde 2016, vem ocorrendo um desmonte das conquistas sociais com fortes implicações geográficas².

Se as políticas públicas dos governos petistas consistiram em uma tentativa de superar a exclusão social, a psicosfera que fundamenta o desprezo das elites econômicas aos mais pobres permaneceu e tal desprezo estaria por detrás do ataque não só ao Partido dos Trabalhadores (PT), mas do ataque às políticas públicas empreendidas pelo respectivo Partido e, no limite, em um ataque aos pobres.

Alguns fatores internos para o Golpe de 2016

Duas das novas variáveis-chave de nosso período histórico – finanças e informação (SANTOS, 2010) – devem ser consideradas na interpretação de como foi possível, após várias conquistas sociais, setores da sociedade brasileira legitimarem o Golpe Político-Institucional de 2016.

² Em 2018, o relatório da Oxfam Brasil revelou um panorama que demonstra que, desde 2016, o processo de redução das desigualdades estagnou, ou seja, justamente quando foi iniciada a desestabilização do Governo Dilma o qual culminou com o Golpe. Para conferir o relatório, ver Georges (2018).

O Brasil da era Lula acomodou interesses das elites industrial e financeira e da classe trabalhadora. Mas não houve preocupação – por parte do Governo Central – com a questão básica ensinada por Gramsci que diz respeito à compreensão dos valores culturais que conformam e dão sentido a uma sociedade para, então, formular outra narrativa hegemônica, isto é, a elaboração de um discurso político e pedagógico de convencimento profundo em torno de um dado projeto político de nação (RIBEIRO, 2014).

O fato de partidos progressistas não formularem uma narrativa própria – a partir de um conhecimento profundo da estrutura, formação e funcionamento da sociedade brasileira – que permitisse aos brasileiros conhecer-se, situar-se no tempo-espaço e poderem participar da elaboração de um projeto inclusivo de longo prazo, parece ter sido um erro estratégico por parte dos partidos progressistas nacionais e que nos custou muito caro.

O PT pensou no curto prazo mediante às condições e possibilidades políticas impostas pelo nosso sistema político-institucional, ou melhor, pelas condições objetivas advindas de nossa própria formação socioespacial (SANTOS, 1979). A estratégia do PT no curtíssimo prazo foi melhorar as condições materiais de vida das pessoas, sem confrontar diretamente os princípios e valores que orientam as práticas de grupos políticos e econômicos historicamente dominantes no Brasil.

Até 2013, as elites econômicas (da indústria, do comércio e serviços, do agronegócio e, principalmente, a elite financeira rentista) firmaram um pacto político com o Governo Federal. A partir daquele ano, frente a crise global das *commodities*, da crise fiscal, ou seja, do enxugamento do orçamento público, essas elites romperam o pacto político, sobretudo a elite financeira, para que pudessem

radicalizar a agenda neoliberal contrária às políticas sociais difundidas pelos governos petistas que induziram arranjos político-institucionais no âmbito dos estados e, sobretudo, dos municípios, ao tempo em que responderam pela melhoria de vida de parcela da população mais pobre.

A aliança entre as elites industrial³, do agronegócio e a elite financeira buscou, no curtíssimo prazo – sempre despojadas de um projeto inclusivo de nação –, livrar-se da Política e do Estado a fim de capturarem o orçamento público e dirigi-lo aos seus interesses de sempre (SOUZA, 2016b).

Do ponto de vista geográfico, o que as elites brasileiras não admitiram mais foi que os recursos dos orçamentos públicos na forma de subsídios e investimentos em políticas públicas fossem aplicados em lugares do território nacional que não faziam parte dos interesses estratégicos das grandes empresas.

Daí os “ataques” aos programas sociais como o Programa Bolsa Família (PBF)⁴, ao Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)⁵, sobretudo o escopo deste último Programa direcionado à população de mais baixa renda, dentre outros Programas federais que garantiam recursos para regiões mais pobres do País.

A contradição reside no fato de que setores econômicos privados se beneficiaram das políticas públicas do Governo Federal, já que a disponibilidade de recursos ativou inúmeros circuitos espaciais produtivos, embora os ataques ao Governo Central

³ Não à toa as manifestações que convulsionaram o país foram comandadas pela e a partir da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na Avenida Paulista.

⁴ Para uma análise geográfica do Programa Bolsa Família, Cf. Silva (2017).

⁵ Para uma análise geográfica do Programa Minha Casa, Minha Vida, Cf. Nobre (2018).

tivessem sido forjados pela elite financeira que depende pouco da produção.

Mas como os setores produtivos adentraram no mundo das finanças e passaram a desprezar o mundo do trabalho, adotaram o ataque às políticas públicas. É o exemplo de grandes construtoras que se beneficiaram dos recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida e, ao final, endossaram a derrubada da Presidente Dilma. No fim e ao cabo, como nos lembra Souza (2015, 2016a), a disputa é pelos recursos públicos escassos.

Por exemplo: todo ano, conforme a Auditoria Cidadã da Dívida, quase metade dos recursos do Orçamento Geral da União é destinada para pagar juros da dívida pública da União⁶. O volume de recursos destinado à saúde, à educação e à previdência é muito menor do que o volume de recursos destinado ao pagamento de juros da dívida.

Esse é um dado que revela o desprezo de nossa elite pelos pobres e que tem a ver com a entronização (no sentido psicanalítico) de uma psicoesfera derivada de nossa formação socioespacial escravocrata aliada à ideologia dominante do tempo presente: menos Estado, mais mercado; menos senso coletivo e social, mais individualismo, etc.

Se os recursos públicos escasseiam, a disputa se torna mais acirrada em torno deles. Daí o congelamento por 20 anos dos gastos com saúde e educação. A ideia dos endinheirados é que os recursos públicos sejam dirigidos aos seus bolsos – como lembra Souza (2016a) – e não para a oferta de serviços públicos essenciais ou obras de infraestrutura que sejam de interesse do conjunto da sociedade.

⁶ Cf.: <https://auditoriacidada.org.br/entenda-os-numeros-do-dividometro-e-do-estoque-da-divida/>. Acesso em: 13 de dez. 2018.

Se, no caso do Brasil, os setores produtivos dependem fortemente do financiamento público para as suas atividades agrícolas, industriais, de comércio e serviços, por meio dos bancos públicos de investimento, como esses setores se aliaram ao setor financeiro para dispensar o Estado? Justamente porque esses setores produtivos ao se aliarem ao setor financeiro transformaram suas atividades produtivas em atividades financeiras, podendo, por conseguinte, dispensar grande parte da massa de trabalhadores e consumidores. Aliás, esse fenômeno tem ocorrido em escala planetária. Basta observar a atuação dos fundos de investimentos interferindo nas estratégias das empresas produtivas para dispensar mão de obra e aderir a mecanismos de valorização fictícia do capital.

É preciso considerar, ainda, que a aliança entre o capital produtivo e o capital financeiro para implosão de nosso sistema político-econômico só foi possível por meio de mais uma aliança: com a mídia nacional ou com o que poderíamos chamar de um sistema nacional de desinformação e manipulação de fatos.

É preciso refletir as razões e como foi possível fazer uma significativa parcela dos brasileiros aderir a um projeto de autodestruição, sobretudo, da classe trabalhadora, dos aposentados e da própria classe média, se não por meio de um pesado e ardiloso trabalho de convencimento público fazendo com que os próprios trabalhadores e a própria classe média passassem a atacar os seus direitos e garantias sociais e passassem, também, a defender a entrega de nossos recursos às corporações multinacionais (terra, petróleo, empresas públicas etc.).

Os fatores externos e a Geopolítica do Golpe de 2016

A luta de classes brasileira, por si só, não explica o Golpe. O Golpe de 2016 também não pode ser compreendido somente pelos interesses das elites brasileiras. É importante encontrar os nexos que articulam os fatores externos e internos que conformam o que aqui denominamos de Geopolítica do Golpe.

Quais as relações entre os acontecimentos recentes no mundo e no Brasil que modificaram a geopolítica planetária fazendo com que fossem acionados dispositivos que fizessem com que o Brasil acolhesse determinados eventos levando-o à crise político-institucional? E como esses eventos externos se articulam aos eventos internos levando em conta nossa formação socioespacial, isto é, nosso passado e presente históricos?

Anteriormente, afirmamos, no caso brasileiro, o relativo rompimento com o projeto exclusivo de país a partir de 2003 quando o PT assumiu o comando central do País. Mas o fenômeno de governos progressistas esteve presente em boa parte da América Latina nos anos 2000. Governos centrais progressistas não foram uma exclusividade do Brasil.

Análises de conjuntura devem considerar o que a ascensão de governos progressistas em países latino-americanos representou do ponto de vista simbólico e quais as implicações na geopolítica mundial, sobretudo, frente à hegemonia dos EUA e de outros países do centro do sistema.

A ascensão de governos progressistas em países da América Latina significou uma afronta às alianças históricas entre as elites dominantes de cada um dos países que integram à Região e às elites econômicas estrangeiras. Desse modo, significou um desafio à dominação política, econômica e cultural dos países do centro do sistema em relação ao continente latino-americano.

Assim como no passado – quando foram deflagrados Golpes Militares no Chile, Argentina e Brasil para sustar todos os processos de integração social e econômica desses países – no período recente, temos visto um novo processo de Golpes no Continente; desta vez, jurídico-parlamentares com amplo apoio das mídias nacionais.

A ascensão de governos progressistas em países da América Latina, na primeira década do século XXI, marcou um período em que se buscou uma articulação entre os países que integram, na divisão internacional do trabalho, os eixos Sul-Sul, isto é, países que não fazem parte do núcleo duro do sistema capitalista. Essas cooperações visaram, dentre outras coisas, um fortalecimento de suas economias nacionais a partir de uma cooperação em áreas estratégicas de tecnologia, ciência e informação.

Encaramos as cooperações Sul-Sul como uma forma de buscar um equilíbrio mundial contrário às distorções de poder que historicamente sujeitaram e violentaram várias nações do Sul Global. As cooperações também visavam o desenvolvimento dos mercados nacionais internos sem apelar para o protecionismo – uma real cooperação no sentido de uma ajuda mútua entre os países da periferia do Sistema Mundo (WALLERSTEIN, 2002).

Os governos progressistas da América Latina, eleitos democraticamente, possuíam em comum um entendimento do passado colonial que conformou suas sociedades e, por conseguinte, seus territórios. Ao mesmo tempo, esforçaram-se em buscar saídas para enfrentar as desigualdades e injustiças sociais produzidas pelo processo de colonização e, depois, de globalização.

Buscaram articular-se, sobretudo, politicamente, para fazer frente às novas formas de dominação impetradas pelos países do Norte, principalmente pelos Estados Unidos.

Daí a busca constante, no início do século XXI, por uma cooperação Sul-Sul, ou seja, por um projeto de integração dos países ditos subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento. Vale destacar o papel da China nesse processo de integração global por meio dos vultosos investimentos em infraestruturas em países da América Latina, Ásia e África.

É nesse contexto, portanto, que devemos buscar compreender os fatores externos que se aliam aos fatores internos na conformação do Golpe de 2016.

Quando a crise financeira foi deflagrada em 2008 nos EUA, espalhando-se para a Europa, o Brasil contou com uma estratégia desenvolvimentista que protegeu o seu mercado interno. Como liderança política e econômica continental, o Brasil efetivou cooperações mais sólidas com países da América Latina, Ásia, África e Oriente Médio.

Passou a exportar, além das *commodities*, serviços ligados à engenharia civil. O Brasil tornar-se-ia um importante *player* global, disputando com os EUA e a Europa mercados ligados ao setor de energia e infraestrutura antes dominados por aqueles blocos de países.

Mas, no caso brasileiro, o processo seria mais de cooperação do que de competição. Havia, por parte das relações exteriores brasileiras, uma intenção geopolítica de unir os países chamados em desenvolvimento em torno de um projeto de modernização conjunto para inserção desses países ao processo de globalização, não de modo subalterno, mas de forma digna.

Esse projeto não sustou a expansão do capital financeiro advindo dos países centrais para os países da periferia do sistema; no entanto, em vários países, a preocupação com os mercados

internos e a forte participação acionária dos Estados em empresas estatais nacionais significou um certo constrangimento ao total comando do capital financeiro privado nacional e internacional.

É nesse contexto que se iniciou o movimento de desestabilização de vários países em processo de desenvolvimento e que – supostamente – ameaçaria à hegemonia norte-americana, além das dificuldades impostas à livre circulação dos mercados financeiros sediados nos países centrais. Em 2011, eclodiu nos países do norte da África a denominada Primavera Árabe. Por meio de manifestações supostamente populares e espontâneas, sem uma liderança clara, setores da sociedade foram às ruas para destituição dos regimes políticos da Tunísia, Líbia, Egito e Síria.

Não demorou muito para ser revelado o apoio dos EUA a essas manifestações. Também não demorou muito para verificar, dado o histórico de intervenção dos EUA em outros países, que a verdadeira razão para estimular as manifestações não se devia ao fato de esses países serem comandados por regimes autoritários⁷, mas ao fato de que os regimes daqueles países que experimentaram a Primavera Árabe, bem ou mal, não se alinhavam ao governo norte-americano e se utilizavam de suas reservas de petróleo para protegerem suas economias nacionais e, também, influírem no preço do petróleo e, por conseguinte, no comércio mundial.

Os governos venezuelanos de Hugo Chaves e depois de Nicolás Maduro também sofrem há anos um boicote da elite dominante interna e de setores conservadores da sociedade venezuelana contrários às políticas econômicas que previam distribuição de renda e justiça social.

⁷ Vide o exemplo da Arábia Saudita que, a despeito de ser comandada por um regime autoritário, mantém relações extremamente amistosas com os EUA graças ao alinhamento geoestratégico relacionado ao petróleo.

É nesse contexto que os países latino-americanos passaram a sofrer, desde 2009, uma nova rodada de Golpes, mais sofisticados que os do passado, isto é, que dispensou as armas e os tanques; todavia, não menos violentos e traumáticos. Baseados no tripé grande mídia, judiciário e uma oposição articulada (SERAFINI, 2016), os golpes perpetrados recentemente na América Latina tiveram início com a deposição, em 2009, do Presidente de Honduras, Manuel Zelaya; seguido da deposição do Presidente do Paraguai, Fernando Lugo, em 2012; e, por fim, com o impedimento da Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, em 2016. Todos esses Presidentes foram eleitos democraticamente e, de uma forma ou de outra, contrariaram os interesses estadunidenses.

Concretamente, podemos, por ora, apontar algumas razões que fizeram com que grupos estadunidenses vissem o Brasil como ameaça à sua hegemonia.

Uma primeira razão diria respeito à descoberta do Pré-Sal. O Governo Brasileiro, por meio da Petrobras, investiu no desenvolvimento da tecnologia para exploração dos depósitos de Pré-Sal, dispensando as petrolíferas estrangeiras e, em certa medida, livrando-se da dependência de parte da tecnologia dos países centrais, um dos fundamentos para efetivação da soberania nacional. Também previu a utilização dos recursos gerados pela extração do petróleo em águas profundas para investimentos nos sistemas de saúde e educação brasileiros.

Nesse processo, impulsionou, por meio de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o que viria a se tornar a maior empresa nacional no ramo da construção civil, mais especificamente, na produção de macrossistemas técnicos ligados ao setor energético (de petróleo e

gás), construção de rodovias etc.: a Odebrecht. Essa empresa passou a atuar em países da América Latina e África, disputando mercados onde antes eram exclusivos das empresas estadunidenses e europeias. Em função da descoberta do Pré-Sal, o governo brasileiro, visando à segurança nacional, investiu no desenvolvimento de um submarino nuclear, o que não agradou ao governo estadunidense.

Outra razão diz respeito ao alinhamento do Brasil com a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul, conformando o chamado BRICS. Não bastasse essa articulação política entre esses países, em julho de 2014, os cinco países, por meio do Bloco, criaram o seu próprio banco de desenvolvimento, na Sexta Cúpula do BRICS, realizada na cidade de Fortaleza. O plano era realizar comércio e negócios nas próprias moedas dos países, evitando o dólar norte-americano (ESCOBAR, 2016).

Não demoraria muito para o Brasil entrar em rota de colisão com os EUA. Aliás, quando a instituição do Banco de Desenvolvimento do BRICS foi anunciada, o Brasil já estava mergulhando na crise político-institucional que teve início, na realidade, com as manifestações de junho de 2013.

Naquele momento, Edward Snowden, ex-administrador de Sistemas da CIA e que já havia sido contratado pela Agência de Segurança Nacional do EUA⁸ – a NSA – revelou as práticas de espionagem da Agência em torno da Petrobras e da Presidente Dilma⁹.

Quando as manifestações de junho de 2013 eclodiram em São Paulo em protesto ao aumento das tarifas do transporte público, difundindo-se para várias cidades do território brasileiro e tornando-

⁸ *National Security Agency – NSA.*

⁹ Ver filme-documentário *Citizenfour*, de 2015, dirigido por Laura Poitras.

se rapidamente um movimento difuso – as, fenômeno semelhante à chamada Primavera Árabe – não se percebeu de imediato a relação entre aquelas manifestações e as que vinham ocorrendo no mundo árabe e em outros países, inclusive na Europa.

Ainda em 2013, passadas algumas semanas das manifestações de junho, chamou atenção o caráter difuso dos protestos sem uma liderança clara e cujas pautas reivindicatórias se tornaram mais difusas ainda. Paulatinamente, as manifestações foram sendo conformadas por setores da classe média desvinculadas das lutas sociais históricas e um tipo de narrativa passou a circular: o suposto combate à corrupção, a criminalização da política e dos políticos que, rapidamente, transformou-se na criminalização de um partido só: o Partido dos Trabalhadores, a quem foi atribuída “a culpa” pelos problemas sociais brasileiros.

Estavam dadas as condições objetivas para desestabilizar o País e que foram rapidamente aproveitadas por três atores principais: as elites nacionais, as corporações estrangeiras (ligadas aos diversos ramos da economia e do mercado financeiro) e os agentes de Estado estadunidenses.

Para o sucesso da ação, ou seja, para que as políticas públicas sociais e o projeto inclusivo de País fossem suspensos e para que as corporações estrangeiras adquirissem acesso aos nossos recursos territoriais e, ao mesmo tempo, para que fosse possível aos EUA prolongar seu domínio sobre a América Latina, foi articulado um conjunto de procedimentos apoiados na técnica, na ciência e na informação. É aqui que reside a sofisticação do Golpe de 2016.

A legitimação ao Golpe por amplos setores da sociedade só foi possível porque uma base técnica foi acionada e um determinado tipo de discurso foi posto em circulação. Mas não um discurso e uma

base técnica quaisquer, se não um discurso racionalmente pensado e articulado (mesmo que irracional no sentido de apelar para os afetos e emoções pouco refletidas) e uma base técnica também cientificamente projetada como arma de guerra.

Começemos pela base técnica e em seguida trataremos do discurso posto em circulação na conformação de uma psicosfera que aliou concepções de mundo e de sociedade passadas a concepções de mundo e de sociedade projetadas.

A Tecnoesfera do Golpe

O Golpe não seria possível sem duas coisas: uma tecnoesfera e uma psicosfera, ou seja, uma base técnica e um discurso de convencimento que conferisse “legitimidade”, mesmo que falsa, ao processo.

Podemos dizer que parte da tecnoesfera para perpetração do Golpe corresponde ao meio técnico-jurídico e a rede de relações institucionais utilizados para efetuar a ação. Essa rede de relações institucionais não se restringe às instituições jurídicas brasileiras. É uma rede articulada com instituições jurídicas e de vigilância estrangeiras, principalmente, estadunidenses.

O braço técnico-jurídico do Golpe é uma parte da casta jurídica brasileira. Em fevereiro de 2015, logo após a Presidente Dilma Rousseff ser reeleita e tomar posse, o Procurador Geral da República, à época, Rodrigo Janot, e um grupo de procuradores da força-tarefa responsável pela Operação Lava Jato, dentre eles, Deltan Dallagnol – um dos jovens procuradores que protagonizou

uma verdadeira perseguição política ao Presidente Lula – foram aos EUA para uma reunião com o Departamento de Justiça estadunidense e a *Securities and Exchange Commission* – um órgão regulador do mercado de capitais daquele País (CARVALHO, 2015).

Na ocasião, os funcionários públicos brasileiros forneceram informações às autoridades estadunidenses da *Securities and Exchange Commission* acerca da Petrobras. O órgão apurava supostas violações de funcionários da empresa brasileira ao “Ato de Práticas Corruptas Estrangeiras”, um instrumento utilizado para perpetrar ações judiciais contra empresas de outros países.

Em março de 2018, essa cooperação internacional para desestabilizar o governo brasileiro, por meio do aparato técnico-jurídico, ficou mais clara quando “um vídeo divulgado pela defesa de Lula confirmou que os Estados Unidos ajudaram a Lava Jato na ‘construção de casos’ que atingiram políticos, agentes públicos, executivos e as grandes empreiteiras brasileiras”¹⁰ (ALVES, 2018).

No vídeo, gravado em julho de 2017, em evento organizado pela *Atlantic Council*, uma organização do *big business* estadunidense em torno da OTAN, isto é, uma união do *big business* com as Forças Armadas Americanas, o então vice procurador geral adjunto do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DOJ), Kenet Blanco, revelou o *modus operandi* da cooperação entre procuradores públicos do Brasil e dos EUA.

A cooperação consistiu na troca de informações entre os Ministérios Públicos dos dois países de modo informal e ilegal, já que a cooperação era feita à margem do Ministério da Justiça, órgão

¹⁰ O vídeo pode ser acessado no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=tbPLM5onjLk>. Acesso em: 01 de nov. de 2018.

responsável por encaminhar os pedidos de cooperação internacional (ALVES, 2018).

Chama-nos atenção quando o próprio Blanco revela no vídeo que a cooperação entre os ministérios públicos não se baseia em tratados internacionais, mas em algo que ele denomina como “confiança” (sic) e que, no caso brasileiro, configura-se um procedimento ilegal, visto que qualquer acordo de cooperação do judiciário brasileiro com o judiciário estrangeiro só pode ser validado pelo Ministério da Justiça, o que que não ocorreu. De acordo com o Blanco:

[...] Tal confiança [sic.] [...] permite que promotores e agentes tenham comunicação direta quanto às provas. Dado o relacionamento íntimo entre o Departamento de Justiça [dos EUA] e os promotores brasileiros, não dependemos apenas de procedimentos oficiais como tratados de assistência jurídica mútua, que geralmente levam tempo e recursos consideráveis para serem escritos, traduzidos, transmitidos oficialmente e respondidos (Transcrição do vídeo pelo Portal de Notícias GGN, ALVES, 2018).

O que Blanco revela no vídeo do começo ao fim é a operação pautada no arbítrio e à margem das leis brasileiras vigentes. Uma demonstração de como segmentos da classe média brasileira que tomam assento nas instituições de poder – à serviço da elite econômica do País – se articulam com agentes de Estado dos EUA colocando em risco não só nossas empresas e nossas instituições, mas nossa segurança e soberania nacionais.

Suspeita-se que o Juiz Sérgio Moro – que conduz a operação Lava Jato – recebeu treinamento da inteligência estadunidense para conduzir as investigações e desenvolver o aparato técnico-jurídico, apoiado numa narrativa meticulosamente forjada, para

desestabilizar o sistema político brasileiro e desmontar grandes empresas nacionais.

A quebra do sigilo telefônico da Presidente Dilma Rousseff – ainda em exercício de seu mandato (o que configura crime) – e do Presidente Lula, para interceptação de uma conversa entre os dois, autorizada pelo Juiz Sérgio Moro, e a divulgação dos áudios por várias emissoras de canais abertos de televisão, mas, principalmente, pelo Jornal Nacional – jornal de maior audiência – sem que houvesse nada que os incriminasse, foi mais um exemplo, dentre tantos outros, dos procedimentos utilizados ao arrepio das leis e da própria Constituição para mobilizar os afetos irrefletidos dos brasileiros e, por conseguinte, desestabilizar o País e, posteriormente, efetivar o Golpe.

As notícias diárias no Jornal Nacional em tom dramático induziam a audiência à condenação do Partido dos Trabalhadores, sem que essa mesma audiência compreendesse o complexo jogo de relações e interesses em curso. Abriu-se caminho para indignação seletiva de parte expressiva da sociedade que, confusa, com informações distorcidas e manipuladas, apoiou o impedimento da Presidente Dilma e a prisão do Presidente Lula.

O próprio processo de *impeachment* foi conduzido e apoiado por uma massa de políticos comprovadamente envolvida em escândalos de corrupção, como o próprio vice-presidente à época, Michel Temer, que traiu a Presidente Dilma. Houve uma aliança entre o Executivo, uma expressiva parte do Parlamento e o Judiciário brasileiros para darem continuidade ao processo fraudulento de *impeachment*.

Mas o que aqui destacamos é o papel subserviente desses Poderes ao Governo dos Estados Unidos e aos interesses das

corporações do Petróleo e de outras empresas estrangeiras. Por outro lado, uma subserviência à elite econômica nacional.

É preciso atentar para o caráter geopolítico desse processo. Como é mais custoso – do ponto de vista da aderência social – instituir um golpe por meio das armas, como no passado, torna-se mais “simples”, “eficaz” e menos custoso, tanto do ponto de vista político, como econômico, atacar um governo por meio dos aparatos técnico-jurídicos, implodindo instituições nacionais, como o BNDES, e desmontando empresas privadas estratégicas ao desenvolvimento nacional – como no caso da Odebrecht – e a nossa principal empresa estatal, a Petrobras.

Esse aparato técnico-jurídico é apenas uma parte da tecnoesfera montada e acionada para perpetrar o Golpe. Essa parte corresponde a uma superestrutura ligada aos aparelhos de Estado. Técnicas extremamente complexas que dizem respeito aos procedimentos necessários para justificar as ações em torno do Golpe.

Outra parte da tecnoesfera necessária à Geopolítica do Golpe diz respeito às tecnologias da informação de uso banal, destacando-se os aparelhos celulares e os computadores onde se registra uma série de informações a respeito das pessoas e de si mesmo. Essas informações são capturadas e transformadas em dados a partir de um complexo sistema de engenharia algorítmica, que serve, dentre outras coisas, para que empresas de comunicação e publicidade utilizem esses dados e tenham acesso aos nossos hábitos, gostos, desejos etc.

Atualmente, há empresas especializadas na captura e tratamento desses dados individuais que são, posteriormente, categorizados no chamado *Big Data* e utilizados para fins políticos, a

partir da capacidade – por parte de quem detém os dados e as informações sobre indivíduos classificados e categorizados – para direcionar uma propaganda e um discurso meticulosamente construído em função dos gostos e ideias preconcebidas dos sujeitos, fazendo-os aderir mais facilmente aos objetivos políticos – nem sempre, para não dizer nunca honroso – de quem difunde a informação.

Um exemplo de empresa que atua nesse ramo é a *Cambridge Analytica*, que ficou conhecida em março de 2018 após ser descoberta a suposta relação com o *Facebook* para a captura e utilização de informações dos perfis de milhões de pessoas ao redor do mundo e que, munida dessas informações, produziu propagandas que facilmente apelavam para os aspectos afetivos dos sujeitos em torno de uma dada questão, alterando, por exemplo, os resultados de eleições presidenciais, inclusive no caso do Brasil, nas eleições de 2018 para Presidente da República¹¹.

Já se sabe como o então candidato à presidência da República – Jair Bolsonaro –, empresários que o apoiavam e outros agentes utilizaram o *Facebook* e o *WhatsApp* para difusão das chamadas *Fake News*, corroborando para a sua vitória em detrimento de Fernando Haddad (do PT), um caso, dentre outros ao redor do mundo, que expressa concretamente o fenômeno da Pós-Verdade¹².

¹¹ Sobre o *modus operandi* da Cambridge Analytica e como essa empresa utiliza os dados de milhões de indivíduos para manipular processos democráticos em vários países do mundo, Cf. Concordia (2018); Zaruty (2018); Huchon (2018); João de Tal (2018).

¹² Em 2016, O dicionário Oxford elegeu o termo *post-truth* (“pós-verdade”) como a palavra do ano. Esse termo tem sido utilizado para definir “circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais” (FÁBIO, 2016).

Criou-se uma máquina de produção de notícias falsas – as chamadas *Fake News* – para que uma significativa parcela da sociedade brasileira aceitasse – sem conseguir refletir mediante o bombardeio de informações – um projeto desastroso do ponto de vista da inclusão social e da soberania nacionais que tende não só a reduzir o papel e relevância do Brasil frente às dinâmicas da geopolítica mundial atuais, mas tornar nosso território vulnerável à voracidade dos capitais e interesses estrangeiros em detrimento do bem-estar de nossa população.

Como funcionam esses complexos sistemas técnicos e as respectivas empresas que os operam, quem são os agentes que os financiam e as demais empresas e governos que os utilizam, quais são e como são utilizadas essas informações e com quais finalidades, quais as implicações nos arranjos políticos, sociais, econômicos e culturais de cada formação socioespacial são algumas questões que se impõem nesse século XXI para compreensão das novas relações entre Estado-sociedade, bem como das relações interestatais, ou seja, para compreensão dessa nova geopolítica mundial onde o campo da ação se desloca e se desenrola cada vez mais no seio das redes sociotécnicas.

Podemos considerar que essa tecnoesfera – muito mais complexa do que o que expomos aqui e que precisa ser mais bem mapeada e compreendida – consiste em apenas algumas das dimensões técnicas, científicas e informacionais do Golpe de 2016.

A Psicoesfera do Golpe

De nada adiantaria montar uma estrutura técnica para a implementação do Golpe se, paralelamente, não fosse

construído um discurso e uma narrativa para sensibilizar e convencer a sociedade brasileira em torno do evento em questão.

Na verdade, não foi só um discurso e só uma narrativa que entraram em circulação, mas vários. E todos eles cumpriram um papel importante no sentido de *(des)(in)formar* o pensamento dos brasileiros por meio da mobilização de afetos (SAFATLE, 2014), fazendo com que amplos setores e segmentos da sociedade apoiassem e conferissem legitimidade ao Golpe.

O discurso que entrou em circulação pelos meios de comunicação foi, dentre outros, o do problema da corrupção centrada somente no Estado e da vinculação – deliberadamente equivocada – dos problemas sociais brasileiros a essa suposta corrupção estatal; e, depois, o discurso de criminalização da política, dos políticos e do Partido dos Trabalhadores, com destaque para os discursos que buscam deslegitimar as políticas públicas sociais, isto é, aquelas políticas dirigidas às regiões mais pobres com suas massas também de gente pobre que demanda pelos recursos e serviços do Estado.

A vinculação automática e irrefletida dos problemas sociais à corrupção do Estado é um equívoco, mesmo porque esta noção de corrupção é extremamente vaga e quando o discurso da corrupção no campo da política é utilizado para mobilização de determinados afetos, esse discurso pode tornar-se mais um instrumento de aniquilação do outro (opositor nas disputas políticas) do que um instrumento que por si só garanta

a superação do que quer que seja que se chame de corrupção, como a experiência brasileira tem demonstrado.

Poderíamos dizer, ainda, que a verdadeira corrupção como aquela responsável pelos desequilíbrios sociais e territoriais do Brasil se encontra mais nas nossas elites econômicas, aquelas que efetivamente exercem o poder no País, do que no Estado. Entre um projeto inclusivo e um projeto exclusivo, nossa elite econômica decide por este último, como Souza (2015, 2016a) argumenta e explica.

O ódio ou o desprezo ao pobre, ao negro, ao índio e outras minorias fazem parte da nossa triste formação social. Já tratamos disso anteriormente. Como esses sentimentos não “podem” deliberadamente ser enunciados contra o Outro – porque há os freios da cultura que os impede, apesar desses sentimentos se manifestarem no cotidiano por meio de inúmeras práticas sociais excludentes, e, também, porque tais sentimentos alojam-se no campo do inconsciente –, seria preciso encontrar um objeto de representação desses sentimentos para que o ódio para esse objeto pudesse ser canalizado.

Um objeto que representa os pobres, que os enuncia, que dá visibilidade aquilo que se quer oculto e invisível, foi justamente o Partido dos Trabalhadores – principalmente a figura do Presidente Lula – e todos os demais movimentos sociais que agregam esse conjunto de pessoas que dão visibilidade aquilo que se quer oculto e esquecido na sociedade brasileira.

Nesse sentido, o discurso posto em circulação não foi o da necessidade de combate à pobreza, mas o de combate à corrupção, apenas um pretexto para se combater, na verdade, aquele Partido que, por meio do Estado, criou mecanismos importantes para enfrentamento das desigualdades, da injustiça social e da pobreza.

Encontrou-se, pois, a fórmula para sustar o projeto inclusivo de País. Combater não a pobreza, tampouco a corrupção. Melhor seria combater aquilo que revela o que se quer oculto – inclusive a própria corrupção –, combater aquilo que enuncia e tem condições de enfrentar o problema: o Partido dos Trabalhadores, sobretudo na figura do Presidente Lula.

Munidos dessa informação sensível a respeito da “psicologia do brasileiro”, estavam dadas as condições sociais para induzir segmentos da classe média a legitimarem o Golpe.

Para a elite dos endinheirados e para as corporações estrangeiras, as desigualdades sociais e territoriais e as questões relacionadas aos direitos humanos, trabalhistas etc. lhes são indiferentes. A preocupação das elites e das corporações econômicas é com os canais a serem mantidos, renovados ou criados para drenar os recursos da sociedade e do Estado para os seus bolsos¹³. Acabar com os direitos trabalhistas, cortar os gastos/investimentos com políticas públicas, ameaçar as aposentadorias futuras etc. são apenas

¹³ Como bem nos lembra Souza (2016a, p. 80), “herdamos da escravidão também o cinismo e a indiferença. A postura de nossos endinheirados, que reflete essa indiferença, é mais ou menos a seguinte: ‘Desde que o dinheiro entre em meu bolso, pouco me importa o arranjo social que torna isso possível’”.

detalhes relacionados aos meios para os endinheirados atingirem seus objetivos.

Mas se a massa de pobres é indiferente para a elite e para as corporações, não o são para segmentos da classe média. Com a ascensão de uma classe trabalhadora e com o acesso dessa classe às universidades e ao consumo, segmentos da classe média se sentiram ameaçados no campo da competitividade pela distinção social (SOUZA, 2016a). Em outros termos, viram ameaçados seus privilégios, já que teriam que concorrer, por exemplo, às vagas das universidades e dos concursos públicos ao lado dos historicamente excluídos.

Os nexos entre os fatores internos e os fatores externos para implementação do Golpe de 2016

Munidos desse dado concreto, as elites nacionais aliadas a grupos de interesses estrangeiros, interessados na desestabilização da política brasileira, aproveitaram-se para estimular e mobilizar os afetos relacionados ao ódio e ao desprezo aos pobres secularmente alimentados na sociedade brasileira, potencializando o medo de que muitos da classe média têm, que é o de perderem seus privilégios reproduzidos graças ao capital cultural adquirido e transmitido de geração em geração – distinção importante em relação às demais classes de trabalhadores precarizados que não contam nem com o capital econômico, tampouco com o capital cultural; este último, fundamental à ascensão e inserção nas atividades modernas capitalistas (SOUZA, 2015, 2016a).

Digamos que é aqui que os fatores internos relacionados à formação socioespacial brasileira se articulam com os fatores externos relacionados à atual geopolítica.

Os meios de comunicação tradicionais e as empresas de comunicação e de tratamento de dados que operam com as novas tecnologias da informação se apoiaram nas bases técnicas e fizeram circular um tipo de discurso que mobilizou os afetos de amplos segmentos da classe média brasileira para dar sustentação ao Golpe.

A elite econômica nacional – sem projeto de país e pensando somente como no curtíssimo prazo poderá ganhar mais dinheiro (SOUZA, 2016a) – potencializou o medo e o ódio das classes médias em torno das políticas sociais do PT. Ao mesmo tempo, esse projeto inclusivo do PT representou uma ameaça aos interesses estrangeiros, pois, para efetivar a integração social por meio de políticas públicas como a expansão de universidades, do SUS etc., seria preciso cuidar dos recursos territoriais necessários ao financiamento desse projeto de longo prazo, bem como protegê-los.

Obviamente, essa proteção de nossas riquezas consistiria em um constrangimento à livre atuação das empresas estrangeiras em território nacional e à ampla exploração de nossos recursos sem contrapartidas sociais. E, do ponto de vista geopolítico, representa uma ameaça ao poder hegemônico dos EUA.

Esses agentes e agências internos e externos precisam ser mais bem identificados, reconhecidos e ter sua rede de relações e envolvimento devidamente mapeada. Quem se relaciona com quem, com quais funções e atribuições na ampla trama do Golpe político-institucional em curso no Brasil?

É preciso considerar que o Golpe de 2016 é apenas uma manifestação de um movimento mais amplo em âmbito global que

diz respeito ao reposicionamento forçado dos países periféricos em uma nova (na verdade, uma atualização da velha) divisão internacional do trabalho, isto é, diz respeito à trama de relações que envolvem, por um lado, uma nova etapa do capitalismo comandado pelas finanças e, por outro lado, a luta pela manutenção da hegemonia dos países do centro do sistema capitalista para garantia da reprodução desse sistema em escala planetária.

Nesse sentido, o Golpe de 2016 é uma das faces da atual geopolítica mundial que se utiliza de novas técnicas e tecnologias para manutenção dos projetos de poder político e econômico dos EUA e de corporações sediadas em países centrais.

Uma dessas novas técnicas e tecnologias diz respeito à chamada Guerra Não Convencional (*Unconventional Warfare – UW*) tratada de modo empírico por Korybko (2015), por meio do que ele denominou de guerras híbridas.

É uma das descrições de Guerra Não Convencional, apresentada por Petit (2012) e reproduzida por Korybko (2015), que nos interessa:

A Guerra Não Convencional não acontece sozinha e espontaneamente; em vez disso, ela é a continuação de um conflito já existente na sociedade, e a função da Guerra Não Convencional é ajudar um movimento contra o governo atuando dentro desse conflito a derrubar as autoridades (PETIT, 2012 *apud* KORYBKO, 2015, p. 58).

A partir dessa descrição, Korybko desenvolve a noção de Guerra Híbrida levantando a hipótese de que “o conflito preexistente em questão é uma Revolução Colorida [como a Primavera Árabe ou, no caso do Brasil, as manifestações que tiveram início em junho de 2013, em São Paulo, e se espalharam para várias cidades do País]”, sendo essa Revolução Colorida “fabricada externamente e que a Guerra Não Convencional pode ser iniciada secretamente quase que

imediatamente após o início da Revolução Colorida para atuar como um multiplicador de forças”. E acrescenta: “a campanha de uma Guerra Não Convencional cresce em intensidade até que o governo alvo seja derrubado” (KORYBKO, 2015, p. 58).

De acordo com Korybko (ibid., p. 6), a Guerra Híbrida seria o resultado de uma articulação entre as chamadas Revoluções Coloridas e a Guerra Não Convencional, podendo ser considerada como o “novo método de guerra indireta [...] perpetrado pelos EUA”.

Diríamos que as Revoluções Coloridas estariam ligadas aos fatores internos de um País; enquanto que a Guerra Não Convencional estaria ligada aos fatores externos, e a combinação desses dois movimentos ou desses dois processos responderiam, em cada formação socioespacial, por uma dada ruptura de processo histórico; no caso do Brasil, explicaria muito do Golpe de 2016.

A partir das noções de Revoluções Coloridas, de Guerra Não Convencional e de Guerra Híbrida tratadas por Korybko, poderíamos encontrar os nexos entre os fatores internos e externos que dariam forma e conteúdo ao Golpe de 2016.

As manifestações de junho de 2013 – o que corresponderia a nossa “revolução colorida” – teriam servido de ponto de partida para tensionar os conflitos sociais brasileiros e então perpetrar a Guerra Não Convencional com vistas a derrubada do Governo, isto é, com vistas a implementação do Golpe.

Obviamente, as manifestações de junho de 2013 não podem ser compreendidas nem justificadas tão somente a partir de uma suposta confabulação externa capaz de induzir uma massa de pessoas a irem às ruas protestarem – mesmo que de forma difusa – contra o que quer que seja.

As manifestações de 2013 possuem causas bem mais profundas, relacionadas à nossa formação socioespacial, já apontadas neste ensaio e já amplamente expostas por Souza (2015, 2016a), dentre outros intelectuais que buscam compreender tal evento em um contexto histórico mais amplo. No entanto, é preciso atentar para o fato de que as manifestações de 2013 foram a oportunidade encontrada pelos agentes externos para influírem na derrubada da Presidente Dilma Rousseff e apoiar a instalação de um governo ilegítimo – no caso de Michel Temer –; um governo alinhado com as intenções geopolíticas estadunidenses e, principalmente, com os interesses das corporações estrangeiras em relação à exploração dos recursos brasileiros.

Isso só foi possível mediante as condições dadas para que os agentes internos (a elite econômica e parte da casta jurídica a serviço dessa elite) articulados aos agentes externos pudessem manipular parte da sociedade brasileira para transitar das manifestações de Junho de 2003 (nossa versão de “revolução colorida”) para a chamada Guerra Não Convencional.

O próprio Korybko (2018) afirma que o que os agentes externos fazem para transitar gradualmente das Revoluções Coloridas para a Guerra Não Convencional é simplesmente explorar as “diferenças históricas, étnicas, religiosas, socioeconômicas e geográficas em países de importância geopolítica” tendo como objetivo “desestabilizar, controlar ou influenciar projetos de infraestrutura multipolares por meio do enfraquecimento do regime, troca do regime ou reorganização do regime”.

No caso do Brasil, tratou-se de uma reorganização do regime, passando de um governo promotor de políticas públicas sociais, com um projeto e políticas econômicas, com vistas à inclusão

social para um governo fortemente neoliberal, antissocial, entreguista e com vistas à reprodução e ampliação das injustiças sociais.

As nossas diferenças históricas (étnicas, socioeconômicas, geográficas etc.) traduzidas na nossa luta de classes – uma luta de classes com um viés muito mais escravocrata do que uma luta de classes tradicional típica de um capitalismo moderno – foram um dos pontos sensíveis bem explorados por grupos de ultradireita como o Movimento Brasil Livre (MBL) e tantas outras “lideranças” advindas de segmentos das classes médias que passaram a orientar às manifestações e protestos que se estenderam por todo o País contra o PT.

Se nos países árabes e também na Ucrânia a Guerra Não Convencional se desenvolveu “a partir de uma revolução colorida [...] com a justificativa da ‘luta pela libertação democrática’, como é habitualmente retratado de maneira enganosa pela mídia ocidental” (KORYBKO, 2015, p. 58), no caso do Brasil, a justificativa para nossa “revolução colorida” foi o combate à corrupção, discurso também difundido de maneira enganosa pela nossa mídia tradicional, mas com significativo “impacto” sobre os afetos dos brasileiros que associaram, automaticamente e sem reflexão, os problemas sociais do País ao problema da corrupção encarnada somente no PT.

É preciso sempre lembrar que para segmentos da classe média e para as elites brasileiras o problema não é nem a desigualdade nem a injustiça social, tampouco a corrupção. O problema para esses agentes é o rompimento do pacto político que mantém privilégios e que garante a permanente reprodução do projeto exclusivo de País por meio da concentração dos capitais econômicos, culturais e sociais, como insiste Souza (2016a).

Também tivemos nossos “atores desvinculados do Estado” e que deram um tom mais “apartidário” ao suposto combate à corrupção, fato fundamental para que amplos segmentos das classes médias, também desvinculados das lutas sociais e político-partidárias históricas, pudessem aderir e apoiar o Golpe.

Como nos lembra Escobar (2018), para que a Guerra Híbrida obtenha êxito, isto é, possa evoluir das “revoluções coloridas” para a Guerra Não Convencional, é fundamental a aderência de uma “classe média não engajada [do ponto de vista das lutas sociais e das lutas políticas históricas]” de forma que “esses não engajados tornem-se, mais cedo ou mais tarde, contrários a seus líderes políticos”.

O que nos cabe, portanto, é identificar, além da base técnica utilizada para o Golpe, os discursos e as imagens veiculados por meio da propaganda, nesses casos, tanto os discursos técnicos – sobretudo de caráter jurídico – como os discursos políticos capazes de mobilizar determinados afetos, isto é, capazes de estimular determinadas emoções como indignação, revolta, ódio etc.

Nesse sentido, a um discurso/propaganda contra o projeto inclusivo de País corresponde um discurso/propaganda a favor do projeto exclusivo de País, e mais, corresponde a uma estratégia geopolítica favorável aos interesses políticos, militares e econômicos estrangeiros.

O ataque às políticas públicas do PT e o discurso contra o Estado brasileiro, contra as estatais e contra grandes empresas nacionais só serviram para reforçar a ideologia neoliberal que apregoa a redução do Estado, as privatizações e entrega dos recursos nacionais às corporações estrangeiras.

De um golpe só, fizemos prevalecer os interesses da elite econômica nacional e, ao mesmo tempo, retomamos nosso papel

subalterno na divisão internacional do trabalho oferecendo nosso território como recurso a ser explorado por outras nações em detrimento da nossa. Também reduzimos nosso papel protagonista na geopolítica mundial. Abandonamos um projeto de integração interna e externa com vistas a uma cooperação internacional no sentido de auxiliar os países subdesenvolvidos para que nos inseríssemos, todos, de uma forma mais equilibrada e justa no processo de globalização.

Infelizmente, no momento atual, assistimos a uma história que se repete como farsa e como tragédia.

Referências bibliográficas

ALVES, C. Em vídeo, procurador dos EUA admite parceria informal com a Lava Jato. *GGN*, publicado em: 17 mar. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2KIjGVq>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CARVALHO, J. de. Janot e procuradores de força-tarefa viajam aos EUA para pedir apoio em investigação da Petrobras. *O Globo*, publicado em: 06 fev. 2015. Disponível em: <https://glo.bo/2VfHC85>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CONCORDIA. **Cambridge Analytica**: The Power of Big Data and Psychographics, 27 set. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2VbjsLY>. Acesso em: 17 out. 2018.

ESCOBAR, P. O Brasil no epicentro da Guerra Híbrida. *Outras Palavras*, publicado em: 30 mar. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2R0v06j>. Acesso em: 15 nov. 2018.

FÁBIO, A. C. O que é ‘pós-verdade’, a palavra do ano segundo a Universidade de Oxford. *Nexo Jornal*, publicado em: 16 nov. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2gecAcC>. Acesso em: 15 nov. 2018.

GEORGES, R. *País Estagnado*: um retrato das desigualdades brasileiras – 2018. Oxfam Brasil, 26 nov. 2018.

HUCHON, T. *Driblando a democracia*: como Trump venceu. Ogum Filmes, 2018.

JOÃO DE TAL. *Cambridge Analytica e Bolsonaro: O Brasil está sendo manipulado*, publicado em: 14 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2q1V4ON>. Acesso em: 17 out. 2018.

KORYBKO, A. Agentes externos provocaram uma “guerra híbrida” no Brasil, diz escritor. *Brasil de Fato*, publicado em: 19 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2CFIImj>. Acesso em: 9 nov. 2018.

KORYBKO, A. *Guerras Híbridas: a abordagem adaptativa indireta com vistas à troca de regime*. Moscou: Projeto do Institute for Strategic Studies and Predictions PFUR, 2015.

NOBRE, C. E. *Usos do território no Brasil: articulações federativas para implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de São Paulo*. Campinas, 2018, 286f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2018.

PETIT, L. C. B. *Social Media and UW*. U.S Army John F. Kennedy Special Warfare Center and School, 1 de abril de 2012.

RIBEIRO, A. C. T. Presentificação, impulsos globais e espaço urbano: o novo economicismo. In _____. *Por uma Sociologia do Presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013a. v. 5, p. 179-190.

RIBEIRO, A. C. T. *Teorias da ação*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SAFATLE, V. Uma política dos afetos. *Folha de S.Paulo*, publicado em: 07 jan. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2BLAZBJ>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. SANTOS, M. (Org.). *Espaço & Sociedade: ensaios*. Vozes, Petrópolis, 1979, p. 9-27.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 16 ed. Rio de Janeiro: Record, 2012 [2001].

SERAFINI, Mariana. Em menos de uma década, três golpes na América Latina. *Portal Vermelho*, publicado em 11 mai. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Q93a2v>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SILVA, F. A. da. *A pobreza na Região Canavieira de Alagoas no século XXI: do Programa Bolsa Família à dinâmica dos circuitos da economia urbana*. Campinas, 2017, 321f. Tese (doutorado em

Geografia), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2017.

SOUZA, J. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016a.

SOUZA, J. *A ralé brasileira*. 3. ed. [s.l.], Belo Horizonte: UFMG, 2016b.

SOUZA, J. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

WALLERSTEIN, I. *O Fim do Mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Tradução Renato Aguiar. 1. ed. [s.l.], Editora Revan, 2002.

ZARUTY, Livia. *Você está sendo manipulado: Bolsonaro no WhatsApp*, publicado em: 14 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2CGRnoD>. Acesso em: 17 out. 2018.

Submetido em: 30 de dezembro de 2018.

Devolvido em: 27 de março de 2019.

Aprovado em: 10 de abril de 2019.

**O *SOFT POWER* NA GEOPOLÍTICA
CONTEMPORÂNEA: ATIVISMO
BRASILEIRO EM CONFERÊNCIAS
SOCIAIS E AMBIENTAIS DA ONU**

*SOFT POWER IN
CONTEMPORARY GEOPOLITICS:
BRAZILIAN ACTIVISM IN SOCIAL
AND ENVIRONMENT UN
CONFERENCES*

*SOFT POWER EN GEOPOLÍTICA
CONTEMPORANEA: ACTIVISMO
BRASILEÑO EN CONFERENCIAS
SOCIALES Y AMBIENTALES DE
LA ONU*

CHARLES SERRA TABARIN

Programa de Pós-Graduação em Geografia –
Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP), Campinas/SP.
E-mail: charles.serrat@gmail.com

Resumo: O fim da Guerra Fria e a hegemonia do Capitalismo como sistema econômico consolidaram o fenômeno da Globalização, resultando na formação de uma nova agenda internacional, baseada na cooperação e na interdependência interestatal. Com isso, novos temas (sociais e ambientais) emergem nas discussões e conferências internacionais, formalizando regimes internacionais em áreas antes restritas a discussões na escala nacional. O Brasil beneficia-se do novo cenário multilateral e almeja se consolidar como importante ator internacional, se valendo do *soft power*, ao protagonizar as conferências da Organização das Nações Unidas, a partir da década de 1990, com a finalidade de concretizar seu histórico objetivo de apossar-se de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Visto isso, o presente artigo valeu-se de análises de relatos, notícias, documentos oficiais, artigos, entrevistas e pesquisas para verificar o ativismo brasileiro nas conferências sociais e ambientais da ONU, sob o vislumbre de novas formas de expressão de poder na Geopolítica contemporânea.

Palavras-chave: poder brando, geopolítica, Brasil, conferências, ONU.

Abstract: The end of the Cold War and the hegemony of Capitalism as an economic system consolidated the phenomenon of Globalization, resulting in the formation of a new international agenda based on inter-state cooperation and interdependence. In that way, new themes (social and environmental) emerge in international discussions and conferences, formalizing international regimes in areas formerly restricted to discussions at the national level. Brazil is benefiting from the new multilateral scenario and aims to consolidate itself as a major international player, using soft power, as the United Nations Conference, starting in the 1990s, to achieve its historic goal of seize a permanent seat on the UN Security Council. Thus, the present article used analyzes of reports, news, official documents, articles, interviews and research to verify Brazilian activism at UN social and environmental conferences, in the light of new forms of expression of power in contemporary Geopolitics.

Keywords: soft power, geopolitics, Brazil, conferences, UN.

Resumen: El fin de la Guerra Fría y la hegemonía del Capitalismo como sistema económico consolidaron el fenómeno de la Globalización, resultando en la formación de una nueva agenda internacional, basada en la cooperación y en la interdependencia interestatal. Con eso, nuevos temas (sociales y ambientales) emergen en las discusiones y conferencias internacionales, formalizando regímenes internacionales en áreas antes restringidas a discusiones a escala nacional. Brasil se beneficia del nuevo escenario multilateral y aspira a consolidarse como importante actor internacional, valiéndose del *soft power*, al protagonizar las conferencias de la Organización de las Naciones Unidas, a partir de la década de 1990, con la finalidad de concretar su histórico objetivo de se apoderará de un asiento permanente en el Consejo de Seguridad de la ONU. En el presente artículo se valió de análisis de relatos, noticias, documentos oficiales, artículos, entrevistas e investigaciones para verificar el activismo brasileño en las conferencias sociales y ambientales de la ONU, bajo el vislumbre de nuevas formas de expresión de poder en la Geopolítica contemporánea.

Palabras clave: poder blando, geopolítica, Brasil, conferencias, ONU.

Introdução

O final do século XX foi marcado, na Geopolítica, com o fim da Guerra Fria e da União Soviética, concomitantemente o Capitalismo passa a predominar como um sistema global, repercutindo em uma nova fase do sistema econômico, a Globalização. Conseqüentemente, há a formação de uma nova agenda internacional, baseada na cooperação e na interdependência interestatal. Com a abertura de espaço para novas questões nas relações internacionais, as Conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas, seguindo o curso do novo modelo, apresentam inovações, como a inclusão de temas de caráter social na agenda internacional e a participação de novos atores nas Conferências.

Nesse contexto, o poder e a Geopolítica sofrem transformações. O velho *hard power*, ou o poder baseado no confronto, perde espaço para o *soft power*, ou seja, o poder obtido por meio da atração, com o Estado conseguindo atingir seus objetivos influenciando outros Estados. Dessa forma, uma Geopolítica contemporânea se instala para compreender as novas manifestações do poder que ocorrem nos meios de acordos e cooperações.

A política externa brasileira tem atuado ativamente na Cooperação Sul-Sul, buscando se firmar como um porta-voz dos países periféricos e, almeja, com isso, conseguir uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, representando estes países. Isso também ocorre nas pautas e conferências internacionais de temáticas sociais, nas quais o Brasil tem se consolidado como um importante ator, visando se projetar na política internacional e no novo cenário geopolítico multipolar que se instala nas últimas décadas.

À vista disso, o presente trabalho pretendeu averiguar a relevância da política externa brasileira no cenário internacional, no mundo pós-Guerra Fria, e seu ativismo frente aos acordos, conferências e tratados que buscam a solução dos problemas globais, buscando projeção internacional e obtenção de *soft power*, com o objetivo final de conquistar a antiga reivindicação de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Contexto: o fim da Guerra Fria a Globalização

Com o fim da Guerra Fria, o fim da União Soviética e a formação de uma nova agenda internacional, o Capitalismo passa a predominar como um sistema global, repercutindo em uma nova fase capitalista, a Globalização. A Globalização é definida por Giddens (1991) como a “intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1991, p. 64).

De acordo com Iná Castro (2005), “é possível considerar a Globalização como o processo que torna toda a extensão do planeta um espaço” (CASTRO, 2005, p. 215). Para Giddens (1991) e Santos (2000), citados por Castro (2005, p. 242),

A globalização pode ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são moldados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. A globalização se refere essencialmente ao processo de distanciamento entre tempo e espaço, na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais se enredaram através da superfície da Terra como um todo.

Já para Virgílio Arraes (2006), o processo de globalização:

Implica a integração de mercados, das estruturas produtivas e financeiras da economia global, engendra a feitura de regras comuns para disciplinar o intercâmbio e os fluxos de bens e serviços, de ativos financeiros, de informações e de pessoas, amplia o grau de interdependência mesmo em áreas tradicionalmente reservadas aos governos, como é o caso de segurança internacional (ARRAES, 2006. p. 85).

O sociólogo Zygmunt Bauman (1999) no livro “Globalização: as consequências humanas” argumenta que:

A globalização tanto divide como une; divide enquanto une - e as causas da divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo. Junto com as dimensões planetárias dos negócios, das finanças, do comércio e do fluxo de informação, é colocado em movimento um processo de “localizador”, de fixação no espaço (BAUMAN, 1999, p. 8).

A Globalização se reflete principalmente nos aspectos e relações econômicos, de um capitalismo financeiro e de seu forte apelo a construção de uma economia global, que pode implicar inclusive no rompimento das fronteiras nacionais, para alguns autores, resultando no desaparecimento do Estado-nação. Entretanto, Castro (2005) enxerga o atual modelo não como a extinção do Estado, mas sim como a emergência da cooperação e organização interestatal, refletindo em uma resposta dos Estados ao cenário internacional instalado.

A Globalização, atrelado ao fim da Guerra Fria, teve consideráveis efeitos no cenário político mundial, atingindo tanto as políticas domésticas dos países, como as externas. Segundo Ana Carolina Mauad (2011), essas modificações se refletiram também nas relações internacionais e:

Todas essas transformações ocorreram de maneira muito acelerada após o esfacelamento da União Soviética, e a rapidez com que as alterações se deram foi em muito proporcionada pelo processo de globalização que, com as inovações tecnológicas dos meios de comunicação, fez que os eventos ocorridos no centro do sistema mundial afetassem a dinâmica das relações internacionais e das políticas domésticas em outras partes do mundo (MAUAD, 2011, p. 25).

Conforme apresentado o contexto mundial, as relações internacionais se atrelam à ótica da interdependência. De acordo com Keohane e Nye (1989), a interdependência “*means mutual dependence. Interdependence in world politics refers to situations characterized by reciprocal effects among countries or among actors in different countries*” (KEOHANE; NYE, 1989, p. 7). Ou seja, se instala globalmente um cenário de interdependência e cooperação internacional, amenizando a conflituosa conjuntura da Guerra Fria, abrindo espaço para novas temáticas, a serem tratadas em nível internacional, além das tradicionais segurança e defesa, que não perdem espaço.

De acordo com Matilde de Souza (2005),

O fim da Guerra Fria certamente abriu espaço para que muitas questões, até então marginais nas relações internacionais, se tornassem alvo de preocupações mais explícitas por parte dos atores relevantes da sociedade internacional (SOUZA, 2005, p. 7).

Ainda de acordo com a autora,

Essas temáticas ganharam maior espaço na agenda internacional entre o final dos anos de 1980 e meados dos anos de 1990. Parece não haver controvérsias de que a temática inaugurou, de forma mais visível, a introdução de questões sociais no debate em âmbito global. O que tornou relevante, na perspectiva das questões sociais, é a relação que se estabeleceu entre meio ambiente e

desenvolvimento e meio ambiente e direitos humanos (SOUZA, 2005, p. 8).

De acordo com Oliveira e Lessa (2006), os chamados “novos temas das Relações Internacionais” (na década de 1980), que eram tidos como diminutos frente o contexto da guerra fria, passam a compor a agenda internacional contemporânea, “à qual todos os países, inclusive o Brasil, tiveram que se adaptar com maior ou menor dificuldade” (OLIVEIRA; LESSA, 2006, p. 2). Assim, abrem-se novas frentes de cooperação e estratégias no cenário internacional, assuntos que serão discutidos nos próximos itens.

Geopolítica Contemporânea e o *soft power* como estratégia de poder

O novo quadro apresentado também altera e transforma a geopolítica, que se torna um conjunto de ações empreendidas por diferentes atores internacionais, e não mais apenas o Estado. Segundo Bertha Becker, “Hoje, esta geopolítica atua, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, uma vez que a conquista de territórios e as colônias tornaram-se muito caras” (BECKER, 2005, p. 71). Com isso, compreende-se que os Estados utilizam atualmente estratégias de poder e dominação a outros Estados, sem aplicar o denominado *hard power*, ou poder bruto, por meio de guerras, conflitos e demonstrações de fora. Sobre o *hard power*, Joseph Nye (2002, p. 36), “tanto o poder militar como o econômico são exemplos do duro poder de comando que se pode empregar a fim de induzir os demais a mudarem de posição”.

As forças econômicas do mercado, no contexto de interdependência da economia, com a Globalização econômica, não podem ser desconsideradas. Nas palavras de Joseph Nye (2002),

O poder econômico tornou-se mais importante que no passado, tanto em virtude do aumento relativo do custo da força quanto porque os objetivos econômicos passaram a ganhar vulto nos valores das sociedades pós-industriais. Num mundo em globalização econômica, todos os países dependem, até certo ponto, de forças do mercado que lhe escapam do controle direto (NYE, 2002, p. 35).

Assim como a Geopolítica, o poder sofre transformações, isso é, “No decorrer dos séculos, com o desenvolvimento das tecnologias, as fontes de poder se alteraram” (NYE, 2002, p. 31). Há novas formas do exercício do poder global, por meio do chamado *soft power*, que substituí hoje em dia a ênfase na força militar e na conquista, porque “A guerra não se tornou impossível, mas é muito menos aceitável hoje do que era há um ou mesmo há meio século” (NYE, 2002, p. 33).

De acordo com Joseph Nye Jr., *o Soft Power*, ou Poder Brando é a habilidade de um país de influenciar os outros a fazer o que deseja pela atração em vez de coerção (NYE, 2004). Ainda para Joseph Nye (2002, p. 36):

Na política mundial, é possível que um país obtenha os resultados que quer porque os outros desejam acompanhá-lo, admirando os seus valores, imitando-lhe o exemplo, aspirando ao seu nível de prosperidade e liberdade. Neste sentido, é igualmente importante estabelecer a agenda na política mundial e atrair os outros quanto forçá-los a mudar mediante a ameaça ou o uso das armas militares ou econômicas (NYE, 2002, p. 36).

A criação de agendas e regras internacionais, bem como o respeito a elas, influencia outros Estados a seguir a linha de pensamentos e políticas do Estado guia, que exerce o *soft power*. Nesse âmbito, o *soft power* é visto como uma estratégia de poder, na

qual um Estado articula ações visando expandir seu poder de influência sobre outros Estados. Nye acrescenta que “O poder brando se arrima na capacidade de definir a agenda política para formar as preferências dos demais” (NYE, 2002, p. 37). Assim, na sociedade de Estados, “Se eu conseguir leva-lo a querer fazer o que eu quero, não precisarei obrigá-lo a fazer o que você não quer” (NYE, 2002, p. 37)

Ainda seguindo na teoria de Joseph Nye (2002), temos que “os poderes bruto e brando estão relacionados e se reforçam mutuamente. Ambos são aspectos da capacidade de alcançarmos os nossos objetivos afetando o comportamento dos outros” (*ibidem*, p. 38). Acrescenta-se a isso que “certos países (...) têm uma influência política maior que seu peso militar e econômico por incorporar causas atraentes - como a ajuda econômica e o esforço pela paz – a suas definições de interesse nacional” (*ibidem*, p. 39). Assim, “o país que consegue legitimar seu poder aos olhos dos demais encontra menor resistência para obter o que deseja” (*ibidem*, p. 39). Ou seja, um Estado que consegue influenciar e atrair outros Estados, por meio do seu *soft power*, consegue atingir seus objetivos e interesses nacionais sem utilizar o *hard power*, ou a força bélica, sendo ainda capaz de moldar a agenda internacional, conforme seus anseios.

A capacidade de moldar a agenda internacional é extremamente benéfica a um Estado, uma vez que “Se conseguir estabelecer regras internacionais compatíveis com a sua sociedade, é menos provável que tenha que mudar” (NYE, 2002, p. 39). Além disso, “a universalidade da cultura de um país e sua capacidade de estabelecer um conjunto de normas e instituições favoráveis que governem setores de atividade internacional são fontes decisivas de poder” (*ibidem*, p. 39).

Com o explicitado anteriormente, podemos inferir que a Geopolítica se faz presente

“Tanto nas práticas imperiais de dominação bélica (Hard Power), quanto nas estratégias discursivas e de associativismos de cooperação (Soft Power) uma vez que a construção de acordos, e outros mecanismos de dominação podem ser entendidos como trunfos de poder (RAFFESTIN, 1993), por viabilizarem que atores estruturem o exercício do poder – seja ele territorial seja ele diplomático” (ROCHA, 2018, p. 133).

Em um cenário de interdependência estabelecido, de acordo com o diplomata José Augusto L. Alves (2001, p. 39), “O “poder” atual, de países em desenvolvimento e de potências econômico-militares, para ter credibilidade internacional, inclui necessariamente, como observa Celso Lafer, o *soft power* da democracia e dos direitos humanos no plano interno”. Direitos Humanos, democracia e oportunidades individuais são valores muito sedutores e causam admiração dos outros e faz com que eles passem a desejar aquilo que você quer. “Sob a ótica da interdependência complexa os estados passam exercer o poder não pela força, mas pela ótica da reciprocidade no sentido de cooperar para gerar ganhos para todos” (CADEMARTORI; SANTOS, 2016, p. 6).

No esteio da formação de uma Geopolítica Contemporânea, tem-se que

É demonstrado que o uso de conceitos como regime ambiental, interdependência, sensibilidade e vulnerabilidade importam na conjuntura de crise ambiental atual e no jogo político das relações internacionais ao desvelarem novas agendas temáticas e atores que dinamizam a geopolítica contemporânea (SENHORAS; MOREIRA, 2008, p. 48).

Senhoras e Moreira (2008) acrescentam ainda que

Com o crescente processo de globalização, que erode as bases conceituais até então hegemônicas, bem como as bases políticas e institucionais das representações espaciais, os estudos geopolíticos clássicos embasados nos Estados territoriais têm cedido espaço para outras escalas e temas. Em um período em que as fronteiras têm se tornado mais porosas e fluidas diante da multi-territorialidade de uma série de processos econômicos, sociais, políticos e ambientais, o princípio da soberania e das práticas associadas às tradicionais funções e natureza do Estado vêm sofrendo crescentes questionamentos e repercutem sobre a geopolítica da escala internacional (SENHORAS, MOREIRA, 2008, p. 53).

Dito isso, pode-se concluir que a geopolítica no século XXI, pós-Guerra Fria, se redesenha por meio da cooperação, dos novos atores e das novas escalas de análise em meio ao cenário internacional que se põe.

Cooperação e conferências: a formação de uma nova agenda internacional

Com o fim da Guerra Fria, novas temáticas emergem em importância na agenda internacional, entre elas ramificações dos direitos humanos, desenvolvimento sustentável e meio ambiente, junto à novas formas de segurança e defesa, sendo abraçadas por organizações internacionais, com destaque para a ONU. De acordo com Matilde de Souza (2005, p. 7):

O fim da Guerra Fria certamente abriu espaço para que muitas questões, até então marginais nas relações internacionais, se tornassem alvo de preocupações mais explícitas por parte dos atores relevantes da sociedade internacional.

Para Aprígio (2017), nesse contexto

A política internacional deixou de se centrar única e exclusivamente em aspectos de poder – *high politics* –, que definiam o jogo de forças e as grandes

estratégias de segurança internacional. Ao contrário, abre-se espaço a um maior pragmatismo em termos de agenda. Uma agenda que se distingue pela mudança contínua, uma característica que decorre da própria natureza do meio internacional, englobando temas econômicos, sociais, ambientais, etc. – *low politics*” (APRIGIO, 2017, n.p.).

Autores como Eiiti Sato (2000), também embasam essa questão e, explica que desde o final do século XX, a agenda internacional se apresenta de forma diferenciada, deixando de existir uma separação entre *high politics* e *low politics*, extinguindo a antiga hierarquia de temas, com novas temáticas ganhando destaque, como meio ambiente, narcotráfico, as novas bases da competitividade internacional, direitos humanos, conflitos étnico-religiosos, entre outros. Ainda de acordo com Sato (2000), “as questões relativas à segurança estratégica não deixaram de ocupar posição de destaque, mas passaram a ser vistas de modo cada vez mais integrado a esses novos temas da agenda internacional” (SATO, 2000, p. 139).

As novas temáticas abordadas na agenda internacional, tão relevantes quanto questões de segurança, passam a englobar questões socioespaciais, direitos humanos e o meio ambiente, conceitos como desenvolvimento sustentável ganham destaque e, há uma intensa relação entre os temas emergentes. Segundo Souza (2005),

Essas temáticas ganharam maior espaço na agenda internacional entre o final dos anos de 1980 e meados dos anos de 1990. Parece não haver controvérsias de que a temática inaugurou, de forma mais visível, a introdução de questões sociais no debate em âmbito global. O que tornou relevante, na perspectiva das questões sociais, é a relação que se estabeleceu entre meio ambiente e desenvolvimento e meio ambiente e direitos humanos (SOUZA, 2005, p. 8).

O processo de Globalização, que “implica a integração dos mercados, das estruturas produtivas e financeiras da economia global, engendra a feitura de regras comuns para disciplinar o intercâmbio e os fluxos de bens e serviços, de ativos financeiros, de informações e de pessoas” (ROCHA, 2006, p. 85), de acordo com Rocha (2006), também contribui para uma ampliação da interdependência internacional e, isso também ocorre em “áreas tradicionalmente reservadas aos governos, como é o caso de segurança internacional” (ROCHA, 2006, p. 85).

A hierarquização das temáticas, como dito anteriormente, perde força com o fim do ambiente conflituoso bipolaridade ideológico-militar da Guerra Fria e uma atenuação dos assuntos de segurança militar nacional e internacional, e a abertura de espaço para uma agenda socioespacial global. Rafael Duarte Villa (2005) destaca essa conjuntura, em que:

A agenda internacional inclinou-se a ser menos hierarquizada, posto que o recuo da excessiva preocupação com assuntos de segurança nacional e internacional de natureza militar abriu brechas teóricas e institucionais para questões da agenda social global que, se bem eram pensadas e discutidas durante aquele período, ainda não tinham o suficiente destaque na ação internacional dos Estados ou de seus *policymakers* (VILLA, 2005, p. 156).

A agenda internacional permanece em constante mutação, de acordo com as condicionantes do próprio ambiente globalizado, dos atores em contínua transformação, além de modificações dos padrões econômicos e sociais, é o que defende Eiiti Sato (2000). Se aprofundando na temática, ainda ressalta que

Mudanças tecnológicas, por exemplo, em um curto espaço de tempo, podem alterar fluxos comerciais e financeiros tornando um grande negócio de hoje uma atividade econômica inviável amanhã.

Disponibilidade de mão de obra e de recursos naturais deixaram de ser, a médio prazo, garantias para as nações. Mesmo estruturas industriais maduras, para não serem ultrapassadas, precisam modernizar-se continuamente tanto do ponto de vista tecnológico quanto administrativo. Essas mudanças, obviamente, não ocorrem de maneira uniforme. Países e regiões não se transformam na mesma direção e quando, porventura, o sentido das mudanças pode ser considerado semelhante, a velocidade com que esse processo ocorre difere substancialmente de lugar para lugar. Além disso, fatores mais difíceis de serem percebidos e quantificados como os de base cultural e étnica podem combinar-se de muitas maneiras, em geral imprevisíveis, produzindo fatos e circunstâncias que condicionam a agenda internacional (SATO, 2000, p. 138).

Inseridos na agenda internacional, encontram-se os chamados “regimes internacionais”, que, de acordo com Krasner, “*International regimes are defined as principles, norms, rules, and decision-making procedures around which actor expectations converge in a given issue-area*” (KRASNER, 1985, p. 2).

A participação em regimes internacionais, conforme o autor,

Trata-se, com efeito, de muito mais do que o resultado de um cálculo de custo e benefício que leva em conta expectativas de perdas e ganhos ao se decidir assumir o compromisso de fazer valer, no plano interno, normas aplicáveis também em jurisdições de outros estados. Participar de regimes é simultaneamente um ato constitutivo da personalidade de um país e uma forma de tentar interferir no curso dos acontecimentos na esfera internacional” (ROCHA, 2006, p. 76).

Dessa forma, compreende-se que a Globalização infere em uma nova agenda global, com novas temáticas e pressupõe a interdependência entre os Estados, levando a cooperação internacional, que pode ser moldada através da participação em conferências e regimes internacionais.

Política externa brasileira e o ativismo nas Conferências da ONU

A Política Externa Brasileira é reconhecida internacionalmente como calcada na solução pacífica de conflitos, por meio do Direito Internacional, na soberania e igualdade dos Estados e, pela estabilidade, garantida, segundo Cíntia Souto (2005), por sua operação “com um corpo diplomático qualificado, selecionado por concurso público e treinado nos cursos do Instituto Rio Branco, onde recebe os “paradigmas” da política externa brasileira” (SOUTO, 2005, p. 2). Um dos paradigmas destacados é a participação ativa nos fóruns multilaterais, desde o início do século XX.

A política externa do Brasil adotou o multilateralismo como norte, após o fim da Guerra Fria, nos anos 1990 e, com isso, participou intensamente da construção da nova agenda da Globalização, por meio da presença e comprometimento em diversas conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), em temas como “direitos humanos, meio ambiente e desenvolvimento, direitos da criança, direitos da mulher, racismo, segurança, entre outros” (PEREIRA, 2017, n.p.). Segundo o ex-ministro das Relações Exteriores Celso Lafer, o Brasil investiu no soft power da credibilidade, na década de 1990, ao participar ativamente da inserção dos novos temas globais na agenda internacional, na busca pela inserção no mundo baseada na visão gromeciana da conduta diplomática brasileira (LAFER, 2001, p. 118).

Para Lima, Fraga, Oliveira e Silva (2015),

Na busca de ampliar seu espaço diplomático e econômico, o Brasil tem apostado na presença em fóruns e discussões internacionais, mas também lançado ações concretas no sentido de parcerias

estratégicas no âmbito de uma perspectiva meridionalista, bem como no estreitamento das relações com os países que disputam a hegemonia global com os Estados Unidos que fazem parte dos BRICS, sobretudo Rússia e China (LIMA; FRAGA; OLIVEIRA; SILVA, 2015, p. 146).

A participação se estendeu, além das conferências, aos regimes internacionais vinculados, como “uma maneira de se constituir a própria identidade no ambiente internacional” (ROCHA, 2006, p. 92), inserindo o país no novo cenário internacional que se moldava.

De acordo com Antonio Jorge Ramalho da Rocha (2006, p. 93), “a própria identidade do País se constitui, pelo menos em parte, por meio da utilização do que se pode chamar de argumento moral, isto é, o apoio do Brasil a instituições e sua adesão a regimes internacionais em defesa de uma ordem internacional regida por normas”. Dessa forma, frequentemente “a política externa brasileira obtém êxito nesse processo e amplia sua capacidade de interferir na evolução dos eventos internacionais, quer quando propõe, quer quando se associa a regimes internacionais vigentes” (ROCHA, 2006, p. 93).

A reclamação dessa autoridade moral, de acordo com Rocha (2006), serve de base para o pleito de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU pelo Brasil, justificativa para que o país tenha se tornado ativista no cenário internacional nas últimas décadas.

Virgílio Arraes também defende essa visão ao afirmar que paralelamente à realização das grandes conferências, bem como a intensa participação brasileira,

Debater-se-ia a possibilidade de reforma da ONU, em especial de seu principal organismo: o Conselho de Segurança, constituído por 15 Estados, dos

quais cinco dispõem de assento fixo com poder de veto – Estados Unidos, Rússia, China, França e Grã-Bretanha -, enquanto os outros dez têm mandato de dois anos, distribuído de acordo com critérios geopolíticos – cinco para África e Ásia; dois para América Latina e Caribe; e três para a Europa: um para a parte leste e dois para a parte ocidental (ARRAES, 2006, p. 26).

Arraes acrescenta que:

A aspiração de cadeira permanente no CS por parte do Brasil significaria, de certa forma, uma tentativa de modificar, ao lado da participação nas conferências, a imagem recente do País, projetada de modo depreciativo em relação à questão da Amazônia, direitos humanos e escândalos políticos recentes, vinculados à Presidência da República (ARRAES, 2006, p. 26).

Além disso,

A obtenção da cadeira permanente refletiria a procura por mais prestígio externo, isto é, o reconhecimento da sociedade internacional, com o objetivo de legitimar, a posteriori, a aplicação de determinadas medidas políticas e econômicas, que haviam visado, a princípio, a estabilização monetária e, mais tarde, a modificação do perfil do Estado, ao integrar mais o País à economia internacional e, por conseguinte, revigorar a postura anti-estatal do início da década (ARRAES, 2006, p. 26).

O Brasil “procurou adequar-se a determinados regimes internacionais ao mesmo tempo em que reafirmava o respeito às normas e ao Direito Internacional” (ROCHA, 2006, p. 93). Com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), a imagem do país se consolidou no cenário internacional como líder na área, “adquirindo a capacidade de participar ativamente da formulação da agenda, como se pôde observar ao Protocolo de Quioto” (ROCHA, 2006, p. 93).

Na área dos Direitos Humanos, o governo deixou de se calar e reconheceu a existência desses problemas no país. Dessa forma, o país se tornou um defensor dos direitos humanos e, admite também as dificuldades em afirmar esses direitos num contexto de desigualdades econômicas e sociais. Outra área que o Brasil vem se destacando é a do desenvolvimento como parte integrante da defesa dos direitos humanos. Defendendo que os países desenvolvidos desfaçam barreiras comerciais, favorecendo a produção econômica e as condições para a promoção dos direitos humanos nos países em desenvolvimento (ROCHA, 2006, p. 94).

Sobre o ativismo brasileiro no multilateralismo global, Amado Cervo e Antônio Carlos Lessa (2014, p. 136) atestam que:

A grande presença brasileira em órgãos multilaterais tradicionais, globais ou regionais, mantém-se, sobretudo por meio da máquina diplomática, o Itamaraty. Essa frente de ação associa-se à atuação em órgãos recentes criados por efeito da formação de blocos, de coalizões de poder e de cúpulas de Chefes de Estado e de governo, nos quais a delegação brasileira costuma agregar representantes de segmentos ativos da sociedade. Observa-se que o multilateralismo brasileiro penetra desse modo, por vontade nacional, o primeiro mundo e o mundo emergente, guiado pelo objetivo de fortalecer o poder e expandi-lo, em sintonia com a vocação globalista do país.

Para ilustrar a participação ativa brasileira em conferências e cooperação internacional buscaram-se alguns exemplos, dos últimos anos, do protagonismo do país em notícias, documentos oficiais e relatórios.

Lusimeire Pereira do Nascimento (2014), em sua dissertação de mestrado intitulada “Conferências das Nações Unidas e Política Ambiental Global: Protagonismo Brasileiro”, esboça a dianteira do Brasil frente às conferências e regimes ambientais internacionais a

partir da década de 1990, com o objetivo de apagar seu histórico de vilão ambiental e se consolidar no cenário internacional como um importante ator. Em suas conclusões, a autora afirma que:

O Brasil desempenhou, mais uma vez, a função de líder e promotor das discussões sobre gestão de recursos naturais e desenvolvimento ao defender, durante a Conferência do Rio, os postulados do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o país concretizou seu papel de importante ator internacional das causas ambientais, sendo, por muitas vezes, considerado uma “potência ambiental” tanto pela sua reconhecida megadiversidade quanto pelo seu poder de decisão e conciliação na definição da política ambiental global durante as Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente. Resultando na construção de um consolidado arcabouço legal de gestão e proteção do meio ambiente nacional, que serviu de exemplo e modelo a outros países interessados nessa temática (NASCIMENTO, 2014, p. 88).

Em entrevista à notícia do site do Ministério do Meio Ambiente, de dezembro de 2010, a ministra do meio ambiente da época, Izabella Teixeira, atestando o protagonismo brasileiro em conferências internacionais, afirma que

A 16ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima, no México não gerava muitas expectativas por conta dos resultados da COP-15 em Copenhague, mas surpreendeu a todos, mais uma vez, pelo protagonismo do Brasil que, junto com o Reino Unido, conseguiu assegurar que o Protocolo de Kyoto continue em negociação, apesar das profundas divergências em relação à segunda fase de compromisso (MMA, 2010).

Outro caso que merece ser ressaltado é o papel brasileiro, elucidado por Henrique G. Pinto e Camila G. Alves (2013, p. 368). De acordo com os autores,

O arranjo político atual, com a emergência dos países do chamado BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) associada à crise econômica dos países europeus e norte-americanos permitiu

ao Brasil um papel de protagonismo em blocos de poder internacional, como o Mercosul e a Unasul, e o G-77, por exemplo (PINTO e ALVES, 2013, p. 368).

Contudo, o relatório do Observatório do Clima para a COP23 (23a Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas), “O que nós esperamos da COP23?”, resume a situação brasileira que conflita entre atitudes progressistas em grandes conferências, contribuindo na formulação de acordos, contudo no plano interno, isso não se reflete. Nas palavras do relatório,

O Brasil chega à reunião com dupla personalidade: progressista do ponto de vista da negociação, com seus diplomatas dispostos a sair dela com um desenho do manual de implementação do acordo; mas tragicamente regressivo do ponto de vista da política interna, e com a maior alta em suas emissões em 13 anos (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2017, p. 1).

Além da participação ativa em conferências, podem-se citar casos em que o Brasil se destacou no cenário internacional por promover a cooperação e o desenvolvimento. O relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), de 2015, destacou o “protagonismo do Brasil na promoção do desenvolvimento regional e da cooperação Sul-Sul” e “a importância dos bancos de desenvolvimento no contexto internacional, capazes de fornecer investimentos de longo prazo para os mais países mais pobres, considerados arriscados pelo mercado global de capitais” (ONU, 2015), citando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o que ilustra o papel ativo brasileiro em cooperação internacional.

Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa adotou como método a pesquisa qualitativa. Essa escolha parte da busca pela “complexidade e as contradições dos fenômenos singulares, a imprevisibilidade e a originalidade criadora das relações interpessoais e sociais”, característica desse método, partindo do pressuposto da interdependência entre o sujeito e o objeto (CHIZZOTTI, 1998, p. 78). Sendo que o objeto é dotado de “significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações” (CHIZZOTTI, 1998, 79).

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados métodos de pesquisa de coleta de dados primários, considerados aqueles sem tratamento analítico, oriundos de documentos oficiais das Conferências Internacionais, promovidas pela Organização das Nações Unidas, com o objetivo de mapear a participação brasileira nessas, bem como entrevistas, artigos, notícias e outras fontes relevantes.

Posteriormente, foi realizada uma análise de dados qualitativos e documentos secundários prospectados através de bases de dados internacionais e nacionais, livros, periódicos e entrevistas, com o intuito de observar as contribuições da política externa brasileira para os debates da nova agenda internacional.

Metodologicamente, para compreender a inserção dos países na nova agenda internacional, precisa-se analisar a política externa, no caso da Geografia, “como uma versão *soft* presente na roupagem das estratégias Geopolíticas” (ROCHA, 2018, p. 132). Ainda de acordo com André Santos da Rocha (2018), “uma análise de aproximação dos desdobramentos da política externa com a natureza da ciência geográfica, permitem acessar alguns recursos fundamentais do novo quadro geopolítico” (ROCHA, 2018, p.133).

Para definir a política externa, Letícia Pinheiro (2004, p. 7) *apud* Rocha (2005, p. 133) explica que se trata do:

Conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos – tais como organizações internacionais, corporações multinacionais ou atores transnacionais – formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional.

A importância da análise da política externa, para André Rocha (2018), parte da premissa de que:

Se a política externa sinaliza e delinea as estratégias de interesses de um ator frente ao mundo, podemos entender que indiferente da postura (Soft Power ou Hard Power) ela indica claramente pistas de trama geopolítica deste Ator, em especial porque a condição prática de política externa dos Estados, em maior ou menor grau, tece suas estratégias em torno da construção de Hegemonias – que entendemos como formas de exercício de poder (ROCHA, 2018, p. 133).

Dessa forma, se a política externa desponta como uma nova estratégia de poder dos atores no cenário internacional, conclui-se que há uma nova forma de organização de poder (ROCHA, 2018, p. 134) e, portanto, cabe a Geografia das Relações Internacionais compreender tal fenômeno.

Por fim, elaborou-se um relatório que contemplou a discussão realizada durante todas as etapas da pesquisa, enumerando os objetivos atingidos e buscando traçar resoluções para a problemática central da pesquisa.

Considerações Finais

Com o apresentado, podemos destacar a importância que as temáticas sociais ganham na agenda internacional pós-Guerra Fria,

cabendo aos países se adequarem ao novo cenário de multilateralismo. Inserido nesse contexto, avalia-se as novas formas de projeção internacional de poder, destacando-se o soft power e a divulgação de valores atrativos e democráticos frente ao mundo.

Concluimos ainda, que o Brasil, em consonância com a projeção geopolítica trazida pelo protagonismo no palanque dos fóruns e discussões internacionais, busca se lançar como um país emergente, parte dos BRICS, potência regional e porta-voz do Sul Global, devido ao prestígio de seu capital diplomático, promovendo um engrandecimento de seu *soft power* e, com isso, amplificar as possibilidades de compor, de forma permanente, o Conselho de Segurança da ONU, obtendo, assim, poder de decisão sobre os principais eventos internacionais. Contudo, a Cooperação Sul-Sul e o protagonismo brasileiro no cenário internacional sofreram abalos com a turbulência da política interna, com o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e o governo de Michel Temer e, as sinalizações do presidente eleito Jair Bolsonaro.

Referências bibliográficas

ALVES, J. A. L. *Relações Internacionais e Temas sociais: a década das conferências*. Ed. FUNAG e Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Brasília: 2001.

APRIGIO, A. *Paradiplomacia e interdependência: as cidades como atores internacionais*. Gramma, 2017.

ARRAES, V. “O Brasil e a ONU, de 1990 a nossos dias: das grandes conferências às grandes pretensões”. ALTEMANI, H. de O.; LESSA, A. C. (Orgs.). *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas volume 2*. São Paulo: Saraiva; 2006.

BAUMAN, Z.; PENCHEL, M. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECKER, B. K. “Geopolítica da Amazônia”. In: *Estudos avançados*, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

CADEMARTORI, L; H. U.; SANTOS, P. C. “A Interdependência Complexa e a Questão dos Direitos Humanos no Contexto das Relações Internacionais”. *Revista Brasileira de Direito*, v. 12, n. 2, p. 71-81, 2016.

CASTRO, I. E. de. *Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2005.

CERVO, A. L.; LESSA, A. C. “O declínio: edição internacional do Brasil (2011-2014)”. *Rev. bras. polít. int.* Brasília, v. 57, n. 2, p. 133-151, dezembro de 2014.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. *Power and interdependence*. 2nd ed. Glenview: Scott Foresman, 1989. 315p.

KRASNER, Stephen D. (org). *International Regimes*. 8.ed. Ithaca: Cornell University Press, 1995

LAFER, C. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LIMA, W. T.; FRAGA, C. N.; OLIVEIRA, A. M. L. de; SILVA, I. O. da. “A Importância Geopolítica do Conselho de Segurança na Organização das Nações Unidas para o Brasil”. *Revista de Geopolítica*, Natal, v. 6, n° 2, p. 136-149, jul./dez. 2015.

MAUAD, Ana Carolina Evangelista. *A participação dos governos locais na segunda conferência das nações unidas sobre assentamentos humanos (habitat II) e seus desdobramentos internacionais e nacionais*. 2011. 140 f., il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. “Brasil foi protagonista em conferências internacionais da ONU”. Ministério do Meio Ambiente. Dez. 2010. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/6796-brasil-foi-protagonista-em-conferencias-internacionais-da-onu>. Acesso em: nov. de 2018.

NASCIMENTO, L. P. do. *Conferências das Nações Unidas e política ambiental global: o protagonismo brasileiro*. Dissertação (Mestrado

em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014. 97p.

NYE, J. S. *O paradoxo do poder americano: porque a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo, SP: UNESP, 2002.

NYE JR, J. S. “Soft power”. In: *Power in the Global Information Age*. Routledge, 2004. p. 76-88.

NYE, J. S. *Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais*. São Paulo, Editora Gente, 2009.

OC - OBSERVATÓRIO DO CLIMA. “O que nós esperamos da COP23?” Observatório do Clima. 5 de novembro de 2017. [online] Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/wp-content/uploads/2017/11/Relato%CC%81rio-COP23-v3.pdf>. Acesso em: Novembro de 2018.

OLIVEIRA, H. A. de; LESSA, A. C. (Orgs.) *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas volume 2*. São Paulo, SP: Saraiva; 2006.

ONU - Organização das Nações Unidas. “ONU destaca protagonismo do Brasil na promoção do desenvolvimento regional e da cooperação Sul-Sul”. ONU Brasil. Out. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-destaca-protagonismo-do-brasil-na-promocao-do-desenvolvimento-regional-e-da-cooperacao-sul-sul/>. Acesso em: nov. 2018.

PEREIRA, A. de M. F. “Desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil: as políticas de gestão dos resíduos sólidos”. *XVI Congresso Internacional FoMercó*, UFBA, Salvador (BA), 2017 (não paginado).

PINTO, H. G.; ALVES, C. G. “Algumas considerações sobre o papel do Brasil na Rio +20 – A geopolítica ambiental em ação!”. *Revista Geonorte*, Edição Especial 3, v. 7, n. 1, p. 361-373, 2013.

ROCHA, A. J. R. da. “O Brasil e os Regimes Internacionais”. In: OLIVEIRA, Henrique A. de; LESSA, A. C. (Orgs.) *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas volume 2*. São Paulo, São Paulo: Saraiva; 2006.

ROCHA, A. S. da. “A política externa e geopolítica brasileira na era Lula: uma análise dos acordos de cooperação técnica para a África”. RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). *Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 131-144.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

SATO, E. “A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções”. *Rev. bras. polít. int.* [online], v.43, n.1, p.138-169, 2000.

SENHORAS, E. M.; MOREIRA, F. de A. “Fundamentos normativos para uma geopolítica ambiental nas relações internacionais”. *1º SIMPGEO/SP*, Rio Claro, 2008.

SOUTO, C. V. “Bilateralismo e multilateralismo antes e depois do esgotamento do ‘nacionalismo de fins’”. In: *Segundas Jornadas de História Regional Comparada e Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada*, 2005, Porto Alegre. Anais das Segundas Jornadas de História Regional Comparada e Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada. Porto Alegre, 2005.

SOUZA, M. de (Org.). *A agenda social das relações internacionais*. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2005.

VILLA, R. D. “Agenda Ecológica global e regimes internacionais de meio ambiente: um estudo de caso difícil”. SOUZA, M. de (Org.). *A agenda social das relações internacionais*. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2005.

Submetido em: 15 de dezembro de 2018

Aprovado em: 22 de abril de 2019.

**COLONIALIDADE, EXCEÇÃO-
ESPOLIAÇÃO E ETNOCÍDIO: O CASO
DOS ATINGIDOS À JUSANTE DA
BARRAGEM DE BELO MONTE**

*COLONIALITY, EXCEPTION-
DISPOSSESSION AND
ETHNOCIDE: THE CASE OF
THOSE AFFECTED
DOWNSTREAM OF THE BELO
MONTE DAM.*

*COLONIALIDAD, EXCEPCIÓN-
DESPOSESIÓN Y ETNOCIDIO: EL
CASO DE LOS AFECTADOS RÍO
ABAJO POR LA PRESA DE BELO
MONTE*

KENA AZEVEDO CHAVES

Programa de Pós-Graduação em Geografia –
Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Rio Claro/SP.

E-mail: kenachaves@gmail.com

Resumo: A interação de povos indígenas e tradicionais com grandes projetos de investimento é historicamente marcada pela violação de direitos e invisibilidade dos grupos sociais atingidos, e culmina na perda dos territórios e desaparecimento dos modos de vida. O avanço da fronteira econômica sobre a Amazônia, reproduz padrões de colonialidade (QUIJANO, 2009), promovendo etnocídio (CLASTRES, 1982) dos povos para expropriação dos recursos sob seu controle. Desta forma, operando através de necropolíticas (MBEMBE, 2016), apoiada na exceção (AGAMBEN, 2002; 2004), a acumulação por espoliação (HARVEY, 2012) mostra sua importância para manutenção do modo de produção. O trabalho debruça-se sobre o caso dos atingidos à jusante da barragem UHE Belo Monte, argumentando, à partir de relatos, que os atingidos são tratados como desimportantes ou matáveis pelo empreendedor e Estado, cuja atuação ameaça os modos de vida na região.

Palavras-chave: colonialidade, exceção, espoliação, etnocídio, UHE Belo Monte.

Abstract: The interaction of indigenous and traditional peoples with large investment projects is historically marked by the violation of rights and invisibility of the affected social groups, culminating in the loss of territories and the disappearance of the ways of life. The advance of the economic frontier over the Amazon reproduces patterns of colonialism (QUIJANO, 2009), promoting ethnocide (CLASTRES, 1982) of peoples for expropriation of the resources under their control. In this way, operating through necropolicies (MBEMBE, 2016), supported by the exception (AGAMBEN, 2002; 2004) the accumulation by dispossession (HARVEY, 2012) shows its importance for the maintenance of the mode of production. The paper focuses on the case of those affected by Belo Monte Dam, arguing from the reports, that the affected are treated as unimportant or killable by the entrepreneur and state, whose actions threaten the livelihoods of the region.

Keywords: coloniality, exception, dispossession, ethnocide, Belo Monte dam.

Resumen: La interacción de pueblos indígenas y tradicionales con grandes proyectos de inversión está históricamente marcada por la violación de derechos e invisibilidad de los grupos sociales afectados, y culmina en la pérdida de los territorios y desaparición de los modos de vida. El avance de la frontera económica sobre la Amazonia, reproduce patrones de colonialidad (QUIJANO, 2009), promoviendo etnocidio (CLASTRES, 1982) de los pueblos para expropiación de los recursos bajo su control. De esta forma, operando a través de necropolíticas (MBEMBE, 2016), apoyada en la excepción (AGAMBEN, 2002; 2004), la acumulación por desposesión (HARVEY, 2012) muestra su importancia para el mantenimiento del modo de producción. El trabajo se centra en el caso de los afectados por la presa de Belo Monte, argumentando, a partir de relatos, que los afectados son tratadas como desimportantes o matables por el emprendedor y el Estado, cuya actuación amenaza los modos de vida en la región.

Palabras clave: colonialidad, excepción, desposesión, etnocidio, presa de Belo Monte.

Introdução

Nas últimas décadas a Amazônia brasileira ganhou novo espaço na composição da carteira de produtos de exportação do país. *Commodities* agrícolas e minerais, produzidas sobretudo nos estados amazônicos do Mato Grosso e Pará, alcançam os mercados mundiais com volumes crescentes de produtos. O extrativismo com bases industriais é um fenômeno em ascensão globalmente, intensificado após eclosão da crise financeira de 2008 que liberou capitais acumulados a buscarem oportunidades de reinvestimento na produção de bens primários, encontrando na América Latina condições propícias para sua expansão. A maior dependência dos orçamentos governamentais latino-americanos com relação às rendas derivadas de indústrias extrativas é um ponto importante, fazendo com que investimentos massivos sejam direcionados para regiões que antes contribuía pouco para a receita bruta dos governos nacionais (FISHER, 2014). No Brasil, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) projetos de geração de energia e logística foram retomados, e investimentos em mineração e ampliação da fronteira agrícola potencializados, tendo como justificativa os interesses nacionais e o bem comum ao conjunto da nação.

A interação de povos amazônicos (povos indígenas e tradicionais) com grandes projetos de investimento é historicamente marcada pela violação de direitos e invisibilidade dos grupos sociais atingidos, e culmina na perda dos territórios e desaparecimento dos modos de vida. O intenso avanço da fronteira econômica sobre os territórios tradicionalmente ocupados (ALMEIDA, 2004b) acirra conflitos e, com direitos ainda em processo de consolidação, as lutas pelo reconhecimento dos modos de vida tradicionais é uma constante.

Povo tradicional é categoria ampla e dinâmica, compreendida neste trabalho de acordo com a conceituação apresentada por Cunha e De Almeida (2017), como sociedades com cosmologia específica, com utilização limitada dos recursos naturais, formas equitativas de organização social, dentre outras características específicas. Segundo os autores, embora os povos tradicionais tomem os povos indígenas como modelo, as categorias não são sinônimos. Existem distinções legais relativas aos direitos territoriais destes povos, e a definição de povo indígena aqui empregada reitera o disposto na Convenção 169 da OIT, promulgada integralmente no Brasil pelo Decreto nº 5.051/2004, que considera como indígenas povos descendentes daqueles que habitavam o país antes da colonização. Tanto povos indígenas como os tradicionais tem no auto reconhecimento de sua identidade, e no reconhecimento desta identidade por um grupo ao qual pertençam, critério fundamental para seu reconhecimento legal.

Na Volta Grande do Xingu (PA), povos indígenas e ribeirinhos convivem com cenário de acirramento das disputas pelo uso dos recursos na região desde a chegada da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte (terceira maior hidrelétrica do mundo). As concepções de atingidos e de povo tradicional empregadas pelo empreendedor, limitam o reconhecimento dos direitos desses povos, e desde o início das obras da UHE assiste-se ao desrespeito de acordos do licenciamento ambiental e violação de direitos, que coloca em risco a manutenção dos modos de vida.

Na relação etnocida imposta pelo avanço da fronteira econômica sobre a Amazônia, dois processos atuam de forma combinada: a espoliação (HARVEY, 2012), que diz respeito ao avanço do modo de produção capitalista sobre novos territórios; e a exceção

(AGANBEM, 2002; 2004) que aponta para o papel do Estado na supressão dos direitos políticos dos cidadãos.

Ao discutir a migração de capitais para novos territórios, Harvey (2012), na esteira de Luxemburgo (1985), retoma a importância deste movimento para manutenção do sistema de produção, apontando para o papel da acumulação por espoliação na retomada do crescimento das economias capitalistas. Estagnados nos epicentros das crises de superacumulação, capitais precisam buscar novas oportunidades de investimentos, pressionando Estados e populações para liberação de ativos para sua apropriação. Semelhante à acumulação primitiva, porém com mecanismos renovados, a *acumulação por espoliação* seria o processo sem o qual o capitalismo encontraria sua ruína.

A proposição de Harvey é colabora para a compreensão dos mecanismos econômicos que impulsionam a migração do capital, que não poderia se efetivar sem o papel dos Estados nacionais. Segundo Levien (2013), a acumulação por espoliação prescinde de ferramentas políticas, com forte presença do Estado como agente espoliador. A atuação do Estado faz-se evidente a partir de diversas clivagens, e recorreremos aqui, para aprofundar a interpretação do avanço da fronteira da acumulação sobre os territórios tradicionalmente ocupados, ao conceito de exceção proposto por Agamben (2002; 2004). Para o autor, é o Estado, como soberano, que destitui de direitos e despolitiza parcelas da população, convertendo grupos sociais à “vida nua” – situação de anomia em que a vida se torna desimportante – transformando-os em seres “matáveis”. A suspensão de direitos possibilita a espoliação dos territórios e recursos antes sob controle de povos tradicionais. Desta forma interpreta-se a exceção como processo associado à espoliação, formando o par operativo exceção-

espoliação, em que ocorrem de forma encadeada: para espoliar é necessária a supressão dos direitos dos povos através da exceção. Fundamentalmente operada pelo Estado, a exceção coloca-se como face política do processo imperialista de expansão do capital (CHAVES e SOUZA, 2018).

Diante do processo de exceção-espoliação, o horizonte para os povos amazônicos é a perda dos territórios, que concretamente ameaça sua sobrevivência, uma vez que o vínculo com a natureza e com o lugar é o que confere a possibilidade de existência aos modos de vida. Para os atingidos na Volta Grande, a perda do território significa a perda da possibilidade de existência de seu modo de vida e as pressões sofridas apontam para mais uma face do etnocídio a que os povos amazônicos resistem há séculos.

Operando juntos, exceção-espoliação e o etnocídio, sustentam-se em ideologias racistas e etnocêntricas, e revelam elementos da colonialidade do poder (QUIJANO, 2009) que atravessam tais processos. Mecanismo estruturante da sociedade moderna/colonial, a colonialidade justifica, e pacifica socialmente, a escolha do Estado sobre quem são os “matáveis”. A classificação dos grupos sociais em categorias de raça/etnia, gênero e classe, a partir de padrões eurocêntricos, está na base que estrutura a colonialidade, que por sua vez coloca-se como elemento constitutivo do poder capitalista na atualidade (QUIJANO, 2009).

O trabalho que se apresenta traz alguns resultados da pesquisa de mestrado da autora, e busca relacionar a colonialidade do poder (QUIJANO, 2009) com a operação da exceção (AGAMBEN, 2002; 2004) e espoliação (HARVEY, 2012) no avanço de grandes projetos de investimento sobre os territórios tradicionalmente ocupados (ALMEIDA, 2004) na Amazônia brasileira. A discussão

debruça-se sobre o caso dos atingidos pelo Trecho de Vazão Reduzida da UHE Belo Monte – trecho de 100km à jusante da barragem principal da hidrelétrica que desde a liberação da licença de operação do empreendimento (novembro de 2015) convive com a redução da vazão em função do enchimento dos reservatórios da Usina – destacando, nas entrevistas e registros da observação participante de audiências públicas, falas e depoimentos dos atingidos que revelam estruturas de exceção-espoliação e da colonialidade no conflito vivido na região. A análise do caso apoia entendimento mais amplo sobre o avanço do modo de produção capitalista sobre os territórios tradicionalmente ocupados na Amazônia, motor do etnocídio dos povos da região.

Colonialidade e avanço da fronteira econômica sobre a Amazônia

Sustentada na imposição de padrões eurocêntricos a partir dos quais se classifica a população mundial em categorias raciais/étnicas, de gênero e de trabalho, a colonialidade coloca-se como um dos elementos fundamentais do padrão do poder capitalista (QUIJANO, 2009). O poder, conforme Quijano (2009), não pode ser reduzido às relações de produção ou à autoridade, e deve ser interpretado como uma malha de relações de “exploração/dominação/conflito” (p.100) que se configuram entre os sujeitos na disputa pelo controle do “trabalho, da natureza, do sexo, da subjetividade e da autoridade” (p.100). Tais dimensões são articuladas através da *colonialidade do poder* numa estrutura comum, apesar de sua heterogeneidade e descontinuidade (QUIJANO, 2009).

Para Quijano (2014) o sentido moderno de raça surge nas colônias europeias na América, possivelmente originado com base nas diferenciações fenotípicas entre “conquistadores e conquistados” (QUIJANO, 2014, p.778), como forma de legitimar as relações de poder impostas pelo processo colonial. Relações sociais baseadas nessa lógica constituíram e redefiniram identidades, cunhando termos como “índios, negros e mestiços” (QUIJANO, 2014, p.778) aos quais se opunham a identidade dos *europeus*, mudando seu sentido “que hasta entonces indicaban solamente procedencia geográfica o país de origen, desde entonces cobraron también, en referencia a las nuevas identidades, una connotación racial” (QUIJANO, 2014, p. 778).

A expansão do colonialismo europeu sobre o mundo levou a constituição de uma perspectiva eurocentrada de conhecimento e aprofundamento da ideia da existência de raças, de forma a naturalizar “relaciones coloniales de dominación entre europeos y no europeos” (QUIJANO, 2014, p. 779). Situando povos conquistados e dominados como inferiores, a raça se converteu em critério para a distribuição das populações do mundo em diferentes papéis, determinados pela estrutura de poder constituída à partir da imposição de padrões. Assim, instituíram-se hierarquizações de lugares, pessoas, saberes, modos de vida, sempre classificados de acordo com “suposto grau de evolução e desenvolvimento societário” (PORTO-GONÇALVES e QUENTAL, 2012, p. 08).

Cunhado como um conceito político, a raça é empregada para justificar e manter um sistema de poder que discrimina e desumaniza alguns povos e grupos sociais, identificando-os como descartáveis (MIGNOLO, 2003), ou matáveis, se observarmos a partir da proposição de Agamben (2002). A diferenciação por raças,

com supremacia dos brancos europeus, está na base da colonialidade do poder que não se esgota com o colonialismo, este último foi processo que gestou as relações de colonialidade, impregnadas na estrutura do poder, que se mantém até os dias atuais.

Durante a colônia, grupos dominantes nos territórios colonizados (elites não brancas) assumiram papéis tributários, servindo como intermediários na remessa de valor e de riquezas para as metrópoles. Quando instituíram-se estados-nacionais estes papéis se traduziram na dependência, mantendo estruturas de poder construídas ao longo do processo colonial e que impossibilitaram a estes países saírem da condição de “*periferia colonial* na disputa pelo *desenvolvimento*” (QUIJANO, 2009, p. 108).

Na América Latina, ainda que haja um processo de negação da dominação e do controle europeu e das grandes potências, se reafirmam internamente seus costumes e estruturas de poder. Segundo Porto-Gonçalves e Quental (2012) as elites nacionais latino-americanas rompem com as metrópoles, porém seguem desejando sê-las, “rompem com o colonialismo, mas não com a colonialidade. Deste modo, afirmam sua “americanidade” sem deixarem de ser europeus e, ao mesmo tempo, demarcam sua diferença em relação aos ameríndios e aos afroamericanos (...)” (PORTO-GONÇALVES e QUENTAL, 2012, p. 13).

Nesta linha argumentativa somamos a leitura de Brandão (2010), que observa que a experiência de uso do território no Brasil é marcada pela “descartabilidade” de pessoas, espaços e instituições. Padrões fundiários foram determinados ainda no período colonial e a história da formação territorial do país carregou formas excludentes de acesso aos direitos, com forte presença do coronelismo impregnando de relações autoritárias a convivência social. Para o

autor, a geografia desigual do desenvolvimento capitalista no país “determinou a apropriação contínua de porções territoriais em (re)estruturação nas frentes de expansão que permitiam ganhos extraordinários” (p.10) e garantiu a possibilidade do contínuo deslocamento da fronteira, com itinerância dos projetos agrícolas e extrativos pelo território (BRANDÃO, 2010).

Moraes (1999), ao discutir as *ideologias geográficas* que povoam o imaginário social dos países de formação colonial, aponta que a dimensão espacial se impõe de forma determinante, revelando, nas reentrâncias dos processos históricos de sua formação, as motivações que levaram à conquista dos espaços. A apropriação territorial nesses países, visivelmente no Brasil, coloca-se como interesse recorrente das alianças políticas que se mostram “nos padrões de organização do espaço, na conformação da estrutura territorial, nos modos de apropriação da natureza e de usos dos recursos naturais, na fixação de valor ao solo e nas formas de relacionamento entre os lugares” (MORAES, 1999, p. 43).

A colonialidade naturaliza a forma como os interesses migram pelo território, baseando-se na contínua necessidade de acumulação e de expansão cada vez mais veloz sobre os *sertões* do país. Para Moraes (2003) o sertão é uma condição atribuída aos lugares, uma qualidade imposta de fora para dentro como um discurso que valora e qualifica. Variando espacialmente o “sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica” (MORAES, 2003, p. 02). Consiste na construção imagética de um lugar, associando-o a valores culturais, em sua maioria negativos, que justificam objetivos de ocupação ou reocupação para reestruturação desses espaços.

Para que o sertão exista como tal é fundamental que haja um contraponto, uma outra referência de lugar que não se encaixe nesta denominação, e que possibilite a diferenciação do primeiro. O sertão é “definido pela oposição a uma situação geográfica que apareça como sua antípoda” (MORAES, 2003, p. 03). O *sertão* é o *outro geográfico*, o que não se é e precisa ser negado. Aquele que, enquanto característica, deve ser superado. A “denominação já expressa interesses projetados pelo qualificador para os lugares abordados” (MORAES, 2003, p. 03) apontando para imposição de um domínio, ou nova dominação nos espaços alvo. As noções de “sertão” e do “outro geográfico” como produtos da colonialidade refletem os padrões de dominação da sociedade.

A condição sertaneja coincide com as áreas de fronteira da ocupação nacional, compreendendo lugares de povoamento frágil e transitório, zonas em que o Estado não está presente ou não tenha atuação consolidada, ou ainda áreas estagnadas ou decadentes. Transformar esses espaços em regiões com uso econômico é uma diretriz que acompanhou o processo histórico brasileiro e que se mantém nos dias atuais, tratando como *sertão* os lugares que estão “fora” das redes de conectividade global (MORAES, 2003, p. 05).

Para Becker (1988) a fronteira não significa terras devolutas, ou espaço físico em que se dá a colonização agrícola, ela é uma construção social e política, constituindo espaço em incorporação às lógicas capitalistas globais. A fronteira avança sobre áreas com terras “disponíveis”, angariando em seu caminho a força de trabalho necessária e liberada das áreas já capitalizadas, constituindo assim “uma ‘válvula de escape’ para as tensões sociais e demográficas produzidas pela expansão capitalista nas áreas povoadas” (BECKER, 1988, p. 63).

Essa é a forma como Amazônia foi historicamente apropriada. Interesses hegemônicos trataram a região como uma fronteira de expansão do modo de produção capitalista, tomando a natureza “como recurso escasso e como reserva de valor para a realização do capital futuro” (BECKER, 2005, p. 74). Nela foi possível acumular capital, liberando a força de trabalho das populações, e exercer o monopólio dos meios de produção. Geopoliticamente estratégico, o controle da Amazônia tornou-se necessário ao Estado, empenhado em integrá-la ao espaço nacional e através dele global (BECKER, 1988, p. 67-68)

O olhar para Amazônia carrega o imaginário do *sertão* e reflete a ideologia do *outro geográfico*. A lógica do planejamento estatal colocou os grandes projetos de investimento como motores para o desenvolvimento desta região, devendo estes funcionarem como força desencadeadora de novas ações que promovessem o desenvolvimento dos lugares (VAINER e ARAÚJO, 1992). Tais empreendimentos, contraditoriamente, aprofundam processos de apropriação dos recursos territoriais e humanos sob a lógica da colonialidade e com objetivos voltados ao crescimento econômico do país, resultam na desestruturação ou perda de atividades econômicas preexistentes, crescimento urbano desordenado, degradação ambiental, e a marginalização da população atingida.

As noções de desenvolvimento que o traduzem como plena “realização das potencialidades humanas” (FURTADO, 2000, p. 07), relacionando-o com a melhoria da qualidade de vida, à expansão das liberdades (SEN, 2010, p. 29), carregam a perspectiva dominante de que o desenvolvimento seja considerado “ao mesmo tempo como natural, desejável e inevitável” (PERROT, 2008, p. 220). Entendido de forma linear, cumulativa e contínua, sustenta-se na fé no

progresso. Ainda que possa ser considerado fracassado em termos globais – uma vez que não atinge os preceitos acima mencionados – seu fracasso é interpretado como erros de percurso, e “o caráter normativo do desenvolvimento como resposta positiva e quase mágica aos problemas que ele mesmo contribuiu para criar continua gravado nas consciências e no imaginário coletivo” (PERROT, 2008, p. 221).

Amparados por definições macroeconômicas e perspectivas ideológicas ocidentais, o progresso técnico e a expansão das infraestruturas são considerados como sinônimo de desenvolvimento, colocados sempre como objetivo primordial dos países que buscam impulsionar o crescimento econômico (OLIVER–SMITH, 2010). Furtado (2000) observa que os principais indicadores utilizados para atestar o desenvolvimento das nações – grau de industrialização, PIB, renda per capita, etc. – não demonstram condições suficientes “para que sejam mais bem satisfeitas as necessidades elementares da população” (FURTADO, 2000, p. 23). O avanço técnico não garante o desenvolvimento em seu sentido pleno, contraditoriamente, promove a “degradação das condições de vida de uma massa populacional como consequência da introdução de técnicas mais sofisticadas (...)” e paralelamente ao processo de intensificação da acumulação “parte da população não alcança o nível de renda real necessária para satisfazer o que se considera como sendo necessidades elementares” (FURTADO, 2000, p. 23).

Motivado pela necessidade de continuar a acumulação e sustentada na colonialidade do poder e na fé no progresso técnico, o avanço da fronteira econômica na Amazônia produz a intensificação do uso e a incorporação de áreas antes marginais, tradicionalmente ocupadas por agricultores familiares e minorias étnicas,

historicamente invisibilizados. A interação entre esses atores não se dá de forma pacífica, e “(...) a implantação de grandes paisagens industriais (hidrelétricas, monoculturas de soja, cana-de-açúcar e eucalipto) redundando, assim, em confrontos violentos e experiências diversas de violação de direitos humanos” (ZHOURI e OLIVEIRA, 2007, p. 121), produzindo zonas de conflito e disputa diante dos processos de expropriação das populações atingidas.

Exceção-espoliação e etnocídio

Com base nos autores acima citados, argumenta-se que a colonialidade do poder é elemento estruturante do processo de apropriação da Amazônia e sustenta decisões políticas e econômicas que ameaçam os territórios e os povos da região. Grandes projetos, como promotores do desenvolvimento, terminam funcionando como vetores de pressão sobre os territórios tradicionalmente ocupados, colocando em risco a possibilidade de existência de alguns grupos sociais. Ainda que o discurso etnocêntrico não esteja explícito, a maneira como grandes projetos se territorializam revela a colonialidade que os condicionam.

É também a colonialidade do poder, com imposição de padrões etnocêntricos que desvalorizam e desumanizam culturas diferentes, que está na base do etnocídio. Se o termo genocídio diz respeito ao extermínio físico de uma minoria racial, o etnocídio refere-se à eliminação de sua cultura. Segundo Clastres (1982) se o genocídio ataca os povos em seu corpo, o etnocídio mata seu espírito, sendo este último “a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição” (CLASTRES, 1982, p.83). Para o autor, em ambos os casos trata-se

de uma morte, sendo uma delas imediata, e a outra resultado de uma “opressão cultural com efeitos longamente adiados” (CLASTRES, 1982, p. 83). Clastres (1982) afirma que o etnocídio e o genocídio compartilham entre si a visão de que o *Outro* carrega, em relação ao *Um*, uma “má diferença”. Enquanto o genocida elimina a diferença negando-a e provocando a morte do Outro em favor do Um, o etnocida “admite a relatividade do mal na diferença: os outros são maus, mas pode-se melhorá-los obrigando-os a se transformar até que se tornem, se possível, idênticos ao modelo que lhes é proposto, que lhes é imposto” (CLASTRES, 1982, p. 83). Desta forma, no processo etnocida impõe-se sobre os povos indígenas e tradicionais padrões ocidentais, baseados no avanço técnico e na fé no progresso como mencionado, sustentados por sua vez na colonialidade que produz a desumanização do Outro, julgando que sua cultura seja inferior e má.

Viveiros de Castro (2015), nesta linha de raciocínio, argumenta que etnocídio caracteriza-se pelos fins e não pelos meios empregados, e que, diferente do genocídio, que objetiva a eliminação física deliberada, o etnocídio visa a desmoralização “de um povo, sua eliminação enquanto coletividade sociocultural diferenciada” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 02). Ainda que o genocídio seja um meio para concretizar o etnocídio, seu emprego não é necessariamente o caminho para tal.

Pode ser considerada ação etnocida toda decisão política tomada à revelia das minorias étnicas e coletividades afetadas por tal decisão, que resultem no ataque a seus territórios e destruição de seu modo de vida (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 03). Grandes projetos, programas e ações do Estado ou de entes privados, por representar “grave ameaça à sobrevivência e autonomia sociocultural dos povos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 02), ao

remover os povos de seus territórios, negando-lhe sua possibilidade de existência, são promotores do etnocídio. Ainda que não seja promovido enquanto discurso explícito de ódio ou perseguição às minorias étnicas pelos agentes (sustentada na colonialidade do poder), a omissão da proteção dos direitos faz com que o etnocídio seja “tacitamente admitido, quando não estimulado indireta e maliciosamente” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 03).

Ainda segundo Clastres (1982) toda cultura é etnocêntrica, embora somente a ocidental seja etnocida. O autor aponta para o papel do Estado na produção do etnocídio, compreendendo que este pertence à sua essência unificadora, que nega a diferença através da violência. Clastres (1982) afirma que, fundamentalmente, a reflexão sobre o etnocídio passe por uma análise do Estado, avançando para o papel da articulação deste com a promoção do modo de produção capitalista. O autor entende que o capitalismo como “sistema de produção para o qual nada é impossível” (p.81), seja diretamente interessado e produtor do etnocídio, avançando sobre o Outro com força destruidora afim de aproveitar os recursos sob seu controle, para reprodução do sistema.

A sociedade industrial, a mais formidável máquina de produzir, é por isso mesmo a mais terrível máquina de destruir. Raças, sociedades, indivíduos; espaço, natureza, mares, florestas, subsolo: tudo é útil, tudo deve ser utilizado, tudo deve ser produtivo; de uma produtividade levada a seu regime máximo de intensidade (CLASTRES, 1982, p.91)

A necessidade de avanço do capital sobre espaços não capitalistas também é discutida por Luxemburgo (1985), que parte do entendendo que o processo de expropriação violenta, tal como descrito por Marx (1974) como sendo acumulação primitiva, não se restringe à pré-história do capitalismo mas é característica

necessária à manutenção do modo de produção capitalista dominante. A autora aponta para a necessidade de avanço do modo de produção capitalista sobre os meios existentes “fora” deste sistema, buscando a saída para crises de superacumulação. Ao aprofundar o debate, Harvey (2012) afirma que é a redução da capacidade de realização em regiões capitalistas avançadas que empurra o capital excedente para novos mercados. A espoliação coloca-se como ferramenta para converter em mercadoria ativos e recursos subvalorizados ou “desmercadizados”, em regiões marginais ao capitalismo (LEVIEN, 2014). O papel da acumulação por espoliação, razão de sua centralidade para superação das crises de superacumulação, é justamente a capacidade de “liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo” (HARVEY, 2012, p. 124). Na busca por esses ativos a “migração do capital” faz-se necessária, colocando-se como pressuposto para a superação das crises de superacumulação.

Não apenas, ou não sozinhas, grandes empresas capitalistas promovem a espoliação. Esse processo demanda compromisso ativo do Estado como agente espoliador (LEVIEN, 2013). Vinculado aos interesses do capital, ou interessado diretamente na manutenção de seu poder através da promoção da acumulação, o Estado utiliza de mecanismos diversos para operar a espoliação. É na promoção da exceção que o Estado reitera seu papel central no processo de espoliação. Através de sua legitimidade, o Estado atua como soberano e suspende arcabouço legal que protege os sujeitos, despindo-os de direitos políticos, relegando-os à vida nua, vida que pode ser eliminada sem que haja culpados (AGAMBEN, 2002). Ao

despir de direitos os sujeitos, despolitizando-os, o Estado abre caminho para que a espoliação aconteça, permitindo a apropriação e mercadificação dos recursos antes sobre controle dos povos indígenas e tradicionais. Como na acumulação primitiva, estariam livres os recursos e a força de trabalho para exploração dos capitalistas.

A invisibilização e negação dos direitos dos povos indígenas e tradicionais em sua interação com o capital e com o Estado, reitera o papel da exceção e da vida nua (AGAMBEN, 2002; 2004) como etapa para espoliação das populações e consecução da acumulação (HARVEY, 2012), cujo resultado é o etnocídio. A exceção está na base da violência extra-econômica empregada na espoliação, mostrando-se como face política do processo de expansão do capital (CHAVES e SOUZA, 2018). Enquanto a *acumulação por espoliação* explicita a importância da incorporação de territórios para a manutenção do modo de produção, a *exceção* revela-se como estratégia adotada por parcelas do Estado para despolitização dos cidadãos, tratando-os como “matáveis”.

Mbembe (2016), ao discutir o Estado de Exceção, aprofunda debates sobre as *necropolíticas*, identificando a exceção e a relações de inimizade como base normativa para promoção da morte. O autor não discute diretamente a espoliação, mas apoia-se no papel do racismo e da colonialidade do poder para a produção das necropolíticas. Para Mbembe (2016), o poder, que não está apenas concentrado no Estado, continuamente emprega a “exceção, a emergência e uma noção ficcional do inimigo” (MBEMBE, 2016, p. 127) como estratégias para justificar o direito de matar.

Segundo Mbembe (2016), a classificação de grupos humanos entre os que devem viver e as que devem morrer sustenta-se no

racismo estrutural, entendendo o racismo segundo os moldes foucaultianos, “como uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder” (p.128). O autor também afirma que o racismo se constitui na relação colonial, sendo a colônia o lugar onde a “soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei” (p.132). Detém a soberania na colônia aquele que controla a mortalidade, que define quem importa e quem não importa, que determina quem são os descartáveis. A colonialidade do poder mantém essa estrutura, fazendo daqueles que possuem o poder os responsáveis por operar as políticas da morte, empregando o aparato da violência e armas de fogo para criação de “*mundos de morte*, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de *mortos-vivos*” (p.145).

O avanço de grandes projetos sobre territórios tradicionais – ainda que o Estado e as empresas não empreguem armas de fogo como forma de produção de extermínio de populações –, uma vez que sejam expressão da acumulação por espoliação e que dependam da exceção para sua territorialização, negam a possibilidade de existência aos povos tradicionais e o uso pleno de seu território, e mostram-se como expressão das políticas de morte. Relativizando a morte, alçando-a de forma simbólica relacionada à perda dos modos de vida, é possível identificar o avanço da fronteira econômica sobre a Amazônia (territorialização de grandes projetos) como avanço das fronteiras das necropolíticas que acompanham o processo de exceção-espoliação. O etnocídio seria o principal resultado dos conflitos entre capital, Estado e os povos tradicionais na Amazônia, tendo em sua base a colonialidade do poder.

Desde as missões jesuítas, passando pelo ciclo da borracha, projetos de colonização da ditadura, a retomada recente dos investimentos logísticos e de geração de energia do Programa de Aceleração do Crescimento, e expansão do agronegócio e dos projetos de mineração, compõem a trajetória do processo etnocida que recai sobre os povos amazônicos. As empreitadas para supressão dos modos de vida, ora declaradas, ora travestidas de políticas de desenvolvimento, sustentadas na colonialidade do poder, tratam os povos tradicionais como arcaicos e primitivos, cuja superação é inerente à marcha do progresso. Abrem-se caminhos em que a supressão dos modos de vida transforma esses povos, antes detentores de seus meios de sobrevivência, em trabalhadores pobres, restando disponíveis sua força de trabalho e a exploração das riquezas de seus territórios.

Rio seco: atingidos à jusante pela UHE Belo Monte

Desde o fechamento da barragem da UHE Belo Monte, em novembro de 2015, a obstrução do fluxo natural do rio Xingu originou o Trecho de Vazão Reduzida (TVR). Neste trecho de 100 km entre a barragem principal (pimental) e a casa de força, operam, em fase de teste, as vazões estabelecidas pelo Hidrograma Ecológico de Consenso, resolução da Agência Nacional de Águas (ANA) nº 48/2011¹ que estabelece vazões mínimas para o TVR em cada época do ano. A hidrelétrica conta com dois reservatórios: o Xingu – inserido na própria calha do Rio e que para sua implantação inundou parte da sede municipal de Altamira, deslocando cerca de 8 mil

¹ Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2011/48-2011.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2019.

famílias habitantes das áreas urbanas atingidas além de proprietários rurais e ribeirinhos habitantes das margens e ilhas do Xingu – ; e o reservatório intermediário – reservatório localizado entre os braços da Volta Grande, que recebe o volume de água deslocado do Xingu, principal responsável pela redução da vazão do TVR – .

De acordo com o Plano Básico Ambiental (PBA), que orienta a mitigação de impactos, o ciclo hidrológico, que responde às variações sazonais de comportamento do rio Xingu, apresenta três períodos típicos que são: estiagem, cheias médias, período de transição (enchente e vazante) (2011, v. VI, p. 337). As oscilações entre as vazões médias de cheia e seca ocorrem ao longo de um ano e orientam, dentre outros fatores, a reprodução de espécies, dinâmicas de migração de animais entre os compartimentos do rio e a manutenção das florestas inundáveis. Tal variação reflete também nas atividades de navegação, cujas rotas se alternam em função do volume de água disponível. O Xingu é um rio raso e pedregoso e, em alguns pontos, sobretudo nas fases de estiagem mais severas, a circulação fica comprometida e a população busca rotas alternativas. A variação nas condições de navegação altera o uso que a população faz do rio, afetando “o convívio social entre moradores do TVR, bem como seu acesso a equipamentos e serviços sociais, bem como à infraestrutura para escoamento e comercialização de sua produção” (NORTE ENERGIA, PBA, 2011, vol VI, p. 377).

Com a operação da usina o fluxo e disponibilidade de água no TVR diminuíram permanentemente. Vivem na região cerca de 1000 famílias ribeirinhas – isoladas em ilhas ou pequenas lotes, ou organizadas nas cinco comunidades localizadas neste trecho: Vila da Ressaca, Itatá, Garimpo do Galo, Ouro Verde e Ilha da Fazenda – e

ainda povos indígenas habitantes das três terras indígenas da região (TI Paquiçamba; TI Arara da Volta Grande; TI Trincheira Bacajá) cuja sobrevivência vincula-se estreitamente ao uso do rio e que já sofrem alterações em seu modo de vida com a redução da vazão (que, uma vez que a usina esteja operando em sua totalidade, deverá ser 80% menor que a vazão natural). A população não foi consultada² previamente sobre a instalação do empreendimento e não participou do processo de elaboração dos estudos de impacto, nem das decisões sobre a mitigação destes. Ainda que impactos ao uso do rio fossem esperados, atualmente as famílias não contam com a opção de reassentamento, constando para a região ações de mitigação e compensação de impactos tais como: a construção de saneamento básico em algumas comunidades; instalação ou melhoria de equipamentos de saúde e educação; suporte para a recomposição de atividades produtivas e; o monitoramento das condições ao longo de seis anos após o fechamento da barragem, dada a instabilidade e incertezas com relação as condições ambientais da região (NORTE ENERGIA, PBA, vol II, 2011).

O volume de água que segue para o TVR foi determinado pela Agência Nacional de Águas (ANA), discriminada num Hidrograma Ecológico de Consenso, que estipula quais devem ser as vazões mínimas e máximas nos períodos de seca e cheia para este novo compartimento do rio. A palavra *consenso*, que acompanha o Hidrograma Ecológico, diz respeito ao equilíbrio necessário entre o represamento de água para geração de energia, e a disponibilidade

² A consulta livre, prévia e informada às populações indígenas e tradicionais direta ou indiretamente atingidas por projetos de desenvolvimento é recomendação expressa da Convenção 169 da OIT ratificada em 2004 pelo governo brasileiro através do Decreto nº5051/2004 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 21 mai. 2019.

de água suficiente para a manutenção das condições de vida da população e preservação dos ecossistemas no TVR. De acordo com Relatório de Impactos da UHE (NORTE ENERGIA, RIMA, 2009), considera-se que Belo Monte seja “um projeto estruturante para o país em função do aumento da disponibilidade e da confiabilidade de energia para o SIN³, e que liberar mais água para o Trecho de Vazão Reduzida significa gerar menos energia” (p. 133). Por outro lado, moradores da região, ao listarem impactos vividos pela população, reiteram que “sem energia é possível sobreviver, mas sem água potável o ser humano não sobrevive”⁴. O Hidrograma não foi discutido com os moradores, o consenso dá-se com base em estudos técnicos e na expectativa do bom senso da agência reguladora do uso dos recursos hídricos (ANA) e órgão licenciador (IBAMA), frente aos dados apresentados pelo empreendedor.

A disputa pelo uso dos recursos naturais é central hoje na Volta Grande. O Estado e o empreendedor impõem à população local sacrifícios em função do desenvolvimento da nação: desenvolvimento industrial da região sudeste do Brasil, principal beneficiária da energia a ser gerada pela hidrelétrica⁵. O bem comum, como mencionado por Levien (2014), é a justificativa para que o projeto de geração de energia privem a população local do uso pleno de seu território e colocam em risco a manutenção de seu modo de vida, sem a contrapartida de benefícios localmente. A região padece da disponibilidade de serviços básicos como saúde, educação e

³ SIN – Sistema Integrado Nacional, composto pelo conjunto de fontes de geração de energia e da rede de distribuição.

⁴ Relato de moradora da Vila da Ressaca em audiência pública realizada em outubro de 2016 na Vila da Ressaca – Senador José Porfírio/PA. Banco de dados da pesquisadora, arquivo em .mp3.

⁵ Os maiores consumidores da energia gerada pela UHE Belo Monte deverá ser: São Paulo - 29,22% do total gerado; Minas Gerais - 14,56%; Bahia - 13,85%. (NORTE ENERGIA, 2015).

saneamento; populações tradicionais deparam-se com a impossibilidade de manutenção da vida a partir do uso de seu território e não têm capacidade, diante da falta de oportunidade de estudo e recursos financeiros, para redefinir sua sobrevivência.

Desde o anúncio da instalação da barragem, os moradores da Volta Grande do Xingu vivem processo de espoliação e violação de direitos, perda de acesso aos meios de reprodução de sua existência e piora da qualidade de vida, com o empobrecimento da população. O custo socioambiental da implantação e operação da hidrelétrica só poderá ser mensurado de fato a partir do convívio da população com as condições precárias, impostas em função do crescimento econômico de regiões alhures.

A partir de depoimentos dos moradores do Trecho de Vazão Reduzida⁶, coletados entre 2015 e 2017, com destaque para relatos sobre o estranhamento do rio por parte da população, pretende-se demonstrar como os povos atingidos foram e são tratados como desimportantes, revelando elementos da colonialidade que atravessa as relações entre Estado, grandes empresas e povos amazônicos, que culminam na ameaça aos modos de vida e etnocídio desses povos.

Mecanização do rio e descaso com as comunidades

Mesmo antes do fechamento da barragem pairavam incertezas com relação aos impactos que recairiam sobre a Volta Grande com a redução da vazão. Não havia informação acessível aos atingidos neste trecho, e boatos com relação ao nível da água e riscos

⁶ Neste mesmo trecho pretende se instalar o projeto de mineração de ouro da canadense Belo Sun Mining. Mais detalhes sobre a instalação do empreendimento e sobre a condição de duplamente atingidos em que vivem os moradores da região é aprofundada na dissertação de mestrado da autora.

de viver abaixo de um barramento circulavam entre os moradores. Desde a liberação da licença de operação, em novembro de 2015, as preocupações se converteram em realidade. Relatos apontam para piora na qualidade da água, com contaminação turbidez e contaminação pela presença de matéria orgânica presente nos reservatórios; diminuição da pesca, pela dificuldade de migração dos peixes entre os novos compartimentos do rio e alteração na dinâmica de piracema, com o impedimento da inundação sazonal dos terraços alagáveis procurados pelos peixes para desova; desaparecimento dos tracajás (quelônios), importantes para alimentação da população, também pela dificuldade de migração pelos trechos do rio; comprometimento da navegabilidade, uma vez que redução da vazão fez com que alguns canais do rio secassem, ou expôs rochedos, dificultando navegação e mesmo impedindo a circulação em algumas áreas.

Dentre as piores transformação que a UHE Belo Monte trouxe para a região, está a mecanização do Xingu. A vazão do rio no TVR agora responde ao controle humano, e varia respeitando as necessidades da geração de energia e o controle do nível de água dos reservatórios. As decisões sobre a vazão da água passeiam entre Altamira e Brasília. Informações coletadas pelos técnicos da empresa circulam entre os escritórios da Norte Energia, Eletronorte e Agência Nacional de Águas, até serem convertidas em maior ou menor abertura das comportas da UHE.

A mecanização, para racionalização do uso do rio com objetos técnicos, permite sua manipulação como ele fosse uma coisa. O rio, através da hidrelétrica, é tratado como uma máquina, que propicia otimização de seu uso. Corresponde a uma forma de racionalização do espaço, entendida por meio da proposição de Santos (2004) como

“uma resposta pronta e adequada às demandas dos agentes, de modo a permitir que o encontro entre a ação pretendida e o objeto disponível se dê com o máximo de eficácia” (p. 204). A racionalização só é possível por meio da técnica, que, carregada de informação e intencionalidade, impõe novas relações aos lugares em que se instalam. “Os espaços da racionalidade funcionam como um mecanismo regulado, onde cada peça convoca as demais a se pôr em movimento, a partir de um comando centralizado” (p. 204), o comando, no caso da vazão do Xingu, obedece a necessidades de consumo de energia de regiões distantes. O rio, a partir da hidrelétrica, passa a obedecer forças forâneas, antes era vivido pelas populações que aprendiam sua forma de ser observando-o.

Segundo os moradores, num mesmo dia o rio vai “do seco para o cheio”. A variação que antes estava vinculada às estações do ano, pode acontecer, ainda que em menor proporção, em poucas horas: “quando abrem as comportas a água sobe rápido, mas quando fecha seca rápido, falta oxigênio, a água pouca esquentada e morrem os peixes”.⁷ O relato diz respeito ao caso de mortandade de peixes que ocorreu logo após o fechamento da barragem. Os animais, sem tempo para migrar, ficaram aprisionados nas poças d’água que se formaram. Em fevereiro de 2016, segundo nota do Ibama⁸ à imprensa, a Norte Energia recebeu multa no valor de R\$ 7,5 milhões em razão do descumprimento de condicionante da licença de operação (Licença de Operação nº 1317/2015) ao negligenciar o salvamento dos peixes aprisionados em bolsões d’água formados após

⁷ Relato de moradora da Vila da Ressaca em audiência pública realizada em outubro de 2016 na Vila da Ressaca – Senador José Porfírio/PA. Banco de dados da pesquisadora, arquivo em .mp3.

⁸<http://www.ibama.gov.br/noticias/58-2016/171-ibama-multa-norte-energia-em-r-35-milhoes-por-mortandade-de-peixes-em-belo-monte35-milhoes-por-mortandade-de-peixes-em-belo-monte>

a redução da vazão. A mortandade dos peixes também ocorreu em outros compartimentos do rio. Em abril de 2016 o empreendedor foi novamente multado no valor de R\$ 27,3 milhões, em decorrência das mortes de 16,2 toneladas de peixes ocorridas entre novembro de 2015 e fevereiro de 2016, em razão do turbilhonamento excessivo da água nos vertedouros da usina.

O estranhamento com o Xingu também ocorre na região do reservatório, cuja extensão da lâmina d'água e profundidade do rio mudaram, “tem muito *banzeiro* no reservatório, ficou muito fundo, tem muita água e quando bate o vento fica perigoso”⁹ A navegação foi modificada em todos os trechos da Volta Grande. No TVR canais secos obrigam a busca de novas rotas, no reservatório o vento e a profundidade intimidam os ribeirinhos. Ao “pé da barragem”, onde a água escoada das turbinas, o turbilhão provoca agitação nas águas do rio e muitos julgam arriscado navegar neste trecho.

O paredão da barragem interrompe o curso do rio, para segui-lo é necessário transpassar este obstáculo. Para cruzar do TVR para o reservatório Xingu, utiliza-se o sistema de transposição de embarcações oferecido pela Norte Energia. A população navega até a base do barramento e deste ponto é transladada para o reservatório, sendo os barcos puxados por caminhões através de rampas¹⁰. As principais reclamações dizem respeito ao tratamento oferecido pela Norte Energia e demora no processo de transposição.

Sobre as incertezas da vida “por debaixo de um barramento”, como mencionado por um ribeirinho em entrevista, muitos relatos

⁹ Depoimento de moradora da Vila da Ressaca em audiência pública realizada em outubro de 2016 na Vila da Ressaca – Senador José Porfírio/PA. Banco de dados da pesquisadora, arquivo em .mp3.

¹⁰Disponível em:
http://norteenergiasa.com.br/site/wpcontent/uploads/2013/01/Cartaz_STE_web.pdf.
Acesso em: 21 mai. 2019.

apontavam para falta de informação e medo por parte da população. Moradores de toda a região temem a possibilidade de ruptura da barragem desde o anúncio de sua construção, “se a barragem romper, quem tiver dormindo não salva”, afirmou um garimpeiro da Vila da Ressaca, “mesmo quem estiver acordado, não salva não”, completou o outro. Segundo professora, moradora de uma das comunidades da região, relatos de que desde o fechamento da barragem, rumores de ruptura do paredão são frequentes.

(...) no fim de semana passaram gritando dizendo que a barragem tinha rompido (...) não temos abrigo nem rota de fuga. Vamos correr pra onde? Pra ficar montado nas árvores aí nas montanhas? (Professora, moradora da Vila da Ressaca, outubro 2016)¹¹

O caso mencionado diz respeito a um episódio de abertura das comportas, quando grande volume de água nos reservatórios ameaçou avançar sobre alguns bairros da cidade de Altamira no início de 2016. Segundo os moradores, desde a entrada em operação do TVR técnicos contratados pela Norte Energia orientaram a população com relação aos níveis mínimos e máximos da vazão do rio. “Disseram que água não ia passar dali, colocaram uma estaca e disseram que não ia passar”¹². Os moradores então começaram a utilizar os terrenos, antes alagáveis, como terraços secos. Ampliaram a extensão de seus quintais, plantaram roça e construíram casas e hortas suspensas. Na aldeia indígena Moratu, TI Paquiçamba, uma das famílias enterrou um rapaz que havia morrido afogado próximo aos limites mencionados pelos técnicos da empresa. Com a cheia do

¹¹ Depoimento moradora da Vila da Ressaca, professora da escola da comunidade, em audiência pública realizada em outubro de 2016 na Vila da Ressaca – Senador José Porfírio/PA. Banco de dados da pesquisadora, arquivo em .mp3.

¹² Depoimento de morador da Vila da Ressaca em audiência pública realizada em março de 2017 em Altamira/PA. Banco de dados da pesquisadora, arquivo em .mp3.

Xingu, no início de 2016 as comportas da barragem foram abertas e grande volume de água atingiu rapidamente a Volta Grande. Segundo relato dos moradores a água subiu tão rápido que muitos acreditaram que a barragem havia rompido. “Todo mundo correu. A água arrastou barco, levou bomba de água que estava na beira do rio, alagou os roçados”¹³. Segundo liderança juruna da aldeia Moratu, familiar do rapaz enterrado à beira do rio, a água chegou a cobrir sua lápide: “meu irmão foi pro fundo, disseram que água não ia chegar e ele foi parar no fundo”¹⁴.

A situação revela o descaso dos empreendedores e do Estado com a população, e estranhamento desta com o atual funcionamento do rio. Os moradores da Volta Grande têm com o Xingu relação de apropriação e respeito. As variações sazonais do rio são conhecidas e esperadas, existindo elos diretos entre as dimensões da vida cotidiana e o comportamento do Xingu. Os ciclos naturais são compreendidos de acordo com a cosmologia desses povos, que interpretam o ecossistema em que vivem através dos saberes acumulados historicamente, construídos coletivamente a partir de situações empíricas. Chove, o rio vai subir. Cessam as chuvas, o rio vai secar. O aumento súbito da água no rio, que agora é controlado mecanicamente, afronta os tempos naturais e desobedece às lógicas dos saberes da população, que deixa de reconhecer no rio o Xingu.

As mudanças no Xingu transformam a relação das comunidades com seu território. Se antes eram “donos do rio” – como no caso dos índios Juruna (Yudjá) que assim se denominam – atualmente passam a desconfiar de seu funcionamento, afastando-se

¹³ Depoimento de morador da Vila da Ressaca em audiência pública realizada em março de 2017 em Altamira. Banco de dados da pesquisadora, arquivo em .mp3.

¹⁴ Depoimento de liderança juruna da aldeia Muratu em audiência pública realizada em março de 2017 em Altamira. Banco de dados da pesquisadora, arquivo em .mp3.

dele. O Xingu é elemento estruturante da vida da Volta Grande: é transporte, lazer, memória, pesca, abastecimento, dentre outros aspectos das relações estabelecidas entre a população e o rio e que marcam a identidade das famílias ribeirinhas e indígenas que habitam suas margens e ilhas. A transformação do Xingu e a impossibilidade de sobrevivência através de seu território ameaçam os modos de vida, e há relatos de mudanças de hábitos e de famílias que deixam a região.

Conclusões

A indústria extrativa avança sobre a Amazônia e junto com ela pressões para exploração de terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA, 2004). Na Volta Grande do Xingu (PA) as populações atingidas à jusante pela UHE Belo Monte vivem processo de suspensão de direitos em função da expropriação de seus territórios. A espoliação (HARVEY, 2012), necessária para a manutenção do sistema capitalista, utiliza-se de mecanismos extra econômicos para acontecer, apoiando-se em processos políticos com atuação conjunta de empresas e Estado. A exceção (AGAMBEN, 2002; 2004) coloca-se então como etapa para espoliação e ao possibilitar a suspensão do direito, ameaça os modos de vida.

A invisibilização dos grupos sociais atingidos e o descaso com a manutenção dos modos de vida evidencia a desumanização destes povos, característica do etnocídio (CLASTRES, 1982). O entendimento de que existam grupos sociais desimportantes, e que o Estado ou empreendedor decidam sobre a utilização dos recursos que estavam antes sob controle desses grupos, violando direitos das populações, revela a colonialidade (QUIJANO, 2009) que sustenta os

processos de exceção e que produzem o etnocídio destes povos. Sem condições de se manter em seu território, o horizonte para os atingidos é a pauperização e o abandono, sendo a espoliação, como base para manutenção da acumulação capitalista, associada à exceção, motor do processo etnocida.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, G. *Homo Sacer*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, A W B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v .6, n.1, p. 9-32, 2004.

ANA – Agência Nacional de Águas. *Resolução ANA 48 de fevereiro de 2011*. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2011/48-2011.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2019.

BECKER, B. K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. AUBERTIN, C. (Org.) *Fronteiras*. Ed. UnB, Brasília; Orstom, Paris, p. 60-89, 1988.

_____. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 53, n.19, p. 71-86, 2005.

BRANDÃO, C. A. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. ACSERALD, H. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras de acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BRASIL. *Decreto no 6040*, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil.

CLASTRES, P. *Arqueologia da violência: ensaios de antropologia política*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

CHAVES, K. A; SOUZA, A. M. De Belo Monte a Belo Sun, o Pará como espaço de espoliação & exceção: o caso da resistência Yudjá. *XV Coloquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista* Barcelona, 7-12 de mayo

de 2018. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/ChavesSouza.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2018.

CUNHA, M C; DE ALMEIDA, M W B. Populações tradicionais e conservação ambiental. *Cultura com Aspas e outros ensaios*. Ubu Editora: São Paulo, 2017.

FISHER, W. H. O contexto institucional da resistência indígena a megaprojetos amazônicos. OLIVEIRA, J. P.; COHN, C. (Orgs.). *Belo Monte e a questão indígena*. Brasília - DF: ABA, 2014.

FURTADO, C. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2012.

LEVIEN, M. Regimes of dispossession: from steel towns to special economic zones. *Development and Change*, n. 44, v. 2, p. 381–407. 2013.

_____. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. *Sociologia & Antropologia*, v. 4, n. 01, p. 21–53, Rio de Janeiro, junho, 2014.

MBEMBE, A. Necropolítica. Revista do *PPGAV/EBA/UFRJ*, n. 32, p. 124-151, 2016.

MIGNOLO, W. D. *Histórias Locais / Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. UFMG: Belo Horizonte, 2003.

MORAES, A C R. Notas sobre formação territorial e políticas ambientais no Brasil. *Revista Território*. Rio de Janeiro, ano IV, nº 7, p. 43-50, jul./dez. 1999.

_____. O Sertão: um “outro” geográfico. *Terra Brasilis*, Rio de Janeiro/RJ, ano III-IV, n. 4-5, p.11-23, 2003.

NORTE ENERGIA. *Relatório de Impacto Ambiental – Rima: Aproveito Hidrelétrico Belo Monte*. Brasília, 2009. Disponível em: http://norteenergiasa.com.br/site/wpcontent/uploads/2011/04/NE.Rima_.pdf Acesso em: 23 mai. 2018.

_____. *Projeto Básico Ambiental da UHE Belo Monte*. Brasília, 2011.

_____. *7º Relatório final consolidado de andamento do PBA e do atendimento de condicionantes*. Brasília, Fevereiro, 2015.

OLIVER-SMITH, A. *Defying displacement: grassroots resistance and the critique of development*. Austin: University of Texas Press, 2010.

- PERROT, D. Quem impede o desenvolvimento “circular”? (Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas.). *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 17, p. 1-348, 2008.
- PORTO-GONÇALVES, C. W; QUENTAL, P. A. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Polis Revista Latinoamericana*, v. 31, p. 295-332, 2012.
- QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições ALMEDINA. AS, 2009.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. QUIJANO, A. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- VAINER; ARAUJO. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. *Sobre a noção de etnocídio, com especial atenção ao caso brasileiro*. Museu Nacional, UFRJ, 2015. Disponível em:
https://www.academia.edu/25782893/Sobre_a_no%C3%A7%C3%A3o_de_etnoc%C3%ADdio_com_especial_aten%C3%A7%C3%A3o_ao_caso_brasileiro. Acesso em: 21 mai. 2018.
- ZHOURI, A; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. *Ambiente & Sociedade*, Campinas v. X, n. 2, p. 119-135, jul.-dez. 2007.

Submetido em: 15 de dezembro de 2018.

Devolvido em: 23 de abril 2019.

Aprovado em: 21 de maio de 2019.

**CONFLITOS NA REGIÃO DE
DOURADOS-MS: A EXPANSÃO DO
SETOR SUCROENERGÉTICO EM
TERRAS DE AGRONEGÓCIO**

*CONFLICTS IN THE REGION OF
DOURADOS-MS: THE EXPANSION OF THE
SUGAR-ENERGY SECTOR ON THE LANDS
OF AGRIBUSINESS*

*CONFLITS DANS LA REGION DE
DOURADOS-MS: L'ÉPANSION DU
SECTEUR SUCRO-ENERGETIQUE SUR LES
TERRES DE L'AGRIBUSINESS*

MARINE DUBOS-RAOUL

Programa de Pós-Graduação em Geografia –
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
(UFMS), Três Lagoas/MS.

E-mail: marine.raoul@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de reordenamento territorial na fronteira agrícola da cana-de-açúcar e, mais especificamente, a reorganização produtiva agrícola na região de Dourados, no sul do Mato Grosso do Sul. A monocultura de cana-de-açúcar vem crescendo, principalmente, sobre as pastagens degradadas, mas também ocupando as terras dedicadas aos grãos. A chegada de usinas processadoras de cana-de-açúcar gera uma pressão quanto às terras na região. Por trás do conflito pela demarcação das terras indígenas, muito significativo nesses últimos anos, tensões e conflitos no próprio agronegócio revelam a dimensão das mudanças sociais decorrentes da territorialização do setor sucroenergético na região de Dourados. O objetivo central do presente trabalho é de analisar essas tensões e conflitos entre os atores do agronegócio pelo acesso à terra, revelando uma parte das dinâmicas de reordenamento territorial. Por isso, contamos com o levantamento bibliográfico e de dados agrícolas e fundiários para entender o contexto da chegada do setor na região. As entrevistas e o levantamento da imprensa permitem captar e analisar o discurso dos atores envolvidos nesse processo e, assim, desmascarar o discurso dominante de coexistência harmônica do agronegócio no espaço, expondo a conflitualidade como inerente ao processo de territorialização.

Palavras-chave: agronegócio, conflito, cana-de-açúcar.

Abstract: This work aims to analyze the process of territorial reorganization on the agricultural frontier of sugar cane and more particularly the agricultural productive reorganization in the region of Dourados in the south of Mato Grosso do Sul. The monoculture of sugar cane was established on degraded pasture but also on those dedicated to grain. The arrival of sugar cane processing plants is putting new pressure on the land in the region. Behind the conflict surrounding the demarcation of indigenous lands, significant in recent years and focusing attentions, tensions and conflicts within the own agribusiness reveal the dimension of social changes resulting from the expansion of sugar cane in the region of Dourados. The central objective of this work is to analyze these tensions and conflicts between agribusiness actors around access to land, revealing some of the dynamics of territorial reorganization. To do this, we proceed to a bibliographical collection and agricultural and land data to understand the context in which the sector in the region fits. The interviews and the collection of newspaper articles allow to identify and analyze the discourse of the actors involved in this process, and thus, to unmask the dominant discourse of harmonious coexistence of agribusiness in space, revealing the conflictuality as inherent in the process of territorialization.

Keywords: agribusiness, conflicts, sugar cane.

Résumé: Ce travail a pour but d'analyser le processus de réorganisation territoriale sur la frontière agricole de la canne à sucre et plus particulièrement la réorganisation productive agricole dans la région de Dourados dans le sud du Mato Grosso do Sul. La monoculture de la canne à sucre s'est implantée sur les pâturages dégradés mais aussi sur celles dédiées aux grains. L'arrivée des usines de traitement de la canne à sucre entraîne une pression nouvelle sur les terres dans la région. Derrière le conflit autour de la démarcation des terres indigènes, significatif ces dernières années et focalisant les attentions, des tensions et conflits au sein du propre agrobusiness révèlent la dimension des changements sociaux découlant de l'expansion de la canne à sucre dans la région de Dourados. L'objectif central de ce travail est d'analyser ces tensions et conflits entre les acteurs de l'agrobusiness autour de l'accès à la terre, révélant une partie des dynamiques de réorganisation territoriale. Pour se faire, nous procédons à un recueil bibliographique et de données agricoles et foncières afin de comprendre le contexte dans lequel s'insère le secteur dans la région. Les entretiens et le recueil d'articles de journaux permettent d'identifier et d'analyser le discours des acteurs impliqués dans ce

processus, et ainsi, de démasquer le discours dominant de coexistence harmonieuse de l'agrobusiness dans l'espace, révélant la conflictualité comme inhérente au processus de territorialisation.

Mots-clés: agrobusiness, conflits, canne à sucre.

Introdução¹

Novas demandas mundiais em alimentos e crescimento das energias renováveis incentivaram a entrada de investidores no mercado do açúcar e do etanol. No Brasil, isso repercutiu com o avanço da fronteira agrícola do setor sucroenergético (BERNARDES, 2013), principalmente no bioma Cerrado (CASTILLO, 2016). No Mato Grosso do Sul, os canaviais estão concentrados no Sul, numa região já marcada pela conflitualidade territorial, devido à presença de grupos sociais de interesses divergentes.

O presente trabalho visa a analisar o processo de reordenamento territorial, mais especificamente, as mudanças no âmbito da estrutura produtiva da região e, desse modo, os arranjos espaciais entre diferentes setores de produção, como os grãos, a pecuária e a cana. É por meio dos conflitos que pretendemos analisar e entender esse processo.

Os conflitos são uma manifestação no espaço do jogo social, das dinâmicas entre atores e das relações de poder entre eles. Em um primeiro momento, este trabalho apresenta o contexto de expansão e consolidação do agronegócio no Brasil sob influência da conjuntura mundial, a partir do início dos anos 2000.

¹ O presente artigo é parte dos resultados da pesquisa de doutorado, defendida em 2017. A tese foi desenvolvida no contexto do Laboratório das Dinâmicas Socioespaciais (LADYSS) da Universidade de Paris VIII e a pesquisa foi financiada pelo órgão de fomento do Ministério do Ensino Superior e da Pesquisa. O trabalho foi acrescentado das discussões e contribuições debatidas no Encontro Nacional de Geografia Agrária, sediado em Dourados-MS.

Em seguida, apresenta-se o perfil da região, a fim de mostrar, pontualmente no período de implantação das usinas – de 2004 a 2014 –, as dinâmicas agrícolas e fundiárias, testemunhas de mudanças no padrão produtivo e na possibilidade de uma concorrência pelo acesso à terra dentro dos grandes produtores.

Por fim, apresentam-se as análises das tensões existentes, fontes de conflitos entre os produtores de grãos e as usinas, por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas em trabalho de campo, no contexto da pesquisa de doutorado, entre 2013 e 2015. Para completar as entrevistas, uma análise da imprensa local e regional foi realizada, referente a um contexto conflituoso pelo acesso à terra na região, a fim de detectar os objetos de tensões, de resistências, potencialmente revelador de conflitos dentro do próprio agronegócio.

Consolidação do agronegócio no Brasil

A partir dos anos 2000, a produção agrícola mundial aumentou de maneira significativa, principalmente nos países sul americanos, grandes produtores e exportadores de matérias primas, abastecendo outros países, mas impactando a sua própria segurança alimentar (GUIBERT; VELUT, 2011).

A globalização econômica tende a transformar as economias nacionais, alinhando-se num capitalismo de mercado (GHORRA-GOBIN; AZUELOS, 2015), intensificando a materialização dos objetivos globais nos espaços locais (SANTOS, 2000).

Os territórios tornam-se cada vez mais ditados pelas injunções globais, subordinados aos mercados das *commodities*. Os problemas alimentares e ambientais globais, a crise alimentar 2008 e os agrocombustíveis servem de justificativa, dando legitimidade à

produção agrícola frente à comunidade internacional, embora o objetivo real seja a apropriação da renda da terra e a reprodução ampliada do capital.

As instituições mundiais incentivaram a produção, preconizando uma “agricultura a serviço do desenvolvimento” (BANCO MUNDIAL, 2008), enquanto é notório que os problemas da fome não estão ligados às quantidades produzidas em alimento. Segundo a FAO, a fome persiste, apesar de uma produção suficiente (FAO, 2009).

Principalmente depois da grave crise alimentar, que atingiu – majoritariamente – os países africanos, observam-se interesses econômico e financeiro, atraídos pelos retornos rápidos da produção primária.

A crise alimentar que fulminou em 2008 permitiu desmascarar o processo de apropriação de terras em curso, denominado de *land grabbing*. Os projetos de aquisição de terras permitidos pelo Banco Mundial levaram a uma corrida por terras. A Organização não governamental (ONG) GRAIN, lutando em defesa dos camponeses, por meio do site *farmlandgrab*, inicia a denúncia dos impactos dos investimentos agrícolas recentes e as expropriações de terras.

Os estudos sobre o *land grabbing*, e também sobre *water grabbing* e *green grabbing* (SAUER; BORRAS, 2016) permitiram demonstrar um aumento importante de transferência de terras. Isso representava 4 milhões de hectares de terras por ano antes de 2008 (OLIVEIRA, 2010). Entre outubro de 2008 e agosto de 2009, essas transferências fundiárias passaram a representar 45 milhões de hectares. Muitos estudos brasileiros apontam um processo de “estrangeirização de terras”, enquanto outros consideram

mecanismos em jogo já antigos (op. cit.), pois a terra sempre foi um objeto de avareza e apropriação (CHOUQUER, 2011).

No entanto, é de alta relevância, a partir do final dos anos 2000, a elevação das transferências de terras por estrangeiros e por brasileiros pelo entendimento da questão agrária e das consequências territoriais em termos de monopolização do território e de territorialização dos monopólios (OLIVEIRA, 2010). O Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2010, p. 27) define esses dois processos monopolistas pelo:

Controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processo industrial da produção agropecuária, o exemplo era e é o setor sucroalcooleiro, ou sucoenergético como eles estão autodenominando-se na atualidade. De outro lado, estava e está a monopolização do território desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir absolutamente nada no campo, controlava e controla através de mecanismos de sujeição, camponeses e capitalistas produtores do campo.

Os setores sucoenergético e da celulose são os que realizam a territorialização dos monopólios. No setor sucoenergético brasileiro, o capital internacional fez-se mais presente. No entanto, são caracterizados, também, por investimentos massivos das grandes *tradings* agrícolas, os gigantes do agronegócio, os ABCD: ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus, George Soros ou, ainda, Odebrecht, este de origem externa ao setor agrícola.

Dessa forma, as matérias-primas passaram a se tornar um setor estratégico, a fim de atender a dita demanda em alimentos. Nesse sentido, existe um “consenso das *commodities*” caracterizado pelo desenvolvimento neoextrativismo (SVAMPA, 2013 apud PERPETUA, 2018). Essa nova fase de expansão do agronegócio, para

exportação de produtos agrícolas em grande escala, produz novas assimetrias e conflitos sociais.

Nesse contexto de “consenso das *commodities*”, a produção canavieira destaca-se por estar se incluindo numa perspectiva ecológica e energética mundial, característica do início de século XXI. Isso se deve em função da “conjunção das crises” (BORRAS; FRANCO, 2012; DELCOURT, 2010; SACHS, 2007; HOUTART, 2009): crise alimentar (que gera uma demanda em produtos agrícolas); crise ecológica (mudanças climáticas, preocupações ambientais, certa consciência da importância da biodiversidade); e crise energética (escassez de energias fósseis, dependência do petróleo, poluição dos recursos tradicionais).

A convergência das crises gerou a corrida pelas terras onde o pico do petróleo junto às mudanças climáticas, combinado com a persistência dos problemas da fome e com a necessidade de acumulação de capital, são os ingredientes que fornecem uma legitimidade. Há, por isso, um discurso em favor da apropriação de terras (BORRAS; FRANCO, 2012) e, então, elementos que acabam por legitimar os investimentos, usando a retórica da produção de matérias primas para perpetuar a reprodução ampliada do capital e a apropriação da renda da terra.

O desenvolvimento das agroenergias representam “a nova fronteira agrícola da acumulação do capital” (HOUTART, 2009). O agronegócio renova sua abordagem, investindo na alternativa energética, abraçando o rumo da ecologia (MCMICHAEL, 2010) não sem consequências socioambientais.

Desta forma, o setor sucroenergético dispõe de uma legitimidade territorial que lhe garante sua territorialização, constituindo a frente de expansão da cana-de-açúcar. A fronteira da

cana-de-açúcar expande-se ao oeste do estado de São Paulo, representando a última fronteira no estado (GIRARDI; SILVEIRA, 2012). Essa também atinge estados vizinhos, principalmente, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Dourados: região apropriada pelo agronegócio

A região de Dourados é entendida em nosso estudo como a junção das microrregiões administrativas do IBGE, denominadas de Dourados e de Iguatemi, pois têm uma história de ocupação e colonização concomitante, dando a possibilidade de sistematização de dados estatísticos; é também onde se concentra a expansão canavieira no Mato Grosso do Sul.

A região é de predominância agrícola, com especialização produtiva nos grãos (soja e milho), a partir dos anos 1970. Antes, até o século XIX, a região sul de Mato Grosso do Sul foi de domínio indígena; é na Guerra do Paraguai (1864-1870) que se intensifica a ocupação não indígena com a circulação de soldados e a implantação da Companhia Matte Laranjeira na região, uma vez que – durante trabalhos de demarcação da nova fronteira entre os dois países – Thomaz Laranjeira, funcionário da empresa responsável pela delimitação, observou a presença de erva mate e decidiu, então, explorar a planta “nativa”, a qual era originalmente cultivada pelos indígenas. O então estado de Mato Grosso² arrendou uma ampla área para a Companhia, interessado em que esta seja a responsável por grande parte da renda do estado.

Depois de 50 anos de monopólio fundiário, o estado decidiu encerrar o contrato de arrendamento com a Matte Laranjeira. Isso

² O Mato Grosso é dividido em 1977, a partir disso nasce o Mato Grosso do Sul.

deu origem à instalação de fazendas de pecuária extensiva e, de modo geral, deu início à colonização agrícola da região. Até o começo dos anos 2000, Dourados era dominada pelas pastagens e lavouras de soja e milho.

Sem poder ser implantado na bacia do Paraguai, devido ao zoneamento elaborado em 2009, pelo governo federal (ZAE-Cana), proibindo ali o cultivo de cana, o setor sucroenergético vem concentrar suas atividades na região sul de Dourados.

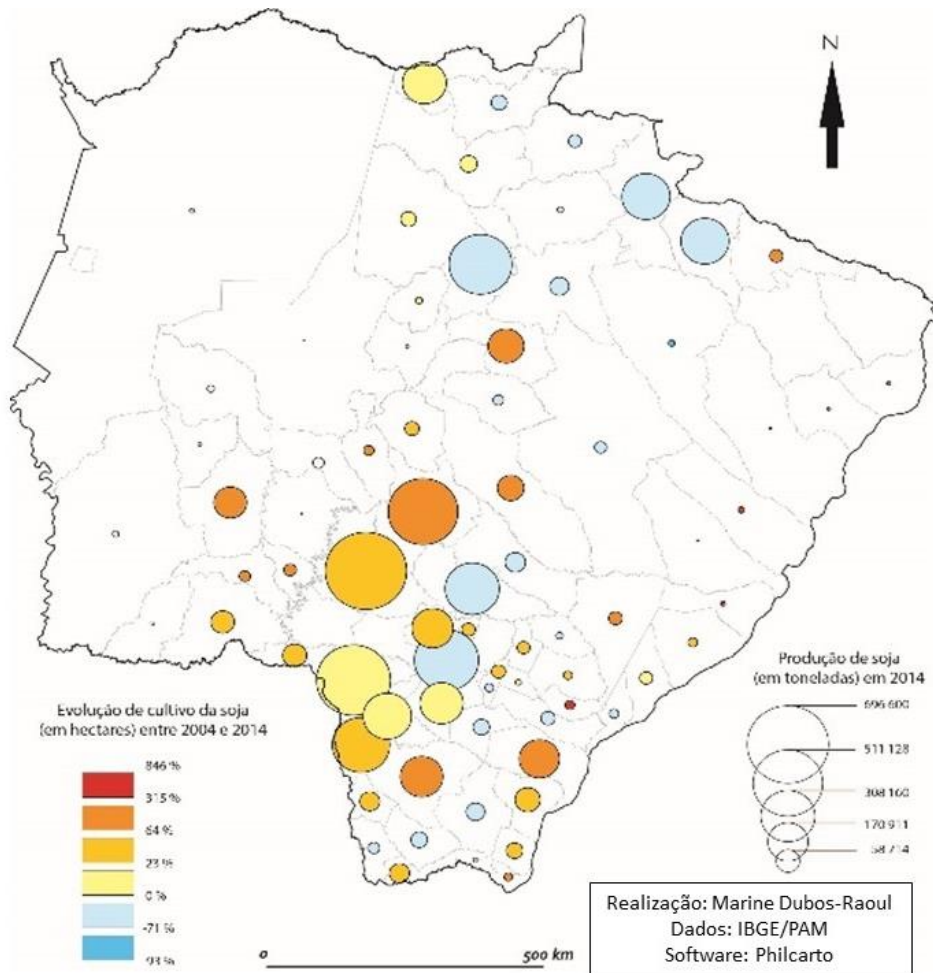
Já cidade de agronegócio, por conta – entre outros fatores – da sua localização estratégica (BR163, principal eixo de comunicação para encaminhamento até os portos de exportação de São Paulo), Dourados (e região) atrai os investidores no ramo da cana: Raízen, Bunge, Odebrecht, Biosev, a partir de 2006.

Em 2012, a prefeitura de Dourados lança a criação de um polo de serviço do setor sucroenergético, a fim de atender as necessidades do setor, principalmente, no tocante aos serviços de manutenção “metal-mecânica”, que as usinas buscavam na região de Sertãozinho, no estado de São Paulo.

A região de Dourados se constitui cidade do agronegócio (ELIAS, 2006) primeiramente com o duo soja/trigo e, mais recentemente, baseada na soja e no milho como produção inter-safra – safrinha. A região concentra 60% da produção de soja do Estado, em 2014, ou seja, 3 865 579 toneladas produzidas.

No entanto, os mapas seguintes mostram que, nos últimos anos, a soja (mapa 1) tende a crescer com menos intensidade que a cana-de-açúcar (mapa 2). Alguns casos mostram que as áreas plantadas observam uma diminuição das superfícies, como no município de Dourados e Rio Brillhante.

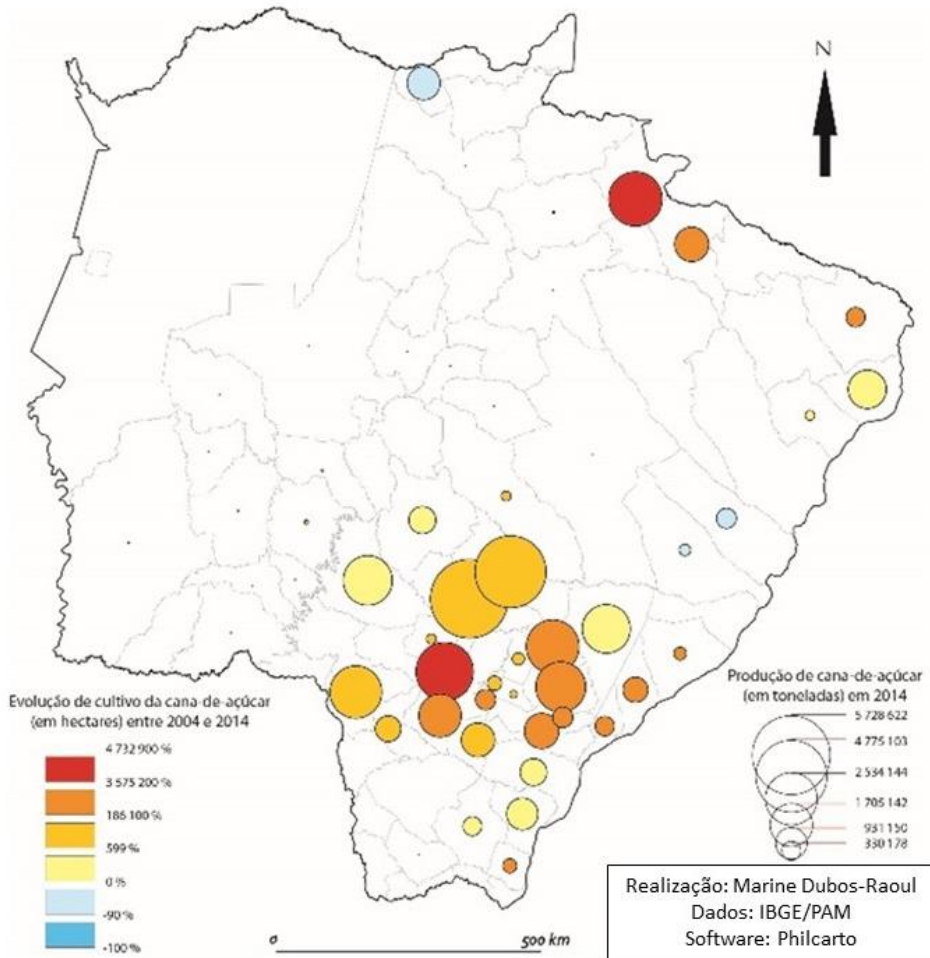
Mapa 1: evolução das áreas de soja (em hectares) nos municípios do Mato Grosso do Sul entre 2004 e 2014.



Fonte: IBGE/PAM; Org.: Autora.

Essas diminuições têm de ser relacionadas ao processo de territorialização do setor sucroenergético na região. O mapa 2 mostra as áreas de plantações de cana em forte aumento no período 2004-2014 e, nos municípios mencionados, revela uma dinâmica de substituição da soja.

Mapa 2: evolução das áreas de cana-de-açúcar (em hectares) nos municípios do Mato Grosso do Sul entre 2004 e 2014.

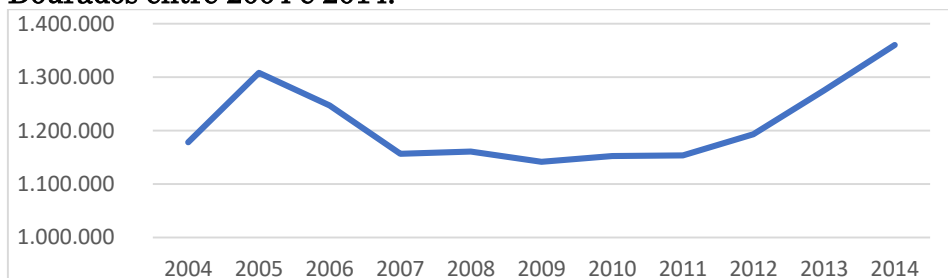


Fonte: IBGE/PAM; Org.: Autora.

Contudo, as quantidades produzidas de soja tenderam a aumentar de maneira significativa na região. Passa-se de 1 653 609 toneladas, em 2004, a 3 864 579 toneladas, em 2014. Isso revela uma melhor produtividade da soja. Porém, em 2005, a produção de soja representa 1 308 092 hectares e, em 2007, nota-se uma queda significativa, passando a 1 157 000 hectares, como expressa o Gráfico 1, quando a cana é implantada na região. Isso indica os efeitos da

cana sobre os grãos, e uma possível tensão pelo acesso à terra entre produtores do agronegócio.

Gráfico 1: evolução dos volumes de soja (em toneladas) na região de Dourados entre 2004 e 2014.



Fonte: IBGE/PAM; Org.: Autora.

Os atores do agronegócio entrevistados (membro da Fundação MS, ex-presidente da FAMASUL) consideram a chegada da cana-de-açúcar na região uma maneira de diversificar a produção agrícola e, dessa forma, aumentar/diversificar a renda dos produtores, o que era difícil apenas com a pecuária. A diversificação agrícola é promovida pelos agentes do agronegócio para os produtores rurais enfrentarem as crises (climáticas e de mercado) que tanto as produções de grãos quanto de cana (ou de pecuária) passam.

A diversificação de culturas, mas sobretudo da renda (grãos, cana-de-açúcar, pecuária bovina e eucalipto), inclui as principais produções do agronegócio sul-mato-grossense. A diversificação produtiva é pensada pelos atores da profissão agrícola como uma maneira de diversificar a produção, uma convicção forte, principalmente, frente à chegada da cana-de-açúcar e das crises que prejudicaram os proprietários que escolherem arrendar para as usinas e não receberam os aluguéis.

Nesse sentido, Chouquer (2009) vê a diversificação das funções sociais do espaço como uns dos elementos que conduzem a confrontos violentos nas fronteiras agrícolas latino-americanas. Nesse caso específico, os produtores perceberam que o modelo de monocultura pode prejudicá-los. Em caso de crise, de fato, a usina reduz os gastos, os contratos de arrendamento. Muito dificilmente os proprietários, depois da entrega da sua terra, consegue retomar a sua antiga atividade (em muitos casos, a pecuária, já que as usinas, para implantar os canaviais desmontam a estrutura de fazenda: cerca, mangueira, bebedouros, etc.).

Na época da chegada das usinas na região, houve uma adesão geral do fato de que as usinas “pagavam” melhor quando a pecuária passava por uma crise onde os produtores não conseguiam reformar as pastagens. A crise que conheceu o setor sucroenergético em 2011 interrompeu a euforia da cana-de-açúcar. Nesse contexto, os atores locais começaram a demonstrar marcas de insatisfação da relação com as usinas, no atraso (ou não pagamento) dos aluguéis, indicando tensões ou até conflitos existentes na fronteira de expansão do setor sucroenergético e nas mudanças de uso e ocupação do solo que vêm influenciando o papel dos atores no espaço e suas reivindicações sociais distintas.

Da aliança de classe aos conflitos dentro do agronegócio na fronteira de expansão da cana-de-açúcar

A expansão da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, em uma lógica de avanço de fronteira agrícola, é caracterizada pela importante mudança do uso e da ocupação do solo. Além disso, a fronteira é o lugar de criação de novidades com introdução de novos

meios técnicos e de mercado, podendo entrar em confronto com os ocupantes desses espaços (MACHADO, 1992).

A fronteira é o lugar do encontro, da discórdia social e da alteridade (MARTINS, 1996). A fronteira é, também, uma válvula de escape das tensões sociais produzidas pela expansão do capitalismo, em que o Estado transfere os problemas fundiários de uma região para a fronteira agrícola (BECKER, 1996). Ademais, a fronteira é ligada às demandas mundiais e, principalmente, aos mercados agrícolas.

Dessa forma, a expansão do setor sucroenergético é resultado de uma conjuntura no início dos anos 2000 favorável ao álcool e ao açúcar. Ela contribui com o reordenamento dos locais onde ela se territorializa, processo que se destaca pelas dinâmicas dos atores e, inclusive, pelo confronto destes, pelo acesso e/ou permanência na terra.

Em Dourados, o conflito indígena tem focalizado as atenções do mundo político, em razão da demarcação lenta, quase interrompida, das suas terras reivindicadas e pela luta iniciada pelos indígenas para a retomada desses territórios, entrando diretamente em confronto com os proprietários de terras. Se a chegada das usinas aumentou a conflitualidade por conta da nova pressão sobre as terras, acreditamos que a territorialização do setor tem gerado mudanças sociais importantes dentro do agronegócio, reorganizando as posições sociais dos atores pelas relações de poder.

O conflito é entendido como uma ferramenta para compreensão das mudanças territoriais, revelador das relações de poder entre os diversos atores sociais. O conflito é caracterizado pelo encontro e/ou a superposição espacial de uso e funções diferentes além de interesses contraditórios entre os atores (TORRE, A., et al.,

2006). Ele é o momento em que os atores confrontam suas ideias, suas representações do espaço, devido à chegada de atores aos projetos territoriais, contraditórios ou até incompatíveis com as outras territorialidades.

O processo de conflito permite identificar os pontos de divergências, os problemas ocasionados por uma nova territorialização, pelo jogo de argumentação de suas legitimidades e justificativa a permanecer ou a se apropriar do espaço. A conflitualidade é inerente ao processo de produção dos territórios devido à expansão do capitalismo no campo (FERNANDES, 2005).

O conflito territorial é, assim, produtor de uma nova organização do território, de redistribuição e reposicionamento socioespacial. O território, entendido como um produto social, fruto das relações de poder entre atores (HAESBAERT, 2005), refere-se tanto a um instrumento de dominação quanto a um objeto de reivindicação e de resistência.

Na pesquisa realizada no doutorado, foram identificados diversos conflitos (indígena, ambiental, no agronegócio...) reveladores das mudanças territoriais decorrentes da expansão da cana. A apropriação e o controle dos recursos (terra e água) necessários à expansão do agronegócio dão origem a “disputas territoriais de classes [...] disputas inter e intra capital” (THOMAZ JÚNIOR, 2010) entre diferentes segmentos da burguesia agrária.

O setor sucroenergético foi implantado na região por meio do arrendamento, estabelecendo contrato com os donos de terras de 6 a 12 anos. O arrendamento ocorre principalmente com pecuaristas e proprietários de pastagens degradadas.

Segundo o vice-secretário da produção agrícola do estado de Mato Grosso do Sul, entrevistado em 2015, a expansão da cana nas

pastagens degradadas é uma maneira de “desarmar todo tipo de conflito”. O presidente da Associação dos produtores de bioenergia de Mato Grosso do Sul (Biosul) explicou, na entrevista realizada em 2015, que a cana se estende, em 97% dos casos, sobre áreas de pecuária. Segundo ele, a cana permite recuperar o solo, controlar as erosões e valorizar a terra.

No entanto, o vice-secretário da produção agrícola do estado de Mato Grosso do Sul afirma que essas mudanças no uso da terra não tiveram reflexões sobre a produção bovina. Assim como os outros representantes da produção agrícola do estado, ele nega a diminuição do rebanho. Aceitar esse fato seria admitir a concorrência entre diferentes setores do agronegócio, no tempo em que um esforço é feito em favor da harmonia das atividades da parte das políticas públicas com um forte discurso em favor da diversificação produtiva baseada na integração de lavouras, pecuária e silvicultura.

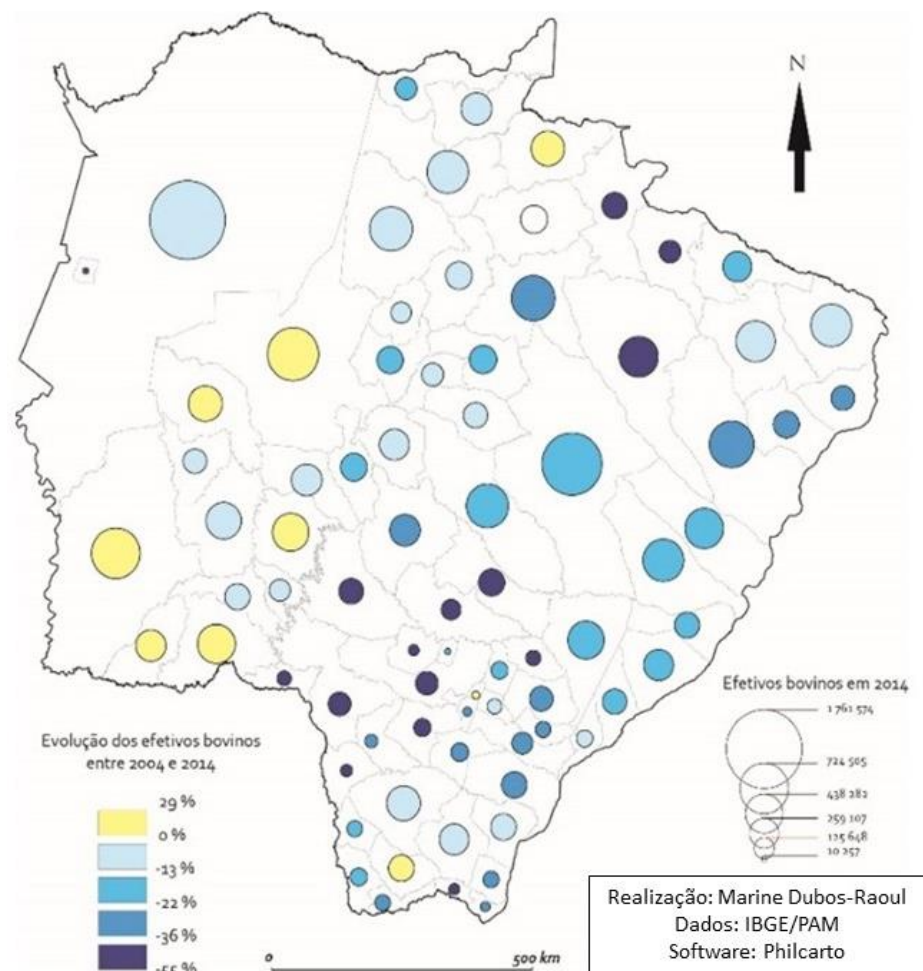
Esse discurso foi identificado nas entrevistas com o antigo presidente da Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), com um produtor rural também membro da Fundação MS (instituição de pesquisa agropecuária), com o Presidente da Associação dos fornecedores de cana-de-açúcar do estado de Mato Grosso do Sul (Sulcanas), e com o vice-secretário de produção agrícola do Estado, em entrevistas em 2013 e 2015.

Contudo, a pecuária, tão tradicional no estado (o Mato Grosso do Sul é o quarto produtor de bovino na escala do país pelos efetivos dos rebanhos em 2014), observa uma diminuição no período 2004-2014. Em 2004, criavam-se 4 961 407 bovinos na região de Dourados e 3 444 709, em 2014, ou seja, uma queda de 40% dos efetivos no estado e, de maneira significativa, no Sul e no Nordeste, onde se intensificaram respectivamente as produções de cana-de-

açúcar e de eucalipto do complexo papel-celulose no período (Mapa 3).

Essa evolução mostra um movimento da pecuária de leste para o oeste do estado, onde se localizam as áreas naturais dos Pantanais sul-mato-grossenses, limitadas legislativamente para o plantio de cana-de-açúcar.

Mapa 3: evolução dos efetivos bovinos por municípios de Mato Grosso do Sul no período 2004-2014.



Fonte: IBGE/PAM; Org.: Autora.

A diminuição do rebanho tem uma consequência no próprio funcionamento econômico agroalimentar: devido à redução de abate, frigoríficos fecham no Estado³. O levantamento da imprensa local e regional, bem como os trabalhos de campo realizados mostram que, apesar do arrendamento ter sido uma oportunidade de renda interessante pelos pecuaristas no início da implantação das usinas, proprietários manifestam os problemas em relação aos atrasos de aluguéis e as entregas de terras aos donos por parte das usinas, além das rupturas de contratos pelas usinas, cuja justificativa é a necessidade da superação das dificuldades financeiras enfrentadas.

Os proprietários de terras expressam esses descontentamentos nas reuniões nos Sindicatos rurais, onde eles deploram os prejuízos registrados retransmitidos pela imprensa local-regional⁴.

No trabalho de inventário dos conflitos, decorrente da expansão da cana, foi identificado conflito a respeito da proliferação

³ “Frigorífico fecha as portas em MS e demite 545 funcionários”. Correio do Estado, publicado em: 15 jul. 2015. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/economia/mais-um-frigorifico-fecha-as-portas-em-ms-e-demite-545-funcionarios/252361/>. Acesso em: 28 set. 2016.

“Falta boi para abate e 26 frigoríficos do país já fecharam: 14 deles em MS”. Campo Grande News, publicado em: 01 jun. 2015. Disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/economia/falta-boi-para-abate-e-26-frigorificos-do-pais-ja-fecharam-14-deles-em-ms>. Acesso em: 28 set. 2016.

“Frigoríficos fecham as portas e quase mil ficam desempregados no Estado”. Campo Grande News, publicado em: 27 de março de 2015. Disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/economia/frigorificos-fecham-as-portas-e-quase-mil-ficam-desempregados-no-estado>. Acesso em: 28 set. 2016.

⁴ “Arrendatários relatam possível ‘calote’ da Usina São Fernando (MS)”. Disponível em: <http://www.novacana.com/n/industria/financeiro/arrendatarios-calote-u>. Acesso em: 18 nov. 2015. “Em crise, usina São Fernando (MS) perde fornecedores de cana”. O Progresso, publicado em: 15 fev. 2015. Disponível em: <https://www.novacana.com/n/industria/usinas/crise-usina-sao-fernando-ms-perde-fornecedores-cana-130215/>. Acesso em: 28 set. 2016. “Sindicato Rural de Laguna Carapã apoia produtores que não recebem arrendamento”. Diário MS, publicado em: 05 set. 2014. Disponível em: <http://diarioms.com.br/sindicato-rural-de-laguna-carapa-apoia-produtores-que-nao-recebem-arrendamento/>. Acesso em: 28 set. 2016.

da mosca-de-estábulo, pelo fato de essas moscas atacarem os rebanhos e gerarem prejuízos aos pecuaristas. Mortes de alguns bezerros são registradas, e os pecuaristas jogam a culpa nas usinas, argumentando que, depois da chegada delas, as moscas se proliferaram demais.

Não queimando mais, na colheita da cana, as usinas cortam e deixam na superfície do canavial colhido a palha da cana, na qual é colocada a vinhaça, usada como adubo, extraída da transformação das canas e, antigamente, despejada nos córregos.

Reuniões, audiências públicas são organizadas para discutir essa polêmica. No entanto, podemos analisar esse conflito como algo que vem a dissimular uma questão mais profunda, problemas menos assumidos e com mais dificuldades de serem objeto de luta, que a retórica do meio ambiente e dos danos vem esconder.

Isso se encontra no fato de os produtores de lavouras, não inclusos e prejudicados pelas moscas, juntarem-se em solidariedade aos pecuaristas nessa luta, identificada essa aliança nos discursos dos produtores entrevistados.

Nesse contexto de crise do setor sucroenergético, foi possível identificar nas entrevistas com representantes do poder municipal, proprietários de terras e produtores de lavouras (principalmente de grãos) dos municípios de Rio Brilhante, de Nova Alvorada do Sul ou ainda de Maracaju, um discurso forte em favor da “volta da soja”. As terras que eram ocupadas pela soja por meio de arrendamento foram “tiradas” dos produtores de soja em benefício das usinas, pois a cana pagava melhor o arrendamento⁵. Nesse aspecto, um produtor de soja de Rio Brilhante explicou, em 2015:

⁵ Se fala em arrendamento, mas a remuneração se faz na verdade em porcentagem da colheita da cana, por Açúcar Total Recuperado (ATR) fixado pela Consecana.

Eles [as usinas] estão pegando assim, a usina entra onde a pessoa está arrendando a terra e aí eles vão falar com os donos da fazenda, pra pegar a terra, porque quer tirar a terra do arrendatário pra eles. Então aí eles atacam bastante neste setor. Eu acho que pro agricultor que gosta da lavoura de soja, milho e arroz, aqui ele não gosta muito do... principalmente o arrendatário do pessoal daquele. Porque tá tirando o espaço, a cana tirou muito espaço da soja e do milho aqui no Estado [sic].

O produtor, inclusive, insiste no fato de que a cana-de-açúcar não ocupa apenas espaços de pastagens degradadas: “Na realidade eles estão invadindo todos os setores. Uma invasão que eu vejo assim muitas vezes até...eu vejo até um trabalho...desonesto com o nosso produtor rural aqui”.

No sindicato rural de Maracaju, na entrevista em 2013, o responsável administrativo evoca as “disputas entre setores” na chegada das usinas. Questionada sobre a natureza dessas disputas, a entrevistada tenta amenizar suas palavras. Um responsável do poder municipal de Maracaju menciona “uma competição pelo acesso a terra” que depois ele relativiza para falar de “competições, mais pontuais”.

Essas marcas discursivas de amenização, de autocorreção, citações de elementos positivos depois de ter apontado problemas ou marca de hesitação, revelam o que a psicologia social denomina de “zona muda das representações sociais” (ABRIC, 2005). São expressões de apreensões, difíceis afirmações de ideias, podendo mostrar um lado que um ator dificilmente assumiria, desviando das representações sociais do grupo a que ele pertence, da classe social a que ele pertence, dos produtores rurais e, mais amplamente, do agronegócio.

O trabalho de detecção da zona muda das representações sociais, a partir das formas discursivas mencionadas acima, nas

entrevistas, permite levantar aspectos constitutivos de questões em jogo na reorganização socioespacial, mas que não estão claramente afirmadas.

Pode ser interpretada a concorrência que gera a cana em relação à soja na questão do acesso à terra, mas, além disso, a desestabilização social que gerou a implantação das usinas e seu domínio territorial, alterando o poder do produtor rural tanto simbólico (oligarquias regionais, pioneiros, legitimação territorial) quanto efetivo (perda de espaço, perda de controle sobre as dinâmicas agrícolas, escolhas dependendo de outro e do reflexo sobre o preço das terras).

As lógicas territoriais das usinas geram uma desestabilização da organização social e dos jogos de poder pelo controle territorial. O antigo Presidente da FAMASUL, entrevistado em 2015, exprime que:

Mas infelizmente a legislação desse país permite que muita gente que chegou há 10, 15, 20 anos atrás tem hoje um patrimônio muito maior do que nosso, eles são muito competentes né?! Deve ter usado de muita competência para adquirir todo que eles adquiriram.

Destaca-se o fato de que não é só uma questão de mudança de uso de solo, mas de toda uma organização social que traduz a substituição de uma dominação no espaço por outra. Antes da chegada da cana, os produtores de grãos estavam em situação de quase monopólio do ponto de vista das produções temporárias. A citação em seguida de um lavourista demonstra a maneira que os produtores percebem e se percebem dentro dessa nova organização produtiva do espaço: “a cana ela tira espaço daquilo que a gente sabe fazer. Porque ela é uma cultura bem diferente daquilo que a gente conheça, o maquinário que eu tenho é pra lavoura de soja e milho”.

As evocações por produtores rurais e representantes políticos locais de uma “temporada da cana”, da “volta da soja”, uma fase efêmera na história da região e do fato de que a soja “vai retomar ao seu lugar daqui uns 5 a 10 anos” são elementos discursivos que podem ser analisados como forma de constituição de um grupo frente à pressão territorial, questionando o posicionamento social, colocando esses atores em uma forma de contestação até uma postura quase vingativa.

Considerações finais

Conflitos dentro do próprio agronegócio, opondo produtores de cana-de-açúcar e produtores de soja e milho, são obviamente menos visíveis porque não se traduzem por enfrentamentos diretos e/ou violentos. Isso pode ser explicado pelo fato de que os responsáveis das políticas públicas e a classe do setor sucroenergético defendem a coexistência harmônica do agronegócio no espaço entre os diferentes membros.

A invisibilização dos conflitos e, em geral, dos problemas que podem gerar a proximidade dessas atividades é o resultado das estratégias discursivas, tentando limitar a visibilidade das contradições e de ilegitimidade do setor. Deslegitimar as oposições ao setor é uma maneira de colocar em dúvida as reivindicações socioespaciais que poderiam impactar a expansão do setor sucroenergético e seu projeto territorial, e negar todo tipo de conflitualidade socioespacial.

Considerar as tensões e conflitos dentro do agronegócio permite entender e evidenciar as reivindicações dos diferentes atores do agronegócio, suas organizações espaciais e os impactos em termos de reivindicações territoriais. As entrevistas evidenciam a

concorrência que gerou a cana-de-açúcar sobre a soja, ocupando seu espaço e tirando a base territorial dos produtores rurais da região.

O espaço é o centro dos conflitos como elemento essencial de reprodução da classe dos produtores, uma exclusão territorial, significando uma perda de poder simbólico e de fato.

Essa (re)afirmação do produtor rural, como classe e pertencimento ao território, tem sido mais relevante depois da recrudescência dos conflitos entre produtores e indígenas. Os produtores rurais veem a sua legitimidade espacial ser contestada e enfraquecida pelas reivindicações indígenas de demarcação dos seus territórios, dispendo da justificativa constitucional pela ocupação espacial tradicional.

É interessante notar, no discurso de alguns produtores, a palavra “invasão” para evocar o processo de chegada das usinas na região; trata-se da expressão “invasão de terras”, que é usada para descrever os movimentos de retomadas de terras organizados pelos indígenas.

Essa “invasão” vivida pelos produtores rurais mostra que tanto as retomadas indígenas quanto a territorialização do setor sucroenergético desestabilizam a territorialidade dos setores de agronegócio na região de Dourados.

Referências Bibliográficas

ABRIC, J.-C. La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. *Méthodes d'étude des représentations sociales*. Ramonville Saint-Agne [France]: Erès v. ERES Hors collection, p. 59–80, 2005.

BANQUE MONDIALE. *L'agriculture au service du développement*. Washington; Bruxelles : Banque mondiale; de Boeck, 2008. ISBN : 978-2-8041-5697-8.

_____. *Rising global interest in farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?* Washington D.C., 2010.

BECKER, B. K.; AUBERTIN, C. Signification actuelle de la frontière: une interprétation géopolitique à partir du cas de l'Amazonie brésilienne. *Cahiers des Sciences Humaines*, v. 22, n. 3/4, p. 297–317, 1986.

BERNARDES, J. A. Metamorfoses no setor sucroenergético: emergência de contradições. BERNARDES, J. A.; SILVA, Catia Antonia; ARRUZZO, Roberta Carvalho. *Espaço e energia: Mudanças no paradigma sucroenergético*. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 143–154, 2013.

BORRAS JR, S. M.; FRANCO, J. C. Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change: A Preliminary Analysis. *Journal of Agrarian Change* [En ligne]. 1 janvier 2012. Vol. 12, n°1, p. 34-59, 2012.

CASTILLO, R. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional para o bioma Cerrado. *GEOgraphia*, v. 17, n. 35, p. 95–119, 2016.

CHOUQUER, G. Enjeux fonciers. Deuxième partie : Amérique latine, Méditerranée, Russie. *Études rurales*, n. 185, p. 237-246, 2010.

_____. Le nouveau commerce triangulaire mondial. Ou les analogies du foncier contemporain. *Études rurales*. Vol. 1, n°187, p. 95-130, 2011.

DELCOURT, L. L'avenir des agricultures paysannes face aux nouvelles pressions sur la terre. *Centre Tricontinental (CETRI)* [En ligne]. Louvain-la-Neuve, 2010.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 13, n. 2, p. 153–167, 2011.

FAO, *Comment nourrir le monde en 2050*, 2009.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. BUAINAIN, A, M. (Org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

GIRARDI, E. P., SILVEIRA, M. F. B. DA. Mapeamento da territorialização do cultivo de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo no período 2000-2011. *Anais do Encontro Nacional dos Geógrafos. AGB*. Belo Horizonte, 2012.

GHORRA-GOBIN, C., AZUELOS M. Le capitalisme à l'âge global : les mutations en cours transcendent-elles les spécificités nationales ? *Revue LISA / LISA e-journal* [En ligne]. 20 mars 2015. Vol. XIII, n°2, 2015.

GUIBERT, M., VELUT S. Les agricultures latino-américaines : dynamiques et enjeux de développement. *Amérique latine. L'Amérique latine est bien partie*. Paris : La Documentation française, Institut des hautes études de l'Amérique latine, p. 93-104, 2011.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Encontro de Geógrafos da América Latina*, v. 10, p. 6774–6792, 2005.

HOUTART F. *L'agroénergie solution pour le climat ou sortie de crise pour le capital?* Charleroi: Couleur Livres, 2009.

MACHADO, L. O. A Fronteira agrícola na Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 2, n. 54, p. 27–52, 1992.

MARTINS, J. DE S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social: Rev. Sociol. USP, S. Paulo*, v. 8(1), p. 25–70, 1996.

OLIVEIRA, A. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. *Agrária (São Paulo. Online)*, (12), 3-113, 2010.

PERPETUA, G. M. Entre chapadas e cocais: o avanço das commodities e a pilhagem territorial no Maranhão. *Anais Encontro Nacional de Geografia Agraria*, DouraMS, p. 1819-1835, 2018.

SACHS I. « A revolução energética do século XXI ». *Estudos Avançados*. Vol. 21, n°59, p. 21-38, 2007.

SAUER S., LEITE S. P. « Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra Por Estrangeiros no Brasil ». *RESR, Piracicaba-SP*. Vol. 50, n°3, p. 503-524, 2012.

SAUER, S.; BORRAS JR, S. M. "Land grabbing" e "green grabbing": Uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*. Edição especial, p. 6-42, 2016.

THOMAZ JÚNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classes no Brasil do século XXI. *Campo-Territorio: revista de geografia agraria*, v. 5, n. 10, p. 92–122, 2010.

TORRE, A., AZNAR, et al. Conflits et tensions autour des usages de l'espace dans les territoires ruraux et périurbains. Le cas de six zones géographiques françaises. *Revue d'Économie Régionale & Urbaine*, v. août, n. 3, p. 415, 2006.

Submetido em: 14 de janeiro de 2019.

Devolvido em: 27 de março 2019.

Aprovado em: 11 de abril de 2019.

**TERRITORIALIDADES PÓS-
CONFLITO: VIOLÊNCIA NO CAMPO E
LUTA PELA TERRA NO ÂMBITO DA
POLÍTICA DE RESTITUIÇÃO DE
TERRAS E O PROCESSO DE JUSTIÇA
TRANSICIONAL NA COLÔMBIA**

*TERRITORIALITIES OF POST-CONFLICT:
VIOLENCE IN RURAL AREAS AND
STRUGGLE FOR LAND WITHIN THE
FRAMEWORK OF THE LAND RESTITUTION
POLICY AND THE TRANSITIONAL JUSTICE
PROCESS IN COLOMBIA*

*TERRITORIALIDADES DE POSCONFLICTO:
VIOLENCIA EN EL CAMPO Y LUCHA POR
LA TIERRA EN EL MARCO DE LA POLÍTICA
DE RESTITUCIÓN DE TIERRAS Y EL
PROCESO DE JUSTICIA TRANSICIONAL
EN COLOMBIA*

MARCIA ARTEAGA PERTUZ

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Territorial na América Latina e Caribe –
Universidade Estadual Paulista (UNESP), São
Paulo/SP.

E-mail: marcearteaga1982@gmail.com

BERNARDO MANÇANO FERNANDES

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Territorial na América Latina e Caribe –
Universidade Estadual Paulista (UNESP), São
Paulo/SP.

E-mail: mancano.fernandes@unesp.br

LUIS FELIPE RINCÓN MARINQUE

Universidad de Caldas, Manizales, Colômbia.

E-mail: feliperinconm@gmail.com

Resumo: Neste artigo apresentamos uma análise das territorialidades de pós-conflito da Colômbia utilizando dados e informações de diversas fontes e um referencial teórico que possibilita compreender como os diferentes sujeitos produzem as territorialidades para dominar através do assassinato e territorialidades para defender a vida por meio de diferentes mecanismos, neste caso através da restituição de terras e o retorno ao campo, reconstruindo territórios no marco de uma guerra de mais de cinco décadas, cujo final tem se anunciado em múltiplas ocasiões, mas se prolonga mediante as metamorfoses de suas estruturas de poder e a renovação de seus atores. Esta leitura revela a perversidade do capitalismo em produzir as relações de violência para eliminar as pessoas que resistem em suas terras e territórios. Em tempos de guerra, o capitalismo acirra os conflitos que ele mesmo produz através da renda capitalizada da terra e a expropriação do campesinato e outras populações. Para compreender esta realidade, estudamos vários departamentos da Colômbia demonstrando a crueldade dos conflitos armados e a continuidade da violência no pós-conflito. A união das elites do País contra o povo da Colômbia que resiste e continua reivindicando - disputando os territórios para restabelecer seus direitos à vida, terra e território.

Palavras-chave: territorialidades pós-conflito, restituição de terras, violência no campo, Colômbia.

Abstract: In this paper, we present an analysis of Colombia's post-conflict territorialities using data and information from various sources, and a theoretical framework that allows us to understand how the different actors produce the territorialities to dominate through murder, and also territoriality to defend life through different mechanisms. In this case through the restitution of lands and the return to the countryside, rebuilding territories in the framework of a war of more than five decades, whose end announced on multiple occasions but is prolonged through the metamorphoses of its structures of power and the renewal of its actors. This reading reveals the perversity of capitalism in producing relations of violence to eliminate the people who resist on their lands and territories. In times of war, capitalism stirs up the conflicts it produces through the capitalized income of the land and the expropriation of the peasantry and other populations. To understand this reality, we have studied several departments in Colombia demonstrating the cruelty of armed conflict and the continuity of post-conflict violence. The union of the country's elites against the people of Colombia that resists and continues to claim - disputing the territories to restore their rights to life, land and territory.

Keywords: territorialities of post-conflict, land restitution, violence in rural areas, Colombia.

Resumen: En este artículo presentamos un análisis de las territorialidades de posconflicto en Colombia, a partir de datos e informaciones de diversas fuentes así como un marco conceptual e teórico que posibilita comprender cómo los diferentes sujetos producen territorialidades para dominar a través del asesinato y, territorialidades para la defensa de la vida a través de diversos mecanismos, en este caso a través de la restitución de tierras y el retorno al campo, que anuncia la reconstrucción de territorios en el marco de una guerra de más de cinco décadas, cuyo fin ha sido anunciado en múltiples ocasiones pero que se extiende a través de la metamorfosis de sus estructuras de poder y la renovación de sus actores. La lectura que aquí proponemos revela la perversidad del capitalismo al producir relaciones de violencia para eliminar a las personas que resisten en sus tierras y territorios. En tiempos de guerra, el capitalismo acentúa los conflictos que él mismo produce a través de la renta capitalizada de la tierra y la expropiación del campesinado y otras poblaciones. Para comprender esta realidad, estudiamos varios departamentos de Colombia demostrando la crueldad de los conflictos armados y la continuidad de la violencia en

el posconflicto, la unión de las elites del país contra el pueblo colombiano que resiste y continúa reivindicando- disputando los territorios para restablecer sus derechos a la vida, tierra y territorio.

Palabras clave: territorialidades de posconflicto, restitución de tierras, violencia en el campo, Colombia.

Introdução¹

O ponto de partida do caminho ao pós-conflito através do processo de justiça transicional na Colômbia relaciona-se com o as negociações de 2002 a 2005, que levaram à desmobilização dos paramilitares em março, com a “Ley de Justicia y Paz” de 2005, mecanismo jurídico que permitiu seu desarme e a possibilidade de dar fim aos enfrentamentos armados, que durante anos atingiram principalmente a população rural e o campesinado. Este fato marca o início dos acordos para a construção da paz no país e a possibilidade de desintegrar as relações de poder político que permitiram a expansão e fortalecimento da estrutura paramilitar e o narcotráfico desde finais da década de 80, e estabelecer o direito à verdade, justiça e reparação das vítimas do conflito.

Os índices de violência e os custos dos enfrentamentos entre grupos armados e o Estado colocaram as vítimas e seu direito à reparação no centro do processo de justiça transicional do país, sendo um dos principais temas de discussão a relação entre a desterritorialização massiva, o domínio militar e a estrutura fundiária desigual nos territórios de conflito. As enormes dimensões territoriais e sociais do despejo e abandono forçado de terras levaram, após intenso processo de negação e oposição, a dar

¹ Este artigo está vinculado ao Projeto “Territorialidades de Pós-Conflito: o caso da fazenda Cedro Cocido em Córdoba, Colômbia”, financiado pela FAPESP na modalidade de bolsa de mestrado.

continuidade ao processo de justiça de transição através da “Ley de Víctimas y Restitución de Tierras-Ley 1448 de 2011” e a firma do *Acordo de Paz* entre o governo e as guerrilhas da FARC-EP.

Esta pesquisa é desenvolvida neste âmbito histórico e político particular, na busca da compreensão do processo de restituição de terras que surge como mecanismo de reparação das vítimas de despejo e abandono forçado de terras e do conflito armado, assim como as implicações territoriais e conseqüentemente as territorialidades criadas historicamente em espaços de conflito, e as surgidas no contexto da justiça transicional, matriz tanto dos acordos de paz, como dos processos de desmobilização e a recente reparação.

Importante considerar que apesar de ter-se concretizando a possibilidade de reparar as vítimas através de mecanismos como a restituição de terras, a Colômbia enfrenta até a atualidade uma situação de intensa violência, na que participam novas estruturas de poder e de crime organizado em conjunto com velhos atores como a elite política, o latifúndio, o narcotráfico, o estado e algumas das guerrilhas que ainda mantêm-se ativas como é o caso do Exército Nacional de Liberação - ELN.

A disputa pelo controle territorial e a luta pela terra materializa-se em centenas de casos de líderes e ativistas sociais assassinados. A permanência do conflito e a intensificação da violência ao interior do campo, que estende-se silenciosamente para as cidades, são questões para serem tratadas com profunda atenção. Numa conjuntura complexa, centramos a nossa atenção no fato que apesar de ter diminuído nos últimos anos o número de pessoas deslocadas por causa da redução significativa dos enfrentamentos, tem-se incrementado o número de assassinatos de camponeses,

líderes de comunidades, indígenas e afrocolombianos que lutam pela construção da paz no campo e na cidade.

Esta dinâmica é produto das contradições das relações capitalistas e não capitalistas no espaço. Com métodos agressivos usados para manter o controle e poder territorial, que garante a reprodução das relações desiguais e de dominação ao interior do campo, entre estas, a estrutura fundiária atual e a concentração da riqueza. Desta forma, analisamos as *territorialidades de conflito e pós-conflito* que tem marcado o caminho de transição da guerra a paz na Colômbia.

Os resultados mostram os avanços da pesquisa desenvolvida através da revisão bibliográfica e documental e reflexões, que são produto das análises de dados sobre a violência e a vitimização, o que possibilitou compreender as relações sociais que estão ampliando os conflitos no âmbito de reparação e transição.

O artigo está organizado em três partes, a primeira parte refere-se aos aspectos teóricos-metodológicos, num segundo momento apresentamos a discussão e a leitura da questão que ocupa nossa atenção central, relacionada com a violência e suas diferentes modalidades e, finalmente, apresentados as considerações finais.

Levamos em consideração que as nossas reflexões levantem as vozes das vítimas que lutaram pela terra e pela vida e dos líderes sociais, homens e mulheres que lutam pela construção de territorialidades de resistência.

Territorialidades pós-conflito: da expulsão e abandono forçado à restituição da terra²

A dinâmica territorial na Colômbia se expressa, segundo Montañez y Delgado (1998, p. 128-129, tradução nossa), “nos interesses e ações de atores como a guerrilha e o paramilitarismo; nos movimentos socioterritoriais, e evidentemente, nos interesses do capital articulados em redes de fluxos internacionais e transnacionais, legais e ilegais. Tudo isto manifesta-se nos processos de territorialização e desterritorialização, sendo portanto fonte de conflitos e lutas pelo poder. Tudo é político e a política no território”. Se a desterritorialização refere-se, como os mesmos autores definem, aos “processos de perda do território como produto da dinâmica territorial e dos conflito de poder entre os distintos agentes territoriais” (MONTAÑEZ; DELGADO, p. 125, tradução nossa), então, nos encontramos frente a um exercício constante de disputa territorial, no qual são produzidas as mais variadas territorialidades, cujo território é caracteristicamente desigual, pelo qual se associa profundamente à conflitualidade. Isto explica o fato de que “as relações conflitivas da sociedade acabam se materializando visivelmente no território” (COMISIÓN NACIONAL DE REPARACIÓN Y RECONCILIACIÓN, 2009, p. 94, tradução nossa). Neste sentido o território precisa ser compreendido como espaço de poder e construção social.

A *abordagem territorial*, sugiere a produção social do espaço e processos de conflito e conflitualidade que surgem no seu interior pelas disputas pelo poder e controle territorial, como a matriz para o

² O presente artigo é produto da revisão e aprofundamento do artigo apresentado no XXIV Encontro Nacional de Geografia Agraria (2018), intitulado *Territorialidades pós-conflito: restituição de terras e violência no campo na Colômbia*.

análise dos processos e dinâmicas, por exemplo, da violência e a reprodução de uma estrutura social desigual e injusta ao interior do campo e a cidade como é o caso Colombiano. O *território* enquanto categoria geográfica, “permite abordar e olhar de frente a natureza política dos processos de constituição do espaço” (SILVA, 2016, p. 4) e exige reconhecer a participação ativa dos atores sociais, legais e ilegais e agentes institucionais nessa construção. Este aparece “ao longo do tempo e na maior parte das reflexões teóricas como conceito capaz de apreender uma das principais dimensões do espaço geográfico, a sua dimensão política” (HAESBAERT, 2007, p. 36). Pensado como totalidade, a anterior afirmação não exclui as outras dimensões do espaço, “o território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou” (FERNANDES, 2005, p. 28).

Quando essa intencionalidade abarca interesses individuais é sobretudo econômicos, como acontece com o capital em muitas ocasiões articulado a atores institucionais e ilegais, as estratégias para obter o controle apresentam uma característica explícita: a violência, constituindo territorialidades de dominação e resistência.

“Evidenciando as lógicas que o constituem, o território se constitui igualmente, num campo relacional no qual materializam-se pugnas e contradições da sociedade inerentes ao controle e dominação dos recursos e da população, da natureza; o exercício de poder e a regulação das relações sociais de produção; o controle pelo acesso e a circulação; as disputas pela representação hegemônica do território; e inclusive pela informação que circula nele” (COMISIÓN NACIONAL DE REPARACIÓN Y RECONCILIACIÓN, 2009, p. 94, tradução nossa).

Em contextos violentos, a instrumentalização de medo e a violência como eixo central de poder e controle, implica, entre outros,

processos de migrações, despejo e abandono forçado, que conduzem a uma constante dinâmica de territorialização e desterritorialização. As ressignificações produzidas e as territorialidades construídas nesse fluxo de apropriação e reapropriação “estão mergulhadas em relações de poder e, deste modo, sujeitas aos mais diversos jogos, ora mais impositivos, ora mais abertos” (HAESBAERT, 2007, p. 37). Consequentemente, poderíamos compreender a territorialidade como o grau de controle exercido sobre o território (MONTAÑEZ; DELGADO, 1998).

Ora, a *Territorialidade*, como categoria geográfica e desde seu sentido de apropriação, pertença e significações, é necessária para compreender desde a perspectiva geo-histórica o contexto nacional no que se desenvolvem até a hoje disputas territoriais, mas, sobretudo, um caminho para analisar e desconstruir o processo de retorno e restituição de terras que acontece no país desde o surgimento da Lei de Vítimas e Restituição de Terras e que demarcam transformações na estrutura territorial tradicional:

A territorialidade olhada desde esta perspectiva nos leva a pensar como através do despejo (desterritorialização) se rompem as relações anteriores, e como no meio dos processos de restituição de terras que se adiantam atualmente no país deve propor-se a reapropriação destes espaços para que possam ser configurados novamente em territórios. Em definitivo, trata-se da busca da recuperação da territorialidade (ARBOLEDA, 2016, p. 10, tradução nossa).

O conceito de território como indica Blanco (2007, p. 42) “leva implicitamente as noções de apropriação, exercício de domínio e controle”, e são as forças econômicas, políticas e culturais as que determinam as diferentes territorialidades, propriedades dos territórios produzidas pela multidimensionalidade e multiescalaridade através das relações sociais que definem as formas

de uso dos territórios. São resultados dos diferentes tipos de territórios (FERNANDES, 2009a) que correspondem desde o território da nação (espaço de governança) as propriedades comunais, privadas não capitalistas e capitalistas, ou seja, os territórios imóveis (fixos) e móveis (fluxos). A territorialidade, segundo Montañes e Delgado (1998, p. 124-125, tradução nossa), se associa a apropriação e está com a identidade e afetividade espacial, que se combinam, definindo territórios apropriados de direito, de fato e afetivamente. A criação de territorialidade gera uma geografia do poder, caracterizada pela desigualdade, a fragmentação, a tensão e o conflito. Seguindo a ideia de Soja (1989)³, a territorialidade segrega e compartimenta a interação humana, dado que controla a presença e ausência, a inclusão e a exclusão; expressa as relações de poder e é a base para a sua espacialização e temporalização.

Tendo em conta estes elementos, pensar em como se constroem as territorialidades no marco específico Colombiano por todos os atores implicados, não pode ser um exercício alheio a compreensão da construção tradicional de territórios ao interior do campo, sobre uma lógica homogeneizada de violência sociopolítica aplicada por atores capitalistas na sua ambição de produção e acumulação de riqueza (SILVA, 2016).

Na questão agrária, temos analisado as disputas territoriais por camponeses, indígenas e outras populações tradicionais na conjuntura agrária que produz as desigualdades estruturais do modo capitalista de produção. Cientes de que no marco do conflito histórico na Colômbia a *acumulação via espoliação* (HARVEY, 2011) aparece como um dos principais meios para garantir o controle do território, a proposta do governo de transformar da realidade através do

³ Nota dos autores.

processo de reparação das vítimas e restituição de terras, que tem, evidentemente, uma implicação ideológica, exige um esforço por compreender os vínculos entre terra e território, e especificamente, por analisar essa proposta à luz da perspectiva territorial.

As negociações de 2002 a 2005, que levaram a desmobilização dos paramilitares, constituíram-se no ponto de partida do caminho ao pós-conflito na Colômbia. Em uma conjuntura de *justiça transicional*, o surgimento da “*Ley de Justicia y Paz*” e “*Ley de Víctimas y Restitución de Tierras*”, nos anos 2005 e 2011 respectivamente, representaram os principais instrumentos jurídicos para a transição do conflito ao pós-conflito. Em 2016, a assinatura do *Acordo de Paz* entre o governo da Colômbia e as guerrilhas das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo - FARC-EP deu continuação a este caminho. Todavia, em uma situação de intensa violência, são maiores os desafios que a Colômbia enfrenta para reparar as vítimas do conflito armado e reconhecer seus direitos de justiça.

No momento histórico que vivia o país durante as negociações com as FARC, a expressão ‘paz territorial’ foi empregada como instrumento de discurso pelo governo para apresentar o que segundo este concentraria a proposta e o modelo de paz que seria encaminhada uma vez se concretizasse a assinatura dos acordos. Desde a perspectiva governamental o modelo de paz territorial deveria integrar o fortalecimento institucional e a participação cidadã como fatores fundamentais na construção do pós conflito, permitindo o desenvolvimento de estratégias de baixo para cima, ou seja, a construção de paz deveria acontecer desde e na base material representada nas comunidades rurais, isso com o apoio de uma institucionalidade que fizera efetivas as políticas no território.

Contudo, na prática e a partir do análise objetivo a perspectiva governamental, autores como García (2016), Zubiría (2016) e Bautista (2017), tem sinalizado o evidente corte institucional da proposta do governo, no qual aparece constantemente no discurso político como conceito construído, reafirmando o caráter ideológico da política (García, 2016), com o propósito central de forjar territórios para o desenvolvimento capitalista (Zubiría, 2016). De fato, o conceito de paz territorial esboçado pelo governo do ex-presidente Santos, na qual predomina a centralidade do Estado, não aborda todas as dimensões que são necessárias para construir um projeto coletivo de base social; o estado representado na institucionalidade é só um dos atores em qualquer processo de justiça transicional. Esta centralidade a qual referimo-nos se expressa por exemplo nos esforços por “desmantelar a frente de guerra contra-insurgência e possibilitar a ampliação da acumulação capitalista” (BAUTISTA, 2017, p. 102, tradução nossa).

Essa paz territorial que se propõe, não é mais do que uma forma sutil de estabelecer um vínculo entre o destino do conflito armado e a visão económica do governo, evidente tanto como a liberdade de empresa e a seguridade jurídica da propriedade. A paz, em tal sentido, é o argumento necessário para profundizar o modelo de desenvolvimento, e não, para acabar com as estruturas de violência, que tomam forma de exclusão social, desigualdade e relações de opressão política, e que, prologam e reproduzem o status quo nas relações sociais (GARCÍA, 2016, p. 01).

Na lógica do governo, predomina a leitura do território como espaço vital para a defesa da soberania e governança, esta definição por parte de órgãos governamentais e agências multilaterais, segundo autores como Fernandes (2013, p. 119) não considera as conflitualidades presentes nos diferentes tipos de territórios

conteúdos no território enquanto totalidade. A ideia de que a construção de paz é possível só através da mediação estatal deslegitima as territorialidades construídas a partir das distintas lógicas sociais nas comunidades camponesas e tradicionais, assim como, os territórios que existem, se criam e recriam em todas as esferas sociais, mesmo no meio do conflito. Neste contexto, o conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa a sua propriedade mais inestimável: a relação de poder (FERNANDES, 2013, p.119). Pensar no território e territorialidades como unidimensionais; como suporte, e não, como produto das práticas e dinâmicas de uma sociedade violenta e violentada, pode derivar só dum enfoque reducionista, inserido num modelo de paz liberal, que como explica Richmond (2013) se relaciona muito mais à segurança, à política antiterrorista, à soberania e à economia liberal. Logo, é necessário compreender que os *territórios* e as *territorialidades pós conflito* não são um produto efetivo e automático dos acordos bilaterais de paz, na sua construção envolvem-se atores como o Estado, o capital, as comunidades e os agentes e organizações articuladas à ilegalidade, o latifúndio, a política e o narcotráfico, sem os quais é impossível entender os interesses e os fatores que tem sido motores durante décadas tanto do conflito como da violência política e armada do país, dos quais se derivam as atuais expressões e implicações territoriais do pós conflito.

A nossa proposta, para fazer uma leitura aprofundada do processo de justiça transicional que vive o país desde o ano 2005 e que se reforça com as negociações e firma final do acordo de paz com as FARC no ano 2016, assim como os instrumentos de reparação que garantem o retorno efetivo, à justiça e não repetição de atos violentos

individuais e coletivos ao interior do campo, se articula a perspectiva territorial já exposta. Consideramos que os cenários pós conflito são diversos segundo suas escalas, atores envolvidos e contextos históricos e territoriais particulares (nas suas dimensões culturais, políticas, econômicas e ambientais), pensamos que não podem ser interpretados estritamente no marco de acordos bilaterais e na fase pós-acordo, sino num sentido mais amplo.

As *territorialidades pós-conflito* podem ser entendidas como construção e resultado de marcos históricos específicos, como no caso dos processos de justiça transicional. Todavia podem surgir fora deste marco, quando por exemplo, são construídas em comunidades que depois de resistir em contextos complexos e de tensão, e extremamente desiguais, onde territorialidades passam de expressões violentas a ser elementos que resgatam a memória histórica, reforçam e legitimam o trabalho social coletivo, a emancipação e as territorialidades alternas as hegemônicas ou resistência; estas também podem surgir a partir do retorno e a restituição, do qual emergem processos de reapropriação. *Territorialidades pós-conflito* não representam ausência de conflitualidade, expressam tanto novas disputas como propostas que ao surgir desde a base social se apresentam, retomando a Batista (2017), como alternativas específicas para a construção efetiva de paz e como instrumento fazer frente às dinâmicas de pobreza e desigualdade, denominador comum e constante na realidade Colombiana. No caso específico deste artigo, nos referimos as territorialidades que tem surgido na construção do caminho do conflito armado ao pós-conflito, no qual os meios violentos e de repressão continuam sendo usados para exercer controle sobre o

território e a população que luta por conquistar seus direitos e recuperar a função social da terra.

Para sua compreensão é importante não deixar de lado que a estrutura territorial desigual do país, tácita na estrutura de posse da terra e nos atos violentos perpetuados em contra das comunidades rurais durante décadas, corresponde ao processo macro de acumulação global do capital.

Em nossa análise das *territorialidades pós-conflito* compreendemos melhor que as desigualdades são da natureza do capitalismo, que em tempo de paz ou de guerra, usa diferentes modos para se apropriar dos territórios não capitalistas, desde a renda capitalizada da terra ao uso de armas por organizações criminosas. Este fato não se limita aos latifundiários, mas também tem sido uma prática das corporações nacionais e multinacionais com o objetivo de controlar os territórios. Portanto, as ações violentas da elite colombiana e as ações de resistências dos camponeses e outras comunidades produzem territorialidades distintas, como demonstramos neste artigo.

Enquanto a territorialidade da violência arranca a vida da terra e força a migração da população, a territorialidade da resistência se apropria das políticas públicas de restituição territorial para retomarem o acesso às terras que lhes garantem vida. Territorialidade é uma forma territorial de fazer política para dominar e para libertar, no persistente processo de disputa territorial (FERNANDES, 2009b).

Na construção do caminho da transição do conflito ao pós-conflito selecionamos uma questão para ser analisada: o número de pessoas deslocadas por causa do conflito armado diminuiu, mas aumentou o número de assassinatos de camponeses, líderes de

comunidades, indígenas e afro-colombianos entre tantas outras pessoas que lutam pelo processo de paz no campo e na cidade.

Para explicar essa questão, analisamos as *territorialidades pós-conflito* a partir de um conjunto de dados e uma reflexão sobre a realidade que envolve as vítimas, que possibilitam compreender o aumento de assassinatos no processo de reparação, entender as relações sociais que estão ampliando os conflitos e explicitar a quais conflitos estamos nos referindo. Em frente a um tema abrangente como este, focamos nas relações de violência que durante mais de cinco décadas tem atingido os camponeses e outras comunidades tradicionais: o conflito pela terra.

“O processo histórico da Colômbia em relação às disputas por terras tem sido longo e pode ser resumido no controle da terra pelo latifúndio e a luta camponesa e ao controle de territórios e da população pelos grupos armados, organizações criminosas e o capital” (MACHADO, 2017, p.16, tradução nossa). De acordo com o GMH (2013) a apropriação, o uso e domínio da terra têm sido motores da origem e a persistência do conflito armado. São esses processos de dominação e apropriação que configuram os territórios rurais do país, marcados pela resistência camponesa indígena e afro-colombiana e pela grilagem, pelo despejo violento, concentração e o avanço das corporações, através de distintas formas de repressão, intimidando e desterritorializando os povos do campo.

As violações dos direitos humanos é meio e resultado dos enfrentamentos entre as forças do Estado e os grupos armados, representando uma característica do conflito armado interno. Uma das marcas da violação dos direitos da população civil são o deslocamento forçado e a apropriação indevida de terras, frequentemente através da violência e da intimidação (AMNISTÍA

INTERNACIONAL, 2014, p.3, tradução nossa), ocasionando deslocamentos internos massivos de comunidades camponesas e outros povos tradicionais, para quem a posse da terra é condição de existência, explicitando as relações de poder que definem as *territorialidades do conflito*.

Na tabela 1, as cifras do Registro Único de Vítimas - RUV indicam que até junho de 2018 mais de 9 milhões de pessoas foram atingidas por causa do conflito, das quais 80% correspondem com vítimas de deslocamento forçado, isto é, mais de sete milhões de pessoas perderam suas terras através do despejo e abandono forçado. Estas são algumas marcas da *territorialidade do conflito*.

Tabela 1: Vítimas do conflito armado em Colômbia segundo tipo de acontecimento.

Tipo de vitimização	Total vítimas*
Deslocamentos	7.395.268
Homicídio	997.544
Ameaça	386.083
Desaparecimento	169.855
Perda de Bens	113.315
Ato terrorista/Atentados/ Combates/Assédio	96.076
Sequestro	36.661
Delitos contra a liberdade e integridade sexual	25.459
Minas/Munição sem explodir/Artefato explosivo	11.410
Tortura	10.771
Vinculação de crianças e adolescentes	7.485
Abandono ou despejo forçado de terras	6.652
Outros	15.790
Total vítimas	9.272.369

Fonte: Registro Único de Vítimas, 2018.

*Dados até junho de 2018.

No caminho da transição ao pós-conflito, tendo em conta as condições históricas da disputa pela terra como instrumento para o

controle e domínio territorial, a lei de restituição de terras se consolida como um importante mecanismo. Primeiro, para reconhecer a relação entre terra e conflito e, segundo, como possibilidade das comunidades tradicionais e camponesas de reivindicar seus territórios.

Com a política de restituição de terras e o fim dos enfrentamentos entre o Exército da Colômbia, os paramilitares e as FARC - EP, abriu-se a possibilidade de reconciliação, construção de uma paz sustentável com o reconhecimento e reparação dos direitos das comunidades sobre a propriedade rural. Estas são marcas importantíssimas de outras *territorialidades do pós-conflito*. Mesmo com suas contradições, sem dúvida, “a restituição de terras e a lei de vítimas são uma aposta audaz do governo [...] pois abrem um espaço que estava fechado: a discussão pública sobre o problema de terras, a possibilidade de desenhar novamente uma política integral de terras e desenvolvimento rural, além de visibilizar os despejos sofridos” (MACHADO, 2017, tradução nossa).

Este é um projeto ambicioso, que permite pensá-la - sem ser uma política de reforma agrária - como uma possibilidade concreta de redistribuir a propriedade rural através do reconhecimento dos direitos das famílias deslocadas sobre seus territórios. Todavia, a grande dificuldade está no fato de que este é um processo que se desenvolve no limite do conflito armado. A violência na Colômbia recrudescer em novas modalidades e estruturas ilegais associadas ao “*neoparamilitarismo*”, o narcotráfico e o crime organizado que disputam o controle territorial no campo. E pior, mantém uma forte relação com os interesses do capitalismo, os interesses e os projetos políticos das elites. Essas são outras marcas das *territorialidades pós-conflito*. Os deslocamentos forçados, despejo e abandono de

terras, as ameaças e outras formas de violência têm permanecido no campo, mesmo depois da desarticulação das estruturas armadas dos paramilitares, das FARC-EP e da implementação da lei de vítimas e restituição.

Para compreender melhor a história é preciso voltar ao dia 9 de abril de 1948, este dia está registrado na história da Colômbia como o início do conflito armado que por mais de seis décadas têm atingido o país (BRITTAIN, 2005). No início tinha uma conotação bipartidária pelo controle político e institucional, entre o partido Liberal e o Conservador, que teve como um dos seus principais episódios de violência o assassinato do líder liberal Jorge Eliecer Gaitan, originando assim a sublevação popular conhecida como o “*Bogotazo*”. Este episódio deu origem ao período conhecido como “*A Violência*”, que levou ao acordo da Frente Nacional, em 1958, e constituiu um pacto político entre as partes em confronto, representadas pelas elites políticas que, sem compromisso com os problemas estruturais, excluiu dos acordos a participação popular (REYES, 1987; RICHANI, 2007).

A população do campo não tinha perspectivas de superação de seus problemas, por causa do controle político-econômico dos partidos políticos conservadores, latifundiários, igreja Católica conservadora e militares (FAJARDO, 2004). Este fato produziu *territorialidades de resistências* da população do campo, que nutriu as emergentes guerrilhas de origem camponesa que começaram-se a territorializar (REYES, 1994). A inexistência de infraestrutura e serviços no campo, como mercado, educação, saúde e transporte, somada à concentração da propriedade, foram e continuam sendo as principais demandas que levaram a população sublevar-se através

da luta camponesa ou mediante a resistência armada (PRADA, 2003; PEREZ, 2004).

Esta fase do conflito armado caracterizou-se pela emergência de múltiplas *territorialidades rebeldes*, que emergiram em diversos territórios rurais, ante a inoperância do Estado em atender as demandas da população rural. Em 1964 nasceu das FARC-EP e na década de 1980 surgiram múltiplas organizações que, em conjunto com as organizações camponesas, evidenciaram a ausência do Estado, deixando aberto espaço para a emergência de grupos paramilitares que levariam a uma nova fase do conflito armado no país (AMPUERO; BRITAIN, 2008).

Neste período também iniciou uma nova fase da relação entre os interesses do capital, latifundiários e a classe política, com uma forte ofensiva militar promovida pelos grupos paramilitares com o objetivo de diminuir o controle territorial dos grupos rebeldes e espoliar terras de camponeses, indígenas e afro-colombianos, com a espoliação de cerca de 4 milhões de hectares e deslocando cinco milhões de pessoas (RINCÓN; CRISTANCHO, 2018), produzindo *territorialidades de terror* para a expansão de latifúndios e projetos de empresas capitalistas. Começou assim, uma etapa marcada pelo incremento da violência contra a população e o retrocesso das forças rebeldes, consolidando um modelo econômico dominado pelos interesses dos setores do latifúndio e empresas capitalistas. Neste período aumentou a concentração de terras com o deslocamento da população do campo por conta de violência praticada por grupos paramilitares e também pelo Exército (GRAJALES, 2011). O que derivou no incremento dos níveis de desigualdade na posse da terra, 0,4% das propriedades ocupando o 61% da área cultivável em propriedades maiores a 500 hectares. Em oposição, nesse mesmo

período, 70,9 % das propriedades se estendiam em 2,4% da área cultivável em propriedades inferiores a cinco hectares (RINCÓN; CRISTANCHO, 2018). Esta situação se manteve até 2012, com o início dos diálogos de paz, que começaram com um intenso processo de mobilização camponesa.

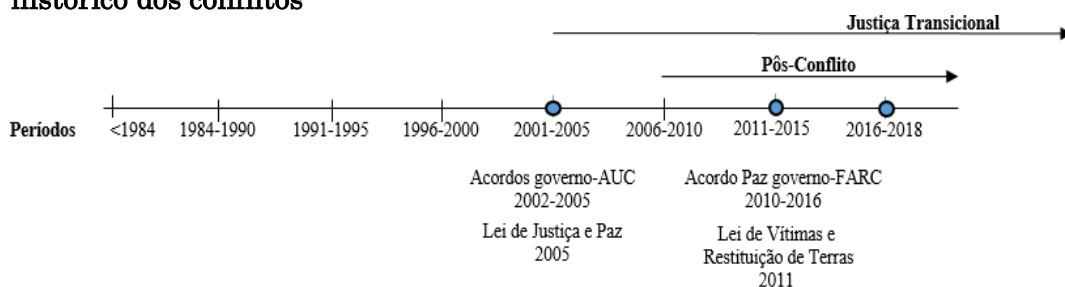
Por causa da implementação dos acordos bilaterais de comércio, que impactaram em maior medida os territórios rurais, estes acordos incrementaram o processo de espoliação dos bens comuns naturais para os projetos de mineração e energia e o reconhecimento das vítimas de conflitos que lutaram pela restituição de suas terras e direitos (RINCÓN; FERNANDES, 2018). Esta fase teve como centralidade o aumento da violência e a necessidade de criar condições institucionais, políticas e econômicas para atender as demandas da população vítima do conflito. Isto contribuiu para apoiar a concretização da assinatura dos acordos de paz que finalmente foi realizada em 2016. Neste último período, melhor conhecido como de implementação dos acordos de paz ou também de pós-conflito, iniciou uma nova fase.

A desmobilização dos grupos rebeldes não representou a conquista da paz para o conjunto da sociedade, o que gerou uma nova etapa na qual a população organizada luta pela defesa de seus territórios e pela restituição de suas terras (RINCÓN; CRISTANCHO, 2018), expressão das *territorialidades de pós-conflito*, se tornaram novos alvos de assassinato.

Para contribuir com a compreensão mais ampla desta realidade, propomos a análise das mudanças históricas e das tipologias de violência no campo abordadas, frente ao avanço do processo de restituição de terras e reparação das vítimas. Agrupados em períodos que correspondem tanto com as datas dos fatos

históricos que têm marcado o processo de pós-conflito e justiça transicional e a disponibilidade de informação consultadas (Figura 1).

Figura 1. Linha de tempo e análise de variáveis no contexto do histórico dos conflitos



Fonte: Organizado pelo autor.

Os dados de deslocamentos forçados, despejo e abandono forçado de terras, foram tomados do *Registro Único Víctimas- RUV*, banco de dados criado em adesão a *Unidad Especial para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas-URT*, pela Lei 1448 de 2011, disponíveis desde 1984 até 2018.

Os dados de vitimização de líderes rurais que perderam a vida na luta pela terra envolvem líderes camponeses, indígenas, afrodescendentes e outras pessoas que defenderam os direitos das vítimas do conflito sobre seus territórios, tem como principal fonte os relatórios e registros anuais do *Sistema de Información sobre Agresiones contra Defensores y Defensoras de Derechos Humanos – SIADDHH*, o *Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz- INDEPAZ* e o *Observatorio de Restitución y Regulación de los Derechos de Propiedad Agraria*, disponíveis entre os anos 2005 e 2018.

Finalmente, as estatísticas de solicitações de restituição de terras apresentadas entre 2012 e 2018, entendidas como um dos

caminhos fundamentais para a construção coletiva e plural de territórios e *territorialidades pós-conflito* em oposição ao modelo hegemônico político-econômico, foram tomadas da base da *URT*, inscritas no *Registro de Tierras Despojadas y Abandonadas Forzosamente- RUPTA*, instrumento criado no marco da Lei 1448 para o processo efetivo do registro de propriedades objeto de restituição.

A análise integral destas três variáveis nos períodos indicados e sua espacialização são apresentadas seguidamente, como exercício prático para compreender as contradições e desigualdades que permanecem historicamente no país, sendo uma característica predominante do processo de justiça transicional colombiano.

Violência no campo: deslocamentos, despejo e abandono forçado de terras

Como temos enfatizado, na Colômbia, o conflito armado no campo é um “instrumento de despejo e deslocamento por diversos interesses” (CNMH, 2015, p.17, tradução nossa). A relação entre guerra e expansão territorial vincula-se às noções de posse e domínio, e supera na prática a dimensão material do território, que em qualquer uma de suas dimensões e escalas têm a ver com as relações de poder. No país, tanto o estado, como os grupos armados, latifundiários, capitalistas e as elites políticas, têm expandido seu domínio e controle político-econômico através da mediação do terror, impulsando durante mais de quatro décadas a acumulação do capital, a expansão da renda capitalizada da terra, deslocamentos massivos, e numerosas problemáticas que somam-se a profunda crise estrutural sofrida no cenário rural. Práticas como os assassinatos, massacres, torturas, ameaçadas, desaparecimentos forçados, tem-se

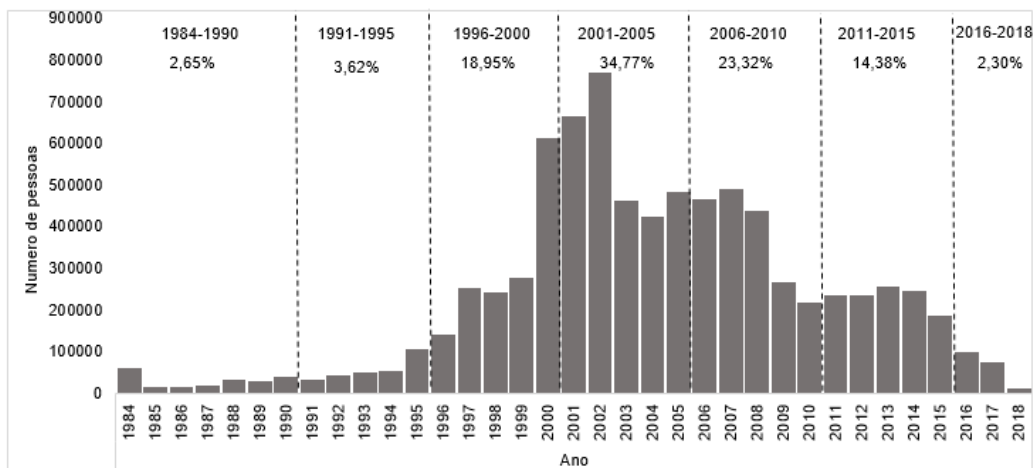
mantido como veículos para concentrar a terra e para prolongar fortes processos de desterritorialização que poderiam ser caracterizados como aponta Pécaut (1999) verdadeiras encenações de terror.

Esta relação pode ser explicada a partir da proposta de Rosa Luxemburgo na sua leitura do duplo aspecto da acumulação do capital. Nas relações entre o capitalismo e os modos de produção não capitalista e a guerra empregada como um de seus métodos predominantes, na qual [...] “exibem-se abertamente a força, a fraude, a opressão, a pilhagem, sem nenhum esforço para ocultá-las” (LUXEMBURGO, 1968, apud HARVEY, 2011, p. 115).

Sendo um dos principais mecanismos violentos os despejos e deslocamentos forçado na Colômbia, entre 2000 e 2008 foi registrado o maior número de vítimas deste tipo de violência (Gráfico 1). Este período foi caracterizado pela expansão e controle territorial por parte de paramilitares, enfrentamentos com as guerrilhas e o Estado, com massacres e desaparecimentos. Para atingir os objetivos de maior controle territorial, conduziram a expulsão massiva de civis das zonas rurais, a grilagem de terras e a expansão do latifúndio, constituindo-se como uma das principais representações das *territorialidades do conflito*. Ainda que, nos últimos dez anos a tendência indica uma estabilização e posterior redução das vítimas de deslocamento, este se constitui até hoje, como:

[...] una práctica masiva y sistemática de la guerra en contra de la población civil que ha conllevado a una redefinición estratégica de los territorios de expulsión. Más allá de las apuestas de cada uno de los actores armados, los intereses económicos de capitales nacionales y extranjeros puestos en cada región han desempeñado un rol de importancia en la permanencia y expansión del conflicto armado [...] (CIFUENTES, 2017, p. 97).

Gráfico 1: Total pessoas deslocadas anualmente em Colômbia desde 1984 até maio de 2018.



Fonte: Organizado pelo autor, em base ao RUV, 2018.

As regiões do Urabá (Antioquia), o Pacífico e o Litoral Caribe, tem sido até hoje muito afetadas por esta forma de expropriação territorial. Segundo o Instituto Geográfico Agustín Codazzi (2014), esta forma violenta de concentração da terra, atinge em maior proporção os departamentos de Caldas, Córdoba, Meta e Tolima. Ainda, o reconhecimento dos territórios coletivos das comunidades étnicas nos departamentos como Chocó, Guajira y Cauca (mapa1) têm sido geradores de intensas disputas territoriais. No período 1984 - 2015 o número de vítimas de grilagem ou obrigadas a abandonar suas terras em 115 municípios e 17 departamentos do país chegou a 7130. Os departamentos de Córdoba, Antioquia, Valle del Cauca, Magdalena e Nariño (mapa 1), têm sido afetados com maior frequência por causa de estes eventos (Tabela 2), conseqüentemente, mais de seis milhões de hectares tem sido objeto de despejo no marco do conflito (CODHES, 2016).

Tabela 2: Total vítimas de despejo o abandono forçado de terras desde 1984 y até 2015, segundo lugar de ocorrência e número de eventos registrados

DEPARTAMENTO	N° Municípios	N° eventos registrados	VÍTIMAS			
			Homens	Mulheres	Não informado	Total de vítimas
Antioquia	14	406	433	466	24	923
Bolívar	3	50	80	59	4	143
Caldas	3	119	113	122	5	240
Cauca	7	151	132	172	4	308
César	6	57	49	52	2	103
Córdoba	3	368	968	1021	61	2050
Cundinamarca	5	68	105	118	3	226
Magdalena	7	97	275	291	12	578
Meta	12	120	80	82	8	170
Nariño	7	71	222	201	14	437
Norte de Santander	5	102	68	78	4	150
Putumayo	3	64	63	57	1	121
Risaralda	2	22	11	18		29
Santander	7	87	68	60	2	130
Sucre	3	93	107	100		207
Tolima	13	113	127	133	6	266
Valle del Cauca	15	523	500	525	20	1045
Sim Informação		3	3		1	4
Total geral	115	2514	3404	3555	171	7130

Fonte: Organizado pelo autor, em base ao RUV, 2018.

As *territorialidades do conflito* são definidas pela apropriação que o latifúndio e o capital realizam com apoio dos paramilitares através do despejo e abandono forçado de terras, que estão representados nas escalas municipal e departamental nas pranchas 1 e 2. Para efeitos comparativos, a intensidade dos eventos acontecidos (despejo e abandono forçado de terras) tem sido relacionada ao número total de vítimas por evento, tendo em conta que uma pessoa pode ter sido atingida em um ou vários municípios, ou de forma recorrente em distintas ocasiões.

Na prancha 1 se identificam para o período inicial (1984-1990) três focos de violência, instalados nas regiões norte e pacífico nos departamentos de Córdoba, Magdalena e Quindío. Este período representa a maior expansão de frentes de grupos de guerrilhas e paramilitares no país, os últimos haveriam iniciados seu processo de consolidação nas regiões do Magdalena Medio, Córdoba e Urabá pela região norte colombiana e a se expandir para o sul, especialmente hacia o Putumayo (PARDO, 2007, apud SALAS, 2015, tradução nossa), sem embargo os níveis de intensidade do conflito são consideravelmente baixos em comparação com as etapas posteriores (SALAS, 2015; 2016) que indicam o avanço do conflito e a violência em suas diferentes modalidades, tal como se apresenta para os dois quinquênios de 1991-1995 e de 1996-2000, nos quais o incremento da intensidade dos despejos e abandonos forçados de terras se expressa tanto no incremento do número de vítimas por evento quanto num maior número de municípios afetados, aparecendo novos focos no centro e sul do território nacional, e articula a implementação do *Plano Patriota* durante o ano 2000 e a finalização da zona de distensão conhecida como o *el Cagúan*.

Em Seguida, na prancha 2 se apresentam os resultados do descenso dos níveis de intensidade do conflito para os três quinquênios que vão desde 2001 a 2015, a redução das expressões violentas se relacionam como indica SALAS (2015; 2016) com o retrocesso estratégico das FARC, a desmobilização das AUC e a consolidação das bandas criminais.

Nos seis períodos analisados os departamentos de Antioquia e Córdoba, que concentram o 29% e 15% dos casos analisados, a dinâmica espacial e temporal de despejos e abandonos forçados é indicativo da violência que tem caracterizado a região do Golfo de

Urabá, corredor histórico de enfrentamentos armados entre a guerrilha e os paramilitares, e rota estratégica do narcotráfico (ERASO, 2016; SALAS, 2016)

O departamento de Valle del Cauca, depois de Antioquia e Córdoba, representa a zona do país com maior número de vítimas deste tipo de violência, sendo os períodos de maior intensidade, 2001 a 2005 e 2006 a 2010, reconhecidos por ser o momento histórico no qual a presença, expansão e domínio paramilitar se estende na região com máxima força, impulsionada pelas condições geoestratégicas e a consolidação do poder político e territorial que teriam alcançado no início do século XXI. Importante agregar que esta não foi a única modalidade de violência exercida durante a primeira década do século XXI na região, segundo Acosta (2012) as práticas de terror também foram concretizadas em aproximadamente 47 massacres, com o maior registro no ano 2000.

A expansão territorial do conflito e de *territorialidades de conflito* no país pode ser compreendida a partir da análise integrada de fatores complexos que envolvem interesses políticos, econômicos e militares e particularmente na necessidade de atores legais e ilegais de exercer domínio e controle em áreas representativamente estratégicas para o narcotráfico, a monopolização dos recursos e a concentração de áreas de importância econômica que garantem a acumulação e expansão do capital (PECAUT, 2004, 2008; VÉLEZ, 2000; SALAS, 2015, 2016). As principais consequências históricas dos enfrentamentos por manter o controle sobre estas áreas têm derivado nos altos índices de violência que atingem principalmente as comunidades camponesas, a metamorfose dos interesses e estruturas que disputam o poder mantém o padrão de violação dos direitos da população urbana e rural, hoje é evidente que as ações

estratégicas de bandas criminais e grupos de guerrilhas ativos desvirtuam seu discurso ideológico, esta também é uma manifestação das *territorialidades pós-conflito*, as quais revelam as contradições do processo de justiça transicional do país.

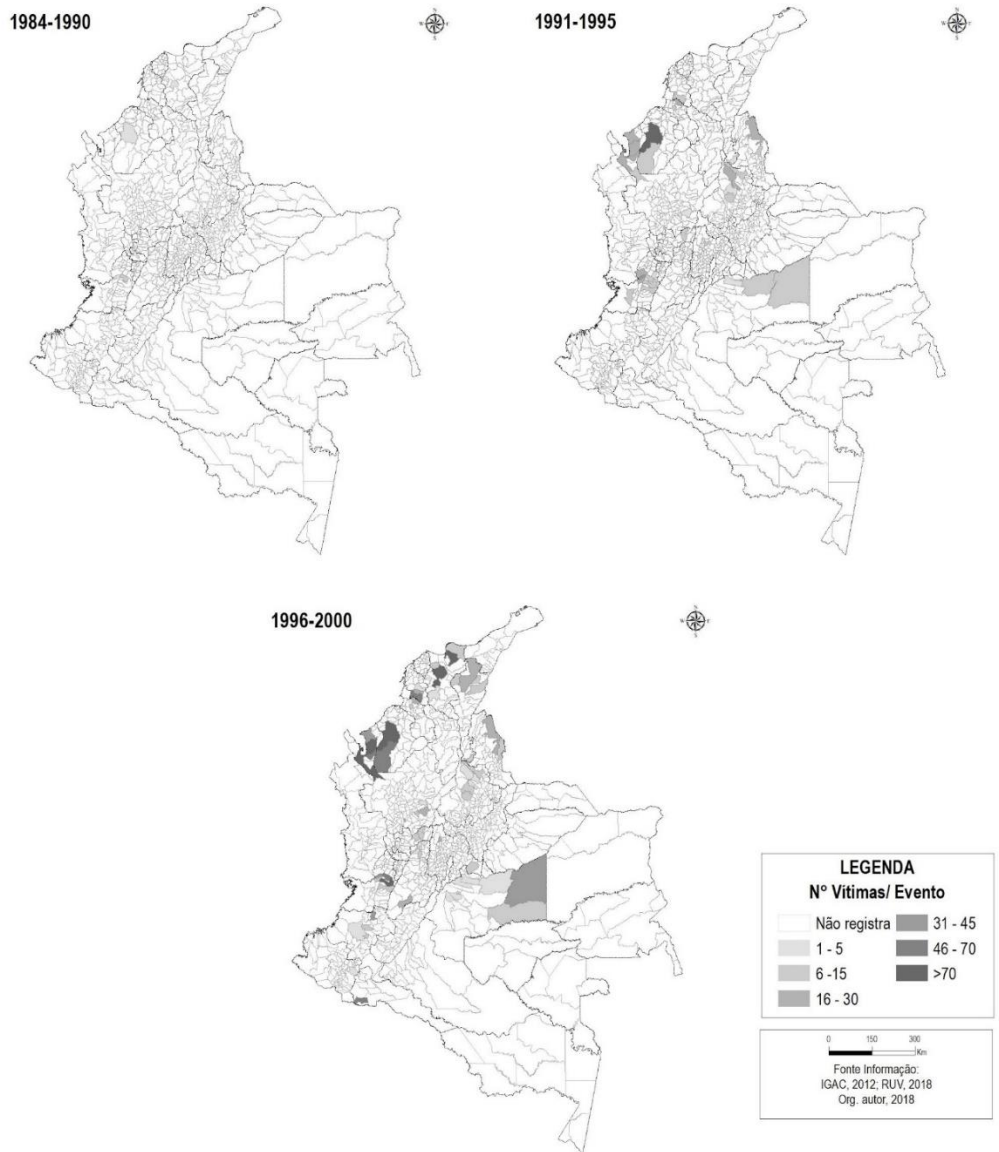
Mapa 1: Divisão Política e Administrativa da Colômbia.



Fonte: Organizado pelo autor.

Prancha 1: Vítimas de despejo e abandono forçado de terras na Colômbia (1984-2000).

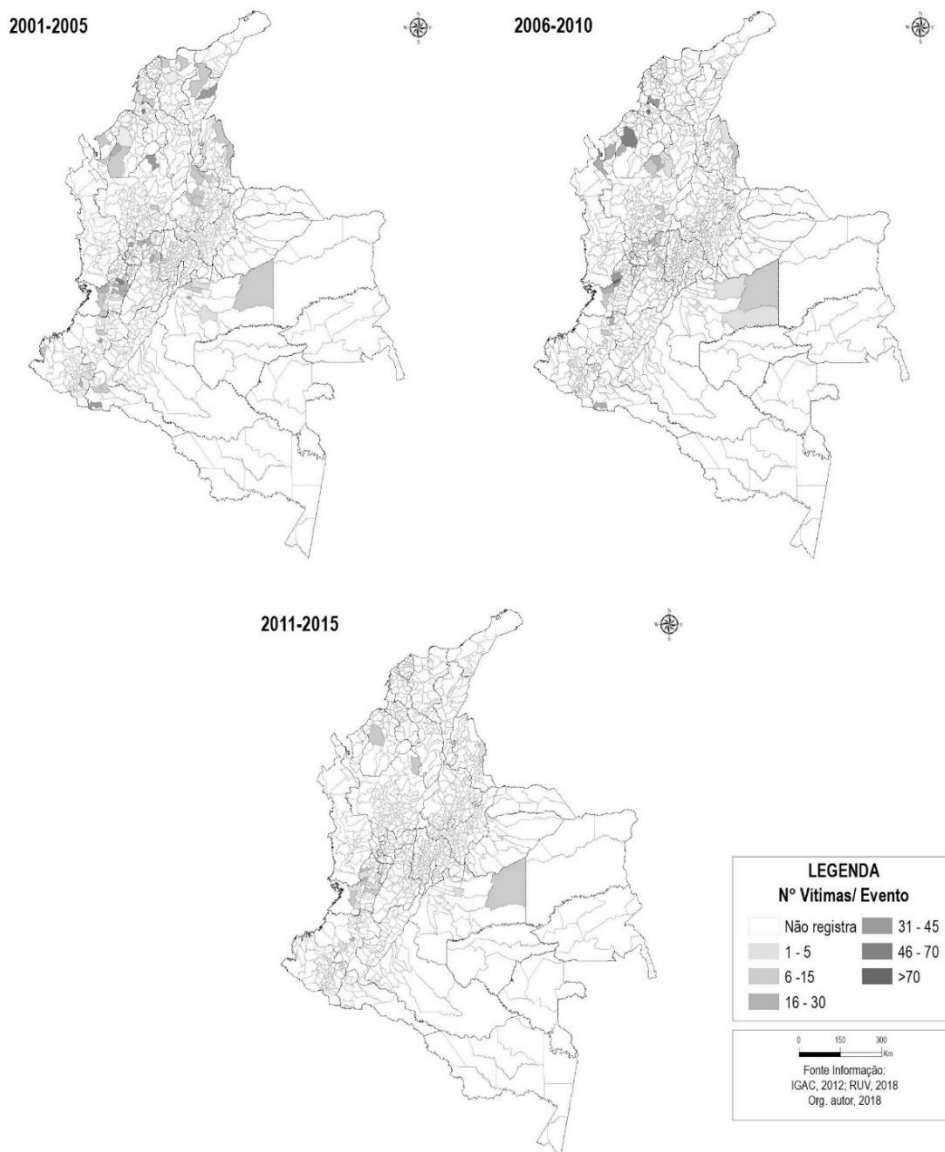
**VÍTIMAS DE DESPEJO E ABANDONO FORÇADO DE TERRAS
COLOMBIA 1984-2000**



Fonte: Organizado pelo autor.

Prancha 2: Vítimas de despejo e abandono forçado de terras na Colômbia (2001-2015).

VÍTIMAS DE DESPEJO E ABANDONO FORÇADO DE TERRAS COLOMBIA 2001-2015



Fonte: Organizado pelo autor.

Violência contra líderes rurais e das pessoas que reivindicam terras

A violência na Colômbia sempre foi utilizada como meio de controle e domínio territorial. Na luta pela terra, a defesa do território, as ameaças, desaparecimentos forçados e os assassinatos são as formas de violência mais comuns para oprimir os líderes e defensores dos direitos de camponeses e das comunidades tradicionais. No contexto do pós-conflito, 850 ameaças contra líderes e defensores de direitos humanos foram reportadas pelo *Programa Somos Defensores* e o *Alto Comisionado de la ONU para los Derechos Humanos en Colombia – OACNUDH*, entre 2016 e 2017, adicionalmente foram registradas 40 prisões arbitrárias. Enquanto que, em 2018, já ocorreram 19 atentados e seis desaparecimentos. Embora os enfrentamentos entre as guerrilhas, outros grupos armados e Estado tenham diminuído, continuam assassinando as pessoas que lutam por seus direitos, especialmente pelo retorno às suas terras. Assim apontam INDEPAZ e CINEP, em seu relatório de 2017:

Para el país, 2016 fue un año de contrastes en cuanto a la situación de derechos humanos y Derecho Internacional Humanitario (DIH). Se registró un desescalamiento significativo del conflicto armado, gracias al fin de la confrontación armada entre el Estado y las FARC-EP, con la firma del cese bilateral y definitivo del fuego, lo que permitió una disminución de su intensidad y un ahorro significativo en costos humanos; no obstante, a medida que se fue alcanzando la recta final de las negociaciones de los acuerdos de paz en La Habana, se incrementaron las disputas por el control de territorios, por lo que en 2016 aumentaron los casos de agresión y homicidio a líderes sociales y defensores de derechos humanos, cambiando la tendencia que se estaba presentando en los años anteriores hacia la disminución de este tipo de violencia (INDEPAZ & CINEP, et. al, 2017, p. 6).

Em 2018, o aumento sistêmico de assassinatos de líderes sociais e defensores de direitos humanos tem chamado à atenção do País e da comunidade internacional. Entre 2016 e 2017 foram reportadas 289 vítimas e, até junho de 2018, 123 pessoas sofreram este tipo de violência (INDEPAZ, 2018), sendo as organizações camponesas, de indígenas e afrodescendentes as mais atingidas, assim como, líderes comunais e reclamantes de terras, como se mostra na Tabela 3.

Tabela 3: Total líderes e defensores assassinados anualmente em Colômbia desde 2005 até maio de 2018.

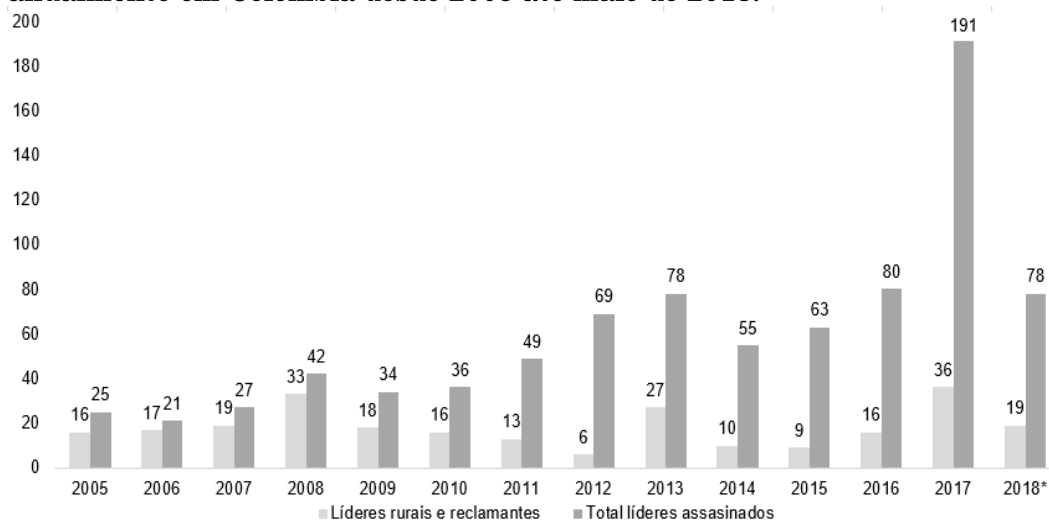
Tipo de organização ou movimento	Ano																Total assassinados/ Organização
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018*			
Afrocolombiano							1	3	1	4	7	6	3		25		
Ambientalista				1											1		
Camponês/Vítimas/Deslocados/ Reclamantes Terra	15	10	15	25	17	15	14	6	27	10	8	16	16	19	213		
Cargo publico				1				1				1	1		4		
Líder Comunal	5	5	7	6	6	7	8	22	17	17	7	20	25	21	173		
Comunitário	1			4	1	6			5	6	6	10	16	6	61		
Cultural								6	1						7		
Defensor de Direitos Humanos									2		4	1	6	1	14		
Educação								1					3	3	7		
Indígena	3	2	3	6	9	7	19	21	14	15	13	15	10	13	150		
Juventude									5	3	1	1	3	1	14		
LGTBI							1	1	1		9	3	2		17		
Líder de Mulheres							1						1		2		
Líder Religioso							1								1		
Líder Social									4		1	6		4	15		
Líder Movimento					1	2		3						3	9		
Mineração																	
Movimento político		2												1	3		
Sindicato	1	2	2	1	2	1	3		5	4	4	4	4	2	35		
Total assassinados/ano	25	21	27	43	37	38	49	69	78	55	62	80	89	78	751		

Fonte: Organizado pelo autor em base a SIADDHH, INDEPAZ, Observatorio de Restitución y Regulación de los Derechos de Propiedad Agraria.

*Os dados de 2018 correspondem com os registrados até o mês de maio

Estes fatos chamaram nossa atenção para esta análise da luta pela terra a partir das *territorialidades pós-conflito* e da política nacional de restituição. Sempre que há reivindicação dos direitos individuais e coletivos sobre a propriedade rural e a apropriação popular de territórios tradicionais se manifesta, enfrentam organizações que operam pela violência massiva (Gráfico 2). De acordo com os dados analisados, por cada 100 líderes e defensores assassinados no país entre 2005 e 2018, 28 correspondem a líderes rurais e reclamantes de terras.

Gráfico 2: Total líderes rurais e reclamantes de terra assassinados anualmente em Colômbia desde 2005 até maio de 2018.



Fonte: Organizado pelo autor em base a SIADDHH, INDEPAZ, Observatorio de Restitución y Regulación de los Derechos de Propiedad Agraria.

*Líderes rurais e reclamantes: líderes de organizações, movimentos camponeses, indígenas e afros, líderes de vítimas, deslocados ou reclamantes de terras.

Desde o início do processo de restituição no ano 2012, foram registradas 111.491 solicitações em todo o País, sendo que 60% estão concentradas 8 dos 33 departamentos da Colômbia, onde Antioquia, Meta, Cesar e Bolívar são os com um amplo histórico de violência e

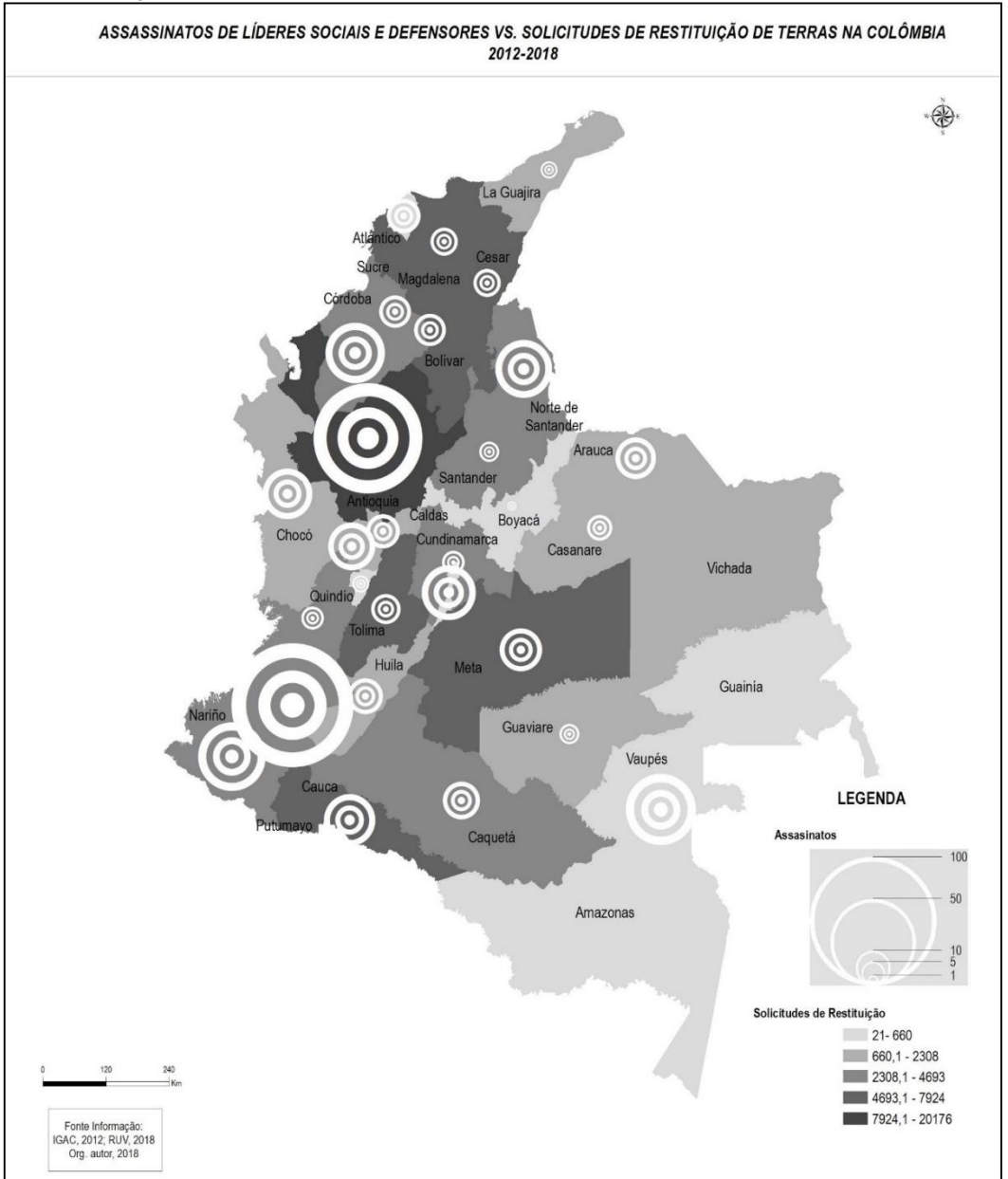
presença de grupos armados. Em todo o território nacional, até 2017, foram 9.380 ordens judiciais para restituição de propriedades, segundo a *Unidad Administrativa Especial de Gestión de Restitución de Tierras Despojadas – UAEGRTD* (2018). Sem dúvida, o avanço do processo e estabelecimento das condições para garantir a permanência das famílias nas terras tem sido dificultada pelas constantes pressões exercidas através de homicídios e ameaças, sobretudo por *grupos paramilitares pós-desmobilizados* em zonas de tradição latifundiária. A *Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento - CODHES* em seu relatório “*La vida por la Tierra*”, publicado em abril de 2018 constata:

Desde el inicio de la Política de Restitución en 2011 y hasta octubre de 2017, al menos 313 personas con una vinculación directa a la política de restitución de tierras y derechos territoriales han sido agredidas. A partir de la firma del Acuerdo de Paz, esta situación se ha vuelto más visible con los homicidios semanales ocurridos contra líderes y lideresas sociales y comunitarias con alguna vinculación a diferentes procesos organizativos (CODHES, 2018, p. 7).

O mapa 2 oferece uma visão das territorialidades pós-conflito e a relação entre os assassinatos e as solicitações de restituição de terras em escala departamental no incremento da violência contra as pessoas que lutam cotidianamente por direitos de seus territórios. Entre as territorialidades pós-conflito acontece as territorializações da violência e da resistência, em que as organizações armadas seguem a serviço das elites, que sempre estiverem no poder. Estas são parte dos projetos de controle territorial dos latifundiários e capitalistas. Persistem, em diversas escalas, as territorialidades da vida produzidas pelo campesinato e outras comunidades tradicionais, nestes territórios objetos de disputa.

De acordo com o Centro Nacional de Memória Histórica (2016, Ibid., BALL; RODRÍGUEZ; ROZO; 2018, p. 4) “o assassinato de líderes sociais explica-se como uma forma de intimidação a atividade política, que interrompe os processos sociais que promoviam os líderes executados e que levam ao deslocamento de outros líderes sociais”, assim a violência permanece no país como instrumento de controle social.

Mapa 2: Assassinatos de líderes sociais e defensores vs. Solicitudes de restituição de terras na Colômbia (2012-2018).



Fonte: Organizado pelo autor, em base ao RUV, *SIADDHH*, *INDEPAZ*, *Observatorio de Restitución y Regulación de los Derechos de Propiedad Agraria*.

Conclusões e Considerações finais

No marco do pós-conflito, as territorialidades construídas refletem as relações de natureza capitalistas e não capitalistas, que emergem tanto da territorialização da violência como de resistência, e por tanto, de suas contradições. A luta pela terra representa, neste contexto, a luta pelo território, onde a vida é ameaçada pela violência massiva. Nesse sentido, a luta pela terra torna-se uma luta pela defesa da vida.

O aumento da violência contra líderes sociais têm ocupado atenção da comunidade nacional e internacional, fomentado que diversas instituições desenvolvam o seguimento, monitoramento e denúncia desses fatos. Os alarmes pela defesa da vida e proteção de líderes sociais tem despertado a motivação de estudos como o que apresentamos, apesar disso é importante ressaltar que o país enfrenta dificuldades para realizar levantamentos consistentes dos assassinatos e ameaças. Contudo, se resalta o papel de organizações como *Somos defensores*, *INDEPAZ*, *Defensoria del Pueblo* e a *Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos* e análises recentes para esclarecimento de dados como os adiantados por *Dejusticia*⁴.

Numa conjuntura de justiça transicional, a restituição de terras se entende como um dos possíveis caminhos, não só para a reivindicação dos direitos sobre a propriedade rural, outrossim, para possibilitar a construção e reconstrução de territórios cujas formas de uso e apropriação tem sido violentadas constantemente. Para isso é preciso que outros direitos sejam garantidos permanentemente. A

⁴ Recomenda-se para ampliação da temática o trabalho “Asesinatos de líderes sociales en Colombia en 2016-2017: una estimación del universo” publicado em Agosto de 2018 por Dejusticia e o Human Rights Data Analysis Group.

garantia da *não repetição* das violações cometidas durante mais de cinco décadas, representa uma grande meta para o país, sobretudo, quando novos atores aparecem para disputar o controle tanto dos territórios rurais como dos sujeitos, mesmo com maior intensidade após o *Acordo Final* com as FARC.

A grande meta do processo de restituição de terras, inserido como mecanismo de justiça transicional, está em garantir, além do acesso à terra, a vida e permanência das condições para a não repetição do despejo e abandono forçado de terras ou outras formas de violência que são herança do conflito, que recrudesce e se reinventam na medida que se apropriam dos territórios e das formas de resistência que disputam sua reivindicação.

A proteção e garantia do direito a luta pela vida e pela terra ou pelos direitos humanos em geral são competência do estado sim, mas compromete nível importante a toda sociedade. O imaginário social que permite aceitar a criminalização e perseguição de líderes sociais e comunidades étnicas é outro grande desafio que enfrenta a sociedade colombiana atravessada por padrões sociais herdados da guerra e sua história violenta.

Frente a uma realidade complexa, onde o recrudescimento da violência permeia territórios pacificados, as territorialidades da vida disputam com as territorialidades da violência, ambas são reconhecidas, desde nossa abordagem e, a partir do processo de transição que estudamos, como *territorialidades de pós-conflito*. O debate destas e suas marcas devem ser elementos inseridos no debate da geografia, sempre que sua identificação e reconhecimento constituem-se em um dos pontos de partida para fortalecer o processo de construção de territórios campestres e tradicionais.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, Catalina. Anatomía del conflicto armado en el Valle del Cauca durante la primera década del siglo XXI. *Revista Científica Guillermo de Ockham*, n.1, v. 10, p. 83-99, 2012.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. *Un título de propiedad no basta*. Por una restitución sostenible de tierras en Colombia, 2014.

AMPUERO, Igor; BRITAIN, James. La cuestión agraria y la lucha armada en Colombia. MOYO, Sam; YEROS, Paris (Org.). *Recuperando la tierra*. El resurgimiento de movimientos rurales en África, Asia y América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2008, p. 377-399.

ARBOLEDA, Edwin. *Nuevas territorialidades: la re-apropiación del espacio rural a través de los procesos de restitución de tierras en el municipio de Granada, Antioquia*. 2016. 79 f. Tese (Pre-graduação em Sociologia) - Universidad de Antioquia, Medellín, 2016.

BALL, Patrick; RODRÍGUEZ, César; ROZO, Valentina. *Asesinatos de líderes sociales en Colombia en 2016-2017: una estimación del universo*. Dejusticia, Human Rights Data Analysis Group-HRDAG, 2018.

BAUTISTA, Sandra. Contribuciones a la fundamentación conceptual de paz territorial. *Revista Ciudad Paz-ando*, v.10, n.1, p. 100-110, 2016.

BLANCO, Jorge. Espacio y territorio: elementos teórico-conceptuales implicados en el análisis geográfico. M.A FERNÁNDEZ, M.A; GUREVICH, R. (Org.). *Geografía, Nuevos temas, nuevas preguntas*. Un temario para su enseñanza. Buenos Aires: Biblio, 2007.

BRITAIN, James. A theory of accelerating rural violence: Lauchlin Currie's role in underdeveloping Colombia. *Journal of Peasants Studies*, v. 32, n. 2, p. 335-360, 2005.

Centro Nacional de Memoria Histórica (CNMH). *Una nación desplazada*. Informe Nacional del desplazamiento forzado en Colombia. Bogotá: CNMH, 2015.

CIFUENTES CHAPARRO, Sneither. Desplazamiento forzado y restitución de tierras en Colombia: Una búsqueda de garantías de no repetición. *Revista Verba Iuris*, v. 12, n. 37, p. 91-108, 2017.

Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento-CODHES. *La Vida por la Tierra*. Desprotección en contextos de restitución de tierras y derechos territoriales. Documento CODHES 36, 2018.

COMISIÓN NACIONAL DE REPARACIÓN Y RECONCILIACIÓN. *El despojo de Tierras y Territorios*. Aproximación conceptual. Bogotá: Kimpres Ltda, 2009.

ERASO, Alexandra. Las comunidades de paz de Urabá desde la enseñanza de la historia reciente. *Revista Colombiana de Educación*, n. 71, p.321-342, 2016.

FAJARDO, Darió. El conflicto armado y su proyección en el campo. *Guerra Sociedad y Medio Ambiente*. Editorial Foro Nacional Ambiental, v. 1, p. 67-105, 2004.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *REVISTA NERA*, ano 8, n. 6, p. 14-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Sobre a tipologia de territórios. SAQUET, Marcos; SPOSITO, Eliseu S. *Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009a, p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Territorios, teoría y política. MEDINA, J.; VESLÁSQUEZ, F. (Org.). *Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009b, p. 35-66.

GARCÍA, S. Paz territorial: ni territorios, ni paz. *Revista Nova et Vera*, vol 2, n. 18, 2016.

GRAJALES, Jacobo. The rifle and the title: paramilitary violence, land grab and land control in Colombia. *Journal of Peasant Studies*. v. 38, n. 4, p. 771-792, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural á essencialização das identidades). BANDEIRA, Frederico G.; HAESBAERT, Rogério (Org.). *Identidades e territórios: Questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: ACCESS, 2007, p. 33-56.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 5ª ed. 2011. Tradução de Adrail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

INDEPAZ & CINEP. *Panorama de violaciones al derecho a la vida, libertad e integridad de líderes sociales y defensores de derechos humanos en 2016 y primer semestre de 2017*. Resumen Ejecutivo. 2017. Disponível em: <http://www.indepaz.org.co/wp>

content/uploads/2017/10/RESUMEN-EJECUTIVO-WEB.pdf. Acceso em: 21 mai. 2019.

INDEPAZ. Homicidio de defensores y defensoras de paz: una tragedia que no se entiende. *Ideas verdes*, v. 6, p. 01-16, 2018.

MACHADO, Absalon. *El problema de la tierra: Conflicto y desarrollo en Colombia*. [e-book]. 1. ed. Bogotá: Penguin Random House Grupo Editorial, S.A.S, 2017.

MONTAÑEZ GÓMEZ, Gustavo; DELGADO MAHECHA, Ovidio. Espacio, territorio y región: conceptos básicos para un proyecto nacional. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, v. 7, n. 1-2, p. 120-134, 1998.

PÉCAUT, Daniel. Hacia la desterritorialización de la guerra y de la resistencia de la guerra. RED DE ESTUDIOS DE ESPACIO Y TERRITORIO-RET (Org.). *Dimensiones territoriales de la guerra y la paz*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2004, p. 23-36.

PÉCAUT, Daniel. *Las FARC: ¿Una guerra sin fin o sin fines?* Bogotá: Editorial Norma, 2008.

PÉCAUT, Daniel. Configuraciones del espacio, el tiempo y la subjetividad en un contexto de terror: el caso colombiano. *Rev. Colombiana de Antropología*, v. 35, p. 8-35, 1999.

PÉREZ, Manuel E. La conformación territorial en Colombia: entre el conflicto, el desarrollo y el destierro. *Cuadernos de Desarrollo Rural*. Bogotá, Universidad Javeriana, n. 51, p. 61-90, 2004.

PRADA, Esmeralda. 2003. La protesta en el campo colombiano. De la lucha por la tierra a la defensa de la vida. *Rev. Osal*, n. 11, p. 53 – 64, mayo - agosto. 2003.

REYES, Alejandro. La violencia y el problema agrario en Colombia. *Rev. Análisis Político*, nº 2, p. 40-61, 1987.

REYES, Alejandro. Territorios de la violencia en Colombia. MACHADO C, Absalón (Org.). *El agro y la cuestión social*. Santa fé de Bogotá: TM Editores, 1994, p. 60-70.

RICHANI, Nazih. Caudillos and the crisis of the colombian state: fragmented sovereignty, the war system and the privatisation of counterinsurgency in Colombia. *Third World Quarterly*, v. 28, n.2, p. 403-417, 2007.

RICHMOND, Oliver. Failed Statebuilding Versus Peace Formation. *Cooperation an Conflict*, v. 48, n. 3, p. 378-400, 2013.

RINCON, Luis; CRISTANCHO, Hellen. Trayectoria y actualidad de la reforma agraria en Colombia: relato de una ilusión (que se renueva?). FERNANDES, Bernardo M.; RINCÓN, Luis; KRETSCHMER, Regina (Org.). *La Actualidad de la Reforma Agraria en América Latina y el Caribe*. CLACSO: Buenos Aires. 2018, p. 69-92.

RINCON, Luis; FERNANDES, Bernardo. Territorial dispossession: dynamics of capitalist expansion in rural territories in South America. *Third World Quarterly*, v. 39, n 11, p. 2085-2102, 2018.

SALAS-SALAZAR, Luis Gabriel. Lógicas territoriales y relaciones de poder en el espacio de los actores armados: un aporte desde la geografía política al estudio de la violencia y el conflicto armado en Colombia, 1990-2012. Cuadernos de Geografía, *Revista Colombiana de Geografía*, v. 24, n. 1, p. 157-172, 2015.

SALAS-SALAZAR, Luis Gabriel. Conflicto armado y configuración territorial: elementos para la consolidación de la paz en Colombia. *Bitácora Urbano Territorial*, v. 26, n. 2, p. 45-57, 2016.

SILVA, Diego. Construcción de territorialidades desde las organizaciones campesinas en Colombia. *Polis Revista Latinoamericana*, n. 43, p. 1-18, 2016.

VÉLEZ, María. FARC-ELN: Evolución y expansión territorial. Bogotá. *Revista Desarrollo y Sociedad*, n. 47, p. 151-225, 2001.

ZUBIRÍA, S. f. La Paz territorial, publicado em: 12 mar. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=11xQ_pi8bkE. Acesso em: 21 mai. 2019.

Submetido em: 15 de dezembro de 2018.

Devolvido em: 27 de março 2019.

Aprovado em: 10 de abril de 2019.

**PERSPECTIVA DE
REESCALONAMENTO NUMA
ABORDAGEM CRÍTICA DA CADEIA
GLOBAL DOS CAFÉS ESPECIAIS:
ESTUDO DE CASO BRASIL-
COLÔMBIA**

*RESCALING PERSPECTIVE IN A CRITICAL
APPROACH IN THE GLOBAL CHAIN OF
SPECIALTY COFFEE: BRAZIL-COLOMBIA
CASE STUDY*

*PERSPECTIVA DE REESCALONAMIENTO
DE UNA ABORDAJE CRÍTICA DE LA
CADENA GLOBAL DE LOS CAFÉS
ESPECIALES: ESTUDIO DE CASO BRASIL-
COLOMBIA*

LUIZA FERNANDA DURÁN MONTES

Programa de Pós-Graduação em Geografia–
Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Presidente Prudente/SP.
E-mail: dumont0942@gmail.com

CÉSAR ANDRÉS ALZATE HOYOS

Programa de Pós-Graduação em Geografia–
Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Presidente Prudente/SP.
E-mail: csalzate@gmail.com

Resumo: O artigo tem o objetivo de mostrar a relação transescalar da cadeia global da cafeicultura a partir da análise de dois países produtores que possuem uma importante tradição histórica cafeeira, a Colômbia e o Brasil, centrando a análise em duas regiões (*Eje Cafetero* e Norte Pioneiro do Paraná, respectivamente) baseada em fontes secundárias e alguns resultados do trabalho de campo. Com o intuito de desvelar as principais relações de poder, as tensões contraditórias entre diferentes atores, processos e escalas de atuação presentes na dinâmica desenvolvida entre a produção, comercialização e consumo dos cafés especiais, foram abordados os conceitos de circuito espacial produtivo e círculos de cooperação, que permitem compreender o contexto dos cafés especiais, com foco numa perspectiva de reescalonamento. Tal entendimento possibilita discutir as novas tendências de consumo sob a premissa do comércio justo, em que o papel dos países produtores, apesar de encararem as exigências do mercado global, não alteram a permanente relação de subordinação nem a melhor distribuição dos valores da cadeia global do café.

Palavras-chave: cafés especiais, circuito espacial produtivo, círculos de cooperação, reescalonamento.

Abstract: The objective of this paper is to show the transescalar relationship of the global coffee chain, based on the analysis of two producing countries that have an important historical coffee tradition, Colombia and Brazil, focusing the analysis on two regions (*Eje Cafetero* and Norte Pioneiro do Paraná, respectively) based on secondary sources and some results of field work. In order to unveil the main power relations, the contradictory tensions between different actors, processes and scales of action present in the dynamics developed between the production, commercialization and consumption of specialty coffees, the concepts of productive space circuit and cooperative circles, which allow us to understand the context of specialty coffees, focusing on a rescaling perspective, which makes it possible to discuss new trends in consumption under the premise of fair trade, in which the role of producer countries, despite facing the demands of the global market, does not alter the permanent relationship subordination and the better distribution of the values of the global coffee chain.

Keywords: specialty coffees, productive space circuit, cooperation circles, rescaling.

Resumen: El artículo tiene el objetivo de mostrar la relación transescalar de la cadena global de la cafeicultura a partir del análisis de dos países productores que poseen una importante tradición histórica cafetera, Colombia y Brasil, centrando el análisis en dos regiones (*Eje Cafetero* e Norte Pioneiro do Paraná, respectivamente) basado en fuentes secundarias y algunos resultados de trabajo de campo. Con el fin de desvelar las principales relaciones de poder, las tensiones contradictorias entre diferentes actores, procesos y escalas de actuación presentes en la dinámica desarrollada entre la producción, comercialización y consumo de los cafés especiales, se abordaron los conceptos de circuito espacial productivo y círculos de cooperación, que permiten comprender el contexto de los cafés especiales enfocado en una perspectiva de reescalamiento, posibilitando discutir sobre las nuevas tendencias de consumo bajo la premisa de comercio justo, en el cual el papel de los países productores, a pesar de enfrentar las exigências del mercado global, no alteran la permanente relación de subordinación ni la mejor distribución de los valores de la cadena global de café.

Palabras clave: cafés especiales, circuito espacial productivo, círculos de cooperación, reescalamiento.

Introdução¹

Para compreender a formação socioeconômica da América Latina é necessário prestar atenção na história do café. Dependendo do período, este cultivo se relaciona à escravidão, exploração da população rural, assim como à industrialização de algumas regiões, processos muitas vezes atrelados ao posicionamento econômico e político de uma classe social. A importância da produção cafeeira no subcontinente tem sido considerável desde o século XX, detendo 90% da produção mundial, e antes da conclusão do Acordo Internacional do Café (AIC) em 1989, o café foi considerado como uma das principais *commodities*² exportadas, o que ajudou na consolidação econômica de vários países a partir das receitas fiscais e das divisas, além de empregar uma expressiva quantidade de mão de obra.

No começo da década de 1990, a aliança entre alguns poucos empresários internacionais e as torrefadoras de café nos Estados Unidos e Europa teve como resultado a acumulação de reservas de café, reforçando o poder no mercado e influenciando na queda dos preços. Durante os últimos anos, tem aumentado o número de cafeicultores e diminuído o tamanho das propriedades, acrescentado a uma forte concentração por parte da demanda que controla mais da metade da torrefação e distribuição. Atualmente, o cenário tem

¹ As reflexões apresentadas neste artigo estão baseadas nos resultados parciais da tese em andamento: Transformações da paisagem e processo de territorialização no Norte Pioneiro do Paranaense e no *Eje Cafetero* colombiano: o papel das organizações de pequenos cafeicultores na produção-comercialização de cafés especiais e sua relação interescalar (Bolsa de pesquisa, Processo FAPESP nº 2017/03517-5).

² “[...] o termo é usado como referência aos produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores. [...] podem ser estocados por determinado período sem perda significativa de qualidade. Possuem cotação e negociabilidade globais”. (STOCKL; MOREIRA, GIUBERTI, 2017, p. 175).

mudado e outras *commodities* como o petróleo e a soja são mais rentáveis, embora os sistemas de produção cafeeira são ainda importantes e desenvolvidos em pequenas propriedades como consequência da desfragmentação das antigas fazendas (SAMPER; TOPIK, 2012).

Salienta-se que com o auge dos cafés especiais³ o valor final do produto aumentou, porém, isto não incorre necessariamente em maiores ganhos para os produtores, o que se dá, entre outros aspectos, pelos custos de produção e falta de apoio dos governos. Por outro lado, surgiram pequenas redes de cafés especiais de ONGs (Organização Não-Governamental) ou particulares que procuram uma melhor qualidade do grão, métodos de cultivo e trabalho mais sustentáveis, pagando mais por esses atributos. No entanto, no mundo, sete empresas (Jacobs Kronung, Maxwell House, Nestlé, Luigi Lavazza, entre outras) têm o controle de 40% do mercado total de café, que continua sendo tratado como uma *commodity*, apesar da crescente procura e consumo de cafés de maior qualidade, acompanhado da preocupação pelas formas de cultivo, comércio mais igualitário e processos sociais mais abrangentes (CHADE, 2017).

Neste artigo serão abordados, sucintamente, dois dos principais países produtores e exportadores de café, Colômbia e Brasil, os quais têm apresentado características particulares nas suas formações históricas. O Brasil é líder mundial na produção e exportação cafeeira e, atualmente, o segundo consumidor na escala global (EMBRAPA, 2019), enquanto a Colômbia é reconhecida pelo seu sistema de cultivo em pequenas propriedades, além de produzir um café de alta qualidade e ter criado uma marca própria

³ Um café pode ser considerado especial se atende a requisitos mínimos de qualidade (80 pontos na escala SCAA), e a outros atributos que o valorizarão: certificações e origens de procedência (COSTA; BESSA, 2014).

(denominação de origem nacional) que garante essa qualidade, por isso as exportações recebem um valor a mais pelo fato de haver uma marca registrada em nível nacional – *Café de Colombia* –.

Concomitantemente no texto serão trabalhados os conceitos de circuito espacial produtivo e círculos de cooperação, que possibilitarão abordar a dimensão social do conceito de escala geográfica e, ao mesmo tempo, expor as relações de poder entre o Estado, empresas (nacionais e estrangeiras) e os cafeicultores. Do mesmo modo, a identificação das ondas do café e a sua periodicidade permitirão compreender como o surgimento dos selos e certificados estão mutuamente condicionados desde o consumo até a produção, sendo refletido no processo de reescalonamento.

Breve contextualização cafeeira: Brasil e Colômbia

O Brasil no século XIX requereu um forte investimento de capital em processamento e transporte, ainda que o cultivo fosse rudimentar. No período posterior à abolição da escravidão a imigração europeia significou a mão de obra necessária para a cultura cafeeira, por meio dos colonos que passariam a ser proprietários de pequenas propriedades. Neste contexto, o Estado presente em nível estadual ou federal exerceu um papel fundamental na financeirização e nacionalização de ferrovias, centrais de distribuição, bancos etc. E, a partir de 1906, com a intervenção direta do Estado para regular os preços de exportação até 1989 com o rompimento do AIC, mas ainda com uma função financeira e de supervisão (CORRÊA; TOPIK, 2012).

Corrêa e Topik (2012) explicam que o investimento estrangeiro, sobretudo da Europa no início do século XX, permitiu a

realização de obras voltadas para processamento e transporte, como já mencionado. No transcurso do tempo estas obras financiadas foram nacionalizadas e, no que tange ao comércio cafeeiro, tanto o estado de São Paulo quanto o governo federal financiaram a chamada “valorização” do café com fundos estrangeiros.

Vários foram os fatores que determinaram os ciclos de crise no setor cafeeiro, por exemplo, a queda nos preços do café por condições climáticas, o cenário econômico e os grandes conflitos mundiais, como as guerras e a Grande Depressão, a superprodução, o que, entre outros aspectos, levaram o Brasil a tomar medidas na coordenação de políticas cafeeiras no comércio internacional na década de 1930. Chegando a formar, no marco do AIC, a Organização Internacional do Café (OIC), o que consolidou o papel preponderante do Brasil e dos Estados Unidos na conformação deste foro constituído por países exportadores e importadores. Com o fim do convênio, a participação do Brasil se reduziu drasticamente, contudo, a diversidade agroexportadora que no plano econômico nunca foi completamente dependente do café, junto com a crescente urbanização e industrialização, induziu mudanças no setor cafeeiro, num panorama de maior liberdade de atuação, próprio da perda gradual de dependência com respeito ao mercado global (CORRÊA; TOPIK, 2012).

Conforme é relatado por Corrêa e Topik (2012), a década de 1990 caracterizou-se pelas reformas neoliberais, notáveis no Brasil no governo de Fernando Collor com a reduzida participação do Estado no protecionismo econômico e a eliminação de muitas instituições estatais, como o Instituto Brasileiro do Café (IBC), assim como a supressão dos impostos federais e estaduais. Em 1994, a Associação Brasileira de Indústria do Café (ABIC), na ausência do

IBC, começa a controlar as mesclas de café adulteradas no processo de torrefação com o Selo Pureza, o que levou a uma melhoria interna da qualidade do café que, junto com a estabilização da inflação e o consequente aumento dos ingressos *per capita* das classes mais pobres, assim como, da classe média, melhorou substancialmente o consumo interno de café.

O Brasil tem se consolidado como o segundo consumidor de café mundial, o que explica a importância que tem o consumo interno no setor cafeeiro, principalmente, porque se configura como uma demanda muito expressiva para a produção nacional. O que não deve ocultar a participação ascendente que o Brasil tem tido desde a década de 1990, que, segundo Corrêa e Topik (2012), cresceu em 30% (2003-2005). Desta forma, a produção brasileira de café em 2016 foi estimada pela Conab em 51,37 milhões de sacas, e o volume de cafés especiais representaram cerca de 8 milhões de sacas, quer dizer, 16% do produzido no país (NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 2017).

É necessário destacar que a cafeicultura como polo agrícola de desenvolvimento econômico adotado em diferentes países tropicais, tem deixado importantes transformações na paisagem. Assim, estas transformações não devem ser medidas somente pelas mudanças físicas, é necessário acrescentar, também, as mudanças culturais das sociedades que se assentaram nesses lugares e estabeleceram a produção cafeeira como cultura predominante por um longo período. Em vista disso, a análise vai se focar em duas regiões (estudos de caso) com o intuito de aproximar os referenciais teóricos num processo de retroalimentação que contribua com as análises propostas.

O *Eje Cafetero* na Colômbia e o Norte Pioneiro do Paraná no Brasil têm sido territórios que desenvolveram uma intensa produção

cafeeira, porém passaram por diferentes fases e processos de colonização e/ou ocupação. A primeira região passou por um processo mais espontâneo, principalmente a partir de deslocamentos de pequenos produtores que procuravam novos lugares para morar, e a segunda foi induzida por uma empresa de capital privado. O nome de *Eje Cafetero* foi dado a esta região pela forte presença dos cultivos de café, configurando um processo cultural e histórico, especificamente nos departamentos (divisão política-administrativa da Colômbia) de Caldas, Quindío e Risaralda, localizados no centro-ocidente na cordilheira central e ocidental dos Andes, que se caracterizou pelos sucessos obtidos na exportação do grão de café. A área que integra o *Eje Cafetero* compreende 12.906 km², 48 municípios e, aproximadamente, 2.700.000 habitantes (DANE, 2010), enquanto a área do Norte Pioneiro do Paraná está conformada por 15.718 km², 46 municípios e 556.502 habitantes (IBGE, 2010).

O estado do Paraná durante os anos 1940 e 1970 vivenciou uma época de bonança, a partir do ciclo do café que se concentrou na região norte, o que provocou um processo vertiginoso de ocupação territorial (CHIES, YOKOO, 2012), que permitiu o desenvolvimento de cidades, a modernização de algumas regiões e investimento externo, tornando-se num símbolo de orgulho chamado “ouro negro”. Desta forma, a cultura do café chegou no estado no fim do século XIX e começo do século XX, tendo sido introduzida pelos fazendeiros paulistas que buscavam novas terras de expansão, pois no estado de São Paulo foi aplicada uma política de restrição da produção cafeeira. O modelo paulista foi espalhado no Norte do Paraná devido às condições físicas como clima favorável e terras roxas férteis⁴, além da

⁴ No Norte Pioneiro do Paraná, os solos se destacam pela fertilidade natural, além de ser bem desenvolvidos, profundos, argilosos e bem drenados (IPARDES, 2004 apud MAACK, 1968).

disponibilidade e facilidade de aquisição de terras, benefício de uma política econômica governamental e incentivos públicos, que favoreceram a compra de terras por parte de colonos e lavradores. No ano de 1920, o estado se tornava o sétimo maior cultivador de café com 1.215 propriedades, assim a Companhia de Terras Norte do Paraná (CNTTP), antes Parana Plantations Ltd., (de capital inglês), estimulou o povoamento (tanto de migrantes nacionais quanto internacionais) e a cafeicultura. O aumento da produção cafeeira contava com proteção e apoio do governo, sendo a cultura mais valorizada desse período (PRIORI; POMARI; AMÂNCIO; IPÓLITO, 2012).

De acordo com CROCETTI (2007), a participação da produção cafeeira do Paraná em nível nacional foi pouco expressiva até 1930, o ponto mais alto foi atingido em 1965 representando 55% da produção brasileira. É necessário esclarecer que a expansão da cafeicultura no estado foi possível pela produtividade do grão graças ao solo propício, pela mudança da estrutura fundiária de grandes fazendas à pequena propriedade e mão de obra familiar, e uma política econômica que fomentava seu plantio (IZEPÃO; GARDENAL, 2015).

Desde 1970, o norte do Paraná passa por um processo de grandes transformações na estrutura agrícola, que se manifestaram, notadamente, a partir das intensas geadas de 1969 e 1975 que destruíram e dizimaram as plantações de café, passando-se da agricultura familiar, monocultura do café para o agronegócio diversificado, especificamente para o binômio soja-trigo e pecuária. Além destas mudanças é necessário mencionar os fluxos migratórios, sobretudo, entre 1950 e 1960 com a forte imigração de Minas Gerais, São Paulo e estados da região Nordeste, como mão de obra efetiva e,

com a erradicação do café, começou uma fase de agricultura mecanizada e pecuária extensiva (soja, milho e cana-de-açúcar), fato que produz uma diminuição na população rural (KOHLHEPP, 2014). Apesar das mudanças presentes no campo paranaense e de acordo com Priori, Pomari, Amâncio e Ipólito (2012), o café não desapareceu definitivamente na região. Pelo contrário, o café continua sendo uma fonte de riqueza, emprego e lucro (assim como nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo). Ressalta-se que o estado do Paraná no ano de 2012 possuía 106 mil hectares de café, 13.000 produtores (64% de agricultura familiar), 70.000 empregos diretos e 21.000 empregos indiretos, e como estratégia para incentivar a produção foi introduzido o café adensado (método que diminui o espaço e o tamanho dos pés de café que dificultava o uso de tratores e colheitadeiras) nas pequenas propriedades (PRIORI; POMARI; AMÂNCIO; IPÓLITO, 2012).

Desta forma, o estado do Paraná se sobressai na produção de café arábica, especialmente em cultivos de cafés especiais (orgânico, comércio justo, boas práticas ambientais etc.). Esses cultivos de cafés especiais se localizam no Norte Pioneiro e, no ano de 2006, foi desenvolvido um projeto em parceria com o Sebrae-PR, que permitiu mudar o conceito da produção hegemônica e focar no cultivo de cafés diferenciados, de qualidade e certificados, que possibilitam abrir novos mercados. Desta forma, no ano de 2012 esta região recebeu o selo distintivo de origem conhecido como Indicação de Procedência Norte Pioneiro do Paraná, dado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). É importante explicitar que, atualmente, os estados do Paraná e São Paulo representam um volume produzido pouco significativo da participação nacional. Em vista disso, a produção de café começa a ter visibilidade com as

indicações geográficas (Indicação de Procedência ou Denominação de Origem), e no Brasil, até 2018, só se reportaram quatro indicações: Alta Mogiana no Norte de São Paulo, Serra da Mantiqueira, Região do Cerrado em Minas Gerais e, por último, o Norte Pioneiro no estado do Paraná (IBGE, 2016).

Assim, os produtores se organizaram na Associação de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná (ACENPP) e, posteriormente, na Cooperativa de Produtores de Cafés Especiais e Certificados do Norte Pioneiro do Paraná (COCENPP), e têm obtido resultados como certificações (*Fair Trade* e UTZ), abertura de mercados e comercialização com exportadores, como a Capricornio Coffees e a Olam International, premiações em concursos e feiras anuais e qualificação do produtor (FICAFE, 2011). Uma vantagem adicional deste processo é que, conforme a Associação Brasileira de Cafés Especiais, o mercado deste tipo de café cresce entre 10% e 15% ao ano, enquanto os cafés tradicionais crescem somente 3%. Porém, a posição no mercado dos grãos especiais equivalem a 1% da produção total do Paraná, que, no entanto, é a única região (Norte Pioneiro) do estado com indicação geográfica, e conta com uma produção anual de 1,3 milhão de sacas beneficiadas por ano. Por último, o mais relevante deste processo é a transformação desta região por meio do desenvolvimento local dos pequenos produtores na capacitação para a produção de cafés especiais (GAZETA DO POVO, 2013).

Na Colômbia a atividade cafeeira como fonte da agricultura foi desenvolvida na Cordilheira dos Andes e começou a sua comercialização no fim do século XIX, conformando mais de 150 anos de transformações expressivas tanto no ecossistema quanto nos aspectos culturais, políticos e econômicos. Desta forma, a análise da cafeicultura colombiana está estreitamente ligada com o mercado

cafeeiro mundial, sendo identificada uma entrada atrasada (1650-1850) do país como parte do sistema colonial, que dependia da demanda dos países considerados modernos com um crescimento capitalista. No contexto colombiano o café não era um produto fundamental nem estratégico para a geopolítica, e a cafeicultura foi desenvolvida, na sua maioria, com mão de obra nacional e sem intervenção estrangeira direta, representando pouca oferta e demanda. Porém, o café permitiu gerar processos de desenvolvimento no transporte, na indústria e no emprego, que eram pontos frágeis para o Estado na época; e posteriormente, foi estabelecida a supremacia brasileira (1850-1940), fato que foi desencadeado com a mudança da cana de açúcar pelo café, pois o consumo europeu da primeira cultura tinha diminuído e foi substituído pela beterraba. Ressalta-se que o Brasil concentrou a produção mundial e estabeleceu uma liderança no comércio internacional a partir dos intermediários que estavam vinculados aos bancos, por isso o Brasil não era só o maior produtor, visto que também fixou o preço mundial do café. Sem embargo, com a abolição da escravidão (1888) a mão de obra foi substituída com os imigrantes, que teriam o acesso limitado à terra. Nessa mesma época foi desenvolvido o sistema de exportação da Colômbia e América Central, a produção e comercialização estavam focadas nos cafés *suaves* por conta da importante diferença no preço; após consolidou-se o mercado administrativo (1940-1989) no qual funcionou o AIC, e os principais compradores foram os Estados Unidos, que garantiram o preço e a exportação; por último o período atual (1989-) pode ser classificado como o retorno ao livre mercado regulado pela economia mundial do café, sendo representado pelas políticas neoliberais e as transformações no consumo (PALACIOS, 2009; DURAN, 2017).

Por outro lado, a Colômbia é o único país com uma marca registrada nacionalmente⁵ que usufrui de prêmio (preço a mais) no mercado internacional. Contudo, é notável a conversão que o país tem tido nas últimas décadas, que depois de ser o segundo maior exportador durante grande parte do século XX passou a liderar o mercado mundial em 1990, em termos de diferencial qualitativo e já não mais quantitativo.

Como afirma Jaime Forero (2012), com a crise cafeeira na Colômbia, viveu-se uma multiplicação de pequenas propriedades rurais destinadas à produção (representando os produtores familiares no ano de 2000, 78% dos produtores totais) em detrimento das grandes fazendas que já não encontravam rentável o cultivo de café, muitos mudaram para a criação de gado ou migraram para a cidade. A sobrevivência da agricultura familiar tem-se protegido através de uma “diversificação horizontal”, o que implicou ampliar as atividades produtivas (assim como a produção de alimentos de subsistência), empregar mão de obra familiar, diminuir os *inputs* agrícolas e se associar com outros produtores para se apropriar de uma maior porção da cadeia de valor do café. Outro ponto que o autor salienta é o papel da *Federación Nacional de Cafeteros* (FNC) na cafeicultura colombiana, sendo esta uma organização semiprivada (fundada em 1927), que por sua natureza tem vivenciado menos os impactos frente às reformas neoliberais na desestruturação das entidades estatais, e que teve que, após rompimento do AIC, reativar o *Fondo Nacional del Café* para manter a compra direta dos produtores em vias de proteger o mercado interno frente às flutuações do mercado internacional, o que permite transferir aos

⁵ Como estratégia publicitária para o posicionamento no mercado global é criada a marca Juan Valdez no ano de 1959, e na década de 1980 o slogan *Café de Colombia* (REINA; SILVA; SAMPER, 2012).

produtores nacionais valores decorrentes dos preços de exportação. Não obstante, esta dinâmica não se traduz necessariamente em rentabilidade para os produtores, apenas se mantém uma pobreza característica no campo colombiano.

O café na Colômbia ainda representa uma parte importante na economia colombiana (8,5% ao setor agrícola) com 28,4% das exportações agropecuárias. Segundo dados de 2004-2008, 81% da superfície cultivada de café provêm da cafeicultura familiar (menos de 10 hectares destinados ao café por produtor), que equivale a 66% da área que participa da produção total camponesa ou familiar (DNP, 2009). O que significa, de acordo com Corrêa e Topik (2012), um processo de “*campesinización*” e “*minifundización*” evidente nos últimos anos, com a saída da participação na produção de grandes fazendeiros e o aumento na área destinada pela agricultura familiar, embora a pequena propriedade seja ainda a que concentra o plantio, 80% das propriedades são constituídas de menos de 5 hectares (53% da área cafeeira) segundo dados de 2009.

Como assinalam Reina, Silva, Samper (2007), a Colômbia soube aproveitar uma desvantagem comparativa (a não mecanização da colheita do café pelas condições topográficas) em uma vantagem comparativa que diferencia o produto em qualidade no mercado mundial. Segundo dados de 2004-2005 os cafés especiais representam 5,1% da produção total de café no país e 5,6% nas exportações do grão (DNP, 2009). Daviron e Ponte (2005, p. 120) afirmam que este negócio “tem estado mais à disposição das grandes fazendas que dos pequenos produtores cafeicultores”, pelo contrário, tudo indica que na Colômbia a cafeicultura nas pequenas propriedades continua sendo a mais expressiva neste mercado diferenciado.

Tanto no Brasil quanto na Colômbia, os cafeicultores têm passado por diferentes crises políticas e econômicas influenciadas pelo mercado internacional. No momento que o café entrou na bolsa de Nova York, foi determinado como uma *commodity*, o que aumentou o conflito de interesses e fixou a função dos cafeicultores como produtores de matéria-prima, pois o café como integrante do setor primário apresenta muito poucas inovações tecnológicas após ser entregue aos consumidores (DAVIRON; PONTE, 2005). Na década do ano 2000, foram-se abrindo novos mercados que procuravam cafés diferenciados, pagando mais por uma melhor qualidade do grão. Este nicho possibilitou e incentivou os pequenos cafeicultores a valorizarem suas tradições, conformarem organizações, capacitarem-se e venderem a produção (café pergaminho) a um cliente estrangeiro. Na atualidade, as organizações estão tentando ir além, procurando vender também seu café torrado, moído e embalado com a sua própria marca, pois conhecem que neste segmento da cadeia global se obtém maiores lucros (DURÁN, 2017).

A contradição dos selos e certificados: da escala geográfica à análise do reescalonamento

Carlos (2009) expressa que, com base na geografia, especialmente a “geografia concreta”, pode se ter uma compreensão do mundo através de uma análise dialética (teoria-prática). Embora, o mundo moderno precise de novas explicações que possibilitem compreender a essência dos novos processos, essas novas reflexões devem começar pelos paradigmas atuais, ou seja, considerar as transformações do pensamento da realidade com o intuito de construir novas representações, que permitam desvendar a dinâmica

da problemática espacial. As dimensões social, política, cultural e ambiental podem ser estudadas no espaço por meio da objetividade e subjetividade que fazem parte da realidade, relação que mostra, desde uma perspectiva cultural, as convergências e divergências das práticas sociais. Destarte, o espaço se transforma constantemente ganhando um sentido histórico dado pelas relações entre os homens em si e com a natureza numa lógica determinada de desenvolvimento.

As diferentes mudanças nas lógicas e práticas sociais no contexto atual, especificamente, as formas de reprodução econômica, fazem com que não se possa pensar somente num lugar de atuação, pois existem diversas relações de escala, como a local e global, que não podem ser explicadas a partir da sua simples integração, pois são necessárias novas formas de análises que permitam desvendar as contradições dessas lógicas econômicas e de suas práticas sociais.

Racine, Raffestin e Ruffy (1983) ressaltam a necessidade de saber trabalhar a escala, pois esta apresenta o fenômeno de maneira diferente dependendo do detalhe e das características que sejam abrangidas para a análise. Assim, todo aspecto por pequeno que seja tem características e conexões globais. A dificuldade de trabalhar a escala refere-se à seleção adequada dos níveis da realidade, pois cada um mostra informações específicas necessárias para uma compreensão da realidade como um todo particular e estruturado que é criado continuamente. Sem embargo, Souza (2013) coloca mais um aspecto para ser considerado, relacionando a escala do fenômeno e a escala de análise que separa o conteúdo existente entre o objeto real e a construção do objeto do conhecimento, visto que precisamos destes processos e construções como uma tentativa para a apreensão da realidade ou, simplesmente, como foi frisado por Castro (2005), a

escala representa uma estratégia de aproximação do real, tanto do tamanho quanto do fenômeno.

Salientam-se as contribuições de Santos (1996) sobre verticalidade, horizontalidade e o global. O autor argumenta que ao longo da história podemos identificar formas particulares de fazer as coisas ou técnicas de acordo com cada período. No entanto, essas mudanças históricas estão carregadas de práticas sociais que influenciam os aspectos econômicos, políticos e culturais. Na cafeicultura, é possível evidenciar processos horizontais de produção e comercialização locais, que são direcionados pelos mesmos produtores, e também outros processos mais hegemônicos que se estabelecem no tempo e impõem políticas de mercado por uma lógica externa, como empresas privadas ou governos nacionais, os quais podem ser chamados de verticais num mundo que a cada dia faz parte de um espaço global, por isso, é necessário questionar se os certificados e selos chamados de “alternativos” podem ser classificados como horizontalidades ou, pelo contrário, fazem parte de uma verticalidade que leva à *recommoditização* da produção cafeeira.

Não obstante, o desenvolvimento e a consolidação dos cafés especiais é de natureza transescalar (mesmo que a sua dinâmica de consumo local tenha aumentado), considerando as políticas, o mercado e o capital na esfera global com seu impacto nas organizações locais e regionais, embora as ações e decisões locais possam ter uma menor influência na escala mundial (FREDERICO, 2014), e isto pode ser explicado através das noções de circuito espacial produtivo e círculos de cooperação (SANTOS, 1986; SANTOS; SILVEIRA, 2001). Assim, os circuitos espaciais produtivos caracterizam-se pela circulação de matéria nas diferentes etapas

produtivas de um bem ou produto ao longo prazo, enquanto os círculos de cooperação estão atrelados às informações, diretrizes e capital financeiro para aproximar e articular os lugares e agentes no nível mundial (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

Os circuitos espaciais produtivos devem ser analisados de acordo com os eventos, e a extensão ou tamanho de uma ação em algum lugar, no caso dos cafés especiais, estão relacionados diversos agentes, principalmente produtores, organizações, empresas (nacionais e estrangeiras) e o Estado, o que determina “[...] a extensão de suas ações sobre o espaço, e o papel deste como condição e condicionante das ações sociais”, e a “[...] apreensão da escala como um campo de forças, isto é, como uma dimensão socialmente construída, uma espacialização temporária de determinado acerto social” (FREDERICO, 2014).

Segundo Santos (1996, p. 99), a noção de “escala é um limite e um conteúdo, que estão sempre mudando, ao sabor das variáveis dinâmicas que decidem sobre o acontecer regional ou local”. E, segundo as análises de Frederico (2014, p. 41, grifo nosso), deveriam ser consideradas duas escalas, a “[...] *escala de origem*” das variáveis envolvidas na produção do evento e a sua “*escala de realização*”, isto é, a área de ocorrência, de extensão do fenômeno”. Desta forma, a escala de origem tem a ver com as decisões que podem ser tomadas por uma organização num país produtor do sul global como o Brasil ou a Colômbia, que podem ter uma baixa repercussão em nível mundial do circuito espacial produtivo de cafés especiais, tendo resultados locais ou, inclusive, regionais; enquanto as decisões de uma empresa transnacional podem afetar a forma de produção e condicionar a venda do grão, e também o consumo de um tipo específico de café.

Outro aspecto da escala geográfica e que nas práticas socioespaciais pode ser evidenciado, é o salto de escala proposto por Smith (2004, 1984), concepção que permite perceber como as estratégias políticas são dinamicamente alteradas dentro das práticas de empoderamento o que termina definindo como as diferentes escalas, dentro do campo de poder, podem se justapor no circuito espacial produtivo da cafeicultura mundial.

O contexto cafeeiro da América Latina é muito complexo desde a sua formação histórica, sistema de cultivo, espécie dos cultivares, políticas nacionais e relações internacionais tanto das instituições estatais quanto das organizações de produtores formam este diverso contexto. No texto são mencionados o Brasil e a Colômbia pela consolidação da produção de cafés especiais a partir da espécie Arábica, obtendo um produto de alta qualidade que, na maioria das vezes, conta com certificações internacionais, identificando-se as horizontalidades e verticalidades abordadas por Santos (1996).

Deste modo, diferenciam-se as funções dos países produtores e consumidores dentro do circuito espacial produtivo. Por exemplo, nos dois países produtores acima citados, situam-se as primeiras etapas do circuito vinculadas à produção, como o abastecimento dos insumos necessários para uma cafeicultura específica acompanhada, geralmente, de assistência técnica dada por instituições do Estado, além do crédito para o melhoramento das condições na propriedade e propriamente nos cultivos, e o pagamento da mão de obra; sem embargo, existe outra etapa na qual podem se localizar os intermediários classificados em cooperativas, agências e *tradings*⁶.

⁶ As tradings atuam na troca comercial das matérias-primas de pouco valor agregado (**produtos agrícolas** – milho, soja, trigo, açúcar, café, algodão –, **gado, carnes** e **outros**

As ações deste grupo podem ter escala regional, nacional e internacional. No entanto, os países produtores também são consumidores (não podemos esquecer que o Brasil é o segundo consumidor mundial de café) que tem suas próprias regulações e empresas de torrefação, moenda e distribuição, advertindo que várias destas indústrias contam com capital estrangeiro ou fazem parte de um antigo monopólio do país.

Na década de 1990, com a ruptura do AIC, o preço do grão perdeu sua estabilidade e começou a variar de acordo com a oferta do produto no mercado mundial, aumentando a concorrência de outros países. Embora esta realidade estivesse concatenada às mudanças dos paradigmas da economia mundial, um mundo globalizado com menor atuação do Estado, representando até hoje um período difícil para os pequenos cafeicultores que não conseguem enfrentar a crise por falta de melhores condições econômicas (BATISTA, 2010).

De acordo com esta situação, tem surgido algumas experiências que pretendem ser uma opção alternativa ante o controle das grandes empresas de torrefação e *tradings*, que possuem os maiores estoques do grão desde 1990 e que antes era feito pelos países produtores. De maneira inesperada, esta nova realidade fez que aumentaram os armazenamentos e a comercialização de café, tanto em distribuição nos supermercados quanto em lugares especializados como lojas ou cafeterias a partir do crescimento de um consumo mais exigente, porém, os preços comercializados na primeira etapa do circuito são cada vez mais baixos e o produtor acaba não tendo os ganhos suficientes para cobrir o valor investido na produção. Assim, há um tempo que estamos vivenciando o que foi

setores, – óleos crus, petróleo, gás natural, ouro, prata, cobre; através de transações em mercados de ações especializados e bolsas de valores (Destino Negócio, 2018).

indicado por Daviron e Ponte (2005) como o “paradoxo do café” e que reforça as dessemelhanças das relações entre o Norte e o Sul.

Para o Brasil e a Colômbia o café é uma das principais *commodities* produzidas e comercializadas, com uma característica na estrutura que tem mudado ao longo dos anos, pois é um produto agrícola que já não se concentra, necessariamente, nas grandes fazendas e, pelo contrário, hoje é cultivado por pequenos produtores e suas famílias em propriedades menores de 10 hectares no Brasil e 5 hectares na Colômbia. Por isso, os cafeicultores têm experimentado recorrentemente o que Arroyo (2012) denomina de vulnerabilidade pela produção de uma *commodity* pouco diferenciada e com baixo valor agregado, além de aumentar a dependência tanto das diretrizes e políticas externas quanto ao *input* agrícola e tecnológico (biológicas, químicas e mecânicas), pode ser percebido no Norte Pioneiro e o *Eje Cafetero*, regiões marcadas historicamente pela sua especificidade econômica e social na cultura do café, gerando paisagens homogêneas a partir da monocultura do grão.

Como expõe Pendergrast (2010), após a crise do café que provocou uma drástica queda dos preços globais do grão, surgem os movimentos de comércio justo e a chamada “terceira onda” (conceito que será abordado aqui posteriormente) que introduz um segmento de consumidores mais conscientes ou com maior grau de conhecimento sobre a qualidade do café. Este tipo de dinâmica não é unidirecional, falar, por exemplo, de comércio justo, implica necessariamente numa prática discursiva que coloca as condições de desigualdade dos países produtores e a abrupta distância que tende a acentuar-se de maneira crescente em relação aos países consumidores, no centro do debate. Segundo Jaffee (2014), dentro do mundo paradoxal do comércio justo, propõe-se utilizar os mesmos

mecanismos do mercado que historicamente têm afetado os pequenos cafeicultores, para atingir hoje uma suposta justiça social, mesmo levando em consideração que este tipo de abordagem híbrida tende a perpetuar as diferenças socioeconômicas e ideológicas nos espaços onde atuam os diferentes atores (organizações de produtores, empresários, ativistas etc.). A cadeia global de valor dos cafés especiais tem sido um espaço importante para o estabelecimento das certificações de referência e os códigos dirigidos com as preocupações ambientais e socioeconômicas, assim foram criados selos como *Orgânico*, *Fair Trade*, *Rainforest Alliance*, *Utz Kapeh*, entre outros. Dessa forma, a configuração de terceiros da indústria de cafés especiais está inserida num sistema mais confiável, quer dizer, no qual os consumidores e as empresas de torrefação tentam ter uma relação de definição e redefinição do que significa a qualidade. Sem embargo, a pressão exercida pelo mercado *commodity* através das questões de crescimento e imitação, tem provocado que a indústria de cafés especiais procure representações de qualidade e sistemas de coordenação similares aos aplicados na indústria tradicional. Por isso, é cada vez mais complicado fazer uma adequada distinção entre as duas indústrias (DAVIRON; PONTE, 2005).

Por outra perspectiva, o sociólogo John Talbot (2004) argumenta que o comércio de cafés especiais por si mesmo não diminui a vulnerabilidade dos cafeicultores frente às flutuações do mercado mundial, nem as condições de desigualdade dos produtores. Questionamo-nos se o desenvolvimento que se propicia numa relação desigual, que vem de cima para baixo e de fora para dentro, teria a capacidade de aproveitar o potencial diferenciador e transformador dos contextos locais para equalizar as relações de força, e alcançar a

proclamada justiça social e, conseqüentemente, econômica e ambiental.

Ante as mudanças descritas, a opção que se apresenta como alternativa para os cafeicultores é a produção de cafés especiais sob a aprovação de algum selo ou certificado, pois desta forma teriam mais oportunidades de venda no estrangeiro, ou seja, maior visibilidade no mercado internacional e, em alguns dos casos, melhor preço. Por isso, os conceitos de circuito espacial produtivo e círculos de cooperação permitem compreender a relação transescalar entre os agentes e suas lógicas entre cooperação e competição (BARONE, 2013), que podem constituir um processo de reescalonamento, como assinalou Brenner (2013), já que as certificações permitem que pequenos produtores possam ingressar no mercado de produtos diferenciados que dá relevância à qualidade e às organizações sob princípios sociais e ambientais. Contudo, esses espaços de comercialização internacional, que intentam diminuir o distanciamento entre o produtor e o consumidor, implicam numa nova fase para a cafeicultura, regulada pela lógica das *commodities* que incentiva a competição entre as grandes empresas e os pequenos produtores, ademais de orientar o consumo para quem possa pagá-lo.

Por outro lado, com as certificações os Estados não conseguem manter uma regulação direta sobre o comércio de produtos diferenciados e deixa esta atividade às organizações privadas (HATANAKE; BUSCH, 2008). Um aspecto importante que deve ser levado em conta é que os selos têm a sua importância para as questões de saúde e higiene, que podem ser considerados como meios de controle, enquanto as certificações possibilitam o surgimento e circulação de produtos de melhor qualidade com

aspectos simbólicos, que padronizam os atores e processos que fazem parte da cadeia global produtiva do café (RADOMSKY, 2010).

A partir de uma perspectiva mais aprofundada pode ser notado que:

As certificações são instrumentos de poder não apenas de barreiras de Estados para produtos ‘não-conformes’, são também instrumentos de poder econômico e simbólico de organismos certificadores de terceira parte, amparados na legitimidade quase incontestável da ciência (RADOMSKY, 2010, p. 50).

Como explica Han (2018), a liberdade no regime neoliberal é uma aparência que já não é regulada nem condicionada por agentes externos, outrora restritos ao poder soberano e disciplinar. Imaginemos hoje um mundo em que essa liberdade é configurada a partir da autoexploração, livre e voluntária em que os parâmetros do psicopoder são princípios exercidos através de estímulos positivos; então, coloquemos as ideias de Han (2018) dentro da análise de Radomsky (2010, p.58), em que um sistema de confiança determinado por terceiros, a “política de certificação”, funciona “[...] como mecanismos que não são inocentes num espaço em que se espera simplesmente que uma eficiência seja construída: a própria construção é permeada de relações de dominação”, esse tipo de regulações e imposições, como chama o autor, são administradas de tal maneira que parecem naturais, mesmo que externas, dentro da dimensão de poder presente, “[...] penso que a interpretação privilegiada não se sustenta sem que os atributos simbólicos, sociais e ambientais – tratados como valores – sejam considerados na relação que os selos estabelecem”, sem que “[...] as conexões entre os selos e processos, lugares, modos de vida e práticas justifiquem a certificação e o poder que ela administra”.

Com relação ao consumo, no mundo, o café tem passado por várias mudanças durante sua história a partir de novos hábitos, filosofias, modas e tecnologias. Essa periodicidade no consumo é conhecida como as Ondas do Café e foi desenvolvida para descrever e explicar o novo estilo de consumo de café. O surgimento de uma onda não acaba com as anteriores, e as três convivem juntas no mercado, pois cada uma tem distinta filosofia, conceito e propriedades que se adequam aos nichos de mercado e às necessidades dos consumidores, ademais das possibilidades dos países (SKEIE, 2002).

A primeira onda é identificada pela massificação do consumo de café ao redor do mundo como uma *commodity*, durante o final do século XIX e início do século XX, especialmente, nos períodos do pós-guerra, porque nessa época o café era mais consumido e valorizado pelas suas características e propriedades energéticas e estimulantes do que pelo seu sabor e natureza. No que tange à comercialização nos supermercados, primeiramente a espécie utilizada era *Coffea canephora* (robusta), a qual se caracteriza por ser mais forte (maior conteúdo de cafeína) e também considerada de qualidade inferior. A segunda onda, que começou em 1960, teve uma mudança na preferência do grão de maior qualidade da espécie arábica, e também no surgimento de importantes redes de cafeterias como Starbucks e Peet's Coffee & Tea especializadas em café gourmet. Outro aspecto para salientar é a difusão de máquinas de café expresso e os diferentes preparos da bebida pelos baristas, assim, torna-se hábito o consumo de café de maior qualidade, dando valor ao produto, sendo atrativo para um público mais jovem. Porém, existe um padrão de homogeneização do café através das misturas e torra escura para disfarçar os amargos ou defeitos. Na terceira onda que surgiu em

meados do ano 2000, principalmente nos Estados Unidos e Europa, está ganhando força em alguns dos países produtores, e os consumidores mostram um conhecimento mais aprofundado e valoram o café, não somente pela cafeína, mas também pelas suas propriedades e seu sabor. As cafeterias da terceira onda criaram o movimento *Direct Trade* que consiste na compra e negociação direta entre o comprador e produtor sem preço fixo, assim os valores são superiores aos encontrados no mercado e custos adicionais (GUIMARÃES, 2016).

Esta última onda representa uma mudança de conceito e filosofia adquirida nas anteriores, pois com as novas exigências dos consumidores e o amplo leque de sabores, aromas e preparos, a partir de uma xícara de café pode se falar de uma sofisticação no consumo que, ao mesmo tempo, é considerado um produto gourmet. E também outro tipo de relação que se estabelece entre os compradores e os produtores para conhecer melhor a qualidade dos grãos e as demandas do mercado, que, em alguns casos, procura-se um melhor relacionamento e transparência entre os elos da cadeia (GUIMARÃES; SILVA, 2012).

Considerações finais

O conceito de escala geográfica dentro da força explicativa da sua processualidade, ou seja, do reescalonamento, redefine uma nova forma de análise, que integra o fenômeno concreto da realidade, com o objeto do conhecimento construído no processo de abstração, permitindo fazer leituras muito mais ajustadas dessa realidade. E seria limitado pensar só na escala nacional e regional, por isso é relevante refletir também na relação local e global, e como as

dinâmicas podem afetar os distintos contextos e produzir mudanças históricas significativas em diferentes dimensões. No texto, mostra-se que, pela ruptura do AIC e pelas políticas neoliberais, foi modificada a estrutura da regulação da cafeicultura no mundo, pois passou do controle dos países produtores e da intervenção das entidades do Estado às mãos das poucas grandes empresas de torrefação e *tradings*, aumentando a ascensão e o predomínio das últimas dentro do circuito espacial produtivo e, ao mesmo tempo, diminuindo o impacto de atuação e a relativa autonomia que tinham as primeiras.

Embora a partir da década do ano 2000 novos canais de comercialização tenham se estabelecido com base num discurso de sustentabilidade, um produto transformado, o qual é mais bem pago, requer também o cumprimento de uma série de exigências, para entrar no mercado, ou seja, relacionadas com a formação, capacitação e investimentos como certificados e melhoramento das estruturas de processamento do café. Mas nem todos os produtores, organizações ou cooperativas têm conseguido participar do processo de reescalonamento através dos selos e certificados, já que não possuem o capital financeiro para entrar nessas novas lógicas, e tampouco o contato para fazer as negociações “mais justas” com as grandes empresas e intermediários, assim que a maioria destes produtores continuam atuando na escala local e sendo vulneráveis às mudanças dos preços e às políticas externas.

Do mesmo modo, a relação Norte-Sul, caracteriza-se por corresponder a uma lógica particular que mantém as relações históricas de subordinação, muito evidentes na desigual apropriação que estes países têm da cadeia de valor global. Cabe aqui mencionar, que países como a Colômbia, que tem uma destacável

institucionalidade cafeeira, que poderíamos pensar que facilitaria os saltos de escala, em realidade, pela sua própria natureza burocrática e pouco flexível, que caracteriza uma instituição semiprivada com funções públicas (FNC), como esta, além de ter que manter um certo *status* internacional, o que termina acontecendo em muitas ocasiões, é uma marcada inércia para efetuar rápidas mudanças. Em outras palavras, vemos que algumas organizações de pequenos produtores, associados de diferentes maneiras, não conseguem exportar diretamente com a sua própria marca, pois o caminho é excessivamente burocrático. O que faz com que muitas destas iniciativas vendam sua produção de alta qualidade ao mercado tradicional, sem usufruir das vantagens econômicas que promete a terceira onda de café com seus novos canais de comercialização.

Existindo esta evidente subordinação da *escala de origem* à *escala de realização*, o processo formado historicamente na divisão territorial do trabalho e no fenômeno de recomoditização dos cafés especiais, quer no controle exercido nas exigências das certificações, quer no papel produtor de bens primários do Sul Global que coexiste com um consumo sofisticado decorrente do controle das empresas que ampliam os espaços de acumulação e reprodução do capital, dentro das eternas contradições que reformam o mercado global e seus mecanismos (regime neoliberal), mas só a mesma lógica de dependência dentro do circuito espacial produtivo. Como podemos falar de justiça social se os mecanismos de redistribuição da riqueza permanecem intocáveis com a cadeia global de valor que apropria para si (os elos mais fortes) os novos discursos do mercado justo sob as exigências das certificações e seus processos internos de convencionalização da qualidade que garantem os atributos do produto no consumo, mas dificilmente garantem condições mais


igualitárias na produção? O negócio dos cafés, em geral, e dos cafés especiais, em particular, é rentável porque ainda o produtor, como sujeito na base da pirâmide – e sobretudo, por ser a origem da própria criação de valor do produto –, tem a capacidade condicionada de absorver as flutuações do mercado (queda dos preços) com a superexploração de seu próprio trabalho. Ou seja, no processo de objetivização do trabalho no processo produtivo tem que ser garantido, ainda que a sofisticação da cadeia global dentro dos novos discursos de “mercado justo” pretenda uma melhor redistribuição do mais-valor obtido no próprio processo de circulação global do café. Assim, mesmo ao interior de cada país, a verticalização da divisão social do trabalho, sabe-se beneficiar diferencialmente desta condição.

Referências Bibliográficas

ARROYO, M. Circuitos espaciais de produção industrial e fluxos internacionais de mercadorias na dinâmica territorial do estado de São Paulo. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas (SP), v.2, n.1, p. 7-26, 2012.

BARONE, M. *Circuito espacial produtivo e círculos de cooperação do café fairtrade: análise da associação dos agricultores familiares do Córrego D'antas (ASSODANTAS), Poços de Caldas/MG*. 2013. 102 f. Trabalho de Graduação (Curso de Graduação em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Campus Rio Claro, 2013.

BATISTA, E. *A importância da cafeicultura para a permanência dos sitiantes na terra: uma análise nos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira em Lerroville, Londrina – PR*. 2010. 349 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Campus Presidente Prudente, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *A Geografia do café*. Rio de Janeiro: IBGE – Coordenação de Geografia, 2016. 

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse do senso demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Disponível em:
<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=P6&uf=00>.
 Acesso em: 15 nov. 2018.

BRENNER, N. *Reestruturação, reescalamento e a questão urbana*. GEOUSP, São Paulo, n. 33, p. 198-220, 2013.

CAFÉ especial: Produção no Brasil deve ultrapassar Colômbia em menos de dois anos e crescimento estimula cafeicultores. *NOTÍCIAS AGRÍCOLAS*. Disponível em:
<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/cafe/185553-cafe-especial-brasil-deve-ultrapassar-colombia-em-menos-de-dois-anos-e-crescimento-do-mercado-estimula.html#.W7DUUBNKi7o>. Acesso em: 20 set. 2018.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Revista Sociedade & Natureza*, Uberlândia, n. 22, v. 3, p. 461-474, 2010.

CARLOS, A. F. A. Da "Geografia Abstrata" a "Geografia Concreta". MENDONÇA, F.; LOWEN-SAHR, C. L.; SILVA, M. da. (Org.). *Espaço e Tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 73-90.

CASTRO, I. E. O Problema da Escala na Geografia. CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. da C. (Org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 117-140.

CHADE, J. Os donos do café no século XXI. *ABIC*. Disponível em:
<http://abic.com.br/os-donos-do-cafe-no-seculo-xxi/>. Acesso em: 04 nov. 2017. ¹¹_{SEP}

CHIES, C.; YOKOO, S. Colonização do Norte Paranense: Avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. *Revista GEOMAE*, n 1, v 3, p. 27-44, 2012.

CORRÊA, M. A. L.; TOPIK, S. La respuesta de Brasil a la suspensión de las cláusulas económicas de los convenios internacionales del café, 1989-2009. SAMPER, M.; TOPIK, S. *Crisis y transformaciones del mundo del café: Dinámicas locales y estrategias nacionales en un periodo de adversidad e incertidumbre*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2012.

COSTA, C.; BESSA, F. *Cafés Especiais do Brasil atendem às diferentes demandas mundiais*. CONSÓRCIO PESQUISA CAFÉ. Disponível em:
<http://www.consorcioquisacafe.com.br/index.php/imprensa/notici>

as/431-cafes-especiais-do-brasil-atendem-as-diferentes-demandas-mundiais-e-cresce-15-ao-. Acesso em: 15 ago. 2018.

CROCETTI, Z. *Evolução Sócio-Espacial do Paraná*. 196 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

DAVIRON, B; PONTE, S. *La paradoja del café: Mercados Globales, Comercio de Bienes Primarios y la Esquiva Promesa del Desarrollo*. New York: Zed Books, 2005.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (Colômbia). *Proyecciones de población*. Bogotá: DANE, 2010. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/proyecciones-de-poblacion>. Acesso em: 15 nov. 2018.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – MINISTERIO DE COMERCIO, INDUSTRIA E TURISMO (Colômbia). *Anuario estadístico agropecuario 2004-2008*. Bogotá: DNP; MCIT, 2009.

DURÁN, L. *Território cafeeiro: transformações da paisagem e configuração de um habitat urbano-rural no Departamento de Risaralda, Colômbia*. 2016. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Campus Presidente Prudente, 2017.

FERREIRA, L. Consumo interno dos Cafés do Brasil representa 13% da demanda mundial. *EMBRAPA*, 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/41277124/consumo-interno-dos-cafes-do-brasil-representa-13-da-demanda-mundial>. Acesso em: 06 abr. 2019.

FORERO, J. Estrategias adaptativas de la caficultura colombiana. SAMPER, M.; TOPIK, S. *Crisis y transformaciones del mundo del café: Dinámicas locales y estrategias nacionales en un periodo de adversidad e incertidumbre*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2012.

FREDERICO, S. Circuito espacial produtivo do café e o jogo de escalas (coffee productive spacial circuit and the game of scales). *Mercator*, v. 13, n. 1, p. 37-48, jan./abr. [sEP]2014.

GUIMARÃES, E. *Terceira Onda do Café: Base Conceitual e Aplicações*. 2016, 135 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras-MG, 2016.

GUIMARÃES, E; SILVA, E. *A “terceira onda” do consumo de café*. Bureau de Inteligência Competitiva do Café, Lavras, 2012.

HAN, B. *Psicopolítica – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Áyiné: Belo Horizonte e Veneza. 2018.

HATANAKA, M.; BUSCH, L. Third-party certification in the global agrifood system: an objective or socially mediated governance mechanism? *Sociologia Ruralis*, v. 48, n. 1, p. 73-91, 2008.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (Brasil). *Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense*. Curitiba: IPARDES; BRDE, 2004.

IZEPÃO, R.; GARDENAL, L. Café, Capital cafeeiro e industrialização no Paraná. *A Economia em Revista*, v. 23, n. 2, p. 65-85, 2015.

JAFFEE, D. *Brewing justice: Fair trade coffee, sustainability, and survival*. University of California Press, 2014.^[1]_{SEP}

JUNGES, C. Ouro verde no Norte Pioneiro. *GAZETA DO POVO*, Curitiba, Cafés Especiais, p. 1-5, 28 sep. 2013. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/especiais/bem-feito-no-parana/2013/ouro-verde-no-norte-pioneiro-31eka097aru8mqcmwo0ipf0we#ancora>. Acesso em: 15 out. 2018.

KOHLHEPP, G. *Colonização agrária no Norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café*. KOHLHEPP, G.; SOETHE, P. A. (Org.); MARINESCHEN, D. (Coord. trad.). Maringá: Eduem, 2014.

PALACIOS, M. *El café en Colombia (1850-1970): una historia económica, social y política*. 4 Ed. México: El Colegio de México, 2009.

PENDERGRAST, M. *Uncommon grounds: The history of coffee and how it transformed our world*. Basic Books, 2010.^[1]_{SEP}

PRIORI, A.; POMARI, L. R.; AMÂNCIO, S. M.; IPÓLITO, V. K. *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012.^[1]_{SEP}

PROJETO Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná. *FICAFE*. 2011. Disponível em: http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deagro/seab_rt_cafe_261011_acenpp.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2017.^[1]_{SEP}

RACINE, J. B.; RAFESTIN, C.; RUFY. Escala e ação: Contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da

Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 45, n. 1, jan/mar., p. 133-145, 1983.

RADOMSKY, G. F. W. *Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual*. 2010. 302 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

REINA, M.; SILVA, G.; SAMPER, L. F. *Juan Valdez, la estrategia detrás de la marca*. Bogotá: Ediciones B., 2012.

SAIBA como pequenos traders podem atuar no mercado de commodities. *Destino Negócio*. Disponível em: <<https://destinonegocio.com/br/mercado/saiba-como-pequenos-traders-podem-atuar-no-mercado-de-commodities/>>. Acesso em: 30 set. 2018.

SAMPER, M.; TOPIK, S. *Crisis y transformaciones del mundo del café: Dinámicas locales y estrategias nacionales en un periodo de adversidad e incertidumbre*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2012.

SANTOS, J. M. El café desde el Frente Nacional. *Nueva historia de Colombia*, v. 5, Editora Planeta: Bogotá, 1998. p. 263-294.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica, e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. (Org.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.

SKEIE, T. *Norway and coffee*. 2002. Disponível em: <<https://timwendelboe.no/uploads/the-flamekeeper-2003.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

SMITH, N. Scale Bending and the Fate of the National. SHEPPARD, E.; MCMASTER, R. B. (Org.). *Scale and Geographic Inquiry*. Nature, Society, and Method. Malden, USA: Blackwell Publishing. 2004. p. 192-212.

SMITH, N. *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space*. Oxford: Blackwell Publishers. 1984.

SOUZA, M. L. Escala Geográfica, "Construção social da escala" e políticas de escala". SOUSA, M. L. *Os conceitos fundamentais da Pesquisa Socio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013. p. 179-216.

STOCKL, M.; MOREIRA, R. R.; GIUBERTI, A. C. O impacto das commodities sobre a dinâmica da inflação no Brasil e o papel amortecedor do câmbio: evidências para o CRB Index e Índice de Commodities Brasil. *Nova Economia*, v. 27, n. 1, 2017. p. 173 – 206, Jan-Abr 2017.

TALBOT, J. *Grounds for agreement: The political economy of the coffee commodity chain*. Rowman & Littlefield Publishers, 2004.

TOCANCIPÁ-FALLA, J. El juego político de las representaciones. Análisis antropológico de la identidad cafetera nacional en contexto de crisis. *Antípoda*. Bogotá, n. 10, p. 111 -136, junio, 2010.

Submetido em: 15 de dezembro de 2018.

Devolvido em: 05 de abril de 2019.

Aprovado em: 11 de abril de 2019.

**POR UMA LEITURA GEOGRÁFICA DO
CONTESTADO: TERRITÓRIO, TERRA E
O POVO CABLOCO**

*FOR THE CONTESTADO GEOGRAPHICAL
READING: THE TERRITORY, THE LAND AND
THE CABOCCLO PEOPLE*

*POR UNA LECTURA GEOGRÁFICA DEL
CONTESTATO: EL TERRITORIO, LA TIERRA Y
EL PUEBLO CABOCCLO*

DIANE DANIELA GEMELLI

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR),
União da Vitória/PR.

E-mail: daianegemelli@yahoo.com.br

Resumo: este artigo tem por objetivo trazer para a geografia uma leitura do Contestado, enquanto um território marcado pelo processo de expansão capitalista que denota na degradação da natureza e do trabalho, por meio da transformação da terra de posse em propriedade privada. Entendemos que a terra negada ao povo caboclo se constitui enquanto elemento central da deflagração da Guerra do Contestado (1912-1916), de modo, que até hoje, apresenta importantes rebatimentos territoriais como aqueles analisados no município de Calmon e expressos nos significados e desdobramentos do monocultivo do *Pinus*, tais como, a pobreza e a concentração de terras. Por fim, consideramos que os processos de luta e resistência são fundantes para análise do Contestado, de modo, que a população trabalhadora de Calmon vê no acesso à terra a premissa para a mudança substancial das suas condições de vida e de trabalho.

Palavras-chave: Contestado, Calmon, terra, pobreza, *pinus*.

Abstract: This article has as main aim at bringing to the Geography area a reading of Contestado, while a territory marked by the capitalist expansion process, which denotes the working and nature degradation through the possession land transformation in private properties. Its is understandable that the land denied to the *caboclo* people is constituted while central element of deflagration of Contestado War (1912-1916), once that, so far, presents important territorial refutations like the ones analyzed in Calmon and expressed at the meanings and unfoldings of *Pinus* monoculture, such as, the poverty, and the land concentration. Lastly, it is considered that the fight processes and resistance are foundations to the Contestado analysis, so the working people of Calmon see in the land access the premise for the substantial change of their work and life condition.

Keywords: Contestado, Calmon, land, poverty, *pinus*.

Resumen: Este artículo tiene por meta traer a la geografía una lectura del Contestado, mientras un territorio marcado por el proceso de expansión capitalista que denota en la degradación de la naturaleza y del trabajo, por intermedio de la transformación de la tierra de posesión en propiedad privada. Entendemos que la tierra negada al pueblo caboclo se constituye como elemento central de la deflagración de la Guerra del Contestado (1912-1916), de modo que hasta hoy, presenta importantes refutaciones territoriales como aquellos analizados en el municipio de Calmon y expresados en los significados y desarrollos del, monocultivo del *Pinus*, tales como la pobreza y la concentración de tierras. Por último, consideramos que los procesos de lucha y resistencia son fundantes para el análisis del Contestado, de modo que la población trabajadora de Calmon ve en el acceso a la tierra la premisa para el cambio sustancial de sus condiciones de vida y de trabajo.

Palabras clave: Contestado, Calmon, tierra, la pobreza, *pinus*.

Introdução

Este artigo é resultado de nossa tese de doutorado intitulada “*Onde planta o Pinus não dá mais nada*”: degradação da natureza e do trabalho e a necessidade da reunificação homem/mulher-natureza (terra-trabalho), que teve como preocupação, a partir da totalidade concreta do Território Contestado, analisar a degradação da natureza e do trabalho, enquanto elemento fundamente da conformação territorial e derivado de um mesmo processo, qual seja, a expansão geográfica do capital que em sua complexidade levou à implantação de um projeto de desenvolvimento que resultou na Guerra do Contestado (1912-1916¹) e que na atualidade reflete-se na

¹ A Guerra mobilizou as forças policiais do Exército brasileiro que precisou de 13 expedições militares para superar o Exército Encantado de São João Maria. Conforme Thomé (1992, p. 42), “As forças militares que estiveram no Contestado para ‘impor a ordem e a lei e afugentar bandos de fanáticos’, em tarefa que inicialmente parecia fácil, defrontaram-se com um verdadeiro exército rival, em parte bem disciplinado, formado por gente hábil no manejo das armas, destemida, idealista, conhecedora do

uniformização da paisagem ocasionada pela territorialização do monocultivo de *Pinus*.

Trata-se, portanto, do entendimento da natureza e do trabalho, enquanto unidade apropriada e degradada pelo metabolismo do capital num processo que se refaz constantemente, por meio da madeira mercadificada, das monoculturas, da terra concentrada, do nivelamento ao trabalho abstrato e da precarização das condições de trabalho e vida.

Tendo realizado a pesquisa esperamos que, em alguma medida, ao irromper o centenário da Guerra do Contestado, do genocídio e do processo de limpeza étnica se dê a importância que o Contestado tem para a formação territorial do sul do Brasil e contribua para esclarecer os fatos que ocorreram e que afetam ainda hoje a organização social e espacial.

Ressaltamos, que sobretudo na ciência geográfica, apenas recentemente o Contestado tem sido discutido com a relevância que possui. Porém, ainda de forma limitada no que se refere a escala de abrangência. São poucas as universidades, os pesquisadores e mesmo as escolas, ainda que localizadas no território de luta, conflito, guerra e morte que têm se debruçado em apreender as tramas que enredaram a Geografia do/no Contestado.

Nesse contexto, para este artigo trazemos uma reflexão sobre os processos de apropriação da terra no Contestado, isso porque, entendemos que a transformação da terra de posse em propriedade privada foi o principal elemento para a deflagração da Guerra e, por consequência, para o estabelecimento da degradação da natureza e do trabalho que se expressa até hoje no Contestado e mais especificamente no município de Calmon, onde aprofundamos a análise empírica da pesquisa.

O artigo se sustenta no entendimento de que os fenômenos se expressam dialeticamente. O Contestado vai se conformando, configurando e desenhando num devir espaço-temporal, através das contradições entre projetos de desenvolvimento, lógicas e racionalidades econômicas, concepções de natureza e de trabalho, capital e modo de vida, conflitos e resistências.

Metodologicamente nos baseamos na pesquisa qualitativa, nos valem, sobretudo, das apreensões e análises possibilitadas pelos trabalhos de campo e pelas

terreno e dos segredos da natureza, que transformaram e pesadelo as investidas oficiais [...]. Só depois de centenas de sepulturas cavadas é que as tropas legais se convenceram estar diante de um valente inimigo.”

entrevistas realizadas com sujeitos sociais, homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, que vivem no território da Guerra e que possuem suas trajetórias entrecruzadas pelos episódios da formação territorial do Contestado, como a própria Guerra ou ainda o (re)fazer territorial e os processos de transformação espacial que se manifestaram desde o término oficial do conflito.

O trabalho de campo busca a compreensão de uma realidade específica, no entanto, é fundamental que tal realidade/fenômeno seja entendida(o) dentro de um conjunto de realidades/fenômenos que se processam na diferenciação, portanto na universalidade-particularidade-singularidade. Para tanto, as análises deste artigo fundamentam-se na totalidade do Território Contestado, para compreender a partir dos trabalhadores e das trabalhadoras, a realidade do município de Calmon, tendo como base o fenômeno da degradação da natureza e do trabalho.

Nesse sentido, realizamos treze entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras. Também entrevistamos uma professora que atualmente ocupa o cargo de direção da Escola de Educação Básica do município, o secretário municipal de agricultura e o técnico extensionista da EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Também entrevistamos a gerente da facção de costura que se instalou em Calmon em junho de 2017 e o gerente da fábrica de costura Mundo do Sono instalada em Matos Costa, na qual trabalham 17 trabalhadoras e 1 trabalhador do município de Calmon. Além disso, colhemos diversos depoimentos com demais trabalhadores e trabalhadoras do município, estes, porém não foram organizados em forma de entrevista.

O artigo estrutura-se em três subtítulos. Em “O Território Contestado: a terra e o povo caboclo”, discutimos que o Contestado é um território estruturado por meio de relações de poder hegemônicas e contra hegemônicas, sobretudo através dos sentidos e significados da terra para a lógica capitalista e para a população cabocla. Nesse contexto, entendemos que a Guerra foi resultado da expansão geográfica do capital e da apropriação da natureza via expulsão do povo caboclo de suas terras e de seus territórios.

No subtítulo “Guerra do Contestado: a estrada de ferro e a bravura cabocla”, abordamos a construção da ferrovia ligando Itararé (SP) a Santa Maria da Boca Monte (RS), os interesses econômicos em torno da madeira mercadificada e os desdobramentos à população cabocla. Como forma de pagamento à construção da ferrovia foram concedidas terras marginais à empresa madeireira *Southern Brazil*

Lumber and Colonization Company que partilha as terras de posse dos caboclos e poupa as fazendas dos coronéis da região. A construção da ferrovia e a instalação da empresa levam a expulsão e ao desterroamento do povo caboclo que sem ter para onde ir se organizam em redutos para lutarem contra o governo republicano, os coronéis e seus capangas, o Corpo de Segurança da *Lumber* e as forças policiais do Paraná e de Santa Catarina.

Por fim, no subtítulo “Calmon: a pobreza, o *Pinus* e o sonho em ter um “pedaço de terra”, apresentamos a discussão em torno da territorialização da monocultura do *Pinus* e seus rebatimentos no que diz respeito à negação à diversidade produtiva, a inviabilização das terras devido ao longo ciclo produtivo da madeira, também destacamos as condições socioeconômicas da população do município que convive com elevadas taxas de analfabetismo e mortalidade infantil, além da condição de vulnerabilidade à pobreza que afeta 48% da população. Para concluir trazemos os entendimentos dos entrevistados sobre as causas da pobreza no município, bem como seus anseios em ter um pedaço de terra que possibilite o plantio de alimentos e a criação de pequenos animais e que permita viver com maior autonomia, ou como eles mesmo dizem, viver mais sossegados.

Diante disse concluímos defendendo que apenas o rompimento do modelo civilizatório do capital é capaz de proporcionar a conquista da terra para o trabalho e para a vida plena de sentidos. Deste modo, somente com a reunificação homem/mulher-natureza, por meio do vínculo orgânico entre terra e trabalho é possível romper com a degradação da natureza e do trabalho que marcam social e territorialmente o Contestado e mais especificamente o município de Calmon.

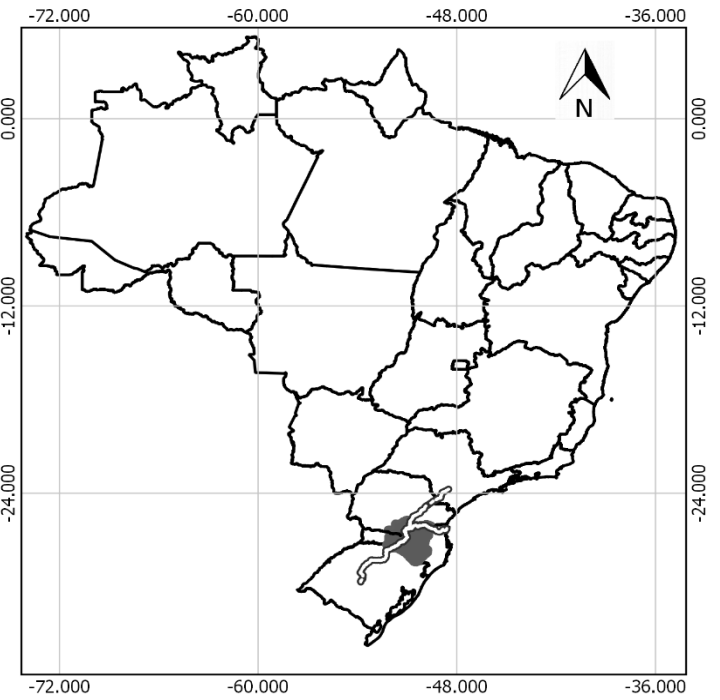
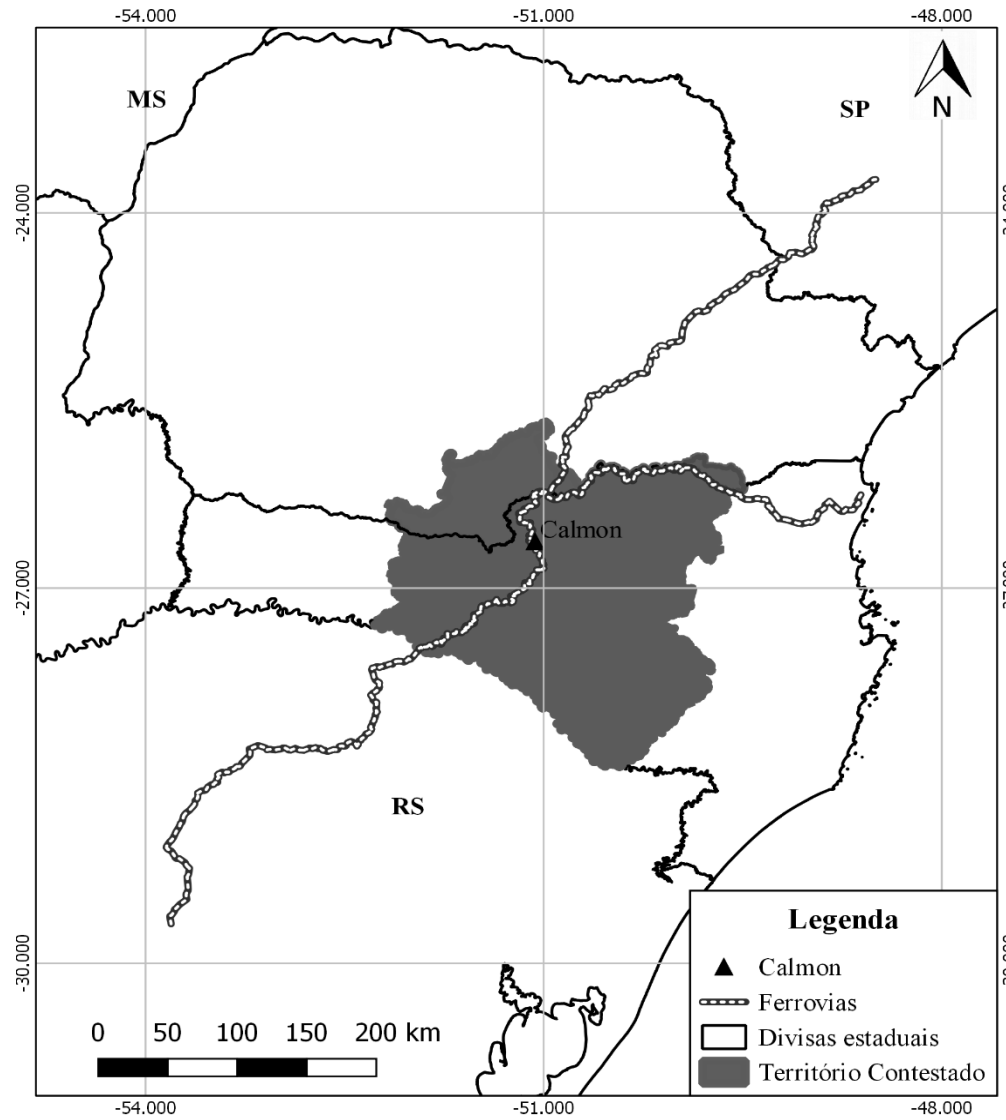
O Território Contestado: a terra e o povo caboclo

Sobre a localização do Contestado, Vinhas de Queiroz (1966, p. 08), assinala que “situa-se entre os 26° e 28° de latitude sul, e aproximadamente de 50° a 52° a oeste de Greenwich”. Para além desta identificação balizada por paralelos e meridianos, trata-se de um território compreendido entre o sul e sudeste do Paraná, passando pelo planalto, região serrana e parte do oeste catarinense onde desenrolaram-se alguns dos elementos mais complexos da formação socioespacial brasileira. Tais elementos envolveram disputas territoriais no âmbito político-administrativo para o estabelecimento de limites e fronteiras estatais e mesmo entre

países (no caso, Brasil e Argentina), mas, sobretudo embates quanto à conformação econômica, social, ambiental e cultural do território a partir da ação de agentes e sujeitos diversos, caboclos e caboclas, jagunços, monges, coronéis, vaqueanos, imigrantes, Exército, capital internacional e Estado.

Na sequência apresentamos um mapa da área de estudo, destacamos que a abrangência do Território Contestado se refere à uma soma de elementos. Abarca, primeiramente, o território de conflitos, dos redutos e da Guerra, as terras por onde passaram os trilhos da linha Itararé-Rio Grande e do ramal Porto União da Vitória-São Francisco e ainda o território de alguns municípios que, na época, pertenciam político-administrativamente a outros municípios já instalados como Curitiba, Campos Novos e Porto União da Vitória.

Mapa 1: Território Contestado: área de estudo.



Sistemas de Informações Geográficas: UTM
 DATUM: SIRGAS 2000
 Fonte: VINHAS de QUEIROZ (1966), FRAGA (2006),
 DNIT (2016)
 Elaboração: Diane Daniela Gemelli

Analisar o Contestado enquanto território marcado por relações de poder hegemônicas e contra hegemônicas implica no entendimento do potencial econômico que a madeira e a terra representaram (representam) sob racionalidades e matrizes econômicas diversas e contraditórias, ou seja, da terra-floresta, enquanto condição de reprodução social e biológica/valor de uso, para a transmutação em valor de troca/mercadoria e, portanto, fonte de acumulação e poder.

Moura (2013, p. 54), ao se referir aos sentidos e significados da terra para os caboclos e caboclas do Contestado, propõe que “a terra é terra sociedade, a que não é mercadoria, a terra é santa e não pode ser de negócio, a terra é de herança por que depende do parentesco e não dos contratos de compra, de venda e de trabalho”.

Gallo (1999, p. 102), enfatiza que para os caboclos e as caboclas o sentido da terra não estava em sua cobiça, em apropriar-se de maior quantidade, “mas simplesmente a terra é a sua casa, sem fronteiras, e o seu sustento”.

Marés (2003), ao discutir a propriedade da terra diz que a propriedade não é compatível com a vida. Diferente da terra, que para tantos homens e tantas mulheres, segue sendo sinônimo de vida, mesmo que diversos massacres (como no Contestado), tenham havido em seu nome. “E é vida não só porque oferece frutos que matam a fome, mas porque purifica o ar que se respira e a água que se bebe. Fosse pouco, da ainda o sentido do viver humano, sua referência, sua história, sua utopia e seu sonho” (MARÉS, 2003, p. 15).

O capitalismo transformou estas coisas em simples mercadorias. A ideia de que as coisas, as utilidades, deixem de ser bens em si para serem apenas valores negociáveis, mercadorias, que se trocam por dinheiro, mudou o conceito de utilidade, isto é, o seu valor de uso, estético, sentimental ou cultural, deixou de ser apreciado (no duplo sentido, que não se tem apreço, nem preço) dando lugar exclusivo ao seu valor de troca, isto é, ao seu preço, seu valor de mercado. (MARÉS, 2015, p. 58).

Ao passo que a terra é regulada por outros preceitos, ou seja, pela propriedade privada, pelo direito jurídico e não pelo sentido da vida, se estabelece o significado da degradação da natureza e do trabalho no Contestado, que, portanto, não se caracteriza como um fenômeno recente, tão pouco dissociado, ou seja, a apropriação capitalista da natureza provoca também a apropriação do trabalho enquanto mercadoria, de modo, que a transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato ocorre associada à degradação da natureza por meio da terra mercadificada.

A concentração da terra gera a pobreza, a fome, o agravamento das desigualdades, a matança de homens, mulheres, idosos e crianças e por consequência, da natureza. Para Marés (2003), a propriedade da terra destrói a natureza com força devastadora, ao mesmo tempo que se propala ser necessário destruir para alimentar a população. Concordamos com o autor, e o Contestado mais uma vez é inegável exemplo, quando assevera, que “quanto mais destrói a natureza, menos vida possibilita, inclusive humana, quanto mais altera os seres vivos, mais se aproxima da morte. Há algo de errado nessa lógica inversa, não é possível que a garantia de um direito individual seja o flagelo do direito dos povos” (MARÉS, 2003, p. 13).

“As pessoas que viviam e conviviam com as florestas foram totalmente desconsideradas e no século XX pode-se dizer que houve, além da guerra contra a natureza, a guerra contra os seres humanos que conviviam com a natureza” (MARÉS, 2015, p. 62). No Contestado, a destruição da natureza, o sofrimento, o flagelo e o genocídio dos caboclos e das caboclas esteve no centro da apropriação capitalista das riquezas da terra e do território, sobretudo, da Floresta das Araucárias, seguida da venda de lotes a colonos imigrantes.

Compreendemos, que ao passo que o capital busca se expandir, e o faz ao incorporar novos territórios à lógica acumulativa, traz como consequência intrínseca a degradação da natureza e do trabalho que se manifesta na apropriação privada da natureza e na negação à terra-floresta-trabalho, enquanto condição concreta de existência e sociabilidade. Como forma de não aceitação à racionalidade destrutiva, caboclos e caboclas, lutaram e lutam, resistiram e resistem, acreditaram e acreditam num mundo de justiça social e de solidariedade. Para tanto, a natureza não poderia e não pode estar apartada do homem e da mulher, o trabalho não pode ser apropriado pelo capital.

Ao referir-se ao Contestado, Marés (2003), aponta que foram quatro anos de derrotas do Exército e da República brasileira até a vitória das forças regulares sobre o povo, fatos e detalhes que a história oficial insiste, envergonhadamente em admitir. O autor, lembra que no Contestado, assim como em Canudos, não existiu, à época, uma proposta de reforma agrária. Até porque, não necessitavam de reforma agrária “tinham terra, nela trabalhavam, dela cuidavam, numa relação filial, produziam, eram felizes” (MARÉS, 2003, p.105), tinham a clareza, que a terra é de todos e os frutos da terra devem ser repartidos entre todos. “Essa clareza não provinha apenas do fato de estarem juntos lutando contra um inimigo poderoso, mas, ao contrário, era

a prática anterior à chegada do inimigo, era a maneira como a população entendia a posse e o trabalho da terra” (MARÉS, 2003, p. 104), era o modo de ser, de viver, de trabalhar e existir com dignidade do povo caboclo.

Para o caboclo, comum, simples, todas as pessoas tinham o direito à terra, podendo desfrutar dela assim como se regavam as bênçãos dos céus e das águas dos rios, com o que não concordavam os fazendeiros, proprietários das grandes extensões, que só aceitavam as escrituras como legítimos títulos agrários” (THOMÉ, 1992, p. 43).

Mas, quem foram/são os caboclos e as caboclas que se levantaram e seguem a levantar-se contra a ordem hegemônica que se estabelecia/estabelece?

A história oficial refere-se à população cabocla utilizando-se de adjetivos que os qualificam enquanto atrasados, ignorantes, ingênuos, fanáticos e jagunços. Na atualidade é comum que a população do Contestado denomine o ocorrido naquelas terras como “Guerra dos Jagunços”, tamanho o processo/discurso de culpabilização aos caboclos e às caboclas orquestrado pela história oficial e pela maior parte dos militares que participaram de expedições da Guerra e depois deixaram escritos.

Durante as entrevistas constatamos as duas compreensões em torno dos significados de ser jagunço, uma, vinculada ao discurso oficial que os qualifica como violentos, assassinos e, portanto, responsáveis pela ocorrência da guerra e outra, que relata que os jagunços compunham a população pobre do planalto catarinense que durante a guerra morreu pelas ações assassinas do Exército brasileiro.

Um dos trabalhadores entrevistados em Calmon nos apresenta o primeiro entendimento sobre os jagunços, com base na memória contada por sua avó que, segundo ele, era uma menina na época da Guerra e ficou com a responsabilidade de cuidar dos irmãos depois que os pais foram mortos pelos jagunços. Assim, o entrevistado relatou,

[...] os jagunços eles passaram aqui nessa região e foram indo, o final deles foi em Matos Costa [refere-se ao conflito que levou a morte do então capitão do Exército]. Então o que eles iam encontrando, o que não percia eles matavam ou tinha que ir junto, e daí eles chegavam aqui se tivesse criação eles matavam e comiam, e o dono se não fosse jagunço eles matavam, ou só se fosse junto com eles. E assim eles iam indo e aqueles que podiam fugir, fugiam, né. O meu bisavô, pai da minha vó, pro lado da mãe, os jagunços mataram ele. Ele tinha uma fazenda aqui perto de Perdiz Grande [hoje a localidade chama-se São Sebastião do Sul no município de Lebon Régis], ele era muito bem de vida, tinha muito terreno e gado, assim minha vó contava. E o pai dela para acudir eles dos jagunços, pra tirar, porque eles chegavam e iam tomando conta, matavam e roubavam, levavam embora, comiam, iam matando que daí não tinham o que comer, se chegassem na fazenda o que tinha ali eles destruíam tudo. E daí eles foram num canto do terreno [refere-se ao bisavô e sua família] e tiraram o gado, parte do gado, e o que era mais preciso eles foram

tirando, e retirar os filhos né, e daí numa época que tavam tirando, ele voltô [bisavô], os jagunços chegaram na fazenda que ele morava e daí pegaram e mataram ele e a mulher dele. E os filhos dele, daí a minha vó que criou todos os outros, pois ela era a mais velha né, ela contava que criou onze irmão, e ela criou tudo eles, ela que ficou no lugar de pai e mãe. (TRABALHADOR 7, 2017).

Nessa perspectiva, “o termo “jagunço”, com todo o seu significado depreciativo, ligado ao banditismo, é utilizado indistintamente na região para a denominação dos rebeldes”, de modo que “entre os fazendeiros e seus descendentes não há dúvida: o movimento sertanejo foi puro banditismo” (MACHADO, 2011, p. 180).

Contudo, aqueles que entendem o significado de ser denominado de jagunço pela história hegemônica conseguem esclarecer que, “[...] eles queriam acabar com os jagunços [refere-se à ação do Exército durante Guerra do Contestado], os jagunços eram o pessoal pobre, então o que tinha terreno, tinha e o que não tinha era matado, eles [Exército] matavam tudo, criança, gente grande” (TRABALHADOR 8, 2017).

Ainda na perspectiva do discurso oficial, ao falar dos pobres do Contestado, Wachowicz (2001), reconhece o abandono governamental imposto à população, destacando que “seus habitantes viviam quase que na marginalidade”, contudo, adverte que era uma população densa e ignorante, de modo, que “os sertanejos eram ingênuos e dominados por superstições fetichistas, ligadas a devoções católicas” (WACHOWICZ, 2001, p. 197).

Para Thomé (1992, p 42), “o tal ‘bando de fanáticos’ era na verdade, toda uma população cabocla, instalada na região, ofendida em seu brio e ameaçada em sua estabilidade, acostumada à luta, mais talvez que os soldados profissionais, pois a impetuosidade, a valentia e a bravura corriam no sangue de suas veias”.

Nessa conjuntura, as relações de produção capitalistas ao se expandirem na região, são tidas como inaceitáveis por representarem um ataque à autonomia cabocla e, portanto, ao seu modo de vida (GALLO, 1999).

A guerra sertaneja do Contestado, irrompeu, em suma, em um momento em que aquelas populações se viram afrontadas, no seu modo de viver e nos seus valores, e de uma maneira que transcendia o suportável, por que as mudanças súbitas interferiram de maneira inaceitável, sobre sua autonomia, nessa relação conflituosa entre a autonomia relativa de vida dos caboclos e o autoritarismo das classes dominantes, no sentido de implementar o projeto capitalista, reside o motivo capaz de explicar a reação imediata que se sucedeu (GALLO, 1999, p. 102).

Em resposta às transformações que ocorriam no Contestado, se estabelece, na análise de Auras (2001, p. 17) a irmandade cabocla, princípio embasado em

relações fraternais e igualitárias, adotado nas Cidades Santas/redutos, enquanto uma alternativa construída por caboclos e caboclas, “como seu modo concretamente possível de dizer não ao avanço da ordem capitalista – representada sobretudo pelas modernas empresas do Grupo Farquhar -, invasora abrupta do seu espaço e do seu tempo”.

Não há registro histórico de qualquer movimento de solidariedade à luta cabocla, salvo alguns gestos isolados. A leitura oficial – “levante de bandidos, “bando de fanáticos”, bandoleiros”, “criminosos”, etc. – veiculada pela imprensa e pelos vários expedientes governamentais, justificava o massacre dos sertanejos pelo braço armado do Estado, praticamente sem encontrar oposição organizada, a não ser a dos próprios caboclos (AURAS, 1991, p. 229).

De acordo com Fraga (2016), a palavra caboclo origina do tupi *kari boka*, que quer dizer, descendente de branco. Porém, o autor assinala que existem discordâncias. Para alguns etimólogos, derivaria de outras palavras, também em tupi, como *kuriboka*, mas que significa, filho de mãe índia e pai branco, ou ainda, do termo *caa-boc*, que expressa, o que vem da floresta. Já para os imigrantes alemães, em Santa Catarina, o caboclo era chamado de *Valdäulfer*, ou seja, o andarilho do mato.

Um senhor de 83 anos, morador de Calmon ao ser indagado se considerava-se caboclo, nos respondeu, “eu me considero caboclo, tem pessoas mais branco que eu, mais claro que eu”, ao referir-se a cor da pele perguntei se era apenas esse elemento que o fazia ser caboclo, e ele complementou, “não, o que me faz ser caboclo eu digo, é meu capricho, é a minha fé, é a minha vivência, saber agradar todo mundo, respeitar todo mundo [...] ser uma boa pessoa, não agravar ninguém, ter amizade” (TRABALHADOR 8, 2017).

O Caboclo/Cabocla, como termo e como Ser(es), deve ser compreendido como uma identidade de origem camponesa que se constituiu a partir da mestiçagem étnico-racial entre europeus (espanhóis e portugueses), negros e indígenas. Desta forma, (o) Ser Caboclo/Cabocla na região do Contestado é um estado de espírito, uma herança secular dos habitantes mais originais, podendo ser representado pela forma de falar, de pensar o mundo, de dividir a comida com o próximo, do reconhecimento da figura do Monge João Maria, no aquecer o corpo com uma cuia de chimarrão, no degustar uma quirera com carne de porco, no pinhão assado na chapa ou na grimpa, ser caboclo ou cabocla no Contestado é viver sobre o modo de vida herdado dos antepassados regionais e manter viva a chama da justiça e da bondade, algo tão característico do povo simples contestadense (FRAGA, 2016, p. 38).

Os caboclos e as caboclas, eram (são!), os homens e as mulheres daquelas terras que viviam longe da presença e atuação do Estado, da Igreja, sem acesso à saúde e escolas. Homens e mulheres, que foram/são chamados de fanáticos(as) como se os acontecimentos da Guerra do Contestado fossem estritamente de cunho religioso-messiânico. Ao qualificar a Guerra, enquanto um ato de fanáticos(as), camufla-se o massacre e o genocídio que existiu em nome da implantação do desenvolvimento econômico capitalista. Justifica-se a ação assassina do Exército brasileiro e da República dos coronéis, ou como diziam os caboclos e as caboclas, da República do Diabo.

A Guerra do Contestado não ocorreu por fanatismo religioso, pelo contrário, foi o resultado, em nossa leitura, da expansão geográfica do capital e da apropriação da natureza (terra e floresta), via expulsão de milhares de homens e mulheres de suas terras e de seus territórios. Os caboclos e as caboclas não viviam na miséria, tinham abundância, sobretudo, de alimentos. Não estavam isolados na floresta, historicamente mantiveram relação com os tropeiros que transitavam pela região levando animais até Sorocaba. Caboclos e caboclas não eram ignorantes, eram sabedores do que queriam, lutaram por justiça e dignidade.

[...] os caboclos e as caboclas que foram calcinados pelas bocas dos canhões da velha república do diabo, como eles bem diziam, deixaram para o Brasil uma lição de vida, por meio de uma rede de solidariedade, audácia, inteligência e utopia, alvacentas e intáteis aos olhos de milhões de brasileiros, que, um século depois, não as conhecem (FRAGA, 2013, p. 370).

Contudo, os caboclos e as caboclas continuam a existir e a lutar no Contestado, em Santa Catarina e no Paraná. Sendo que, o espírito de luta e resistência desses sujeitos de outrora, é fonte de ensinamento e rebeldia. Ensinando-nos que não vale a pena viver sem coragem, bravura e solidariedade. Sendo assim, na sequência discutimos a bravura cabocla diante da negação à implantação de um projeto de desenvolvimento que não os considerava, e que, portanto, buscou retirar o envolvimento do povo caboclo para com a território.

Guerra do Contestado: a estrada de ferro e a bravura cabocla

As primeiras ferrovias construídas no Brasil remontam o período Imperial sob a justificativa da interligação das regiões, bem como a ocupação das terras devolutas², ou seja, no caso do Contestado tratava-se do uso de um sistema técnico

² Sobre isso ver: Thomé (1980) e Fraga (2006).

para requalificar o “sertão”, transformando-o em território “moderno” a ser incorporado pelo capital imperialista.

No que se refere à construção da estrada de ferro ligando Itararé (SP) à Santa Maria da Boca do Monte (RS), ainda podemos indicar a possibilidade de ligação com o Paraguai e o Uruguai e, sobretudo os interesses atrelados ao capital internacional, uma vez, que a contar da concessão para a construção e exploração das terras marginais, os empréstimos para a obra, foram conseguidos junto a bancos europeus.

A construção de ferrovias ainda possibilitava o aquecimento da indústria inglesa que fabricava os materiais necessários para assentar os trilhos. A existência de vias de transporte, também viabilizava a incorporação daqueles espaços às práticas imperialistas, que caracterizavam, naquele momento, a rapina do território brasileiro há quatrocentos anos. Nesse sentido, nos referimos, sobremaneira, aos interesses em torno da riqueza em potencial da floresta a ser mercadificada.

Nesse emaranhado de interesses envolvendo a construção da ferrovia, Thomé (2010), também assevera a importância da ferrovia à exploração madeireira, ressaltando, que no final do século XIX, o potencial madeireiro oriundo da araucária já era conhecido, porém sua exploração era impossibilitada pela ausência de vias de transporte.

Para construir a ferrovia, em 1887, o engenheiro Teixeira Soares³, contratou uma equipe de agrimensores, técnicos e exploradores que, com a ajuda de fazendeiros, lavradores e caboclos que residiam por onde passariam os trilhos e de tropeiros que há décadas passavam pela região, fizeram o traçado da ferrovia, que partiria de Itararé, localidade que tão logo receberia um ramal ferroviário da Sorocabana, até Santa Maria da Boca do Monte, quando se encontraria com a ferrovia Porto Alegre-Uruguaiana, que na oportunidade estava em construção. Em 1889, tais estudos foram concluídos, de modo que os trilhos deveriam ser colocados a partir de Itararé, passando por Castro, Ponta Grossa, chegando ao Rio Iguaçu (Porto União da Vitória), seguindo pelo vale do rio do Peixe até chegar ao rio Uruguai (Marcelino Ramos-RS), Passo Fundo, Cruz Alta, Santa Maria, em perfil dos mais íngremes, numa extensão de 1.403 quilômetros (THOMÉ, 1980).

³ Em 1900 foi inaugurada uma estação ferroviária na Povoação de Boa Vista, à época pertencente ao município de Palmeira, que recebeu o nome de Teixeira Soares, a partir daquele momento a localidade passou a se chamar pelo nome do engenheiro. Em 1917, Teixeira Soares tornou-se município.

De acordo com Thomé (1980), a ferrovia passaria por distintos territórios do ponto de vista da ocupação. No Paraná, praticamente toda a região estava ocupada, com muitas pessoas possuindo o título de posses e sesmarias, enquanto, que a partir do rio Iguaçu no sentido sul, as terras eram devolutas, com poucas posses até Passo Fundo, quando voltava a se encontrar fazendas. O autor enfatiza que a existência das terras devolutas permitia que a ferrovia fosse do tipo colonizadora, pois havia terras suficientes para nelas se promover a instalação de núcleos coloniais e lembra, que com a possibilidade de construção da ferrovia e, conseqüente, valorização das terras, muitos fazendeiros se interessaram pelas terras devolutas.

Proclamada a República, com as terras devolutas passando da União aos estados, os governos catarinense e paranaense não relutaram em expedir indiscriminadamente títulos de posse aos influentes fazendeiros da região, cada qual objetivando firmar domínio administrativo sobre o contestado. Quando a ferrovia foi construída, as enormes extensões já não eram mais devolutas, a companhia teve de reclamá-las aos estados, surgindo daí inúmeras questões com os proprietários e com os governos estaduais (THOMÉ, 1980, p. 123).

Quando da demarcação das terras a serem exploradas, as propriedades dos grandes fazendeiros foram, em geral, respeitadas, de modo que as terras dos coronéis do Contestado não foram transformadas em concessão às empresas acionárias da *Brazil Railway Company*⁴ (THOMÉ, 1980). O partilhamento das terras dos posseiros, excetuando as dos coronéis e outras que seriam griladas ao longo dos anos, até o século XXI, caracteriza a estrutura do espaço agrário do Contestado (FRAGA, 2006).

Isto configura a concentração de terras no Território Contestado, enquanto uma marca histórica e que se reflete na conformação geográfica da atualidade ao buscarmos entender os significados da indústria da madeira e do monocultivo de *Pinus*, através da degradação da natureza e do trabalho.

Junto à concessão para a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, e o pagamento de juros de 6% ao ano sobre o total investido, em caso de prejuízo nas operações da ferrovia, a *Brazil Railway Company* recebeu terras marginais aos trilhos, com objetivo de explorá-las e posteriormente colonizá-las.

A estrada obtivera do governo federal uma concessão de terras equivalente a uma superfície de nove quilômetros para cada lado do eixo, ou igual ao produto da extensão quilométrica da estrada multiplicada por 18. A área total assim obtida deveria ser escolhida e demarcada, sem levar em conta sesmarias, nem posses, dentro de uma zona de trinta quilômetros, ou seja, quinze para cada lado. Não

⁴ Empresa responsável pela construção da ferrovia no Contestado.

só por isso, mas também pela subvenção quilométrica, o traçado se desdobrava em exageradas sinuosidades. Deste modo, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande ziguezagueava para todos os pontos cardeais, a furta-se de pequenas obras de arte (VINHAS de QUEIROZ, 1966, p. 71).

Para Vinhas de Queiroz (1966), é questionável a legitimidade de tal concessão, haja vista, que a Lei de Terras de 1850 legislava que a aquisição de terras devolutas só deveria ser realizada por meio de título de compra.

Junto à construção da ferrovia o conflito se inflama com a instalação, em 1909, da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*⁵, que, por meio da concessão das terras ocupadas pela Floresta Ombrófila Mista irá retirar araucária, imbuia, cedro e erva-mate. Após a pilhagem fará a venda de lotes de terras com a finalidade da ocupação/colonização por imigrantes europeus, daquilo que era denominado como “sertão”.

Para se estabelecer a *Lumber* precisou de terras vazias e estas terras não eram um “sertão inabitado”, como se propalava. Construída a ferrovia, era preciso retirar das terras concedidas ao Grupo Farquhar, homens e mulheres que nelas viviam há décadas. Para isso, a *Lumber* constitui o que foi denominado de “Corpo de Segurança”, que teve um papel decisivo na expulsão/desterramento dos caboclos e das caboclas que habitavam as terras concedidas, enquanto parte do pagamento pela construção da ferrovia. A empresa ainda exerceu papel importante no processo de limpeza étnica, que continuou no pós-guerra com as ações dos “esquadrões da morte”, consistindo na desagregação/desestruturação do modo de vida caboclo pela incorporação do imigrante europeu.

Para desalojar o posseiro e o pequeno proprietário, a *Lumber* organizou uma força paramilitar, mais ágil que a Justiça Brasileira, conhecido como “corpo de segurança da *Lumber*”. Causou verdadeira guerra de expulsão, perseguição, tortura e mortes no sertão contestado. Fortemente armado, o grupo vasculhava os pinheirais da empresa para varrer, expulsar e matar. De ambos os lados pessoas morreram, outros sobreviveram, mas isso foi apenas o começo daquela que seria a maior guerra camponesa do Brasil (FRAGA, 2006, p. 183-184).

Nilson Cesar Fraga, geógrafo que na atualidade é um dos maiores estudiosos do Contestado e principal referência na Geografia, indica que:

De 1912 a 1916, ocorreram em Santa Catarina, numa área em litígio com o vizinho Paraná, os fatos mais sangrentos das suas histórias,

⁵ A partir deste momento ao nos referirmos a empresa usaremos apenas a denominação, *Lumber*.

quando a população do Planalto pegou em armas e deu o grito de guerra, no episódio que ficou conhecido por Guerra do Contestado. Foram várias as causas do conflito armado, pois na mesma época e no mesmo lugar, ocorreu um movimento messiânico de grandes proporções, uma disputa pela posse de terras, uma competição econômica pela exploração de riquezas naturais, e uma questão de limites interestaduais. (FRAGA, 2006, p. 80-81).

Eduardo Galeano, ao referir-se ao que entendemos, enquanto o elemento mais forte, grave e violento deste Território Contestado, qual seja, a expulsão dos caboclos e das caboclas das terras de posse, diz:

As terras eram um estupendo negócio adicional: o fabuloso presente concedido em 1911 à *Brazil Railway* significou o incêndio de um sem-número de cabanas e a expulsão ou a morte das famílias camponesas assentadas na área da concessão. Esse foi o gatilho que deflagrou a rebelião do *Contestado*, uma das mais intensas páginas da fúria popular de toda a história do Brasil (GALEANO, 2014, p. 282).

Terra e floresta negadas aos caboclos e às caboclas e apropriadas, sobretudo pela *Lumber*, inserem o Contestado na divisão internacional do trabalho por meio da expansão geográfica do capital, espoliação e exportação da natureza mercadificada, permitida pela construção da ferrovia que possibilitava o saqueamento da madeira e, por consequência, da vida, da reprodução social, cultural e biológica dos homens e mulheres daquele chão.

No tenso e complexo cenário de relações em que se transformou a região do Contestado no início do século XX, um elemento que contribuiu fortemente para a instabilidade social da região e, conseqüentemente, para a deflagração da Guerra Sertaneja do Contestado foi a instauração do capital estrangeiro, representado pelos projetos de construção ferroviária e exploração madeireira, que, em suma, poderia ser resumido numa relação entre o moderno vs. o arcaico (FRAGA, 2006, p. 184).

Contudo, entendendo que o espaço geográfico se constitui pela tensão entre o fazer hegemônico (modelo civilizatório do capital) e pelas contra hegemonias, enquanto um conjunto de lutas e resistências que apresentam um outro sentido ao espaço a partir de contra racionalidades, em oposição a lógica que busca homogeneizar tudo e todos. A investida do capital no Contestado não ocorreu sem tensionamentos, sem contra hegemonias e contra racionalidades que buscavam a garantia da vida, da terra, do alimento, da cultura, da religião etc., não a partir do destrutivismo do capital, mas por meio de um contra espaço, marcado no desejo à terra e ao trabalho para a liberdade.

Autores como, Carvalho (2010), Fraga (2010), Vinhas de Queiroz (1966), Thomé (1980), Gallo (1999) e Wachowicz (2001) consideram a expulsão dos posseiros

(caboclos e caboclas) pela *Brazil Railway Company*, como o principal elemento que levou a deflagração da Guerra do Contestado.

A região do atual planalto norte catarinense, passou por transformações profundas e aceleradas após a chegada da ferrovia e da *Lumber*, com a valorização das terras, intensificação da colonização, difusão de toda uma série de hábitos e costumes estranhos ao sertanejo que ali vivia, extermínio da população indígena e a devastação da floresta com araucária. A rebelião cabocla do Contestado (1912-1916) foi uma expressão da tensão social e das súbitas transformações por que passou aquela sociedade e aquela paisagem (CARVALHO, 2010, p. 202-203).

Para Fraga (2010), a posse da terra perdida e o pinheiro roubado, desesperavam milhares de caboclos que não tinham para onde se dirigir, pessoas sem um lugar para morar e algo para se sustentar. Foram as primeiras faíscas de um incêndio que duraria quatro anos.

“Despojados ou ameaçados da perda de seus bens de raiz, descrentes da justiça que só funcionava para amparar as causas dos poderosos, os caboclos não viram outro meio de garantir sua subsistência senão apelando para a garrucha e o facão”⁶ (OLIVEIRA, 1985, p. 61).

Vinhas de Queiroz (1966, p. 02), é enfático ao dizer “importa observar que foi aqui, no apogeu de tais lutas, que pela primeira vez na nossa história as massas camponesas manifestaram clara consciência da necessidade de garantir o seu direito de terra”. Isto se manifestou, por exemplo, quando do ataque caboclo às vilas e a destruição dos cartórios, onde havia os livros com registros de imóveis. O ato de desmanchar as cercas, e os provérbios, “segundo os quais os três males do homem são: dinheiro, terra e mulher bonita: é o que dá morte” (VINHAS de QUEIROZ, 1966, p. 02).

Sobre a complexidade do Contestado e os desdobramentos no que diz respeito a instalação do capital internacional, Thomé (1980), sublinha.

Foram várias as causas do conflito que chegou a abalar as estruturas republicanas, pois na mesma época e no mesmo lugar o território contestado foi envolvido por um movimento messiânico de grandes proporções, por uma violenta disputa pela propriedade das terras, por uma questão de limites interestaduais, por uma luta pelos direitos humanos, por uma acirrada competição pela exploração das riquezas naturais, e por uma aterrorizante fase de banditismo. A implantação das empresas do sistema Farquhar, portanto, não foi a única causa do levante, mas sua presença na região, aliada a outros acontecimentos, muito contribuiu para a deflagração (THOMÉ, 1980, p. 121).

⁶ Oliveira (1985, p. 61), destaca que as armas dos caboclos eram também seus instrumentos de trabalho, “o facão servia-lhe não só para cortar a erva-mate como também para abrir picadas no meio dos xaxinais e taquarais, ao passo que a garrucha ou a Winchester dava-lhe a garantia de caças abundantes”.

Gallo (1999), também pondera sobre a concentração de terras e os desdobramentos em torno do advento da República acompanhado pela intensificação do projeto de colonização no Contestado, processos viabilizados pela aliança entre empresários da madeira, fazendeiros, coronéis e o Estado.

A concentração de terras nas mãos de poucas pessoas. Processo que se agravou durante o século XIX, [...] constitui, sem dúvida, um dos detonadores dos acontecimentos posteriores, em 1912 com a Proclamação da República, intensificou-se o projeto de colonização, realizado em boa parte em terras devolutas, e também as implicações das concessões de terrenos às empresas estrangeiras os empresários aliados aos fazendeiros locais e aos governos, compravam terras devolutas e de particulares por preços irrisórios, vendendo-as depois com vantagem. Nesse processo [...] muitos posseiros foram expulsos de suas terras e nada podiam fazer quando um terceiro, devidamente documentado, aparecia reclamando seus direitos como o legítimo proprietário (GALLO, 1999, p. 98).

Wachowicz (2001, p. 198), ressalta que sendo entregues as terras do Contestado à *Brazil Railway Company* era preciso “*limpá-las* da presença indesejável dos caboclos posseiros”, nesse cenário “passaram os caboclos a ser ameaçados e expulsos de suas posses, ocupadas há várias gerações”. Sem ter a quem recorrer os caboclos e as caboclas do Contestado identificam seus inimigos como sendo:

[...] o governo federal republicano, os coronéis *papa-terras* e seus capangas, a *polícia* ilegal dos norte-americanos e as polícias legais os paranaenses e catarinenses. Revoltava e indignava ainda os sertanejos o fato de o governo federal vender extensas regiões em lotes, a preços acessíveis a imigrantes europeus que ali se fixaram, nada cabendo a eles próprios, nativos da região” (WACHOWICZ, 2001, p. 199, *grifos do autor*).

A primeira batalha sangrenta da Guerra do Contestado aconteceu em 22 de outubro de 1912, no Banhado Grande do Irani. Denominada Combate do Irani, foi a única a acontecer em território administrado pelo Paraná. Os demais combates entre caboclos, caboclas e forças do Exército ocorreram em território catarinense.

Havia terminado o Combate do Irani, morreram soldados, caboclos e os dois comandantes. A crença na ressurreição do Monge José Maria começa ainda no local do combate. O Monge é colocado na cova e coberto com algumas tábuas para que pudesse se levantar no momento da ressurreição. Os caboclos e as caboclas acreditavam que José Maria havia se retirado ao morro encantado do Taió, à época, na localidade de Itaiópolis, e que regressaria no Exército Encantado de São Sebastião. Assim, os caboclos e as caboclas permanecem em seus ranchos por mais

ou menos um ano, quando ajuntam-se nos redutos para esperar a volta de José Maria (VALENTINI, 2003).

Por pouco mais de um ano, após esse primeiro combate, o Contestado permaneceu em Guerra, porém sem ataques e mortes. Até que, no segundo semestre de 1913, espalha-se a notícia que o Monge havia ressuscitado e voltado ao Taquaruçu para formar um novo “Quadro Santo” (FRAGA, 2005).

A partir de então, ocorre o ajuntamento dos caboclos e das caboclas em redutos⁷ seguido do genocídio promovido pelo Estado, por meio da ação do Exército em coaduno com os coronéis do Contestado.

Geralmente os redutos eram construídos em clareiras abertas na mata [...] O tamanho e o número de habitantes que faziam parte de um reduto podia variar, sendo que alguns foram denominados de redutinhos devido ao pequeno número de componentes. Mas alguns redutos chegaram a ter milhares de habitantes. O Santa Maria⁸, por exemplo, chegou a ter aproximadamente 5 mil habitantes (VALENTINI, 2003, p. 80-81).

Ainda sobre os redutos e valendo-se da riqueza de detalhes, Vinhas de Queiroz (1966, p. 200), complementa.

Os redutos surgiam em geral no meio dos troncos de uma derruba mal concluída. Os ranchos, dispostos irregularmente, eram improvisados da noite para o dia. Um conjunto de ruas e ruelas tortuosas desemboca numa grande praça quadrada, onde se erguia a igreja. Eram os ranchos construídos sumariamente para durar apenas uns três anos. Tais casas praticamente não se distinguiam das moradias habituais dos sertanejos mais pobres. As paredes eram de pau-a-pique ou, mais frequentemente, *rachões* de pinheiro ou xaxim; os telhados, de tabuinhas, de capim ou de palha de palmeira; às vezes de couro; o chão, de terra batida ou assoalhamento com material idêntico ao das paredes. Via de regra, tais casas só possuíam dois cômodos ou *repartimentos*: o quarto e a cozinha. No quarto dormia-se em *tarimbas*: um estrado de taquaras inteiras, dispostas no sentido do corpo, amarradas com cipó num retângulo de varas suspensas em quatro pequenas forquilhas fincadas no solo. Pelegos serviam de colchão e, de cobertor, bicharás, ponchos e capas. A cozinha prestava-se ao mesmo tempo de sala de jantar e de reunião. Ao centro desta peça, no chão, armava-se o fogo, onde se assava o churrasco, ou as panelas ferviam dependurada ao teto ou suspensas em improvisados tripés de pau.

⁷ Com a expulsão dos caboclos e das caboclas das terras, estes se aglutinaram em redutos que se configuraram como espaços de resistência à ordem implantada, negação ao desterroamento e ao trabalho abstrato, enquanto forma de sobreviver, já que tinham sido arrancados das terras, também não aceitariam a imposição do trabalho assalariado e desprovido de sentido.

⁸ Fraga (2006), aponta que o reduto de Santa Maria se estendia por 15 km em meio a floresta.

Os principais redutos no Contestado foram, de acordo com Valentini (2003) e Fraga (2006): Taquarussu ou Taquaruçu⁹, localizado, no que atualmente, é o município de Fraiburgo-SC. Em 29 de dezembro de 1913, a polícia catarinense e os soldados do exército paranaense tentaram atacar o reduto pela primeira vez, sendo derrotados pela força cabocla, “doze soldados ficaram feridos. O décimo terceiro, feito prisioneiro, faleceu no reduto no dia seguinte, sob os cuidados dos fiéis” (AURAS, 2001, p. 82). Em janeiro de 1914, tentou-se novamente desmantelar o reduto. Em 8 de fevereiro de 1914, aproximadamente 700 soldados, atacaram e arrasaram o reduto, incendiando casas e dispersando à bala¹⁰ os caboclos e as caboclas que em sua maior parte migraram para o reduto de Caraguatá¹¹, formado antes mesmo da destruição de Taquarussu/Taquaruçu. Em 09 de março de 1914, Caraguatá foi atacado, e mais uma vez registrou-se a vitória cabocla sobre as forças do Exército¹². Após esse ataque em Caraguatá, os caboclos e as caboclas se separaram, deslocando-se para redutos menores como – Bom Sossego, São Sebastião¹³, Pedra Branca, São Pedro, Santo Antônio, Santa Maria, Caçador Grande, Tamanduá e outros. De, 13 a 29 de maio de 1914, ações foram efetuadas contra Caraguatá (dia 13) e contra Santo

⁹ De acordo com Auras (2001, p. 76), o reduto de Taquaruçu começou a formar-se no dia 1º dia de dezembro de 1913, “em poucos dias, nas vizinhanças de uma igreja lá existente, foram erguidas algumas centenas de casas, feitas de tábuas rústicas de pinheiros, dispostas proximamente de modo a formar ruelas. Uma semana depois, já se podia contar 300 moradores – entre homens, mulheres e crianças – na ‘cidade santa’. E diariamente chegavam mais caboclos: famílias inteiras traziam mantimentos e seus parques haveres (galinhas, porcos, vacas, cavalos, etc). A autora também destaca que no reduto não se passava fome “[...] havia fartura. [...]. Alguns caboclos cultivavam alimentos em quintais, havia um relativo estoque de animais no interior da própria cidade santa. Tudo era repartido entre todos” (AURAS, 2011, p. 77).

¹⁰ “Era 8 de fevereiro de 1914. Durante o dia, os canhões lançaram sobre o reduto 175 tiros de granadas explosivas, tipo *schrappnell*. Os homens do reduto correram para as trincheiras cavadas aquém das casas, mas não podiam por a cabeça para fora sem que fossem alvejados pelas metralhadoras. Os obuses destruíam e incendiavam as casas de madeira, matando as crianças e mulheres que lá se encontravam. Conta um soldado de artilharia: “havia uma igreja a qual desmoronou, queimou, se aniquilou sob o bombardeio, arrastando, queimando, exterminando consigo toda a gente que dentro estava. Gritavam estes: santo José Maria, santo José Maria, até perecer” (VINHAS de QUEIRÓZ, 1966, p. 142).

¹¹ Vinhas de Queiróz (1966, p. 155-156), assinala que um preceito ético regia as relações no reduto de Caraguatá, trata-se do ditado “quem tem, mói; quem não tem, mói também, e no fim todos ficarão iguais”. Significa que os bens possuídos por todos eram postos em comum; quem possuía gado e lavouras, tudo entregava ao consumo geral; quem possuía dinheiro, contribuía com o que pudesse dispor; quem nada possuía, de tudo poderia participar também. Auras (2011, p. 87) destaca que a prática igualitária representava a antítese do mundo anterior, “a vida no reduto transcorria em clima de festa. Todos os bens que os caboclos possuíam [...] eram desfrutados em comum, tudo era repartido entre todos. Nada era vendido, sendo esta prática expressamente proibida pela irmandade [...]. Está claro que, para a quase totalidade dos fiéis, viver no reduto era bem melhor que viver fora dele”. A autora sinaliza que em pouco tempo o reduto de Caraguatá contava com 800 moradores.

¹² Para Auras (2001), o terreno do reduto não permitiu o uso de canhões e metralhadores, outro fato que possibilitou a vitória cabocla, foi o fato destes conhecerem o local além de serem hábeis manuseadores de facões e espadas, os caboclos atraíram “as tropas para gargantas cobertas de matas, onde facilmente são relegadas à condição de inferioridade, por a densa vegetação dificulta em muito o uso das carabinas” (AURAS, 2001, p. 91), morreram 26 soldados, 21 ficaram feridos e 3 foram considerados extraviados.

¹³ Localizava-se no vale do Timbozinho, “este reduto chegou a ter 500 casas e cerca de 2.000 caboclos” (AURAS, 2011, p. 03)

Antônio (entre os dias 16 e 18), quando, caboclos e caboclas, evitaram o confronto direto e simularam dispersar. A partir desse momento, o capitão Matos Costa, assume o comando das forças do exército, e tenta, sem sucesso, convencer, caboclos e caboclas, a entregar as armas com intuito de pôr fim ao conflito. Em 05 de setembro, os caboclos incendeiam as instalações da *Lumber*, em Calmon, no dia 06, destroem a localidade de São João dos Pobres e a estação de Nova Galícia, nesse mesmo dia atacaram o trem que levava Matos Costa¹⁴ e mataram o capitão próximo à estação de São João dos Pobres¹⁵.

As instalações da *Lumber* em Calmon estiveram diretamente envolvidas nos acontecimentos da Guerra do Contestado. Em 5 de setembro de 1914, a serraria foi atacada e destruída pelos caboclos. Vinhas de Queiróz (1966, p. 190-191), diz que “só foram poupadas as mulheres e as crianças. Incendiaram a serraria da *Lumber*, os depósitos de madeira e demais casas da companhia norte-americana, bem como, a estação ferroviária”.

A grande serraria da *Lumber* ardeu totalmente. Os grandes empilhamentos de pinho já beneficiado, abrangendo uma área enorme, em poucas horas se transformaram em cinzeiros esparsos. Os galões dos maquinismos, no dia imediato, eram esteios carbonizados em meio de vasta praça onde as engrenagens, contorcidas pelo calor do fogaréu, se destacavam como esqueletos de engenhos mecânicos. Em meio de tanta ignomínia, os corpos inertes das vítimas ficaram expostos aos porcos famintos, cujos donos haviam fugido ou tombado indefesos (PEIXOTO, 1995, p. 158).

Junto ao ataque à *Lumber* várias fazendas pertencentes, sobretudo a coronéis com ligação ao grupo de Percival Farquhar foram assaltadas. A serraria só foi reconstruída um ano depois, quando voltou a explorar e exportar a madeira dos imensos pinheirais.

Dada a organização cabocla, que possibilitou a vitória, por algumas vezes, diante do poderoso Exército nacional, este, precisou repensar as estratégias. Parafraseando Thomé (1983), Fraga (2006) assim se refere às estratégias do Exército que foram responsáveis pelo massacre do Contestado.

¹⁴ Vinhas de Queiroz (1966), relata que João Teixeira de Matos Costas assumiu o comando do exército no Contestado por pouco mais de três meses. Quando chega ao Contestado e conhece os caboclos e coronéis da região passa a simpatizar com a causa cabocla. Em agosto de 1914 viaja ao Rio de Janeiro com o intuito de relatar ao governo o que acontecia no Contestado. Visita redutos e tentava convencer os caboclos a se dispersarem. Em certa vez, conforme Peixoto (1995, p. 78), declarou “a revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança. A questão do Contestado se desfaz com um pouco de instrução e o suficiente de justiça, como um duplo produto que ela é da violência que revolta e da ignorância que não outro meio de defender seu dinheiro”.

¹⁵ Conforme Fraga (2013), a partir de 15 de setembro de 1917, sob a condição de distrito de Porto União, a antiga São João dos Pobres passa a levar o nome do capitão assassinado.

Em outubro de 1914, estavam reunidos no Contestado 7.199 homens constituindo as forças regulares de 6.408 soldados do Exército, 465 policiais de Santa Catarina, 26 policiais do Paraná, e mais 300 vaqueanos civis, contratados, *divididos em quatro poderosas colunas* – Linha Norte, com sede em Rio Negro e ação em Canoinhas, Barreiro e Poço Preto; Linha Oeste, com sede em União da Vitória e destacamentos em Legru, São João, Calmon, Rio Caçador e Herval; Linha Sul, de comando não designado, atuando em Campos Novos, Passa-Dois e Curitiba; e a Linha Leste, guarnecendo Papanduva e Itaiópolis. A Tática Militar foi cercar os camponeses numa região menor, e nela ir penetrando, ainda que lentamente, descobrindo e exterminando os revoltosos, esgotados os últimos apelos de rendição. Até o final do ano, os combates sucederam-se diariamente em toda a zona de guerra. Aos poucos, o cerco foi sendo apertado quando sitiados, sertanejos começaram a sentir falta de alimentos e de munições, e ainda, com doenças e sem condições físicas, muitos se renderam às tropas federais, diante da promessa de anistia e titulação de terras (FRAGA, 2006, p. 86-87).

Enquanto elemento fundamental para o desenrolar da guerra, Machado (2011), refere-se a falta de alimentos nos redutos e, aponta a fome, como um dos impactos gerados pelo conflito no planalto catarinense.

Embora muitos depoimentos confirmem a existência de criações e lavouras trabalhadas pelos moradores dos redutos, a rapidez da guerra, o cerco militar e a crescente população desses povoados impedia uma autossuficiência alimentar e reclamava por outras soluções. [...] A memória da fome é particularmente impactante ao longo do período da guerra, já que, nessa região, embora a população de peões, agregados e posseiros fosse muito pobre, viviam, antes da guerra, num regime alimentar razoavelmente farto. Até mesmo no planalto, uma região típica de expansão da pecuária extensiva, havia grande número de roças de milho, feijão e mandioca. Os pobres também eram pequenos criadores, tanto de gado vacum como de suínos e aves (MACHADO, 2011, p. 181).

Em 08 de fevereiro de 1915, é promovido o primeiro ataque no Vale de Santa Maria sem obter grande sucesso, redutos menores foram atacados (Timbó e Caçador). Porém, foi no dia 03 de abril de 1915, que as tropas entraram no reduto de Santa Maria (que se estendia por quinze quilômetros na mata). “Ali, as lutas terminaram na manhã do dia 5, quando seis mil casas foram incendiadas, depois de mortos aproximadamente 600 caboclos, sem contar mulheres e crianças¹⁶” (THOMÉ, 1992, p. 99).

Após o Massacre em Santa Maria, o Exército desfaz as colunas de combate e deixa pequenos destacamentos no Contestado com o objetivo de conter o surgimento

¹⁶ O número de mortes no reduto de Santa Maria até hoje é incerto, e assim permanecerá. Como é possível em um reduto com 6.000 casas serem contabilizados apenas 600 corpos? Mesmo sem saber quantos caboclos e quantas caboclas, homens, mulheres e crianças foram assassinados naquele 03 de abril de 1915 nada apagará o horror de uma nação que mata seu povo.

de novos redutos e de varrer daquela terra os caboclos e as caboclas que não tivessem sido mortos.

Nessa época, registrou-se a fase mais sangrenta da Guerra do Contestado, quando as forças policiais, em nome da lei e para imporem a ordem a qualquer custo, “limparam” a região abaixo de Santa Maria, quando os “bandidos”, remanescentes dos redutos “jagunços”, foram caçados em Butiá Verde, Liberata, Campo da Dúvida, Perdiz Grande, Taboão, Bahia, Perdizinha, Fazenda Roseira, Campina Velha e outros locais do Alto Vale do rio do Peixe (FRAGA, 2005, p. 254).

Até dezembro de 1915 ocorreram uma série de ataques a redutos menores, até tudo ser destruído. “A destruição do último reduto não foi diferente dos anteriores. Cadáveres de homens, mulheres e crianças estavam espalhados por toda parte” (VALENTINI, 2003, p. 106).

A assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, em 20 de outubro de 1916, pôs fim, ao litígio político-administrativo entre as unidades federadas e marca, oficialmente, o fim da Guerra do Contestado. Contudo, ao passo que o Exército e a imprensa se retiram da região, os coronéis de ambos os estados se armam para tornar, 1917, o ano da limpeza.

Porém, no que concerne à repercussão da Guerra do Contestado sobre o espaço agrário regional, faz-se importante lembrar que o ano de 1917 é tido historicamente como o ano da “limpeza” das terras que estavam sob domínio da *Lumber* e dos coronéis. A saída da imprensa da área do conflito fez com que os estados litigantes, representados pelos coronéis latifundiários, contratassem a mão-de-obra (quase 2.000 milicianos) que procederia a expulsão (e assassinato), e juntamente com o corpo de segurança da *Lumber* (200 homens aproximadamente) faria o papel de “limpeza”, por meio da morte e destituição do direito de propriedade dos posseiros (FRAGA, 2005, p. 255).

Não é possível precisar quantos caboclos e quantas caboclas foram mortos/mortas, seja, pelas forças oficiais¹⁷ do Exército brasileiro, do Corpo de Segurança da *Lumber*, ou ainda pela força dos coronéis locais. Foram quatro anos de Guerra declarada, porém o pós-guerra, sobretudo, no ano de 1917, registrou o genocídio de caboclos e caboclas que haviam fugido da morte nos quatro anos anteriores, é quando “o governo federal, a pedido das autoridades estaduais, distribuiu armas entre os civis, e apoiou a ação dos vaqueanos para erradicar

¹⁷ Mas as forças oficiais aqui relatadas são muito mais que o Exército. Além da polícia, há os grupos de vaqueanos civis. Normalmente eram fazendeiros, oficiais da Guarda Nacional, que colocavam seus peões em armas para servir de guias às tropas o exército e para “limpar” determinados territórios da presença de rebeldes, no início dos conflitos. [...]. Os vaqueanos atuaram com muita intensidade ao final do conflito, conhecido como a *fase do açougue* (MACHADO, 2011, p.183).

finalmente com os rebeldes no planalto norte de Santa Catarina” (MACHADO, 2011, p. 184). Famintos, famílias inteiras, crianças, idosos e enfermos foram assassinados, queimados com grimpa e nó de pinheiro¹⁸.

Entretanto, a Guerra foi incapaz de eliminar o povo caboclo, tampouco acabou com o desejo em ter terra para o trabalho e para a vida. Na sequência discutimos os desdobramentos da madeira mercadificada, por meio do monocultivo de *Pinus* em Calmon, e apontamos que a rebeldia cabocla permanece marcando o Contestado.

Calmon: a pobreza, o *Pinus* e o sonho em ter um “pedaço de terra”

A formação territorial de Calmon está atrelada aos acontecimentos da Guerra do Contestado. O município teve uma madeireira da *Lumber* instalada na primeira década do século XX que saqueou a madeira nativa, expulsou/matou caboclos e caboclas.

A partir das décadas de 1960-1970, com o exaurimento da floresta nativa, o monocultivo de *Pinus* é introduzido, enquanto base econômica, em muitos municípios do Contestado, inclusive, em Calmon. Assim, a madeira mercadificada, continua sendo o elemento de expansão do capital no município e como consequência, traz importantes rebatimentos territoriais no que concerne a relação homem/mulher-natureza em seu devir geográfico.

Calmon, é um município do Contestado catarinense com 3.386 habitantes, dos quais 2.115 vivem na cidade, entre os censos demográficos de 2000 e 2010 ocorreu a diminuição de 804 pessoas vivendo no campo, de modo que há um acréscimo considerável da população urbana.

Consideramos que a territorialização da monocultura do *Pinus*, com mais efetividade nas últimas três ou quatro décadas, é o principal elemento para a diminuição da população rural. As terras ficam inviabilizadas por cerca de vinte anos, o *Pinus* não é rentável em pequenas propriedades, uma vez que somente com o corte raso se proporciona o retorno dos investimentos e alguma sobra financeira. Além disso, o trabalho não é constante, sendo necessário apenas em algumas etapas, como plantio, cuidados até o primeiro ano, sobretudo com a realização de roçadas e a aplicação de agrotóxicos para evitar o ataque de formigas. Passado esse período, os trabalhadores retornarão à área plantada após seis ou sete anos e depois entre os

¹⁸ Ver Vinhas de Queiroz (1966).

treze-quatorze anos para realizar os desbastes e o corte de 1/3 das árvores em cada período. Por fim, entre dezoito e vinte e dois anos, faz-se o corte raso. Retiram-se todas as árvores de *Pinus*, para em seguida, na maioria das vezes, plantá-lo novamente.

Defendemos que a uniformização do espaço provocada pelo *Pinus* e expressa na degradação da natureza e do trabalho é a principal causa da diminuição da população rural, haja vista que se inviabiliza, por exemplo, a dinâmica e a diversidade produtiva.

Em 2014, havia em Calmon, 15.690 hectares de *Pinus*, 1.030 hectares de soja, 723 hectares de milho, 112 hectares de batata-inglesa, 82 hectares de tomate, 13 hectares de tomate, 2 hectares de alho e nenhum hectare de arroz, ainda que em 1994 tivessem disso plantados 100 hectares.

Os reflexos e desdobramentos da concentração fundiária, da uniformização da paisagem pela monocultura, da terra negada a homens e mulheres para se tornarem trabalhadores pobres e disponíveis aos desígnios capital, podem ser constatados, por exemplo, nos indicadores de pobreza, analfabetismo e mortalidade infantil.

Passados 100 anos do início da maior guerra civil camponesa brasileira, como entender os altos índices de miséria na região onde se teve o desenrolar dela? Tal assertiva se baseia – e é visível – nos dados públicos emitidos por órgãos federais e estaduais, que traçam “um retrato regional” e revelam que tanto a população urbana quanto a rural apresentam baixos índices de qualidade de vida, se comparada com outras regiões desenvolvidas de Santa Catarina e do Paraná (FRAGA, 2013, p. 70).

Calmon ocupa o penúltimo lugar entre todos os municípios do estado, tem, por exemplo, o pior índice na componente renda (0,618). Condição que corrobora com nosso entendimento de que o monocultivo de *Pinus* se sustenta na degradação do trabalho, em que, a remuneração dos trabalhadores é um de seus elementos. Nossa: Júnior (2012), atestam que “a região do Contestado é um Nordeste Brasileiro encravado numa Europa. As cidades onde ocorreram os mais dramáticos combates entre militares e caboclos apresentam índices de desenvolvimento semelhantes aos dos grotões nordestinos”.

Em Calmon, de acordo com dados do Atlas Brasil (2010), o indicador de vulnerabilidade à pobreza chega a 48%, com renda média *per capita* de R\$ 157,28. O índice é crítico uma vez que a vulnerabilidade à pobreza é considerada quando a

renda *per capita* é igual ou inferior a meio salário mínimo¹⁹, ou seja, de até R\$ 255,00 para o ano de 2010.

As taxas de mortalidade infantil (18,6%) e de analfabetismo (10,84%) também revelam a condição de vida da população calmonense. Sobre a ausência de instituições oficiais no período que antecede a Guerra, Moura (2003, p. 29), lembra que “não havia escola, muito menos recursos médicos. Socorriam-se com a medicina caseira, e a religião era a tradicional. Os padres, entretanto, raramente apareciam pelos sertões”.

As crianças, no Contestado, continuam a enfrentar os desafios de viver nesse “território maldito” como se referem, Fraga; Ludka (2012). Os índices de mortalidade infantil refletem, mesmo que de modo parcial, os desdobramentos do sistema de saúde. Em muitos lugares, os médicos, assim como há um século atrás, ainda não chegaram. Em Calmon, por exemplo, não há hospital, quando ocorre a necessidade de um atendimento mais complexo ou mesmo para o nascimento de bebês, os pacientes são encaminhados para Caçador (são aproximadamente 30 km de distância entre as duas sedes municipais). No município existem três Unidades Básicas de Saúde, uma localizada no núcleo urbano e outras duas nos assentamentos de reforma agrária. Somente a unidade da cidade atende 24 horas por dia, porém no período noturno não há médico plantonista, a população é atendida por enfermeiros e técnicos de enfermagem.

O acesso à educação no Contestado é outra questão igualmente histórica. Nossa; Junior (2012), citam um trecho do relatório de Hermínio Castelo Branco (chefe da Polícia Militar na linha norte), datado de 25 de abril de 1915, que trata da ausência de escolas. “Eis aqui um ponto luminoso de todo o Contestado: a ignorância. Uma zona regularmente habitada, numa área de 30 léguas quadradas: nem uma escola, nem um livro”. (NOSSA; JUNIOR, 2012 s/p).

Calmon, entre os municípios destacados, e levando em consideração população com 15 anos ou mais, apresenta o mais elevado índice de analfabetismo. Em entrevista com a diretora da EEB – Escola de Educação Básica de Calmon, ao ser indagada sobre a evasão escolar, nos disse que aproximadamente 30% dos alunos que se matriculam nos sextos anos não concluem o ensino médio. Segundo a diretora, o abandono da escola ocorre, sobretudo por quatro motivos; falta de perspectiva, por necessidade de trabalhar, por mudança de cidade e, no caso das adolescentes, relatou

¹⁹ Ressaltamos que os dados são de 2010, quando o salário mínimo era de R\$ 510,00.

que são recorrentes os casos de gravidez, principalmente ao longo do ensino médio, o que faz com que abandonem os estudos.

Nesse sentido, Fraga; Ludka (2012) colocam que a região do Contestado, de “sertão inculto”, como era chamada, passou por um processo de desenvolvimento econômico, contudo, as condições sociais e ambientais são marcadas por grandes disparidades de toda ordem. Entretanto, defendemos que a degradação da natureza e do trabalho, imposta pela divisão territorial e social do trabalho, não permite que a população viva dignamente. Para Ludka (2016, p. 152), “ao refletir a pobreza e a fome na Região do Contestado, percebe-se que é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais atuantes naquela região”.

Ao perguntarmos aos trabalhadores os motivos da pobreza em Calmon, os entrevistados apresentam elementos que se somam ao entendimento de que a degradação da natureza e do trabalho é estruturante na conformação do Território Contestado.

Uma das questões levantadas para a pobreza no município é a retirada de madeira para ser beneficiada em outros municípios. O Trabalhador 2 ao ser indagado sobre as causas da pobreza no município nos diz:

“Não posso disse porquê. Não sei se é por causa que não tem emprego, não tem empresa quase, e a maioria das empresas tiram o material [madeira – florestas artificiais] do município e levam para outro lugar. Eles tinham que fazer, já digo um troço, pra montar, fazer as coisas dentro da cidade. Agora eles tiram a floresta daqui pra Caçador, tiram daqui pro Porto [Porto União], tiram daqui pra Santa Cecília, tiram daqui pra Lebon Régis. Aqui não fica nada. [...]. O município nosso é pobre, é verdade [...]. Não tem emprego, o pessoal se batendo [dificuldade para conseguir emprego.]” (TRABALHADOR 2, 2016).

A pilhagem do território é destacada pelo trabalhador entrevistado, possivelmente, como a causadora da condição de pobreza no município, a madeira que é plantada e retirada de Calmon para ser beneficiada nas empresas localizadas em outros municípios e a ausência da diversidade produtiva somam-se a falta de emprego para aqueles que possuem apenas a força de trabalho como forma de existência e reprodução social e biológica, condição que se configura enquanto um dos traços intrínsecos ao modelo civilizatório do capital. Não há emprego para todos, ao passo que é necessário que exista um exército de trabalhadores disponíveis às condições mais degradantes e precarizadas de trabalho.

O Trabalhador 6 também relata a falta de empresas que gerem emprego no município. Além disso, aponta a existência de terras improdutivas e daquelas

tomadas pelo *Pinus*. Os entrevistados compreendem que a homogeneização espacial e produtiva provocada pelo *Pinus* provocam a débil dinâmica do trabalho no município.

[...] pois falta indústria aí dentro desse Calmon, de prefeito trazer indústria e se virar, precisa trazer emprego, por isso que é pobre [...]. E precisa indústria, daí o Calmon véio se virá né. Ó, que nem os fazendeiros, tem uns pedaços de terra de varde [sem uso], porque não ajeita pra fazer uma fábrica, um troço, são tudo mão fechada. Quem nem lá perto do cemitério, olha lá [aponta em direção ao cemitério de Calmon], podiam fazer alguma coisa, plantaram o *Pinus* pra não dar o braço a torcer. Então não vai para frente o Calmon [...] é só *Pinus*, olha aí ó” (TRABALHADOR 6, 2016).

Para o Trabalhador 1, a concentração de terras é causadora da pobreza. Terras, segundo ele, de fazendeiros, que não produzem nada, nem *Pinus*, ou seja, se já não bastasse a degradação provocada pela monocultura, a concentração de terras agrava as condições de existência social ao impedir o acesso dos trabalhadores à terra como meio de produção e ao trabalho, primeiramente como valor de uso e posteriormente como valor de troca. Isto é, desterra-se e desterritorializa-se homens e mulheres, para, inclusive, não lhes proporcionar condições de venderem a força de trabalho. Sobre o porquê de tanta pobreza, o entrevistado nos diz:

[...] eu acho, porque tem muita fazenda aí, muito fazendeiro, daí eles não querem, já digo, arrendar os terrenos para o plantio do *Pinus*, não fazem lavoura, nem nada. Muitos, não é tudo eles. E muitos, já arrendaram os terrenos para fazer lavoura. Daí é isso aí que não vai para a frente, não cresce, não aumenta a cidade [...] Aqui perto tem bastante terreno sem plantar (TRABALHADOR 1, 2016).

A improdutividade das terras é outra marca territorial que somada à concentração fundiária são apontadas pelos entrevistados como causadoras da condição socioeconômica da população trabalhadora do município. As entrevistas reforçam o entendimento que em lugares caracterizados pela monocultura e pela concentração fundiária a produção da pobreza se mostra como condição *sine qua non* da racionalidade civilizatória do capital, ou seja, a riqueza é produzida de forma concentrada ao passo que a pobreza é distribuída socialmente, sendo assim a madeira mercadificada continua sendo no Contestado a marca territorial dos processos de desenvolvimento capitalista e, por consequência, da negação ao envolvimento dos trabalhadores e das trabalhadoras com a terra e com o território.

Ao indagar a Trabalhadora 11 se existe alguma relação entre o *Pinus* e a condição de pobreza no município, ela fala, “que nem pra nós [gera emprego] só lá pra aqueles mês [ao plantar] até ele crescer, depois já parou, até vim o corte. Até ter

o corte vai dar dinheiro pra empresa quando vendem, né, nós já não” (TRABALHADORA 11, 2017).

Reportamo-nos a contradição que permeia as entrevistas. Se os trabalhadores remetem a condição estrutural da pobreza no município à: concentração de terras, presença de terras improdutivas, inexistência de empresas e ao plantio do *Pinus* que emprega somente homens, também fazem alusão ao monocultivo de *Pinus*, como algo fundamental no município, sobretudo, pelos trabalhadores empregados. Trata-se da dialética da existência sob o sóciometabolismo do capital, reconhece-se o quão degradante é a monocultura, porém, diante da inexistência de condições que assegurem a reprodução social é preciso vender a força de trabalho, assim, no limite da condição de despossuídos dos meios de produção e ao terem a terra negada há gerações chega-se a defender que o *Pinus* é algo bom, pois ainda é o que gera emprego no município.

Assim, relata o Trabalhador 2, “eu acho que é [importante], porque dá muito emprego esse *Pinus* aí, se não essas florestas de *Pinus* não sei o que ia ser feito desse pessoal, e assim mesmo, tem bastante gente sem trabalho” (TRABALHADOR 2, 2016).

Nessa perspectiva, o Trabalhador 3 diz, “essa região, se não fosse o *Pinus* não sei o que era feito dessa gente” (TRABALHADOR 3, 2016).

Em outra entrevista o trabalhador diz, “O pinho [*Pinus*] ele é bão, porque é o serviço que tem hoje, se não é esse abençoado o pessoal ia morrer de fome, ninguém tinha serviço”. (TRABALHADOR 8, 2017).

Com a territorialização das monoculturas pela monopolização do território o desaparecimento da diversidade ocorre em diferentes esferas; epistemológica, econômica, cultural, ambiental e biológica, como podemos identificar na entrevista com Trabalhador 7, ao perguntarmos se ele considerava o *Pinus* importante para Calmon:

[...] eu não acho importante isso aí, eu plantei mas pra mim não acho nada de vantagem. [...]. Porque tirou muitos lugares pra turma morar, diminuiu bastante gente, do tempo que eu conheci aqui, minha nossa, aqui nessa redondeza eu não tenho bem certeza, mas olha algum morador saiu do lugar, hoje tem só árvore, só esses pinho [*Pinus*], isso só presta pra empresa, né, outra coisa não tem, servicinho pra gente não tem nada, na colônia [campo] não tem nada, e além disso aí estraga as água ainda, né. É ruim. [indaguei qual o tempo médio que o *Pinus* fica plantado] agora a média dele é vinte anos, parece que é o máximo dele ficar agora, né, daí tem que cortar corte raso, mas eles cortam e já plantam outro em cima, isso vem ligeiro que nossa. Que nem as firmas que tem aqui, na mão deles nunca mais vai sair, né, então eu cálculo que nunca mais vai

voltar ao normal como era preciso voltar. [Pergunto o que o entrevistado acha que precisa mudar]. Ah, tinha que mudar de diminuí. Daqui eu conheço, nasci aí né, daqui, arroteia aqui, vai lá no 30 [localidade em Caçador], lá perto do 48 [outra localidade em Caçador], de lá faz a volta vai pelo Jangada [rio] e vem e vem, vai sair em Calmon e Matos Costa, Jangada abaixo aqui é quase tudo só pinho, é pouca reserva, muito pouca reserva. Aonde que tinha uma imensidade de gente um sozinho cuida duma imensidade de terreno, só um sozinho depois que ele se formar, e agora tá vindo essas máquinas daí os empregos tirou os empregos também, né, já cortam, já carregam. Essa firma dos Rotta [empresa que ocupa as terras em torno da ferrovia na localidade de Presidente Pena] aí já tirou os empregos de muita gente aí, eles têm terreno em tudo que é canto, né (TRABALHADOR 7, 2017).

O entrevistado relata os rebatimentos do monocultivo de *Pinus* que, segundo ele, é responsável pela diminuição da população vivendo no campo, condição que corrobora com os dados sobre a dinâmica populacional do município apresentados anteriormente, diante disso, para o trabalhador, o *Pinus* só é vantajoso para a empresa, pois o caráter concentracionista provoca a migração forçada da população que vivia no campo, gera poucos postos de emprego e impacta os recursos hídricos. A dinâmica do trabalho ainda é afetada pelo processo de tecnificação que provoca a eliminação do trabalhador pela incorporação das máquinas.

A degradação da natureza e do trabalho no Contestado é responsável pela pobreza, carências e negação à diversidade que se expressam nas condições de trabalho e vida em Calmon. Condição que nos respalda a defender que somente com o rompimento desta lógica e permitindo a reunificação orgânica entre homens/mulheres e natureza, será possível construir um mundo capaz de trazer, aos trabalhadores e às trabalhadoras, sentido, dignidade e soberania. Para tanto, terra e trabalho, homem/mulher e natureza não podem fragmentar-se, não podem estar a serviço da acumulação e do poder. É preciso romper com a mercadificação da terra, do trabalho, da comida, dos sonhos e da vida.

Nessa acepção, o espírito do mundo caboclo/de um mundo livre permeia os anseios dos entrevistados no desejo em ter terra para plantar e para viver.

O Trabalhador 2 ainda recorda do período de dificuldades vivido em Timbó Grande, na década de 1970. Porém, ressalta que, gostaria de ter terra para plantar e cuidar da lavoura.

[...] eu gostaria de ter um pedaço terra pra fazer uma lavoura, pra plantar que eu gosto [...]. Mas voltar a trabalhar que nem eu trabalhava lá [Em Timbó Grande], não [...]. Mas de ter a terra eu gostaria [...]. Que nem agora aposentado, a gente vai lá e faz uma lavoura, tem tempo de estar cuidando” (TRABALHADOR 2, 2016).

O Trabalhador 6 fala da terra com muito apreço, também a relaciona com o gosto em plantar e enfatiza que se tivesse um pedaço de chão viveria somente na terra, para o entrevistado há um vínculo entre terra, trabalho e amor, assim nos diz:

Gostaria de ter um pedaço de terra [...]. Se eu tivesse um pedaço de terra para mim mesmo, meu Deus do céu. Vivia só na terra, porque eu gosto de plantar. Eu gosto de lidar. [...] Então se a gente tivesse um pedacinho de terra, nossa, a gente trabalhava como amor nas coisas, se já no que não é da gente a gente trabalha com amor, imagina no que é da gente (TRABALHADOR 6, 2016).

A Trabalhadora 11 também menciona o desejo em ter terra e relaciona com a possibilidade de criar pequenos animais, deste modo a terra seria a garantia da reprodução do modo de vida ao passo que possibilitaria, em certa medida, fugir do mundo da mercadoria, uma vez que na cidade é preciso pagar por tudo, pela moradia, pela água e pelo alimento.

[...] eu se tivesse um terreno ficava no mato, [...] se eu tivesse um alqueire de terra, uma quarta, meu Deus do céu eu tava enfiada nos mato, lá dá pra criar galinha, porco, quer fazer alguma coisa né, não precisa pagar água, a luz tem que pagar a mesma coisa né, mas aqui [na cidade] é tudo comprado, meu senhor do céu” (TRABALHADORA 11, 2017).

Outro trabalhador também fala da vontade em ter terra e vincula a terra à produção, ou melhor, como se refere o entrevistado, ao sustento permitido pela possibilidade de plantar, semear e vender, ou seja, a terra permite a produção para a alimentação e também a venda das sobras para adquirir aquilo que não é possível se produzir

Quem que não gostaria. É uma coisa que da tua produção das tuas mãos você tira o teu sustento. Uma época era assim, né, [...] o sustento era da mão da pessoa, então a gente plantava, semeava e vendia, tirava uns troquinhos, né. [...] Eu me criei no campo, plantando cenoura, batatinha, pimentão, tomate (TRABALHADOR, 14, 2017).

A Trabalhadora 12 atualmente reside num lote urbano em Calmon e já cria porcos e galinhas no fundo do seu terreno que, segundo ela, garantem parte do alimento da família, sobretudo nos momentos mais difíceis, como aquele em que apenas o marido estava trabalhando, ela se encontrava desempregada e via o aumento dos gastos com medicamentos devido alguns problemas de saúde, ao ser indagada se gostaria de ter terra para morar e trabalhar, nos diz.

Sim, eu sempre falo pra ele [marido], sempre tô falando, porque daí a gente consegue fazer as coisas né. [...] Por causa que lá a gente pode fazer uma coisa né, pode plantar um milho, pode plantar uma

mandioca, pode plantar uma batata doce, pode ir plantando o que a gente quiser, pode ter galinha, quem nem eu tenho aí [no fundo do lote], minhas galinhas tão tudo fechada aí. Pode ter uma galinha, porque daí a gente tem ovo, tem um monte de coisa. Que nem eu tenho um porquinho fechado ali, tinha quatro, tive que matar, porque aqui [na cidade] não pode ter. [...] Tenho um galinheiro de franguinho aqui, outro de galinha ali, outro lá e meu porquinho fechado [no fundo do lote]. Tem, a gente tem as coisas aí, porque eu gosto, sabe quando a gente gosta de ter as coisas. Pensa que tá faltando alguma coisa eu vô ali pego uma galinha dá pra fazer um molho. E se não tem vai fazer o que” (TRABALHADORA, 12, 2017).

Nos quintais das casas dos entrevistados na cidade de Calmon é recorrente que os trabalhadores e as trabalhadoras criem pequenos animais, cultivem a horta e algumas árvores frutíferas, condição que foi também encontrada ao chegar à casa do Trabalhador 8, numa terça-feira, por volta das 15 horas. Ao chamá-lo, vagorosamente veio caminhado do terreno que fica aos fundos da pequena casa, na mão carregava uma enxada, disse-nos que estava preparando a terra para começar o plantio da horta, era outubro e a época mais propícia para o plantio se aproximava. Recebeu-nos de forma muito atenciosa, foi quando perguntei se ele gostava de trabalhar na terra, de cultivar a horta, prontamente nos disse.

Me criei nessa luta e parei de trabalhar porque me deu um problema no meu braço. [...] Me dói dia e noite, mas eu não posso ficar quieto. [...] Eu planto meio de tudo no verão, agora eu tenho alface ali que eu semeei, tenho cebola, tenho alho daquele alho burro [denominação utilizada no interior de Santa Catarina], tenho pessegueiro, tenho limão, tenho capim cidro [capim-limão ou capim cidreira] que diz que é o tal do remédio bom e pra mim foi bom. [Perguntei por que ele havia tomado esse remédio], Olha, eu vou lhe contar, eu tomei por causa da bexiga [...] Eu fiz exame de sangue, fiz exame de urina, fiz exame de tudo o que foi coisa, fui em Caçador, paguei exame pra fazer e nunca me disseram nada, daí eu digo, pois eu não vô mais no posto [Unidade Básica de Saúde]. [...] Comecei a tomar remédio de casa e a senhora sabe que, pois olha, tô bem bão. Eu tomava capim, aqui eu tinha dois tipos de capim cidro, até três, um de folha e tem dois que é capim e eu misturava outras coisas, aquela tanchagem e a taquarinha e a senhora sabe que melhorei. Digo, Deus que me olhe, que não seja preciso eu ir pro médico. [Perguntei se ele gostaria de ter um pedaço maior de terra, no campo para plantar mais coisas] Ah eu gostaria, porque a gente come as coisas pura e come as coisas mais fácil, que lá não carece a gente compra, só plantar que Deus ajuda e dá” (TRABALHADOR 8, 2017).

O Trabalhador 7 é o único dos entrevistados que tem seu pedaço de terra, são aproximadamente 3 alqueires. Ao ser indagado sobre qual a importância em ter acesso à terra, o trabalhador nos disse:

Pra mim a importância é que dá pra gente viver bem sossegado, dá pra criar uns bichinhos, pra saúde da gente é outra coisa que não tem muita coisa que faz mal pra saúde, mais conservado, a gente

conserva as fontes d'água, mais limpinho, e é importante pra tirar o que vem da roça. (TRABALHADOR 7, 2017).

Nas entrevistas percebemos como o trabalho é ressignificado para os caboclos trabalhadores e as caboclas trabalhadoras de Calmon a partir da possibilidade do acesso à terra. A referência à terra, quando da menção à lavoura e ao plantio é um claro sinal de resistência às monoculturas. De igual modo, a alusão ao cuidado e ao amor exprimem a negação ao modelo civilizatório do capital. Ainda há a preocupação em produzir os alimentos de forma saudável ao passo que se promova a proteção dos recursos hídricos, algo que o *Pinus* não é capaz de garantir.

Considerações finais

A resistência cabocla é a marca do Contestado em rebeldia frente à construção hegemônica da sociedade capitalista fundamentada na degradação da natureza e do trabalho. As ações de rebeldia e resistência e, portanto, o enfrentamento à racionalidade capitalista, não se restringem aos quatro anos “oficiais” de guerra. Se, como dito, a guerra continua, a negação por tudo aquilo que à provoca também permanece.

Contudo, a realidade posta a partir das monoculturas e expressa na madeira mercadificada, na natureza e no trabalho degradados e apropriados pelo movimento sociometabólico do capital e, paradoxalmente, o desejo e sonho em ter terra, de trabalhadores e trabalhadoras descendentes dos caboclos e das caboclas que há cem anos, tiveram a terra, a floresta, a existência, o território, o trabalho e o modo de vida negados e desagregados, nos sustentam a defender que, somente a reunificação homem/mulher-natureza, através da terra, para o trabalho, para o plantio, cuidado e amor, e portanto para a vida, podem nos salvar da perversidade sistêmica que configura o Território Contestado e, particularmente, Calmon.

Deste modo, não há alternativa por dentro do modo de produção capitalista, portanto é preciso apostar e construir outra forma de sociabilidade e de existência em que o motor seja a vida e não o capital.

Assim, o município de Calmon é expressão do desenvolvimento desigual e combinado. Ao ter como base da organização econômica e social a madeira mercadificada, e portanto a degradação da natureza e do trabalho, identifica-se os interesses acumulativos dos industriais madeireiros, dos coronéis e latifundiários locais, em contrapartida, permanece a rebeldia, a (re)existência, a coragem e a

solidariedade de homens e mulheres que acreditam na construção de outra sociedade possível, em que a terra possibilite a realização/continuidade do modo de vida, do trabalho, da cultura e da existência enquanto sujeitos sociais e políticos.

Compreendemos que a luta por condições de trabalho não degradantes e precarizadas, passa, impreterivelmente, pelo retorno de homens e mulheres à terra da qual seus antepassados foram arrancados para dar lugar ao projeto de desenvolvimento capitalista, sustentado por mecanismos de controle social e materializado nos trilhos do trem, na indústria da madeira nativa, na venda de lotes aos colonos imigrantes, processos estes, precedidos pela concentração de terras e territorialização do monocultivo de *Pinus*.

Por fim, entendemos que o Contestado ao existir e se fazer em sua complexidade, é geográfico em essência. O Contestado, há um século, nos mostra os significados e desdobramentos do capital, enquanto ato hegemônico na organização do espaço e revela a bravura de sua gente, homens e mulheres, meninos e meninas, crianças e idosos que corajosamente lutaram e lutam por um outro mundo possível.

O Contestado continua a nos ensinar e a geografia tem muito a aprender com esse povo simples que segue em luta para que natureza e trabalho não se fragmentem, a fim de que a vida não se despedace.

Referências Bibliográficas

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla*. 4ª edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

AURAS, Marli. *Poder oligárquico catarinense: da Guerra dos “Fanáticos” do Contestado à “opção pelos pequenos”*. Programa de Pós-Graduação em Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991. 415p. (Tese, Doutorado em Educação). São Paulo, 1991.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. 300p. (Tese, Doutorado em História). Florianópolis, 2010.

FRAGA, Nilson Cesar. A guerra do contestado como crime contra a humanidade: o direito à terra e à vida - (in)certezas sobre o mundo caboclo. FÖETSCH, Alcimara Aparecida; GEMELLI, Diane Daniela; Buch, Helena Edilamar Ribeiro (Org.). *Geografia do Contestado: 50 anos de fazer Geográfico*. Curitiba: Íthala, 2016, p. 29-44.

FRAGA, Nilson Cesar. Contestado: A Grande Guerra Civil Brasileira. REZENDE, C. J.; TRICHES, I. *Paraná, Espaço e Memória – diversos olhares histórico-geográficos*. Curitiba: Ed. Bagozzi, 2005, p. 228-255.

FRAGA, Nilson Cesar. *Mudanças e permanências na rede viária do Contestado*: Uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. 244p. (Tese, Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Curitiba, 2006.

FRAGA, Nilson Cesar. Matos Costa, desde a São João dos Pobres, um brilhante Município Planaltino no Contestado Catarinense. *Desacato*, Florianópolis, SC, p. 1-4, outubro, 2013.

FRAGA, Nilson Cesar. Um território de invisibilidade e miséria: cem anos da maior guerra camponesa da América do Sul. In. WEHLING, Arno (Org.). *100 anos do Contestado*: memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013, p. 369-392.

FRAGA, Nilson Cesar; LUDKA, Vanessa Maria. 100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. *Anais do XII GeoCrítica*. Barcelona, Espanha: Editora da UB, v. 1. p. 1-22, 2012.

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Tradução de Sergio Faraco. – Porto Alegre: L&M, 2014.

GALLO, Ivone Cecília D'Avila. *O Contestado*: o sonho do milênio igualitário. Campinas: Editoria da Unicamp, 1999.

LUDKA, Vanessa Maria. *Contestado, a Fome e a Pobreza como Permanência da Guerra*: cenários paradoxais no sul do Brasil. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná, 2016. 222p. (Tese, Doutorado em Geografia), Curitiba, 2016.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. *Topoi*, v. 12, n. 22, jan-jun. p. 178-186, 2011.

MARÉS, Carlos Frederico. *A função social da terra*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.

MARÉS, Carlos Frederico. Terra mercadoria, terra vazia: povos, natureza e patrimônio cultural. *Insurgência*: Revista de Direitos e Movimentos Sociais, v. 1, p. 57-71, 2015.

MOURA, Margaria Maria. Campesinato, Magia, Religião e Movimento Social. In. WEHLING, Arno (Org.). *100 anos do Contestado*: memória, história e patrimônio. Florianópolis, MPSC, 2013, p. 51-70.

NOSSA, Leoncio, JUNIOR, Celso. Esquecida, região vive em clima de miséria. Meninos do Contestado, 11 de fevereiro de 2012 – *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,esquecida-regiao-ainda-vive-em-clima-de-miseria,834527>. Acesso em 15 de outubro de 2015.

OLIVEIRA, Beneval de. *Planaltos de frio e lama*: os fanáticos do Contestado, o meio, o homem a guerra, ensaio de história. Florianópolis: FFC, 1985.

PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado I, raízes da rebeldia*. Vol 3. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

THOMÉ, Nilson. *O Ciclo da madeira no Contestado*: um retrato do século XX. Curitiba: MTé Gestão em Comunicação, 2010.

THOMÉ, Nilson. *Sangue, suor e lágrimas no chão contestado*. Caçador: INCON Edições UnC, 1992.

THOMÉ, Nilson. *Trem de Ferro: a ferrovia no Contestado*. 1ª edição. Caçador: 1980.

VALENTINI, Delmir José. *Da Cidade Santa à Corte Celeste: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado*. 3ª edição. Caçador: Universidade do Contestado, 2003.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)*. – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná*. 9ª edição. Curitiba: Imprensa Oficial do paraná, 2001.

Fontes orais

TRABALHADOR 1. Entrevista realizada no dia 28 de outubro de 2016. Calmon, 2016.

TRABALHADOR 2. Entrevista realizada no dia 28 de outubro de 2016. Calmon, 2016.

TRABALHADOR 3. Entrevista realizada no dia 28 de outubro de 2016. Calmon, 2016.

TRABALHADOR 6. Entrevista realizada no dia 28 de outubro de 2016. Calmon, 2016.

TRABALHADOR 7. Entrevista realizada no dia 01 de outubro de 2017. Calmon, 2017.

TRABALHADOR 8. Entrevista realizada no dia 05 de outubro de 2017. Calmon, 2017.

TRABALHADORA 11. Entrevista realizada no dia 03 de outubro de 2017. Calmon, 2017.

TRABALHADORA 12. Entrevista realizada no dia 03 de outubro de 2017. Calmon, 2017.

TRABALHADOR 13. Entrevista realizada no dia 03 de outubro de 2017. Calmon, 2017.

Submetido em: 20 de maio de 2018.

Devolvido em: 06 de maio de 2019.

Aprovado em: 11 de maio de 2019.

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM
GEOGRAFIA: QUESTÕES
CURRICULARES E ANTAGONISMOS
NA CONSTRUÇÃO DO SABER
GEOGRÁFICO DOCENTE EM
FORMAÇÃO**

*SUPERVISED INTERNSHIP IN
GEOGRAPHY: CURRICULAR QUESTIONS
AND ANTAGONISMS IN THE
CONSTRUCTION OF GEOGRAPHIC
TEACHER KNOWLEDGE IN FORMATION*

*PASANTÍA SUPERVISADA EN
GEOGRAFÍA: CUESTIONES
CURRICULARES Y ANTAGONISMOS EN LA
CONSTRUCCIÓN DEL SABER GEOGRÁFICO
DOCENTE EN FORMACIÓN*

IVANEIDE SILVA DOS SANTOS

Departamento de Ciências Humanas –
Universidade do Estado da Bahia (UNED),
Jacobina/BA.

E-mail: ivaneide-uneb5@hotmail.com

RAFAEL STRAFORINI

Departamento de Geografia– Universidade
Estadual de Campinas (UNICAMP),
Campinas/SP.

E-mail: rafaelstrafo@yahoo.com.br

Resumo: O artigo discute a importância do Estágio Supervisionado no processo de construção e significação do saber geográfico nos cursos de licenciatura em Geografia. O trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado que tem como problemática a dificuldade dos estagiários em trabalharem conteúdos que não fazem parte dos conhecimentos geográficos construídos ao longo do curso de graduação em Geografia nas atividades de regências desenvolvidas nos Estágios Supervisionados. O *lócus* da investigação é um dos cursos de licenciatura em Geografia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). A pesquisa conta com os pressupostos teórico-metodológicos da Teoria do Discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2004), que trata da compreensão do social por ordens discursivas. Os resultados revelam que o Estágio Supervisionado em Geografia é colocado num jogo de disputas por hegemonia discursiva no currículo dos cursos, em uma rede articulatória de cadeias de diferenças e equivalências.

Palavras-chave: estágio supervisionado, geografia, práticas discursivas, conhecimentos escolares/acadêmicos, saberes docentes.

Abstract: The article discusses the importance of Supervised Internship in the process of construction and signification of geographic knowledge in undergraduate courses in Geography. The work is part of a doctorate research that has as problematic the difficulty of the trainees in working contents that are not part of the geographic knowledge constructed during the course of graduation in Geography in the activities of regencies developed in the Supervised Stages. The locus of research is one of the undergraduate courses in Geography of the State University of Bahia (UNEB). The research has the theoretical-methodological assumptions of the Discourse Theory developed by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe (2004), which deals with the understanding of the social by discursive orders. The results show that the Supervised Internship in Geography is placed in a discursive game of discursive hegemony in the curriculum of the courses, in an articulatory network of chains of differences and equivalences.

Keywords: supervised internship, geography, discursive practices, school / academic knowledge, teacher knowledge.

Resumen: El artículo discute la importancia de la Etapa Supervisada en el proceso de construcción y significación del saber geográfico en los cursos de licenciatura en Geografía. El trabajo es parte de una investigación de doctorado que tiene como problemática la dificultad de los pasantes en trabajar contenidos que no forman parte de los conocimientos geográficos construidos a lo largo del curso de graduación en Geografía en las actividades de regencias desarrolladas en las Etapas Supervisadas. El locus de la investigación es uno de los cursos de licenciatura en Geografía de la Universidad del Estado de Bahía (UNEB). La investigación cuenta con los presupuestos teórico-metodológicos de la Teoría del Discurso desarrollada por Ernesto Laclau y Chantal Mouffe (2004), que trata de la comprensión de lo social por órdenes discursivos. Los resultados revelan que la Etapa Supervisada en Geografía es colocada en un juego de disputas por hegemonía discursiva en el currículo de los cursos, en una red articuladora de cadenas de diferencias y equivalencias.

Palabras clave: etapa supervisada, geografía, prácticas discursivas, conocimientos escolares / académicos, saberes docentes.

Introdução

No contexto das reformas educacionais ocorridas no Brasil nos últimos anos, os debates sobre o Estágio Supervisionado, enquanto componente curricular obrigatório nos cursos de licenciatura, têm empreendido várias discussões e novos sentidos discursivos quanto às suas contribuições no processo de mediação e significação de saberes necessários à atuação docente na Educação Básica. O Estágio Supervisionado tem apresentado aspectos indispensáveis à construção do ser profissional docente, sobretudo com a ampliação da carga horária para 400 horas assumidas nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos, estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 02 de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em Nível Superior, e Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Entretanto, mesmo com as alterações expressivas na configuração e estrutura do Estágio Supervisionado nos currículos de muitos cursos de licenciatura que objetivam fortalecer a articulação dos conhecimentos científicos-culturais, pedagógicos, acadêmicos e escolares, bem como ampliar a reflexão sobre o papel do professor na Educação Básica e a potencialização da *práxis* docente, ainda vemos alunos estagiários com dificuldades em construir seus saberes-fazeres docentes a partir dos desafios de ensinar-aprender que a prática social lhes coloca no cotidiano da profissão. Ao se depararem

com as ações propostas pelo Estágio como: contato direto na escola para a realização da observação, coparticipação em salas de aula, elaboração de projeto de intervenção, planejamento e, por fim a regência, os alunos afirmam que sentem dificuldades em realizar tais tarefas, principalmente porque alguns conteúdos escolares trabalhados nos ensinos fundamental e médio não foram ensinados nas disciplinas específicas do campo geográfico do curso de graduação.

Esta problemática está presente em um dos cursos de licenciatura em Geografia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campo de pesquisa desta investigação. Para a efetivação do estudo elencamos a seguinte questão-problema? Como os Estágios Supervisionados atuam no processo de potencialização da *práxis*, mediação e significação dos conhecimentos acadêmicos e escolares frente aos antagonismos presentes na construção do saber geográfico docente em formação?

O trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado¹ que investigou os antagonismos na construção do saber geográfico docente em formação, diante da dificuldade dos estagiários em trabalharem conteúdos da Geografia escolar em suas regências de estágio e que não fazem parte dos conhecimentos geográficos construídos/potencializados ao longo do curso de graduação.

A metodologia utilizada é de abordagem qualitativa, com realização de grupo focal com 20 alunos dos quatro componentes curriculares de Estágio Supervisionado, estabelecidas pelo Regimento Setorial de Estágio do curso de Geografia da UNEB em questão, entre os anos de 2017 e 2018, sendo um grupo para cada

¹ A pesquisa está vinculada ao Núcleo de Estudos Geográficos (NEG-UNEB) e ao Ateliê de Pesquisas e Práticas em Ensino de Geografia (APEGEO-Unicamp).

componente curricular; aplicação de entrevistas com 4 alunos egressos do curso e 3 professores que ministram este componente curricular; observação direta em uma turma que cursou todos os componentes de Estágio Supervisionado no período de 2017 a 2018 e análise de documentos tais como: currículo do curso de licenciatura em Geografia da UNEB, Resoluções e demais legislações que normatizam e regulamentam os cursos de formação de professores.

A Teoria do Discurso fundamentada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2004), é utilizada como pressuposto teórico-metodológico, à luz de uma abordagem pós-estruturalista, por considerarmos que se trata de uma ferramenta teórica de compreensão do social por ordens discursivas, que ocorrem por meio de diferentes demandas e disputas por significações que não são preexistentes e fixas, mas sempre provisórias e contingentes.

Procuramos organizar nossos argumentos em três seções. Na primeira seção, apresentamos as demandas da formação docente nos cursos de licenciatura em Geografia e o papel do Estágio na organização curricular dos cursos, aproximando o discurso com a teoria de Laclau e Mouffe. A seguir, trazemos para o debate as práticas discursivas sobre o currículo de licenciatura em Geografia da UNEB, a partir dos resultados da pesquisa de campo. Na terceira seção a discussão centra-se no Estágio Supervisionado na licenciatura em Geografia da UNEB e a construção do saber geográfico docente em formação, com enfoque nos saberes docentes propostos por Tardif (2014), Pimenta (2009), Cavalcanti (2012) e Shulman (1986), bem como a relação da Geografia acadêmica e escolar para a construção do saber geográfico docente em formação.

Demandas curriculares na licenciatura em Geografia e o Estágio Supervisionado: aproximações com a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe

Articular um estudo no campo da educação - especificamente a formação do professor de Geografia e as questões curriculares - com a Teoria do Discurso formulada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2004) e Laclau (2005; 2011) é tarefa necessária, pois nos permite olhar para estas temáticas com outras lentes teórico-metodológicas, o que não significa desconsiderar as contribuições dos demais enfoques, mas assumir a condição de revisitar o estudo sob outras bases. As curriculistas Lopes e Macedo (2011) sinalizam o desenvolvimento de estudos baseados na Teoria do Discurso por alguns poucos grupos de pesquisas de diferentes universidades brasileiras, com destaque para aqueles que pesquisam as políticas de currículo, cultura escolar, diferença e formação de professor, sobretudo a partir da década de 1990, período de grande mudança no cenário político e educacional no Brasil, tendo como proeminência as investigações de estudos pós-críticos, com abordagens pós-marxistas e pós-estruturalistas. Esses grupos de pesquisa têm buscado ampliar as discussões nos últimos anos, especialmente referente às relações entre Teoria do Discurso e teoria do currículo. (LOPES; MENDONÇA, 2015).

Considerando que discurso e poder são as categorias centrais da teoria proposta por Laclau e Mouffe (2004, p. 152; 2015), utilizadas para enfatizar que toda configuração social é significativa e construída por ordens discursivas, logo, todo objeto é estabelecido como objeto do discurso, sendo este “[...] constituído como uma tentativa de dominar o campo da discursividade, para deter o fluxo de diferenças, para constituir um centro [ou um discurso

hegemônico]. Os pontos discursivos privilegiados desta fixação parcial serão chamados de pontos nodais”. O discurso é formado por recursos linguísticos, extralinguísticos e práticas articulatórias antagônicas e de contingência das identidades, as quais não possuem caráter fixo nem se constituem plenamente, uma vez que são relacionais.

Esse campo relacional, de incompletude e da incerteza da construção do social é trabalhado à luz do pensamento pós-estruturalista por considerar que o significado não é pré-existente e imutável, mas cultural, histórico, contingente e produzido social e discursivamente. (MARCHART, 2014; MENDONÇA; RODRIGUES, 2014). Para Peters (2000, p. 28), o pós-estruturalismo pode ser considerado como “[...] um modo de pensamento, um estilo de filosofar e uma forma de escrita, embora o termo não deva ser utilizado para dar qualquer ideia de homogeneidade, singularidade ou unidade”. Segundo o autor, o pós-estruturalismo é um movimento de pensamento complexo e interdisciplinar, apresentando-se por meio de muitas e diferentes correntes e pensadores que concebem o sujeito em termos relacionais.

Assim, apoiados neste projeto teórico de Laclau e Mouffe (2004; 2015) e nos estudos curriculares de Lopes e Macedo (2011), é oportuno afirmar que o currículo, seja ele, formal, vivido ou oculto, escrito, falado ou velado, é uma produção cultural, uma prática social de poder e de significação de caráter relacional; um discurso que constrói e enuncia sentidos que são disputados hegemonicamente no campo da discursividade, e estes sentidos discursivos são sempre parciais, híbridos e localizados historicamente, incapazes de produzir identidades monolíticas. Straforini (2016, p. 170) acrescenta que “[...] no jogo dos contextos de influência, de produção e de práticas

curriculares há sempre negociações e disputas que estabilizam certos discursos ou os colocam em mudanças, mas sempre numa condição provisória”.

Neste campo de negociações e disputas discursivas do que é currículo e formação docente, as propostas curriculares contemporâneas para a licenciatura em Geografia, assim como para as demais licenciaturas, são permeadas por uma pluralidade de demandas. Conforme apontado por Laclau (2005), toda demanda apresenta reivindicações ou um pedido a uma determinada ordem estabelecida para resolver um determinado problema, estando situada dentro e fora desta ordem, a qual não pode absorver a demanda totalmente e, portanto, não consegue constituir-se a si mesma com uma totalidade coerente.

Segundo Laclau (2005), o termo *demanda* é ambíguo e este movimento contraditório e confuso implica as diversas formas de articulação entre a lógica da diferença e da equivalência. Temos aqui a impossibilidade de fixar a unidade de uma formação social. Trazendo o debate para as questões curriculares, nos cursos de formação de professores, neste caso em Geografia, essas demandas são deslocadas, articuladas com outras demandas particulares numa cadeia de equivalências, mobilizando e tensionando o jogo político e hegemônico do que é validado como currículo e o que é necessário para a construção do saber geográfico a ser ensinado na Educação Básica. Assim, outras propostas curriculares vão emergindo, numa fixação parcial e contingente de sentidos.

Nesse sentido, a formação docente se constitui como um campo de articulação discursiva e de disputas no processo de fixação de um discurso hegemônico a partir dos conhecimentos a serem considerados como os conhecimentos validados ou os mais

importantes pelos alunos em formação. Essa articulação se dá no confronto com práticas articulatórias entre cadeias de diferenças e cadeias de equivalências em relação a um dado exterior constitutivo antagônico, e as fronteiras que a separam e que nunca se estabilizam. (LACLAU; MOUFFE, 2004).

Esse exterior constitutivo é denominado por Laclau e Mouffe (2004) de antagonismo, o qual é constituído numa relação antagônica entre identidades sociais incompletas. De acordo com Mendonça e Rodrigues (2014, p. 51), o antagonismo é entendido como “[...] a impossibilidade da constituição de um sentido objetivo ou finalístico de toda lógica discursiva”, uma construção parcial de sentido social numa instância inteiramente negativa. Para Marchart (2014, p. 11) o antagonismo explica “[...] o processo pelo qual o social, que é o reino das diferenças discursivas, torna-se homogeneizado em uma cadeia de equivalências *vis-à-vis* com um exterior puramente negativo [...]”. Desta forma, sendo o currículo uma prática social impossível de se fechar num sentido único e finalístico, no âmbito do curso de formação de professores, neste caso em Geografia, existem práticas articulatórias antagônicas em disputas hegemônicas de significação de saberes, estando o Estágio Supervisionado no fronte destas disputas, no que concerne à mediação e significação de conhecimentos acadêmicos e escolares para a construção do saber geográfico docente em formação.

Vale destacar que não devemos confundir os antagonismos com contradições, pois “[...] Todos participamos de uma série de sistemas de crenças que são contraditórios entre si, no entanto, nenhum antagonismo surge destas contradições” (LACLAU; MOUFFE, 2004, p. 167). Do mesmo modo, um antagonismo não pode ser uma oposição real, não é uma relação objetiva entre objetos

conceituais e reais, mas uma relação que apresenta o limite da objetividade ou da constituição plena das identidades. O antagônico é sempre um discurso exterior que ameaça a constituição do discurso interior, sendo ao mesmo tempo a própria condição da existência do interior, ou seja, a possibilidade da própria constituição discursiva (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014).

Portanto, a relação antagônica estabelecida no âmbito do currículo do curso de licenciatura em Geografia da UNEB, assim como outros cursos de licenciatura, corresponde à provisoriedade discursiva, à relação exterior/interior de discursos contingentes e incompletos na produção de sentidos de quais conhecimentos são necessários para a construção do saber geográfico docente em formação.

Ao discutir as especificidades do Estágio Supervisionado na universidade, indagações e afirmações são feitas constantemente aos professores supervisores, tanto pelos alunos que já possuem experiência em sala de aula, quanto por aqueles que não são professores. Dentre elas é possível destacar: i) *“Como fazer para aproximar nossa teoria à prática da sala de aula?”*; ii) *“Não estamos preparados para dar aulas!”*; iii) *“Na prática a teoria é outra”*; iv) *“Como adequar nossos conhecimentos à realidade dos alunos?”*; v) *“Não tenho segurança para ensinar este conteúdo”*; vi) *“Não tenho domínio de conteúdo da Geografia escolar”*; vii) ***“Não vi este conteúdo que irei trabalhar no estágio durante o curso de Licenciatura em Geografia!”*** Essas indagações e afirmações são consideradas em nosso estudo como enunciados discursivos que problematizam o sentido hegemônico de saberes necessários para a atuação docente, bem como dos componentes curriculares acadêmicos considerados como “mais importantes” no processo de formação do professor.

Nestas indagações dos alunos estagiários as demandas curriculares e de formação docente tornam-se evidentes, dentre elas podemos destacar a inquietude destes acadêmicos pela busca por significação de como relacionar a teoria e a prática em suas regências de estágio, como operacionalizar a recontextualização dos conteúdos acadêmicos com a realidade dos alunos da Educação Básica, a falta de potencialização de conteúdos da Geografia escolar no curso de formação, a falta de articulação entre os componentes curriculares de conteúdo específico e os de caráter didático-pedagógico no curso, entre outras demandas que foram enunciadas durante as observações na turma de Estágio Supervisionado, selecionada para participar da pesquisa.

Por conseguinte, as dificuldades e demandas dos alunos estagiários, vivenciadas tanto no âmbito do curso de formação quanto no cotidiano escolar, numa articulação equivalencial, revelam uma construção parcial de fundamentação teórica construída no âmbito do curso, limitando o diálogo e a intervenção na realidade escolar. Assim sendo, o Estágio Supervisionado em Geografia revela-se como um espaço-tempo em que se institui o corte antagônico entre os conhecimentos acadêmicos e pedagógicos, que são pouco articulados entre si e desconhecidos por parte dos alunos. É nesse corte antagônico que defendemos a potência do Estágio Supervisionado no processo de formação docente, pois é nele que se estabelece o momento de construção e tensionamento de saberes e de conhecimentos teóricos para potencialização da *práxis* docente. No caso da licenciatura em Geografia, este componente curricular também favorece ao licenciando uma maior compreensão da realidade espacial e as múltiplas interações entre a sociedade e a

natureza, bem como as práticas discursivas que produzem sentidos do que é ser professor de Geografia na Educação Básica.

Sabemos que a oferta da carga horária de Estágio curricular Supervisionado e sua operacionalização ocorre de maneira diferente nos currículos dos cursos de formação de professores da Educação Básica do país, sendo distribuída geralmente em modalidades (observação, intervenção em espaços educativos não escolares e regência nas escolas) e componentes curriculares, e que existem diferentes demandas em cada etapa que promovem distintas significações por parte dos alunos estagiários, por isto na próxima seção, trataremos desta questão, tomando como base a realidade do curso de licenciatura em Geografia da UNEB.

Práticas discursivas sobre o currículo de licenciatura em Geografia da UNEB

A Universidade do Estado da Bahia – UNEB, é considerada uma das maiores universidades públicas do estado da Bahia, com sede na cidade de Salvador, onde também está instalado o Campus I e a Administração Central. Conforme o Regimento Geral² desta instituição, em seu Artigo 1º, a mesma foi criada no ano de 1983, reconhecida pela Portaria Ministerial n.º 909, de 31/07/1995, e reestruturada pela Lei Estadual n.º 7176, de 10/09/1997, sendo vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia. É uma instituição autárquica de regime especial, de ensino, pesquisa e extensão, organizada sob o modelo *multicampi* e multirregional, instalada em municípios de médio e grande porte e administrada de forma descentralizada. A UNEB possui atualmente 24 *campi*,

² O Regimento Geral da UNEB foi aprovado pela Resolução CONSU nº 864/2011 (D.O.E. 19 /20-11-2011), homologada pelo Decreto nº 13.664, de 07-02-2012 (D.O.E. 08-02-2012).

compostos por 29 Departamentos, distribuídos geograficamente por todo o território baiano.

Os municípios que possuem *campi* que ofertam os cursos de licenciatura em Geografia, em diferentes regiões do Estado, são: Jacobina (Campus IV), Santo Antônio de Jesus (Campus V), Caetité (Campus VI) e Serrinha (Campus XI). Estes *campi* correspondem aos Departamentos de Educação e Ciências Humanas. Todavia, para a realização da pesquisa foi selecionado apenas um curso³ de um destes *campi*, em virtude de um amplo acesso às informações, assim como as especificidades nas demandas de Estágio Supervisionado na realidade em estudo.

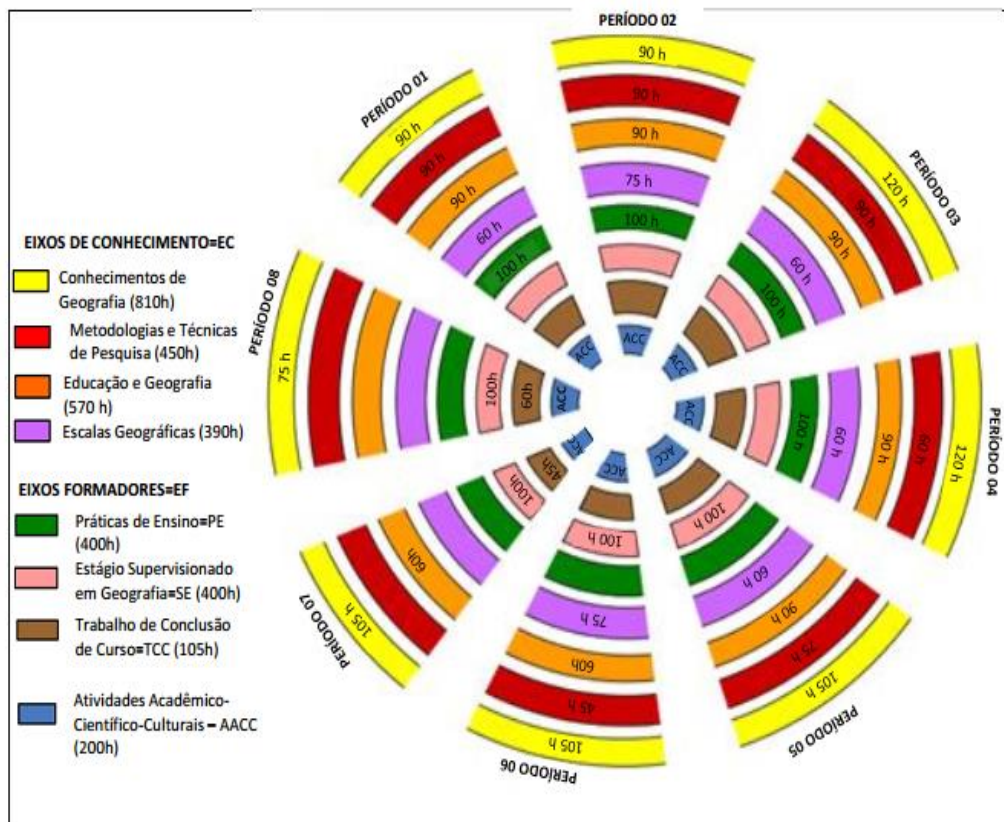
Quanto ao currículo do curso de licenciatura em Geografia em estudo, o mesmo atende às exigências legais estabelecidas pelas Resoluções CNE/CP nº 1 e nº 2/2002. O curso assumiu uma nova configuração na sua organização curricular, aprovada através da Resolução do Conselho Universitário - CONSU 269/2004. O currículo anterior entrou em um processo gradativo de substituição e um novo currículo passou a vigorar a partir do primeiro semestre de 2004 Conforme o seu Projeto de Renovação de Reconhecimento, o curso possui uma carga horária total de 3.325 horas e uma proposta de ensino com disciplinas não lineares, mas de caráter circular, organizadas em dois conjuntos de eixos temáticos, denominados de “Eixos de Conhecimento”, correspondendo àqueles que fundamentam e orientam a formação docente, como os epistemológicos do campo de conhecimento, os da Geografia física e

³ A intenção de não identificar o referido curso é a de preservar a identidade dos participantes, conforme a Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012, que trata de pesquisas que envolvem seres humanos.

humana, Educação e Geografia, bem como temáticas emergentes na Geografia, como estudos de gênero e espacialidade. O segundo conjunto é composto pelos “Eixos Formadores”, que são os que contemplam as dimensões básicas de formação, pelas quais o aluno deve desenvolver suas habilidades e competências para o exercício profissional, no caso a Licenciatura em Geografia⁴. Estes conjuntos de eixos estão divididos em sub eixos que se articulam e integram saberes, conforme a Figura 1 a seguir, que apresenta o fluxograma atual do curso de Geografia com a distribuição dos eixos e componentes curriculares nos respectivos semestres propostos para a integração curricular em quatro anos.

Figura 1: Fluxograma do curso de Licenciatura em Geografia-UNEB.

⁴ No campus estudado o curso de Geografia não possui bacharelado.



Fonte: Projeto de Renovação de Reconhecimento do curso de licenciatura em Geografia – UNEB (vigência 2004-2009) Adaptação: Os autores, 2017.

Conforme a Figura 1, o conjunto de Eixos de Conhecimento é constituído por quatro sub eixos com componentes curriculares distribuídos em vários semestres, apresentando uma carga horária de 2.220 horas, correspondentes a 66,8% da carga horária total do curso. Já o conjunto dos Eixos Formadores ocupa um percentual de 33,2% da carga horária do curso e são distribuídos por meio de atividades (Atividade de Campo, Práticas de Ensino, Estágio Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Acadêmico-Científico-Culturais⁵) (BAHIA, 2012).

⁵ Sobre a estrutura curricular dos cursos de licenciatura em Geografia da UNEB, ver Tese de doutoramento de Nunes (2017) intitulada: "Reforma curricular em

No que se refere à estruturação da carga horária do componente curricular Estágio Supervisionado no currículo do curso de licenciatura em Geografia em questão, conforme o Projeto de Renovação de Reconhecimento do curso, a mesma está distribuída em três modalidades (observação dos espaços educativos formais e não formais, intervenção pedagógica em espaços educativos não formais e estágio de regência nas escolas), e quatro componentes curriculares, cada um com carga horária de 100 horas/aulas, ofertados nos quatro últimos semestres do curso, sendo eles: Estágio Supervisionado em Geografia I (observação), Estágio Supervisionado em Geografia II (intervenção nos espaços educativos não formais), Estágio Supervisionado em Geografia III, (regência em escolas de Ensino Fundamental II) e Estágio Supervisionado em Geografia IV (regência em Ensino Médio).

De acordo com o PPP, “[...] o currículo do curso apresenta uma [...] flexibilidade necessária para que o estudante desenvolva a sua autonomia intelectual, construa seus percursos formativos, atendendo suas necessidades e respeitando os princípios básicos teórico-conceituais da formação de professor de Geografia da Educação Básica” (BAHIA, 2012, p. 132). Neste processo, cada aluno pode construir sua própria matriz curricular, escolhendo os componentes curriculares de seu interesse em cada eixo de ensino.

No entanto, conforme apontado por Nunes (2017), a UNEB demonstra uma dificuldade muito grande em oferecer uma estrutura e logística para a efetivação deste currículo, sobretudo pela pouca quantidade de professores para que sejam ofertados os componentes curriculares satisfatoriamente por eixos em cada semestre, assim

Geografia na Universidade do Estado da Bahia: construção social e o papel dos sujeitos em uma teia de significações entre o pensado e o possível”.

como a falta de espaço físico para a oferta de um quantitativo de salas de aula. Sobre esta questão, o aluno Egresso 1 também sinalizou em sua entrevista que a flexibilidade do currículo do curso fragiliza a construção de conhecimentos em determinadas áreas da ciência geográfica. Esta é uma inquietação que também apareceu nos relatos dos grupos focais, os quais afirmaram que alguns estudantes não escolhem determinados componentes curriculares e depois ficam prejudicados em sua formação, principalmente durante a realização dos estágios. Um participante do grupo focal 1 afirmou que:

[...] como o curso aqui não precisa de pré-requisito, cada um cria seu próprio currículo e aí você escolhe sua carga horária e escolhe as disciplinas que mais gosta. Mas, quando você tem dificuldades, por exemplo, muitas pessoas têm dificuldade em cartografia por conta da matemática e acaba não gostando de cartografia e não se matricula neste componente curricular, mas, de certo modo ela é muito importante para nossa formação de geógrafos professores de Geografia, e você acaba de certa forma prejudicando o seu aluno [da escola] pela sua deficiência de não saber ensinar esse conteúdo [sic]. (Participante – grupo focal- Estágio I. Informação verbal concedida em 02 de outubro de 2017).

Essa flexibilidade curricular e, conseqüentemente, a fragilidade na construção de conhecimentos em determinadas áreas da Geografia e da Educação também é evidente nos relatos do grupo focal 2. Para os participantes do grupo existe uma fragmentação no currículo do curso, que interfere na formação, e os alunos chegam até o 5º ou 7º semestres, momento em que os componentes curriculares de Estágio Supervisionado começam a ser ofertados no curso, sem nenhuma noção do que é ser professor de Geografia. Um dos participantes do grupo afirmou que:

[...] existem duas ilhas no curso de Geografia: as disciplinas específicas e as disciplinas pedagógicas. No entanto, não existe uma junção entre elas duas.

Outra questão é que nosso curso é fragmentado em eixos, e são quatro eixos específicos! Cada eixo parece uma ilha, porque não existe uma conexão entre eles. Se a gente está estudando climatologia, por exemplo, não existe relação nenhuma desta com nenhuma outra disciplina. Então, a gente não percebe essa conversa das disciplinas pedagógicas com as disciplinas da área física ou da área de humanas. A gente mesmo que está no 7º semestre, vem percebendo que tem áreas de nosso interesse, ou que a gente mais gosta, [...]. Mas o curso deveria trabalhar em conjunto [sic] (Participante – grupo focal- Estágio III. Informação verbal concedida em 04 de outubro de 2017).

O enunciado do participante do grupo focal 2 coaduna com as narrativas do grupo focal 3, que sinalizou que os conhecimentos específicos da ciência geográfica são trabalhados no âmbito do curso, mas falta uma ligação entre os componentes curriculares das áreas específicas e as pedagógicas, bem como uma articulação entre os conteúdos acadêmicos com a sala de aula da Educação Básica. Para uma das participantes do grupo:

[...] teria que ter uma associação entre todos [os componentes curriculares] porque o que existe são ilhas. Uma disciplina aqui, uma disciplina ali, mas elas não se juntam, não se dialogam com as questões das disciplinas pedagógicas [sic] (Participante – grupo focal- Estágio II. Informação verbal concedida em 23 de abril de 2018).

A fragmentação do currículo do curso e a separação em “ilhas”, assim como a falta de diálogo entre os componentes curriculares das áreas específicas e pedagógicas, e entre as próprias disciplinas pedagógicas, a exemplo da Prática de Ensino e Estágio Supervisionado, também aparece nas falas de alguns alunos Egressos e dos Docentes entrevistados, representando uma demanda equivalencial no âmbito do curso, no que se refere à reivindicação da necessidade de articulação entre os componentes curriculares das áreas de conhecimentos específicos e pedagógicos e das disciplinas

pedagógicas entre si. Para eles existe um diálogo entre alguns professores e componentes curriculares destas áreas de conhecimento, porém muito incipiente, devido a um processo de isolamento dos professores em suas respectivas áreas ou disciplinas, principalmente durante o planejamento [sic], sendo poucos os que articulam os conteúdos de seus componentes curriculares com a educação. Segundo o Docente 2:

[...] existe um certo distanciamento entre o tratamento dado nos componentes com o que vai ser efetivado em sala de aula pelos alunos, não só enquanto estagiários, mas principalmente após a conclusão da graduação. Em alguns componentes, os professores vêm buscando relacionar os conteúdos com o que vai ser trabalhado no futuro em sala de aula, [sic] mas eu ainda vejo como uma certa fragilidade, vejo que existe uma necessidade de maior diálogo entre os professores de determinados componentes com os professores de Estágio para que essas fragilidades possam, dentro do possível, ser corrigidas (Entrevista Docente 2. Informação verbal concedida em 21 de dezembro de 2017).

O excerto do Docente 2 anuncia que há uma necessidade de maior comunicação e articulação entre os professores e componentes curriculares das respectivas áreas de conhecimento do currículo do curso de Geografia em estudo. Isso revela que a formação inicial promovida por este curso de licenciatura em Geografia é permeada por cadeias articulatórias de diferenças e equivalências que constituem uma formação hegemônica com formas de sobredeterminação das disciplinas que compõem os Eixos de Conhecimentos em detrimento das que compõem os Eixos Formadores. Ainda que assim, tratam-se de operações contingenciais da construção do saber geográfico docente em formação, revelando uma construção parcial de sentidos.

Portanto, comparando as falas dos participantes da pesquisa com a proposta do PPP do curso de Geografia da UNEB em estudo, e fundamentados no pensamento de Lopes e Macedo (2011) e Nunes (2017), é possível perceber que, mesmo com as mudanças na base curricular do referido curso, há um nítida existência de antagonismos em seu currículo, bem como diferentes sentidos discursivos, posicionamentos divergentes e diferentes jogos de interesse em disputas na construção de saberes necessários à profissão docente em Geografia, principalmente entre os componentes de Estágio Supervisionado, o qual, numa relação antagônica, emerge como exterior constitutivo das disciplinas de conteúdo específico.

O Estágio Supervisionado na licenciatura em Geografia da UNEB e a construção do saber geográfico docente em formação

Considerando que na formação docente em Geografia o futuro professor deve construir/potencializar conhecimentos dos elementos teóricos-metodológicos e epistemológicos da ciência geográfica e da Geografia escolar, dos caminhos que ambas percorrem no processo de formação dos sujeitos e apreensão das complexas transformações do mundo contemporâneo em suas multidimensões, através do desenvolvimento do pensamento e do raciocínio espacial, potencializando o saber geográfico docente em formação, cabe aqui tratarmos de como os saberes, sejam eles acadêmicos ou escolares, são constituídos e mobilizados cotidianamente por práticas discursivas e de significação da realidade. Estes saberes são manifestados temporária, parcial e contraditoriamente no tempo e no espaço; modificados, adaptados e evoluídos no contexto das mudanças sociais.

Para Tardif (2014, p. 19-20) os saberes que construímos são plurais, diversos e originados socialmente de fontes variadas e diferentes naturezas, seja através das relações familiares, escolares ou universitárias, “[...] adquiridos no contexto de uma história de vida e de uma carreira profissional”, num contínuo movimento dialético, sendo, portanto provisórios e compreendidos através das disputas no campo da discursividade.

Quanto aos saberes necessários para a atuação docente, Tardif (2014) afirma que existem vários saberes presentes na prática do professor: **saberes disciplinares** (diversos campos do conhecimento, definidos e selecionados pela instituição universitária), **curriculares** (discursos, objetivos, conteúdos e métodos que a instituição escolar define e seleciona como modelo da cultura erudita e de formação, sendo apresentados sob a forma de programas escolares que os professores aprendem a aplicar), **profissionais** (transmitidos pelas instituições de formação de professores) e **experenciais** (baseados em seu trabalho cotidiano e no conhecimento de seu meio, são desenvolvidos no exercício da profissão docente, com experiências individuais e coletivas). Estes saberes guardam valores sociais, culturais e epistemológicos que são renovados constantemente, produzindo novos conhecimentos.

Análoga à proposição de Tardif (2014), Pimenta (2009) afirma que há três tipos de saberes a serem considerados na formação e no exercício da docência: o saber da experiência, do conhecimento específico da matéria e os saberes pedagógicos. Na linha dos estudos geográficos concernentes aos saberes essenciais à docência em Geografia, Cavalcanti (2013; 2012) também sinaliza que os professores trabalham construindo saberes em toda sua vida e em todas as dimensões, com diferentes práticas formativas. A autora

trata de saberes semelhantes aos de Pimenta e Tardif, que são fundamentais para compor os conhecimentos que orientam as práticas docentes do professor de Geografia, são eles: os saberes disciplinares, saberes pedagógicos e saberes da experiência.

Shulman (1986) chama esse conjunto de saberes docentes propostos por Tardif (2014), Pimenta (2009) e Cavalcanti (2012) de conhecimento docente, ou conhecimentos de base do professor. O autor trata de três categorias de conhecimentos presentes no desenvolvimento cognitivo do professor com foco no conteúdo, sendo eles: o conhecimento do conteúdo da matéria - refere-se à quantidade e organização do conhecimento individualmente na mente do professor e requer a compreensão das estruturas do assunto e as estruturas sintáticas do campo de conhecimento -; o Conhecimento Pedagógico de Conteúdo (Pedagogical Content Knowledge - PCK) - vai além do conhecimento do assunto em questão para a dimensão do conhecimento da matéria para saber ensinar, envolvendo as formas de representação e formulação do sujeito que o tornam compreensível para os alunos -; e o conhecimento curricular - refere-se à capacidade do professor de relacionar o conteúdo de um determinado curso ou aula com tópicos ou questões discutidas simultaneamente em outras classes.

Embora Shulman (1986) apresente em suas categorias de análise a valorização dos conhecimentos do conteúdo, sistematizados no âmbito acadêmico, para denominar aquilo que é importante para a formação e atuação do profissional docente, Tardif (2014) dá importância a outros saberes como os da experiência, no qual, o professor, em sua prática cotidiana, reformula outros tipos de saberes, por meio de articulações discursivas. Nesta pesquisa utilizamos os significantes conhecimento e saber, adotados por estes

autores que, conforme apontado por Souza e Santos (2017), possuem linhas de pensamento paralelas e recíprocas. Consideramos que o saber geográfico docente em formação é constituído por uma rede de conhecimentos acadêmicos e escolares construídos/potencializados – ou não – no âmbito do curso de licenciatura em Geografia para ser mobilizado e transformado no ofício da profissão, sendo, portanto, mais amplo que estes dois, mas não existindo sem ambos. Isso fica evidente nas falas dos participantes do grupo focal 1, quando perguntados quais os conhecimentos que eles consideram que o professor precisa ter para saber ensinar, e se estes conhecimentos aparecem no âmbito do curso de Geografia em que eles estão cursando. Segundo um relato do grupo:

[...] além dos conhecimentos adquiridos na universidade, existe também a importância do conhecimento que se adquire no ambiente em que se trabalha. Então, eu penso que existe uma grande importância dos conhecimentos que nos é passado na universidade, mas que também há uma grande importância do fazer pedagógico em si, com relação a nós, futuros professores [...] (Participante – grupo focal- Estágio I. informação verbal concedida em 02 de outubro de 2017).

As narrativas do grupo focal 4 acrescentam que os conhecimentos necessários ao professor de Geografia são os conhecimentos acadêmicos e escolares. Conforme apontado pelo grupo, o professor precisa ter:

[...] o domínio da didática e o do nosso próprio currículo, que são as categorias, os conceitos chaves da Geografia, [...] ter conhecimento científico da Geografia, o conhecimento curricular, o que será ensinado e essa transposição didática (Participante – grupo focal- Estágio IV. Informação verbal concedida em 23 de abril de 2018).

As falas dos grupos evidenciam que, no âmbito da construção de saberes necessários à profissão docente em Geografia, compete ao

professor desta disciplina dominar os conhecimentos de base do professor, concernentes à ciência geográfica e à disciplina escolar, estabelecendo um diálogo entre eles, para que sejam mediados, compreensíveis aos alunos e constituam significados à realidade. É importante também considerar os caminhos que a Geografia acadêmica e Geografia escolar percorrem no processo de formação dos sujeitos e apreensão das complexas transformações sociais, econômicas, políticas, culturais, ambientais, tecnológicas e comunicacionais do mundo contemporâneo, através do desenvolvimento do pensamento e do raciocínio espacial, potencializando o saber geográfico docente em formação. Sobre esta questão Cavalcanti (2017) afirma que:

[...] um professor de Geografia necessita ter conhecimento de sua ciência de referência. Ele precisa saber Geografia. [...] não se trata de saber todo o conteúdo produzido por essa ciência. Trata-se de saber pensar pela Geografia, de usar as referências desse campo para analisar o mundo e seus problemas, o que implica formar um pensamento geográfico por meio do conhecimento da produção geográfica ao longo da história e na atualidade, dos modos dessa produção e de seus resultados mais relevantes (CAVALCANTI, 2017, p. 102).

Ao refletir sobre os saberes que envolvem o processo de formação de professores na licenciatura em Geografia, Callai (2010) assevera que:

A partir da premissa que considera que ensino e aprendizagem se constituem como dois processos diferentes, é importante a reflexão sobre como se ensina Geografia nos cursos de formação docente, como estes estudantes aprendem e como eles passam a ensinar para seus alunos na Educação Básica [o que aprenderam] e por seu lado como estes aprendem. São diversos os caminhos que se possa compreender esses processos (CALLAI, 2010, p. 16).

Partindo do exposto, é possível afirmar que o conhecimento geográfico produzido na universidade e os conteúdos curriculares da Geografia escolar não podem ser considerados como sinônimos, por se tratarem de conhecimentos que embora tenham o espaço geográfico como seu objeto de estudo, apresentam práticas articulatórias de cadeias de equivalência e de diferenças que necessariamente não caminham *pari-passu*, mas resultam de disputas no processo de significação hegemônica, tanto na universidade quanto no espaço escolar (SANTOS, 2017).

O professor no exercício de sua formação, no nosso caso o de Geografia, necessita compreender este jogo de disputas discursivas e de práticas articulatórias no processo de significação que ocorre entre conhecimentos acadêmicos e escolares para que seja desconstruída a ideia essencialista de que a Geografia escolar possui dependência da Geografia acadêmica e vice-versa. Sobre esta questão Cavalcanti (2010) afirma que:

[...] a Geografia escolar tem uma estruturação própria, não é, como já foi dito, uma simples transposição da ciência geográfica para o ensino, mas tem essa ciência como uma das importantes referências, por isso, é pertinente e relevante discutir as abordagens da Geografia escolar em sua relação com as concepções teórico-metodológicas da Geografia acadêmica (CAVALCANTI, 2010, p.370).

Para a autora há uma distinção entre a Geografia escolar e Geografia acadêmica, e não existe uma hierarquia do conhecimento científico a ser transferido para ser ensinado no espaço escolar, pois é importante considerar os saberes veiculados e construídos na escola por meio de práticas sociais que não são apenas científicas. Cavalcanti (2012) acrescenta que existem influências mútuas entre essas duas modalidades de saberes porque as duas objetivam que o

aluno, tanto da universidade, quanto da escola, desenvolva o pensamento geográfico espacial.

Ainda que tenhamos identificado que o Estágio Supervisionado seja o espaço-tempo de explicitação do corte antagônico existente entre os saberes específicos do campo de conhecimento (Geografia) com o campo de atuação profissional (pedagógico), a pesquisa também nos possibilita pensar o Estágio Supervisionado, enquanto componente curricular que desponta como um potente ponto nodal de fixação de novos sentidos, para que as práticas articulatórias de cadeias de equivalência e de diferença dos conhecimentos e saberes, que fazem parte, tanto do processo de formação inicial quanto de atuação escolar, aconteçam.

O estágio é parte do processo de formação do aluno, estabelecendo a interlocução entre o percurso acadêmico e o fazer profissional, ao relacionar o mundo do trabalho ao da academia possibilita ao conjunto de disciplinas e atividades do currículo uma (re) aproximação contínua com a realidade e entre a Geografia acadêmica e escolar. Por este motivo, o aumento da carga horária e a instituição do Estágio Supervisionado como componente curricular tem contribuído sobremaneira para a construção da identidade profissional docente, a relação teoria e prática, assim como ser um campo de pesquisa. Sobre esta questão o Docente 1 afirmou que:

[...] mesmo que com todas as questões de efetivação de problemas que nós temos, que são logísticas gerenciais da própria universidade, não podemos comparar um currículo que te oferece 400 horas de Estágio em semestres específicos, com um currículo anterior que te oferecia 120 horas de Estágio no último semestre. Então, o resultado disso na prática é imensuravelmente maior a formação do aluno hoje de Geografia do curso licenciatura [da UNEB]. A partir do aumento da carga horária de Estágio é notória a maturidade, a

forma de abordagem, as preocupações como o aluno [estagiário] trabalha, a profundidade na discussão dos conteúdos (Entrevista Docente 1. Informação verbal concedida em 06 de dezembro de 2017).

As narrativas dos grupos focais e dos alunos egressos, coadunam com esta afirmativa ao sinalizarem que o Estágio Supervisionado do curso de licenciatura em Geografia da UNEB, tem contribuído para a construção da identidade docente, a familiarização dos estagiários com o ambiente escolar, com a percepção da velocidade das mudanças no perfil dos alunos da geração atual, os quais já chegam com a informação na sala de aula, e da necessidade de construção de novas práticas de ensino para a transformação da realidade por meio do exercício da *práxis* docente, assim como as discussões de temas da Geografia acadêmica e escolar que não foram discutidos anteriormente no curso. Durante os registros de observação na turma de Estágio selecionada para a pesquisa, algumas narrativas dos alunos-estagiários também confirmaram a importância da alteração de carga horária deste componente curricular para a formação do licenciado em Geografia, sobretudo por o Estágio promover a unidade entre teoria e prática e por ele poder ser pensado como pesquisa no ensino de Geografia.

Todavia, embora a proposta de operacionalização deste componente curricular proporcione aos estagiários várias possibilidades de realização da prática de estágio, tanto nos espaços educativos formais como nos espaços não formais, visando promover o processo de potencialização da *práxis*, mediação e significação dos conhecimentos acadêmicos e escolares, as narrativas dos alunos estagiários, colhidas nos grupos focais, bem como as observações diretas nas aulas de Estágio Supervisionado e nas regências de ensino revelaram diferentes significações nas experiências de cada

componente curricular. A maioria dos participantes da pesquisa criticou a carga horária de estágio de observação, que para eles é excessiva, também reclamaram da burocratização do Estágio, da indisciplina dos alunos da Educação Básica, das salas superlotadas, da falta de recursos didáticos em algumas escolas campo, entre outros fatores.

Os dados da pesquisa demonstram que os estagiários possuem mais interesse em realizar a modalidade de Estágio Supervisionado em “espaços não formais” da educação, pois, para eles, esta modalidade permite maior liberdade de escolha da temática a ser desenvolvida, bem como do público/instituição onde as intervenções ocorrem. Já os espaços educativos escolares, ainda são muitas vezes vistos por alguns alunos estagiários apenas como ambientes normatizados, com regras e padrões comportamentais definidos previamente, com demandas que envolvem explicação de conteúdos historicamente sistematizados, normatizados por leis e órgãos superiores, que requerem tempo, local específico, pessoal especializado e organização de vários tipos. Isto fica evidente na fala de um participante do grupo focal 1:

[...] além de termos essa dificuldade da própria sala de aula, existem outros empecilhos que seria essa parte mais burocrática de ter que buscar o colégio, além de dar conta de todos esses documentos. Essa formalidade que eu creio que deve existir, mas não com tanta complexidade. (Participante – grupo focal- Estágio I- informação verbal realizada em 02 de outubro de 2017).

O enunciado dos participantes do grupo focal 1 demonstra uma certa insatisfação por parte dos estagiários em realizarem as atividades de estágio na escola. Todavia, algumas ações consideradas como burocráticas, são imprescindíveis para que os estágios ocorram, tais como: celebração de convênios entre as instituições, termo de

compromisso dos estagiários, a supervisão, assim como o cumprimento da carga horária do estágio (RANGEL, 2007).

Esse discurso de “burocracia” do estágio, apresenta-se como hegemônico e essencializa a função do componente curricular, como apenas de atividade prática e isolada da formação docente, ao invés de considera-lo como articulador entre as demais disciplinas que compõem o currículo dos cursos de graduação e a intervenção dos estagiários nos espaços escolares, assim como um campo teórico de conhecimento. É um discurso que permanece, que se estabiliza no processo de significação por hegemonização de sentidos discursivos curriculares, conforme apontado por Straforini (2016), mas sempre numa condição provisória e precária, podendo ser alterado na relação com os demais discursos dispostos no campo da discursividade.

Portanto o Estágio Supervisionado não deve ser realizado apenas como cumprimento da matriz curricular, visto como uma disciplina prática e isolada dos demais componentes curriculares do curso de formação, mas sim como um campo de construção de conhecimentos teóricos, contextualizado e comprometido com a transformação social, unindo formação profissional e pessoal, responsabilidade individual e social, promovendo a integração entre teoria e prática, a potencialização da *práxis* docente e para a resignificação de saberes.

Algumas considerações

Buscamos discutir neste texto a importância do Estágio Supervisionado no processo de construção e significação do saber geográfico docente em formação em um curso de licenciatura em Geografia da Universidade do Estado da Bahia. A análise dos

resultados da pesquisa revelou que no processo formativo é imperativo que o professor de Geografia possua um bom domínio de conhecimentos específicos das diversas áreas da ciência geográfica e de conhecimentos pedagógicos, acadêmicos e escolares, através da articulação teoria e prática com as experiências adquiridas ao longo da vida. Ele também deve conhecer as políticas públicas educacionais que impactam diretamente o seu cotidiano e a institucionalidade escolar a qual faz parte, buscando relacioná-los com os aspectos da vida social e da realidade a que seus alunos estão inseridos. Esse conjunto de conhecimentos, são saberes docentes construídos/potencializados na formação inicial e continuada ou em processo, e nunca são conclusivos, pois, estão sempre em construção e ressignificação, não de forma harmoniosa, mas como resultado de práticas articulatórias de cadeias de equivalências e de diferenças daquilo que é validado como saber geográfico docente em formação.

A construção desse saber Geográfico docente é permeada nos currículos de formação de professores por uma hegemonia discursiva que institui como conhecimentos necessários para a formação docente somente aqueles que fazem parte dos componentes curriculares de conteúdo geográfico específico e acadêmico, enquanto que os conhecimentos pedagógicos e escolares são essencializados como técnicos e vistos como de menor importância. Todavia, esta hegemonia discursiva é tensionada por um exterior constitutivo, que é o discurso antagônico, o qual impede, por meio de práticas articulatórias e de disputa no campo da discursividade, esta hegemonia discursiva de se constituir plenamente, pois, conforme sinalizado no corpo do texto, essa relação antagônica corresponde à provisoriedade, incompletude e contingencialidade de discursos na

produção de sentidos de quais conhecimentos são necessários para a construção do saber geográfico docente em formação .

Neste jogo de práticas articulatórias antagônicas, com disputas hegemônicas de significação de saberes, o Estágio Supervisionado, enquanto componente curricular obrigatório no currículo do curso de licenciatura, neste caso em Geografia, está no fronte destas disputas, no que concerne à mediação e significação de conhecimentos acadêmicos e escolares para a construção do saber geográfico docente em formação.

Ao mesmo tempo, o Estágio Supervisionado deixa de assumir o caráter de disciplina de cunho pedagógico, uma atividade prática e complementar à matriz curricular do curso de licenciatura, para assumir uma nova significação enquanto produtora de conhecimentos com estatuto epistemológico, promovendo a construção e tensionamento de saberes e de conhecimentos teóricos para potencialização da *práxis* docente.

O Estágio Supervisionado contribui no processo de potencialização da *práxis*, oportunizando aos alunos-estagiários vivenciarem uma troca de conhecimentos e experiências entre a universidade e a escola, promovendo a ressignificação de saberes.

Referências Bibliográficas

BAHIA. *Resolução n° 269*, de 31 de maio de 2004. Aprova a implantação do redimensionamento do Currículo do Curso de Formação de Professores – Licenciatura Plena em Geografia. CONSU/UNEB, Salvador, 2004.

BAHIA. *Projeto de Renovação de Reconhecimento do Curso de Licenciatura em Geografia*. – Jacobina, BA: /UNEB/PROGRAD, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução N° 466*, de 12 de dezembro de 2012, que institui diretrizes e normas

regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 2012.

BRASIL. *Resolução CNE/CP 2*, de 19 de fevereiro de 2002, que institui aduração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília, 2002.

BRASIL. *Resolução CNE/CP 2*, de 1º de julho de 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 2015.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Concepções teórico-metodológicas da geografia escolar no mundo contemporâneo e abordagens no ensino. DALBEN, A. ET al (Orgs.). *Coleção Didática e Prática de Ensino*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 368 -391.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia escolar, formação e práticas docentes: percursos trilhados. CASTELLAR, S. M. V; MUNHOZ, G. B. (Orgs.). *Conhecimentos escolares e caminhos metodológicos*. São Paulo: Xamã, 2012, p. 89-100.

CAVALCANTI, Lana de Souza. O trabalho do professor de Geografia e tensões entre demandas da formação e do cotidiano escolar. ASCENÇÃO, V. de O. R.; VALADÃO, R. C.; DEL GAUDIO, R. S.; SOUZA, C. J. de O. (Orgs.). *Conhecimentos da geografia: percursos de formação docente e práticas na Educação Básica*. Belo Horizonte: IGC, 2017, p. 100-123.

LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2004.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Pós-marxismo sem pedido de desculpas. In: LOPES, A. C.; MENDONÇA, D. de. (Orgs.). *A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas*. São Paulo: Annablume, 2015. p. 35-72.

LOPES, Alice. Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Teorias de Currículo*. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice. Casimiro; MENDONÇA, Daniel. de. Conversas com Ernesto Laclau. LOPES, A. C.; MENDONÇA, D. de. (Orgs.). *A Teoria*

do Discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas. São Paulo: Annablume, 2015. p. 09-14.

MARCHART, Oliver. Apresentação. MENDONÇA, D. de; RODRIGUES, L. P. (Orgs.). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau.* 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 9-13.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. Em torno de Ernesto Laclau: pós-estruturalismo e teoria do discurso. MENDONÇA, D. de; RODRIGUES, L. P. (Orgs.). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau.* 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 47-57.

NUNES, Marcone Denys dos Reis. *Reforma curricular em Geografia na Universidade do Estado da Bahia: construção social e o papel dos sujeitos em uma teia de significações entre o pensado e o possível.* Campinas, 2017. 260f. Tese (doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

PETERS, M. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença.* Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Ed. Autentica, 2000.

PIMENTA, Selma G. (Org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente.* 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RANGEL, Maria. Cristina. Estágio Supervisionado obrigatório na Licenciatura em Geografia. In: TRINDADE, G. A.; CHIAPETTI, R. J. N. (Orgs.). *Discutindo Geografia: doze razões para se (re) pensar a formação do professor.* Ilhéus: Editus, 2007.

SHULMAN, L. S. Those who understand: knowledge growth in teaching. *Educational Researcher*, Thousand Oaks, California, v. 15, n. 4, p. 4-14, 1986.

STRAFORINI, Rafael. Permanências e mudanças no currículo de Geografia dos anos iniciais ensino fundamental. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Campinas, v. 6, n. 11, p. 160-184, jan./jun. 2016.

TARDIF, Maurice. *Saberes Docentes e Formação Profissional.* 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Submetido em: 07 de janeiro de 2019.

Devolvido em: 27 de março de 2019.

Aprovado em: 11 de abril de 2019.

A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO DO PROFESSOR E SUA RELAÇÃO COM O LIVRO DIDÁTICO

THE CONSTRUCTION OF GEOGRAPHIC THOUGHT OF TEACHER AND ITS RELATION WITH THE DIDACTIC BOOK

LA CONSTRUCCIÓN DEL PENSAMIENTO GEOGRÁFICO DEL PROFESOR Y SU RELACIÓN CON EL LIBRO DIDÁCTICO

CARINA COPATTI

Doutora em Educação nas Ciências –
Universidade Regional do Noroeste do Estado
do Rio Grande do Sul (UNIJUI), Ijuí/RS.
E-mail: c.copatti@hotmail.com

Resumo: A compreensão de como o pensamento geográfico é construído possibilita ao professor estabelecer relações entre o conhecimento específico da ciência geográfica, sua especificidade escolar, com o livro didático. Nesse sentido, no presente artigo busca-se refletir sobre como o pensamento geográfico foi estruturado e, a partir dele, que fundamentos alicerçam a prática dos professores, o que é específico à geografia escolar, e sua relação com o livro didático. Para tanto, tem centralidade na seguinte questão: De que maneira o pensamento geográfico é construído e a partir de que elementos os professores embasam sua prática de ensino na geografia escolar frente à relação com o livro didático? Está estruturado considerando a relação entre o campo teórico e empírico, com base em uma pesquisa com um grupo de professores de Geografia como ponto inicial de debate, ancorando as interpretações na Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2011).

Palavras-chave: pensamento geográfico, formação de professores, livro didático.

Abstract: understanding how geographical thinking is built enables the teacher to establish relationships between the specific knowledge of geographical science, your specificity, with the textbook. In this sense, this article seeks to reflect on how the geographical thought was structured and, from it, what grounds underpinning the practice of teachers, which is specific to geography, and your relationship with the textbook. To do so, has the question Of centrality that way geographic thinking is built and from which elements teachers supports your teaching practice in front of the relationship with school geography textbooks? Is structured, considering the relationship between the theoretical and empirical field, based on a survey of a group of teachers of Geography as a starting point for debate, anchoring the interpretations in content Analysis, proposed by Laurence Bardin (2011).

Keywords: geographical thought, training of teachers, textbook.

Resumén: Entender cómo el pensamiento geográfico está construido permite al profesor establecer relaciones entre los conocimientos específicos de la ciencia geográfica, su especificidad, con el libro de texto. En este sentido, este artículo pretende reflexionar sobre cómo fue estructurado el pensamiento geográfico y, de él, qué motivos que sustentan la práctica de los docentes, que es específica a la geografía y su relación con el libro de texto. Para ello, tiene la centralidade en la cuestión ¿como el pensamiento geográfico está construido y que elementos apoya su práctica docente frente a la relación con los libros de geografía escolar? Está estructurado, teniendo en cuenta la relación entre el campo teórico y empírico, basado en una encuesta a un grupo de maestros de la geografía como punto de partida para el debate, anclando las interpretaciones en el análisis de contenido, propuesto por Laurence Bardin (2011).

Palabras clave: pensamiento geográfico, formación de los docentes, libro de texto.

Introdução

Muito tem sido discutido sobre os desafios da formação docente diante das transformações que ocorrem na educação escolar. São diversas as pesquisas que abordam a formação de professores de

Geografia, com diferentes enfoques, porém, ainda precisa-se avançar em pesquisas para compreender como o professor constrói o pensamento geográfico e dele se utiliza na prática de ensino e na relação com o livro didático.

Diante dessa necessidade, procura-se refletir sobre como o pensamento geográfico foi constituído e, a partir dele, que fundamentos alicerçam a prática dos professores e definem o que é específico à Geografia escolar. Em outras palavras, o que é específico da Geografia que o professor precisa saber/ entender para que, na relação com o livro didático, tenha condições de utilizar esse conhecimento na atuação docente. Para tanto, o presente texto procura responder: De que maneira o pensamento geográfico é constituído e a partir de que elementos os professores embasam sua prática de ensino, na geografia escolar, frente à relação com o livro didático?

Compreender como o pensamento geográfico é constituído possibilita ao professor estabelecer relações entre o conhecimento teórico e epistemológico da ciência geográfica e a Geografia escolar. Nesse sentido, procura-se tecer aproximações entre teorias de autores que abordam os principais temas em estudo e as reflexões sobre a prática de professores. Esse processo se constitui com base nas respostas a uma pergunta feita para sete professores que atuam no ensino de Geografia em escolas de educação básica, anos finais do ensino fundamental, na região norte do estado do Rio Grande do Sul.

A pesquisa empírica teve como critério o aceite em responder a questão proposta a partir de um convite enviado via e-mail. O contato foi realizado com quinze professores de Geografia de cinco municípios localizados no norte do Rio Grande do Sul, tendo retorno de sete deles. A Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), publicada

originalmente em 1977, possibilitou sistematizar os dados e interpretá-los constituindo categorias de análise que compõe a reflexão proposta. Desse modo, o artigo, num primeiro momento apresenta uma breve retomada da Geografia e do que seja o pensamento geográfico e, posteriormente, debate sobre o pensamento geográfico do professor e a Geografia escolar, culminando com reflexões que relacionam pensamento geográfico do professor e livro didático.

A constituição do pensamento geográfico e da Geografia como ciência

A Geografia surgiu muito antes de ser reconhecida como um conhecimento intitulado “geográfico”. Os primeiros conhecimentos que podem ser considerados de cunho geográfico tem origem em povos que viviam na pré-história. Os gregos, entre os séculos VII e VI a. C., sistematizaram estes conhecimentos ao buscar explicações para o mundo em termos físicos e para compreender as sociedades da época com base na razão, superando as concepções mitológicas (ANDRADE, 1987; CAVALCANTI; VIADANA, 2010).

Os filósofos gregos da Escola Jônica¹ foram pioneiros na concepção de um conhecimento metodológico ao explicarem as diferenciações do mundo até então conhecido. Outros importantes

¹ A Escola Jônica recebe este nome por se desenvolver na colônia grega Jônia, na Ásia Menor, local onde hoje é a Turquia. Seus principais filósofos foram: Tales de Mileto, Anaxímenes de Mileto, Anaximandro de Mileto e Heráclito de Éfeso. Pensavam sobre o elemento primeiro, chegando a conclusões diferentes. Para Tales, o elemento que forma todas as coisas é a Água. Para Anaximandro, o elemento é o Ápeiron, aquilo que é ilimitado e que possibilita a união e separação dos diferentes corpos. Para Anaxímenes, o elemento é o Ar. De acordo com Heráclito, o elemento que representa a natureza das coisas é o fogo. Apesar das diferenças sobre qual seria o elemento primeiro, os filósofos da Escola Jônica pensavam o mundo como algo em movimento, a água que congela e evapora, o ápeiron que não pode ser determinado e não é estático, o ar nada palpável e o fogo que está sempre em movimento e transformando o que queima.

filósofos de diferentes escolas gregas² também contribuíram para a constituição dos conhecimentos da Geografia. Entretanto, houve um período de ruptura e retrocesso em relação ao conhecimento geográfico no período de expansão do Império Romano, quando foram refutadas várias das ideias e avanços obtidos pelos gregos, dentre elas a ideia de esfericidade da Terra.

Já na Idade Média teve destaque a contribuição dos povos árabes que, motivados pelo processo de expansão territorial, tomaram por base de seus estudos os conhecimentos obtidos pelos gregos, ampliando-os e inovando suas concepções sobre o espaço (COSTA; ROCHA, 2010). Nesse contexto, vários conhecimentos foram ampliados e aprofundados. Outros, mesmo não tendo destaque, contribuíram para produzir as diferentes formas de pensar e complexificar a relação com o espaço geográfico.

A navegação marítima, iniciada por alguns povos europeus, principalmente a partir do século XV, possibilitou conhecer novas terras e representá-las nos mapas de maneira cada vez mais precisa, além de serem ampliados estudos e registros dos locais conhecidos, dando novas dimensões ao conhecimento geográfico e cartográfico.

Desde a antiguidade, a Geografia compunha um saber totalizante, não desvinculado da filosofia, das ciências da natureza e da matemática. Com o passar do tempo e a influência de outros pensadores, como Varenius (século XVII), Kant (século XVIII), Humboldt e Ritter (no início do século XIX), a Geografia foi ganhando um caráter específico (CORRÊA, 2000) e teve aumentado, a partir do século XVIII seu reconhecimento. No século XIX alcança o status de disciplina científica, ampliando, posteriormente, a quantidade de

² Além da escola Jônica surgiram ainda a escola Itálica, Eleata, Atomística, da Pluralidade.

conhecimento e o número de instrumental técnico utilizado nestes estudos. Assim, com a sistematização dos conhecimentos, foram obtidos avanços significativos no sentido de constituir as bases teóricas e metodológicas da Geografia.

A origem científica da Geografia se deu na Alemanha, à luz dos trabalhos de Alexander Von Humboldt e Karl Ritter. Posteriormente, sofreu influência também dos franceses. A Geografia dessa fase estava mais centrada na descrição e enumeração de fatos e fenômenos da superfície terrestre. Nessa primeira fase, considerada tradicional, os conhecimentos tornavam-se mais sistematizados, porém, estruturados de maneira compartimentada, dicotomizando o conhecimento geográfico resultante da compartimentação das ciências, extremamente influenciada pela matriz positivista. Cabia, então, à Geografia física descrever as diferentes áreas do globo terrestre, identificando as condições geológicas, geomorfológicas, vegetacionais e climáticas da Terra; à Geografia humana caberia abordar os aspectos referentes à ação do homem sobre o meio, os temas políticos, econômicos, demográficos e religiosos (MORMUL e ROCHA, 2013).

A construção do pensamento geográfico seguiu acompanhando as necessidades que se apresentavam em relação à compreensão do espaço. Num primeiro momento, o debate teórico e metodológico envolveu principalmente a chamada “Geografia tradicional”, cuja raiz partia do positivismo clássico. Essa perspectiva, há muito vem sendo debatida entre os profissionais que dedicam-se às pesquisas, uma vez que propunha, alicerçada no método hipotético-dedutivo, uma interpretação baseada na descrição e enumeração de elementos e fenômenos. Esse método alicerça também a perspectiva teórico-quantitativa trazida pela Nova

Geografia, que se expandiu no contexto das transformações do mundo posteriormente à Segunda Guerra Mundial e durante o período da Guerra Fria.

[...] Esta perspectiva da Geografia, como estudo do espaço, enfatiza a busca da lógica da distribuição e da localização dos fenômenos, a qual seria a essência da dimensão espacial. Entretanto, esta Geografia, que propõe a dedução, só conseguiu se efetivar à custa de artifícios estatísticos e da quantificação. É um campo atual da discussão geográfica (MORAES, 2005, p. 5).

Essa tendência de pensamento foi formada por pensadores que defendiam o uso de técnicas estatísticas e matemáticas, além do emprego da geometria e de modelos normativos. Ao basear-se em procedimentos pragmáticos, encontrou dificuldades ao propor análises geográficas que abarcassem, para além da quantificação do espaço, sua interpretação histórica, social e cultural.

Apesar dos importantes avanços da Geografia sob a perspectiva tradicional de pensamento e, posteriormente, com contribuições da Nova Geografia, esta ciência foi questionada e obrigada a se repensar, uma vez que as transformações no mundo, que marcaram a sociedade no final do século XIX e início do século XX, principalmente com a expansão do capitalismo e as transformações urbanas, exigiram novos posicionamentos diante das dinâmicas das sociedades. Se fortaleceram, nesse processo, outras perspectivas de pensamento, que contribuíram ao avanço do campo científico da Geografia. Ficou evidente, de certo modo, a crise na/da Geografia pela dificuldade em estabelecer o seu objeto e delimitar seu campo de pesquisa e enfoque, até hoje bastante polêmico.

O debate interno à Geografia sofrera intensas transformações, considerando as mudanças e dinâmicas vivenciadas pelas sociedades ao longo do século XX. Foi nesse processo que, na

década de 1970, emergiram propostas de renovação do pensamento geográfico tradicional, propondo uma concepção não descritiva da realidade que pudesse responder às demandas de um mundo em intensa metamorfose. Surgiu, nesse período, a Geografia Crítica a partir de geógrafos que defendiam, dentre outras questões, a necessidade de discutir e refletir criticamente sobre a realidade socialmente vivida, concebendo o espaço geográfico como resultado da ação humana e, nesse sentido, pela leitura espacial, procuravam romper com a fragmentação da Geografia.

A Geografia Crítica propôs a utilização do método dialético para analisar os fenômenos a fim de chegar à compreensão das transformações sociais. Além dela, outra perspectiva, de cunho humanista e sob um viés cultural, marcou, posteriormente novos modos de olhar e interpretar o mundo. Essa Geografia utilizou como base o método fenomenológico para compreender as relações no espaço, considerando a dimensão cultural e o espaço vivido. Atualmente, além destas perspectivas há várias tendências denominadas pós-modernas que, pelo método fenomenológico, intentam realizar a leitura, compreensão e interpretação do espaço geográfico sob vieses que tem por centralidade a ação subjetiva do ser humano.

Vale esclarecer que estas diferentes tendências emergiram em tempos distintos, cujas características consideram as compreensões de cada época e, ainda na atualidade contribuem à constituição da Geografia e seu desenvolvimento. Cada uma destas perspectivas carregam em si modos de interpretação teórico-metodológica e, relacionadas aos seus principais conceitos e categorias, compõem o arcabouço que envolve o pensamento específico da Geografia.

O pensamento geográfico, no contexto da ciência, é, então, constituído dessa estrutura que foi sendo construída em diferentes épocas, sob distintos aportes teóricos e metodológicos, de seus conceitos, categorias e princípios de análise e interpretação. Surgiu dos debates e dos conflitos de ideias que fizeram avançar modos de pensar e de estruturar essa ciência. Este pensamento sistematizado ao longo do tempo é essencial à formação nessa área do conhecimento, tanto de bacharéis quanto de licenciados, perpassando a atuação docente. O trabalho do professor de Geografia precisa trazer aportes desse modo de pensar geograficamente, pois contribui para ancorar a leitura de mundo que realiza e as intervenções que propõe aos estudantes em sala de aula e no cotidiano da vida.

No contexto atual, de intensas transformações, desenvolver um pensamento geográfico de professor que ampare a leitura de mundo, as relações sociedade e natureza em suas diferentes possibilidades, são desafios aos docentes nessa área do conhecimento. Nesse sentido, Callai (2013, p. 103), traz ao debate algumas questões:

A Geografia “ensinada e aprendida” e o geógrafo, “professor e pesquisador” como ficam diante dessa nova realidade do mundo, de aceleradas mudanças que modificam territórios, limites, fronteiras, que exigem conhecimentos ágeis e, acima de tudo, postura de saber aprender, de saber buscar informações, de entender que as informações são passageiras e que o essencial é saber trabalhar um conhecimento que tem uma base significativa, produzido pela humanidade e que é continuamente ampliado?

Estas problematizações (e outras tantas!) continuam a povoar nossas mentes com inquietações sobre o que, de fato, é essencial para o profissional professor de Geografia, tanto para

compreender os diferentes contextos, conceitos e conteúdos pelo olhar geográfico, quanto para construir, no contexto da escola/da pesquisa/da atuação como bacharel, as relações que a Geografia, como ciência de relação natureza-sociedade, se propõe a fazer.

Diante disso, entende-se a Geografia como uma ciência complexa e dinâmica, e que, estruturada em seus aspectos teóricos, seus métodos, aportes epistemológicos e conceituais, traz uma perspectiva de pensamento, um modo de olhar que é peculiar e que, na prática docente do professor, precisa estar bem definida e conduzir o trabalho com os estudantes no sentido de possibilitar a educação geográfica.

O pensamento geográfico do professor e o ensino da Geografia escolar

Desde a fase inicial da formação do professor, na academia, diferentes conhecimentos da ciência geográfica são abordados no intuito de formar as bases teóricas e metodológicas que permitirão, quando profissional, mediar a construção de conhecimentos geográficos em sala de aula. Em disciplinas como epistemologia da Geografia e história do pensamento geográfico essas referências são abordadas, mesmo que de modo breve, o que ocorre em muitas instituições formadoras de professores, geralmente em disciplinas de apenas três ou quatro créditos.

Nesse movimento de construção muitas são as informações e os conceitos a serem compreendidos pelos acadêmicos. Algumas lacunas permanecem e estas precisam ser supridas com leituras, pesquisas e outras estratégias de aprendizagem individual, além de ocorrer de modo contínuo, para além da formação inicial. Essas construções nos professores em formação inicial constituem base essencial para que, posteriormente, na prática docente, possam

produzir um movimento em que se desenvolva o pensamento geográfico no âmbito escolar, tendo em vista o desafio da construção de uma aprendizagem significativa em sala de aula.

É necessário entender as principais teorias e os métodos da ciência geográfica propostos por diferentes pensadores, e também compreender os conceitos e categorias que contribuem ao ensino da Geografia na escola. A compreensão destes elementos se faz necessária para que o professor esteja consciente de que os conteúdos escolares são ensinados sob um determinado viés de pensamento e se constituem na relação entre as especificidades da Geografia, as necessidades de determinada sociedade e um aporte da dimensão pedagógica, inerente ao processo de ensino e aprendizagem.

Ao trabalhar a ciência geográfica em sua complexidade e dinâmica, o professor tem como atribuição saber que conhecimentos e que concepções fundamentam o seu trabalho e a partir de que processos desenvolve suas práticas. Conforme Callai (2013), a formação sólida não se resume a saber o conteúdo da matéria, mas a saber muitos outros aspectos que acompanham esse elemento. Assim, pode conduzir à compreensão do contexto atual, das dinâmicas e transformações que são parte do cotidiano e interferem no dia a dia. Também para compreender como se constitui a aprendizagem e definir que perspectivas adotar nesse processo.

Caracristi e Fonseca (2011), consideram que:

O atual contexto histórico de falência/crise do modelo político e econômico vigente – está impulsionando a sociedade a questionar o futuro e a olhar para o passado, e repensar seus conceitos, valores, atitudes e pressupostos ideológicos, e tal repensar vem atingindo também a ciência. Daí o motivo da retrospectiva crítica de suas matrizes clássicas promovidos pelos mais diversos centros de estudos geográficos da academia brasileira e

internacional. Porém, no âmbito da formação do professor, os cursos de licenciatura em Geografia, de modo geral, não estão em consonância com esse movimento, mantendo ou pouco desfazendo a visão maniqueísta e superficial de se tratar os chamados “geógrafos tradicionais” ou “geografia tradicional” (CARACRISTI e FONSECA, 2011, p. 3).

Nesse sentido, a universidade, como espaço de formação dos profissionais professores, encontra-se num momento que exige reafirmação de seus propósitos e de suas funções. Verifica-se que, à medida que há maior acesso ao ensino superior no Brasil, são evidentes também inúmeras dificuldades na formação de novos profissionais para atender as demandas sociais que surgem. É nesse movimento que se encontra também a definição de parâmetros e concepções para a formação dos professores de Geografia para atuação na formação dos sujeitos na educação básica brasileira.

Entre os professores é necessário retornar às bases da ciência e aos conhecimentos inerentes à docência para refletir sobre o que, de fato, alicerça o processo educativo no âmbito da Geografia. Desse modo, entende-se que não é suficiente “dar aulas”, é preciso clarificar porquê a aula é conduzida de determinada forma e sob que aspectos do pensamento o professor estabelece esse direcionamento. Ainda, o que é específico da disciplina e da ciência que ensina que contribuam à sociedade e conduzam a uma aprendizagem significativa.

Requer pensar que, para a construção do conhecimento geográfico na escola é preciso definir especificidades no professor que contribuam a esse movimento. Conforme Muhl (2007, p. 13-14):

Cada vez mais professores são formados, mas cada vez mais vemos dificuldades na implementação de uma ação docente voltada à construção do conhecimento, que considere a realidade e sua problematização como base da práxis pedagógica.

Nesse aspecto, vemos grandes dificuldades para tornar coerente a relação entre a cognição científica e a cognição pedagógica, considerando que a prática docente centra-se na prática pedagógica do professor.³

Parte dos profissionais que se inserem na docência dá demasiada ênfase à prática, sem considerar os aportes daquilo que fazem, para que serve e qual a finalidade daquilo que fazem. Essa perspectiva leva à “aplicação” de modelos pré-definidos e não a um entendimento aprofundado, reflexivo, crítico e teoricamente embasado para agir de determinada forma no processo de ensino e aprendizagem. A isso não existem respostas simplificadas, o que requer pensar o professor como um profissional imerso em um contexto em que múltiplos aspectos precisam ser levados em conta, não apenas o conhecimento específico a “transmitir”, mas também considerar o direcionamento da sua ação docente para planejar de que modo fazer com que o conhecimento seja significativo para os sujeitos.

Debater sobre o pensamento geográfico pela interpretação dos professores contribui a essa compreensão no sentido de pensar aquilo que a ciência oferece para que, no contexto do ensino de Geografia, possa construir significados à aprendizagem. As entrevistas com um grupo de professores de Geografia da educação básica contribui para pensar o que é específico da ciência geográfica e aspectos inerentes ao trabalho do professor nessa área do conhecimento. Tais elementos são apresentados a seguir.

Quadro 1: Especificidades da ciência geográfica no contexto escolar.

Fonte: Carina Copatti, 2018.

³ Grupo de Pesquisa “a relação teoria e prática no cotidiano dos professores”, vinculado à Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, coordenado pelo professor Eldon H. Mühl. 2007.

Professor	Especificidades da ciência geográfica na atuação do professor de geografia
1	Talvez o que mais se aproxima de ser específico de nossa ciência seja o que alguns chamam de alfabetização cartográfica e tantos outros de letramento. É nosso papel buscar formas de desenvolver uma leitura competente dos signos que compõem parte de nossa sociedade, além de ajudá-los a se orientar pelos lugares. Uma orientação que facilite por exemplo, a coisas mais simples, como o senso para se chegar a pontos de interesse como a casa de um colega ou ao cinema, até leituras mais complexas como a compreensão de um mapa.
2	Acredito que a geografia escolar precisa relacionar sociedade e espaço (homem e meio em que vive), tendo sempre presente o cotidiano vivenciado pelos alunos.
3	Penso que seja despertar a curiosidade dos alunos para observar, conhecer e buscar o entendimento dos elementos que nos cercam e suas dinâmicas.
4	É o desenvolvimento de conteúdos, categorias e fundamentos que habilitam o estudante a tornar-se leitor do mundo, dos fatos e fenômenos, que estão ao seu redor. Por meio de uma prática conectada com a realidade vivida, ao conhecer o contexto socioeconômico, geográfico e cultural da comunidade na qual a escola está inserida e que estes estudantes fazem parte. Colocá-los como sujeitos que compreendem aquilo que estão vivendo e os movimentos que a sociedade faz, com criticidade. Considerando, desta forma, que no fazer pedagógico esteja o planejamento dinâmico e integrado de modo a produzir sentido ao que está sendo ensinado/aprendido, sempre na interlocução com os interesses e demandas trazidas no transcorrer das aulas.
5	A geografia, assim como outra ciência, está subdividida em categorias, sendo as principais: humana, física e social/política e dentro destas subdivisões são abordados os temas específicos. No meu ponto de vista o específico está no estudo do espaço geográfico, paisagem, território, lugar e região e o seu entendimento.
6	Compreensão dos conceitos geográficos: paisagem, espaço e lugar para a educação para a cidadania.
7	Contextualizar o aluno sobre o espaço em que ele vive, fazendo com que o mesmo consiga observar as transformações ocorridas no lugar de vivência, compreendendo os problemas e inclusive os conflitos atuais. Valorizar sempre o conhecimento que o aluno traz do seu cotidiano.

A análise e interpretação dos dados baseia-se na Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), que constitui caminho para a análise da questão proposta aos professores. A Análise de Conteúdo procura mostrar aquilo que aparece indiretamente nas palavras sobre as quais o pesquisador se debruça. Essa metodologia foi utilizada registrando, com base na fala relativamente espontânea dos entrevistados, todos os processos e intervenções, gerando dados “brutos”, integralmente transcritos sobre o que o participante pensa

sobre determinado tema. Com os dados transcritos integralmente, foi feita a decifração estrutural de cada entrevista, considerando as características que a difere das demais. O método para a análise consiste, segundo Bardin (2011) em: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Por constituir uma pergunta apenas, as respostas foram transcritas na íntegra (expostas no quadro 1) e posteriormente analisadas e interpretadas, produzindo como resultado um sistema de categorias apresentados a seguir:

Quadro 2: Categorias das especificidades da Geografia no contexto escolar.

Alfabetização e letramento cartográfico/geográfico	- Envolve a leitura de signos, tanto de orientação quanto de compreensão da sociedade. - Há uma dimensão mais simples (orientação) e uma mais complexa (leitura dos mapas).
Relação espaço-sociedade pela dimensão do lugar	- Considera a relação com o lugar, a realidade do estudante. - A realidade vivida e conhecer o contexto socioeconômico, geográfico e cultural da comunidade, na qual a escola está inserida e que estes estudantes fazem parte, com criticidade. - Contextualizar o espaço onde vive, para observar as transformações no lugar de vivência, os problemas, os conflitos.
Sociedade-espaço	- Observar, conhecer e entender elementos.
Conteúdos, categorias, fundamentos	- Para desenvolver a leitura do mundo, de fatos e fenômenos, categorias: humana, social, política.
Relação geográfico e pedagógico	- Envolve o planejamento dinâmico e integrado para produzir sentido no processo educativo pelos interesses e demandas.
Conceitos	- Estudo do espaço geográfico, paisagem, território, lugar e região e o seu entendimento.

Fonte: Carina Copatti, 2018.

A resposta à questão proposta nessa discussão revela um contexto em que não há, efetivamente, um consenso entre os

professores do que seja específico da Geografia, do seu caráter como ciência, e de aspectos que explicitam-na na dimensão escolar. As interpretações expostas no quadro anterior possibilitam refletir sobre alguns aspectos específicos da Geografia essenciais ao ensino dessa ciência no contexto escolar, que precisam ser considerados no desenvolvimento do pensamento do professor:

a) **Conhecimento geográfico específico:** a partir dos aspectos teóricos, os conceitos, os princípios e as categorias que são estruturas consolidadas da ciência geográfica ao longo do tempo e que chegam à escola.

Dois dos professores mencionam os conceitos como essenciais. Um deles especifica quais são estes conceitos: espaço geográfico, paisagem, território, lugar e região. A Geografia então teria nestes conceitos sua centralidade, e pelo desdobramento dos conceitos comporia suas interpretações. Outro professor menciona também os fundamentos e as categorias, embora não explicita quais sejam estes fundamentos e quais são as categorias essenciais à Geografia. Mesmo mencionando estes elementos não ficam claro quais seriam os fundamentos da ciência. Se há referência às tendências do pensamento geográfico e modos de interpretação.

Um dos professores participantes menciona como categorias: humana, social e política, que são dimensões que a Geografia estuda e menciona, posteriormente, como temas dessa ciência o espaço geográfico, lugar, território, paisagem, não considerados como categorias. Diante disso, é importante mencionar que estes aspectos constituem categorias mais amplas que amparam qualquer tema ou conteúdo que se estuda nessa ciência.

Lopes (2012), considera que cada categoria tem seu uso específico e deve ser aplicada para dar conta de interpretar

diferentes recortes da realidade socioespacial. Dentre as categorias menciona o espaço geográfico, o lugar, a paisagem e o território, estas ao serem utilizadas, precisam estar coerentemente empregadas na relação com a fundamentação teórica. As categorias, segundo Andreis e Callai (2014), encaminham a leitura espacial na disciplina de Geografia pois servem para pensar o espaço geográfico, categoria central à análise geográfica.

Os conceitos se relacionam com uma proposição mais ou menos ordenada, porque abarcam especificidades que o caracterizam e peculiarizam, e remete a uma generalização rica em abstração. Os princípios apresentam elementos estruturantes que permitem a análise pautando-se em leis e acordos com os quais se podem compreender aspectos específicos que os constituem (ANDREIS E CALLAI, 2014).

Deixar claros estes elementos é um primeiro passo para pensar que Geografia é ensinada na escola. Nesse sentido, Andreis e Callai (2014, p. 3), enfatizam que:

É importante tematizar essas dimensões teóricas por haver muita proximidade entre elas e também em razão da carência de clareza que se tem na escola e na Graduação (nos cursos de formação docente particularmente) em relação a essa sustentação da análise espacial. Princípios, conceitos e categorias são oferecimentos teóricos e discussões que correm o risco de serem trivialmente entendidos e utilizados, como, por exemplo, princípio compreendido como dado, conceito como encerrado e categoria como agrupamento de propriedades comuns [...].

Essa afirmação das autoras remete, mais uma vez, a pensar estratégias que possam servir às reflexões entre os docentes de Geografia no sentido de pensar aquilo que fazem e que propõe cotidianamente, considerando que Geografia se tem ensinado e como a construímos no processo educativo.

b) **Alfabetização e letramento cartográfico/geográfico:** É mencionada a ideia de que a Geografia leva em conta a alfabetização e o letramento cartográfico. A alfabetização cartográfica se refere mais especificamente à capacidade de saber operar com signos que expressam significados e permitem a leitura do mundo ou a leitura de um mapa (CALLAI, 2013). Se refere mais especificamente à cartografia e à dimensão espacial. Considera-se necessária também a alfabetização geográfica, que leva em conta a dimensão espacial e perpassa outros elementos que contribuam à leitura do espaço geográfico de forma contextualizada, contemplando a relação espaço-temporal, multiescalar e relacional.

A alfabetização geográfica considera não apenas a espacialidade dos fenômenos, a extensão e localização nos mapas, mas o entendimento das relações multiescalares e multitemporais de forma integrada, que tornam possível realizar a leitura, a compreensão e a interpretação sob um viés geográfico. Para Callai (2005, p. 235):

Do ponto de vista da geografia, esta é a perspectiva para se estudar o espaço: olhando em volta, percebendo o que existe, sabendo analisar as paisagens como o momento instantâneo de uma história que vai acontecendo. Essa é a leitura do mundo da vida, mas que não se esgota metodologicamente nas características de uma geografia viva e atual, assentada em categorias de análise que supõem a história em si, o movimento dos grupos sociais e a sua interligação por meio da ação ou até de interesses envolvidos.

Chegar ao letramento cartográfico e geográfico possibilita utilizar esse conhecimento indo além e estabelecendo relações/conexões e complexificações com base no conhecimento espacial e no pensamento geográfico estruturado pelo professor, utilizando a estrutura da Geografia para tecer análises. Essa

dimensão não é debatida de modo aprofundado, mas parece intrínseca à ideia de relação entre espaço e sociedade.

c) **Compreensão do espaço geográfico a partir das relações entre natureza e sociedade.** Perpassa a ideia de relação, de aproximação entre estes dois aspectos estudados em conjunto pela Geografia. Para tanto, precisa considerar também a realidade para compreender os fatos. Disso decorre o entendimento de que é preciso contextualizar o conhecimento geográfico para que seja possível construir análises sobre os temas em estudo.

d) **Conteúdo:** É um recorte daquilo que se pretende estudar e compreender a partir do conhecimento acumulado pela humanidade ao longo do tempo. Essa noção precisa perpassar o trabalho docente, sempre como algo em construção e não como algo pronto, dado e definitivo. Esclarecer o recorte que a Geografia escolar abarca traz a compreensão do que sejam os estudos que partem de uma estrutura de base científica, mas que contém uma especificidade inerente à escola. Esclarecer de onde parte esse recorte de conteúdo e sua importância favorece maior entendimento também por parte dos estudantes.

e) **Relação entre a dimensão geográfica e a dimensão pedagógica:**

Ensinar Geografia depende muito das relações que são construídas com o cotidiano do grupo, com as necessidades e problemáticas que perpassam o contexto local, sempre relacionado a múltiplas escalaridades. Nesse sentido, não se pode construir conhecimento geográfico sem considerar a forma de ensinar e o modo como os estudantes aprendem, ou seja, se refere à dimensão pedagógica. Para Callai (2013), a dimensão pedagógica nos é dada pela busca da construção da função social, que resgata o sentido do

aprender e do ensinar, à medida que o conteúdo não fica reduzido à mera transmissão de informações e assimilação de habilidades e conhecimentos, mas que leva a uma elaboração própria.

A dimensão pedagógica foi mencionada de modo direto por apenas um dos professores, considerando a necessidade de planejamento dinâmico e integrado para produzir sentido no processo educativo. A dimensão pedagógica precisa ser relacionada à dimensão teórica e à definição metodológica, além disso, o professor precisa ter aportes para utilizar os demais elementos (categorias, conceitos, princípios) que servem para problematizar e compreender a realidade sob o olhar geográfico.

Não basta “observar, conhecer e entender elementos”, que são aspectos procedimentais especificamente e que não podem ser definidos por si só. Por isso a dimensão didático-pedagógica tem importância essencial. Diz respeito à relação com a realidade à partir do olhar específico da Geografia, considerando o planejamento do processo de ensinar e aprender com o estudante.

Nestas condições pode-se compreender o contexto socioeconômico, a cultura, os conflitos, os problemas, as interações que ocorrem no espaço geográfico considerando o modo como o ser humano constrói o conhecimento e como pode construir sua estrutura de pensamento para ler o mundo. Castellar (2005), chama a atenção para a fragilidade nessa leitura de mundo, uma vez que o diálogo entre o pensar pedagógico e o saber geográfico no contexto da escola ainda apresentam fragilidades que dificultam esse processo. Para a autora (2005, p. 212):

[...] Saber ler uma informação do espaço vivido significa saber explorar os elementos naturais e construídos presentes na paisagem, não se atendo apenas à percepção das formas, mas sim chegando ao seu significado. A leitura do lugar de vivência

está relacionada, entre outros conceitos, com os que estruturam o conhecimento geográfico, como, por exemplo, localização, orientação, território, região, natureza, paisagem, espaço e tempo.

É necessário, portanto, atenção às bases teóricas que permitem a “leitura” e a compreensão do mundo, uma vez que não se lê uma paisagem, não se faz a leitura do mundo a partir do lugar e das interações multiescalares e multitemporais sem que se considere determinados elementos norteadores. Isso implica em pensar nas rupturas que precisam ser feitas para avançar nessa direção. Para Callai (2013), as mudanças, cada vez mais profundas e rápidas, exigem o entendimento do processo e a compreensão de que se deve entender as transformações do mundo e atuar nele, o que envolve as relações entre homens e a relação da sociedade com a natureza. Considera também a transformação da escola, do ensino, da aprendizagem que constituem os aspectos relacionados ao movimento da construção do conhecimento da Geografia escolar para responder questões do mundo da vida.

Os distintos aspectos mencionados na entrevistas contribuem para tecer um olhar reflexivo sobre os aportes que precisam ser construídos na formação dos professores, principalmente na formação inicial, que possibilitam, na prática docente, superar a descrição, a abordagem fragmentada e descontextualizada da Geografia. Uma possibilidade é relacionar elementos na interação entre múltiplas escalas de análise, utilizando princípios geográficos como caminho para a compreensão dos temas de estudo dessa ciência. Como base utilizam-se as categorias e conceitos geográficos para tecer as análises geográficas em relação à realidade e aos mais distintos temas em estudo. Isso requer que se reflita sobre os elementos essenciais não apenas no sentido

procedimental, mas qual é a estrutura teórica que mantém a especificidade da Geografia e que a legitima no contexto escolar.

Requer também, refletir e complexificar o papel do professor de Geografia no ensino e compreender as relações que estabelece entre o conhecimento da ciência geográfica e as práticas de ensino. Esse processo diz da interação essencial entre o conhecimento específico dessa ciência e a dimensão pedagógica do ensino escolar e que, nas falas dos professores, não aparecem relacionados de modo aprofundado e sistematizado.

Diante disso, se faz necessário definir: a) Que Geografia se pretende ensinar para contribuir à atuação dos sujeitos em sociedade; b) Sob que aportes teórico-metodológicos e didático-pedagógicos construir propostas que visam à Educação Geográfica; c) Que suportes/caminhos e possibilidades podem contribuir para uma aprendizagem que relacione o conhecimento construído ao longo do tempo à realidade vivida pelos estudantes.

Sem a clareza dos aportes das dimensões pedagógica e geográfica o professor tende a ter mais dificuldades em construir e conduzir propostas significativas de ensino e aprendizagem. Assim, muitas vezes, acaba por utilizar-se de recursos e suportes que tomam seu lugar, retirando seu protagonismo e a autonomia no processo educativo.

Isto posto, leva-se em conta a relação entre o professor de Geografia e o livro didático, recurso este que chega à grande maioria das escolas públicas do país e que ganha distintos significados em cada contexto e no trabalho realizado por cada profissional, dependendo dos distintos aportes que o professor utiliza no fazer docente.

O pensamento geográfico do professor e a relação com o livro didático

As pesquisas sobre o processo de formação de professores de Geografia e sua inserção nas práticas de ensino têm o desafio de avançar, tendo em vista o reconhecimento da relação estabelecida entre a formação teórica e as possibilidades que emergem no cotidiano profissional. Nesse processo, uma sólida formação de profissionais torna-se indispensável “à construção da identidade, dos saberes e das posturas específicas ao exercício profissional docente” (PIMENTA; LIMA; 2009, p. 61).

É de certo modo recente a preocupação com a profissionalização dos professores e uma reflexão mais aprofundada sobre o que alicerça a própria prática docente. Até pouco tempo questões de ordem pedagógica eram pouco valorizadas. A partir de 1970, a formação de professores passou a valorizar os aspectos didático-metodológicos. Em 1980 a dimensão sociopolítica dominou o discurso pedagógico e desde a década de 1990 buscam-se novos enfoques para a prática docente, os saberes pedagógicos e epistemológicos relativos ao conteúdo escolar a ser ensinado (FIORENTINI, SOUZA JR. E ALVES DE MELO, 2011).

As pesquisas sobre os saberes docentes, no Brasil, foram iniciadas timidamente na década de 1990, e mais recentemente ganham espaço, tendo destaque a análise da questão da prática pedagógica como algo relevante, opondo-se assim às abordagens que procuravam separar formação e prática cotidiana. Nas últimas décadas, várias publicações têm abordado os saberes dos professores com a finalidade de refletir sobre as características presentes e necessárias na constituição profissional, indo além das técnicas de como “dar aulas”, que não contemplam os saberes de modo aprofundado.

Isso requer debater sobre o que leva o professor a agir de determinada maneira ao “construir-se” professor. A pesquisa com professores de Geografia, inserida anteriormente, traz aportes sobre essa questão, especificamente ao debater sobre o que é específico à Geografia escolar e que, necessariamente, perpassa a atuação docente.

A escassez destes debates nas escolas silencia possibilidades de refletir e dificulta que se amplie a percepção do professor sobre o que, de fato, estrutura seu trabalho, seus conhecimentos e saberes; ainda, como seu pensamento o conduz a agir de determinado modo e a escolher determinados recursos pedagógicos, aproximando-se ou não os livros didáticos. E, ao escolhê-los, como direcionar este material possibilitando maior qualidade nessa relação.

Frente a isso é importante salientar que no contexto educacional existem ainda visões bastante limitadoras em relação à profissão de professor de que conhecer o conteúdo é suficiente para “dar aulas”, ou que é necessário ter “vocação” para esta tarefa, cuja excelência se constrói com a prática. Estas perspectivas reduzem a atividade do professor à necessidade de determinadas habilidades, obtidas a partir de treinamentos e do “repasso” de determinados “modos de agir”.

No entanto, existe um conjunto de saberes e de conhecimentos que só se tornam possíveis a partir de uma formação teórica inicial interconectada à formação didática e pedagógica. Os conhecimentos necessários ao trabalho do professor são, segundo Shulman (2005), os conhecimentos do conteúdo específico, conhecimentos dos objetivos, metas e propósitos educacionais, conhecimento de outros conteúdos, conhecimento pedagógico geral,

conhecimento dos estudantes, conhecimento curricular e conhecimento pedagógico do conteúdo.

Para chegar a essa compreensão é preciso partir de elementos que permitam ao professor compreender o que é essencial na ciência que ensina e definir de onde emergem suas concepções de Geografia, de educação, de prática pedagógica, realizando aproximações e compreendendo a dinâmica que percorre a sala de aula.

Há inúmeros exemplos de situações em que estes elementos não estão bem definidos, o que leva muitos profissionais a desenvolver de qualquer forma o ensino da Geografia na escola. Nesse sentido, pode comprometer a qualidade desse processo e dificultar que ocorra uma aprendizagem que tenha significado e gere resultados aos estudantes.

Nessa relação do professor com a sua formação, com a constituição da capacidade de pensar geograficamente a partir de concepções e conhecimentos teóricos, pode se desenvolver um movimento em que o livro didático, tomado como manual, assume a condução da aula e o professor apenas “aplica” o planejamento contido no livro, sem adequar a proposta deste material didático à realidade em que atua, ao currículo escolar e ao seu planejamento.

Muitas vezes o livro didático acaba assumindo um papel definidor do que deve ser abordado nos conteúdos. Com base nele, são apresentados os conteúdos, a sua distribuição, os tipos de atividades a serem trabalhadas e todo o conjunto de encaminhamentos que servem de referência ao ensino a ser realizado em cada uma das séries (CALLAI, 2015), tornando-se, por vezes, o próprio currículo a ser seguido.

Para Lopes (2007), há diferentes discursos presentes no meio educacional, em relação ao livro didático. O primeiro deles entende que o livro didático é “um mal necessário”, pois é uma das únicas formas de aquisição de saberes pelos estudantes; outra perspectiva de pensamento considera que o professor cria certa dependência em relação ao livro didático, sendo que os profissionais mal formados poderiam melhorar-se a partir da utilização destes materiais. Outra ideia é a de que os profissionais com deficiências em sua formação não teriam condições de escolher bons livros e trabalhar com estes. Nesse sentido, aponta duas conclusões genéricas: a primeira de que o livro precisa ser o melhor possível e outra que indica que os profissionais precisam ser melhor formados para saber escolher bons livros didáticos.

Os livros didáticos têm passado, desde meados da década de 1990, por avaliações pedagógicas que possibilitam melhorar suas propostas, em um processo que se baseia no edital do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD de cada ano. Acredita-se que este processo favorece melhorias nestes recursos e conduzem ao aperfeiçoamento das propostas, embora muitos sejam os desafios na construção de propostas de livros didáticos e em relação ao processo avaliativo para que estes recursos sejam cada vez mais adequados à construção do conhecimento pelos estudantes.

Em relação à formação docente para a escolha destes materiais dois caminhos são essenciais: a) uma formação de qualidade tanto na dimensão teórico-metodológica e epistemológica, quanto na dimensão didático-pedagógica; b) uma formação que considere o conhecimento sobre os livros didáticos de forma aprofundada. Para tanto, é necessário desafiar os futuros professores a desenvolver desde a formação inicial um olhar crítico sobre estes

materiais para construir possibilidades de analisá-lo, percebendo suas contribuições e suas fragilidades.

Isso contribui para que o professor não seja simplesmente “repassador” de conteúdos e se utilize do livro didático como um elemento a mais a contribuir em seu planejamento de ensino. Nesse processo, toma por base os conhecimentos construídos ao longo da formação e da atuação docente, relacionados à dimensão ética e estética no desempenho de sua função, considerando, também, os elementos próprios da dinâmica escolar e os diferentes saberes e conhecimentos que se constituem na prática de ensino. (COPATTI, 2017).

Isto posto, a formação profissional precisa partir de um movimento que caminhe para o desenvolvimento de diferentes conhecimentos e saberes. Inclui-se nisso o conhecimento sobre o livro didático, o qual muitas vezes, “é utilizado como um ‘receituário’, a partir do ‘repasso’ de conteúdos e atividades (COPATTI, 2017, p. 174). Conhecer o livro didático é essencial, assim como é basilar uma formação que seja, de fato, alicerçada sob um conjunto de conhecimentos e saberes que comportam a dimensão científica, escolar e pedagógica.

Numa relação fundamentada sob estes aportes, o livro didático passa a ganhar outra conotação. O livro didático:

[...] nas mãos de um profissional que desenvolve suas potencialidades e emprega seus conhecimentos sobre/no trabalho docente, tende a contribuir de modo significativo, a partir de informações diversificadas, contextualizadas, que abrangem diferentes escalas de análise, uma grande diversidade de linguagens, atividades e propostas de interação em sociedade, dentre outras contribuições que traz na contemporaneidade (COPATTI, 2017, p. 174).

Nesse viés, desde a formação inicial do professor se faz necessário conhecer os recursos que terá disponíveis para trabalhar em sala de aula, caso contrário poderá utilizá-lo, posteriormente, de modo equivocado ou pouco refletir sobre o seu uso.

Um contínuo processo de reflexão sobre a própria prática pode desenvolver no professor o pensar sobre sua formação e sua atuação, relacionando-se com o livro didático de modo autônomo. Um professor pesquisador acompanhado por uma contínua ação investigativa, que questiona as razões pelas quais se utiliza de determinado material e não de outro, porque prefere tais práticas a outras, que concepções embasam suas escolhas e suas ações na prática de ensino, tende a ir além das possibilidades que o livro didático apresenta, embora não o desconsidere.

Desse modo, a autonomia do professor na utilização deste material e as potencialidades do livro didático para o processo de ensino e aprendizagem ganham destaque. Isso porque, na interação, tendem a constituir um importante meio para o desenvolvimento da aprendizagem do estudante, o aprimoramento da capacidade de leitura e compreensão e a participação ativa nos estudos concernentes à Geografia.

Pensar a relação com o livro didático exige abertura do professor à reflexão sobre si e sobre o que sustenta seu trabalho e que tem por base uma ciência – a Geografia – na relação com a dimensão pedagógica. Estes aportes possibilitam maior autonomia de pensamento e de relação com o livro didático, visto que, se o professor tem clara a estrutura que constitui seu pensamento geográfico e como utilizá-la, tende a atuar no contexto escolar com maior desprendimento e protagonismo, conduzindo e possibilitando aos

estudantes uma aprendizagem que seja potencializada a partir da sua estrutura e organização de pensamento pedagógico-geográfico.

Considerações finais

Verificado que o pensamento geográfico se constitui em diferentes momentos históricos, não se pode lançar mão das bases epistemológicas, teóricas e metodológicas que fundamentam a Geografia como ciência social e disciplina escolar, a qual emergiu por meio das concepções positivistas e que, no contexto contemporâneo, tem também outros modos de pensar, com base na perspectiva crítica, cultural, pós-moderna, propondo outras miradas às interpretações.

No contexto escolar traz, além dessa estrutura, uma dimensão pedagógica que precisa considerar o estudante como agente de transformação, em um processo de aprendizagem mediado pelo professor, cuja especificidade alia conhecimento específico e conhecimento didático-pedagógico.

Construídos e consolidados os conhecimentos da ciência geográfica, das teorias e metodologias necessárias ao ensino da Geografia, além dos saberes pedagógicos, podem contribuir para que o professor, ao adentrar no ambiente escolar para ensinar Geografia, utilize-se de diferentes conhecimentos e não tome o livro didático como seu guia na prática pedagógica.

Diante disso, um dos desafios deste profissional é conhecer profundamente a tradição geográfica e a tradição pedagógica para ser protagonista, com base em uma estrutura de pensamento autônomo, que o conduza na relação com o livro didático ou outros recursos. Este pensamento geográfico de professor tende a conduzi-

lo a definir os aspectos e elementos que são essenciais para promover, no ensino da Geografia escolar, uma aprendizagem significativa.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manoel C. de. *Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo, 1987.

ANDREIS, Adriana M. CALLAI, Helena C. Alicerces às aulas: princípios, conceitos e categorias geográficas. *Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Vitória, 2014, p. 1-15. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403520290_ARQ_UIVO_ArtigoCBG-AdrianaMariaAndreis-oquesustentaaanaliseespecialpeloviesgeograficonoensino.pdf. Acesso em: 21 mai. 2019.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

CALLAI, Helena C. Temas e conteúdos no ensino de Geografia. In: RABELO, Kamila S. de P.; BUENO, Míriam A. (org.). *Currículo, políticas públicas e ensino de Geografia*. Goiânia: Ed. da PUC, Goiás, 2015.

CALLAI, Helena C. *A formação do profissional da Geografia: o professor*. Ijuí: ed. UNIJUI, 2013.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. *Cad. Cedes*, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. Castellar, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a06v2566.pdf>. Acesso em out. 2018.

CASTELLAR, Sonia. *Educação Geográfica: teorias e práticas docentes*. São Paulo: Contexto, 2005.

CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito; VIDIANA, Adler Guilherme. Fundamentos históricos da Geografia: contribuições do pensamento filosófico na Grécia antiga. In: GODOY, Paulo R. Teixeira de. (Org.). *História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 11-34.

CARACRISTI, Isorlanda. FONSECA, Valdelúcio. Os clássicos da geografia e suas contribuições para formação de professores no curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

(Sobral-CE/Brasil). *Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011*- Costa Rica II Semestre 2011, pp. 1-14.

COPATTI, Carina. Livro Didático e professor de Geografia: interações na prática de ensino. In: TONINI, Ivaine Maria [et al.]. *O Livro Didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem*. Porto Alegre: Sulina, 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Geografia: conceitos e paradigmas - apontamentos preliminares. *Revista GEOMAE*. Campo Mourão, PR. v.1, n.2, p. 25-56, 2010.

FIORENTINI, Dario; SOUZA JR., Arlindo José; ALVES de MELO, Gilberto Francisco. Saberes docentes: um desafio para acadêmicos e práticos. In: GERALDI, C. M. G.; FIORENTINI, D.; PEREIRA E. M. de A. (orgs.) *Cartografia e trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2 ed. 2011.

LOPES, Jecson G. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geográfica. *Geografia Ensino & Pesquisa*, vol. 16, n. 2, P. 23-30, maio/ ago. 2012.

LOPES, Alice Casimiro. *Currículo e epistemologia*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MORAES, A. C. R. *Geografia: pequena história crítica*. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORMUL, Najla M; ROCHA, Márcio M. Breves considerações acerca do pensamento geográfico: elementos para análise. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 17, n.3 p. 64-78, set./dez. 2013.

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria S. L. *Estágio e docência*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SHULMAN, Lee. Conocimiento y Enseñanza: fundamentos de la nueva reforma. profesorado. *Revista de currículum y formación del profesorado*, v. 9, n. 2, p. 1-30, 2005.

Submetido em: 08 de janeiro de 2019.

Devolvido em: 16 de maio de 2019.

Aprovado em: 20 de maio de 2019.

**EM BUSCA DO BAIRRO NUM
CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO.
ENSINAR E APRENDER A
GEOGRAFIA DA AUTONOMIA**

*IN SEARCH OF THE NEIGHBORHOOD IN A
CONTEXT OF GLOBALIZATION. TO TEACH
AND LEARN GEOGRAPHY OF AUTONOMY*

*EN BUSCA DEL BARRIO EN UN
CONTEXTO DE GLOBALIZACIÓN.
ENSEÑAR Y APRENDER GEOGRAFÍA DE
LA AUTONOMÍA*

MARCIO FERNANDO GOMES

Universidade Federal de São Carlos
(UFSCar), Sorocaba/SP.

E-mail: marciogomes@ufscar.br

Resumo: Este artigo procura responder a indagação de pensar e fazer a Geografia no século XXI, ao buscar uma resposta faz a proposta de pensar em quais condições devemos pensar e fazer para ensinar e aprender a Geografia no século XXI. Para responder a esta indagação versa sobre a relação entre a escola e o bairro, num contexto do processo de urbanização e industrialização brasileira, sobretudo das regiões metropolitanas em condições da globalização, período no qual, conforme Zygmunt Bauman, valoriza o sentido individual e reforça os sentimentos solitários e, que para nós as pessoas vivem numa multidão em rede de isolados. Traz uma proposta teórico-metodológica do estudo do meio e o trabalho de campo no entorno da escola, não apenas valoriza a execução das práticas dialógicas de ensino-aprendizagem na *sala de aula* da própria *escola* e, em outros territórios da escola, mas, que elas possam ocorrer para além dos muros da escola, ou seja, transformar o *bairro em sala de aula*, pois a proposta é transformar a escola de educação básica num território de estreita relação com a comunidade do entorno, na perspectiva de tornar o ensino-aprendizagem dos próprios estudantes da escola mais significativo, dialógico e valorativo das relações familiares e de bairros. Pensar e fazer Geografia no século XXI é caminhar à Utopia, por um mundo mais humano e solidário, é buscar a essência na aparência de que o bairro nos isola e de que a globalização nos conecta, é criar as possibilidades de ensino-aprendizagem dialógica na sociedade da informação, na qual a comunidade do bairro torna-se um resíduo irreduzível à sociedade em rede em contexto da globalização. Pensar e fazer Geografia no século XXI é pensar e fazer uma Geografia da autonomia a partir da inspiração de uma pedagogia da autonomia de Paulo Freire que possa construir uma outra globalização como conchama Milton Santos.

Palavras-chave: bairro, globalização, escola, ensino-aprendizagem, autonomia.

Abstract: This article seeks to answer the question of thinking and doing Geography in the XXI century, when seeking an answer makes the proposal to think in what conditions we should think and do to teach and learn Geography in the XXI century. To answer this question, it is about the relation between the school and the neighborhood, in a context of the process of urbanization and Brazilian industrialization, especially of the metropolitan regions in conditions of globalization, a period in which, according to Zygmunt Bauman, lonely feelings and, that for us people live in a multitude in network of isolated. It brings a theoretical-methodological proposal of the study of the environment and the field work in the school environment, not only values the execution of the dialogical practices of teaching-learning in the classroom of the school itself and in other areas of the school, but which they can occur beyond the walls of the school, that is, transforming the neighborhood into a classroom, since the proposal is to transform the basic education school into a territory closely related to the surrounding community, with a view to making teaching-learning of the students of the most significant, dialogical and evaluative school of family and neighborhood relations. To think and to do Geography in the 21st century is to walk to Utopia, for a more humane and supportive world, to seek the essence in the appearance of the neighborhood isolating us and of which globalization connects us, is to create the possibilities of dialogic teaching-learning in the society in which the neighborhood community becomes an irreducible residue to the network society in the context of globalization. To think and to make Geography in the XXI century is to think and to make a Geography of the autonomy from the inspiration of a pedagogy of the autonomy of Paulo Freire that can construct another globalization as calls Milton Santos.

Keywords: neighborhood, globalization, school, teaching learning, autonomy.

Resumen: Este artículo busca responder a la indagación de pensar y hacer la Geografía en el siglo XXI, al buscar una respuesta hace la propuesta de pensar en qué condiciones debemos pensar y hacer para enseñar y aprender la Geografía en el siglo XXI. Para responder a esta indagación versa sobre la relación entre la escuela y el barrio, en un contexto del proceso de urbanización e industrialización brasileña, sobre todo de las regiones metropolitanas en condiciones de la globalización, período en el que, según Zygmunt Bauman, valora el sentido individual y refuerza los sentidos individuales sentimientos solitarios y que para nosotros las personas viven en una

multitud en red de aislados. Se trata de una propuesta teórico-metodológica del estudio del medio y el trabajo de campo en el entorno de la escuela, no sólo valora la ejecución de las prácticas dialógicas de enseñanza-aprendizaje en el aula de la propia escuela y, en otros territorios de la escuela, que pueden ocurrir más allá de los muros de la escuela, es decir, transformar el barrio en el aula, pues la propuesta es transformar la escuela de educación básica en un territorio de estrecha relación con la comunidad del entorno, en la perspectiva de hacer la enseñanza- el aprendizaje de los propios estudiantes de la escuela más significativo, dialógico y valorativo de las relaciones familiares y de barrios. Pensar y hacer Geografía en el siglo XXI es caminar a la Utopía, por un mundo más humano y solidario, es buscar la esencia en la apariencia de que el barrio nos aísla y de que la globalización nos conecta, es crear las posibilidades de enseñanza-aprendizaje dialógica en la sociedad sociedad de la información, en la que la comunidad del barrio se convierte en un residuo irreductible a la sociedad en red en el contexto de la globalización. Pensar y hacer Geografía en el siglo XXI es pensar y hacer una Geografía de la autonomía a partir de la inspiración de una pedagogía de la autonomía de Paulo Freire que pueda construir otra globalización como concluye Milton Santos.

Palabras clave: barrio, globalización, escuela, enseñanza-aprendizaje, autonomía.

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar. *Fernando Birri*, citado por Eduardo Galeano, *As Palavras Andantes*.

Introdução

Para responder a indagação de pensar e fazer a Geografia no século XXI, propomos responde-la a partir de um outro questionamento, ou seja, de pensar em quais condições devemos pensar e fazer para ensinar e aprender a Geografia no século XXI, pois devemos pensar e fazer Geografia dissociada de ensinar e aprender Geografia?

Pensar e fazer Geografia no século XXI é caminhar à Utopia, por um mundo mais humano e solidário, é buscar a essência na aparência de que o bairro nos isola e de que a globalização nos conecta, é criar as possibilidades de ensino e aprendizagem dialógica na sociedade da informação, na qual a comunidade do bairro torna-se um resíduo irreduzível a sociedade em rede em contexto de globalização. Tanto Paulo Freire, quanto Milton Santos nos conduzem à Utopia, ou seja, nos convida a pensar e fazer da resistência o caminho da Geografia no século XXI; para o primeiro, por meio da pedagogia da autonomia, por uma nova rebeldia ética da *solidariedade* humana e; para o segundo, por meio da construção de uma consciência universal baseada em relações *solidárias* de se construir uma outra globalização, assentada em novos espaços de esperança. É uma Geografia que assegure a sua *autonomia*, pode ser um espaço de *esperança*, uma *resistência* à fábula e perversidade da globalização.

Com o desenvolvimento do capitalismo, sobretudo na sua fase da globalização, cada vez mais a comunidade se desarticula, em tempo de sociedade em rede constrói uma sociedade anônima que se relaciona por meio técnico-científico-informacional, ou seja, por sistemas funcionais e objetos com inteligência artificial. Conforme Manuel Castells, as funções e os processos dominantes na era da informação estão organizados em redes.

Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social (...) sociedade em rede, caracterizada pela

primazia da morfologia social sobre a ação social (CASTELLS:1999:497).

Segundo Castells, a morfologia da rede reorganiza as relações de poder, sendo que os conectores são os que detém o poder, as conexões que ligam as redes representam os instrumentos privilegiados de poder, essa estrutura define os processos sociais predominantes consequentemente dando forma à própria estrutura social.

No final da década de noventa, período no qual ainda os objetos técnicos informacionais não eram disseminados e vivíamos os primórdios da sociedade em rede, Milton Santos (2010), nos ensina que a globalização separa, mas o lugar pode criar possibilidades de união e, que os sistemas de objetos e ações utilizados para construir um mundo confuso e perverso poderia ser o motor para transformação de um mundo mais humano, quando seu uso fosse democratizado e a humanidade atribuisse um novo sentido à existência de cada ser humano. Segundo Paulo Freire (2013), caberia a nós construir um mundo mais humano e solidário, pois, não somos um ser no *suporte* mas um ser *no mundo, com o mundo e com os outros*.

A tecnologia tanto se dá a práticas perversas, negadoras da vocação para o ser mais de mulheres e de homens quanto a práticas humanizantes. Não cabe à tecnologia decidir sobre a que prática servir mas aos homens e às mulheres, fundadas em princípios éticos iluminadores da ação política (FREIRE:2013).

Em contexto da segunda década dos anos 2000, a questão que se coloca é se com a democratização dos objetos técnicos informacionais o mundo se tornou mais humano e mais solidário. Isso nos remete a pensar na questão se as redes sociais na atualidade

em vez de serem os instrumentos revolucionários, como muitos puderam pensar, dentre eles Milton Santos e Paulo Freire, são o novo ópio do povo. Zygmunt Bauman, em entrevista ao jornalista Ricardo de Querol, do El País, diz que as redes sociais são uma armadilha. O autor de *Modernidade Líquida*, que desenvolve, desde 1999, a ideia de que vivemos num período em que tudo que é sólido se liquidificou, ou seja, que “nossos acordos são temporários, passageiros, válidos apenas até um novo aviso”.

A questão da identidade foi transformada de algo preestabelecido em uma tarefa, você tem que criar a sua própria comunidade. Mas não se cria uma comunidade, você tem ou não, o que as redes sociais podem gerar é um substituto. A diferença entre a comunidade e a rede é que você pertence à comunidade, mas a rede pertence a você. É possível adicionar e deletar amigos, e controlar as pessoas com que você se relaciona. Isso faz com que os indivíduos se sintam um pouco melhor, porque a solidão é a grande ameaça nesses tempos individualistas. Mas, nas redes, é tão fácil adicionar e deletar amigos que as habilidades sociais não são necessárias. Elas são desenvolvidas na rua, ou no trabalho, ao encontrar gente com quem se precisa ter uma interação razoável. Aí você tem que enfrentar as dificuldades, se envolver em um diálogo [...] o diálogo real não é falar com gente que pensa igual a você. As redes sociais não ensinam a dialogar porque é muito fácil evitar a controvérsia. Muita gente as usa não para unir, não para ampliar seus horizontes, mas ao contrário, para se fechar no que eu chamo de zona de conforto, onde o único som que escutam é o eco de suas próprias vozes, onde o único que veem são os reflexos de suas próprias caras. As redes são muito úteis, oferecem serviços muito prazerosos, mas são uma armadilha (BAUMAN: 2015).

Sobretudo nas grandes regiões metropolitanas vivemos em contexto de aparente caos. A aparência de caos está dentre as questões mais relevantes para se debruçar na contemporaneidade.

Segundo Raphael Cruz, tornou-se tema relevante tanto na literatura de José Saramago, quanto na sociologia de Zygmunt Bauman. Ao articular literatura e sociologia demonstra que as narrativas literárias de Saramago deslocam os personagens para situações fantásticas, mas rementem à realidade, ressalta questões da atualidade sociologicamente importantes, como o estranhamento do sujeito frente a estruturas totalizantes, a normalização do estado de exceção, o surgimento do precariado face à globalização, a sociedade de consumo, que se inserem no mundo vivido e o estar-no-mundo humano. Com relação a Saramago diz que tanto *Todos os nomes* (1997), quanto *O homem duplicado* (2002) marcam uma nova fase, em que o autor se distancia do romance histórico português para criar narrativas atemporais, territorialmente inespecíficas e permeadas de elementos mágicos, que desvelam o social aparentemente caótico, uma perspectiva por dinâmicas estruturais subjacentes à realidade social. O livro *Todos os nomes*, é introduzido com a frase “Conheces o nome que te deram, não conheces o nome que tens”, de um fictício *Livro das Evidências*. No prefácio de *O homem duplicado*, Saramago cita outro livro fictício: “O caos é uma ordem por decifrar - O Livro dos Contrários”. (CRUZ: 2017: 19-21).

A este escrevinhador sempre o preocupou o que se esconde por trás das meras aparências, e agora não estou a falar de átomos ou de subpartículas, que, como tal, são sempre aparência de algo que se esconde. Falo, sim, de questões correntes, habituais, quotidianas, como, por exemplo, o sistema político que denominamos democracia, aquele mesmo que Churchill dizia ser o menos mal dos sistemas conhecidos (SARAMAGO: 2009 apud CRUZ: 2017:20).

O contexto atual do capitalismo é caracterizado de globalização, por um lado, há afirmação da transformação do padrão de acumulação de capital rígido para flexível, revelando a fase

rentista do capitalismo, que privilegia tanto o ritmo de circulação quanto a magnitude espacial do capital. Por outro lado, identificamos que, ao mesmo tempo, há uma força que pretende transformar a humanidade numa cultura mundial, há forças contrárias que afirmam os regionalismos e as identidades étnico-culturais. O fato é que na atualidade, por meios de novas materialidades e imaterialidades, não apenas intensificaram-se as trocas econômico-financeiras, mas, também, as possibilidades do encontro daqueles que estavam separados e distantes. Essas migrações criaram no mundo alguns espaços multiculturais. No entanto, na mundialização, o indivíduo, portador de sua cultura de origem, ao se relacionar com outros, vai se transformando, o que inicialmente era expressão de diversidade cultural torna-se diferença individual. Na atualidade à escola, também, torna-se um território desafiador para reparar a desigualdade econômica e social da humanidade e buscar à igualdade na diversidade dos conjuntos culturais e na diferença dos indivíduos.

Nesse contexto, de afirmação do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, do fim do século XX e início do século XXI, a sociedade como um todo é instrumentalizada. As mudanças que surgem desta realidade se fazem notar nas mais diversas esferas da sociedade. No âmbito da educação, os efeitos passam pela redefinição das instituições e das suas finalidades formativas, particularmente no que diz respeito à educação as instituições educativas são afetadas de forma direta na sua organização, sofrendo a imposição de uma lógica alheia e que fere a autonomia e a dinâmica própria do trabalho intelectual dos docentes e discentes. Como constata Zygmunt Bauman, talvez não seja na rede, onde escutamos os ecos da nossa própria voz, o melhor lugar para reparar a desigualdade econômica

e social da humanidade e buscar à igualdade na diferença dos conjuntos culturais e na diferença dos indivíduos. No entanto, como nos encoraja Paulo Freire (FREIRE, 2003) e, Milton Santos (SANTOS, 2010) talvez seja nos espaços do conflito, assegurando autonomia, que há de se construir o espaço da esperança, estabelecendo práticas educativas dialógicas de ensino-aprendizagem e estreitando a relação entre a escola e a comunidade do entorno por meio de relações mais solidárias que possamos construir um mundo mais *humano* e por um mundo mais *bonito*.

Para pensar e fazer a Geografia do século XXI versamos sobre a relação entre a escola e o bairro, a escola e a comunidade do entorno da escola num contexto de expansão do tecido urbano metropolitano, do processo de urbanização e industrialização brasileira, sobretudo das regiões metropolitanas em condições da globalização. A relação entre a escola e o bairro nos remeteu a pensá-la a partir da superação de uma abordagem conceitual da educação tecnicista e tecnológica sob orientação neoliberal e do bairro numa concepção da produção social do espaço num contexto de reprodução capitalista da sociedade.

A construção teórica surge das práticas educativas dialógicas de ensino-aprendizagem vivenciadas no subprojeto da Licenciatura em Geografia do Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, no período entre março de 2014 a fevereiro de 2018.

A escola de educação básica numa parceria colaborativa com a universidade, por meio de um programa que procura valorizar o princípio educativo que relaciona ensino, pesquisa e extensão torna-se um novo território de ensino-aprendizagem e de formação docente tanto dos licenciandos em sua formação inicial, quanto dos

professores da escola básica em sua formação continuada, no qual o licenciando numa parceria colaborativa com o professor da escola supera sua condição de observador e torna-se colaborador tanto na concepção e no planejamento, quanto nas práticas dialógicas de ensino-aprendizagem.

No pensamento de Paulo Freire não existe ensino sem aprendizagem, educar trata-se de um processo dialógico consciente, ou seja, um contínuo de trocas entre o educador e o educando. Neste processo dialógico a relação entre educador e educando torna-se um contínuo de ensino-aprendizagem, no qual o educador ensina e aprende com o seu estudante e o estudante aprende enquanto ensina seu educador. Na *Pedagogia do Oprimido*, Freire explicita sua concepção de educação, pois “o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os ‘argumentos de autoridade’ já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de *estar sendo com* as liberdades e não *contra* elas”. (FREIRE, 2013: 95-96). A consciência se manifesta no contexto em que educador e educando superam sua condição de sujeitos que ensinam e aprendem conteúdo formal, tomam relevo suas vivências, com seus caminhos, histórias e sentimentos.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre os temas abordados a partir de uma reflexão das práticas dialógicas de ensino-

aprendizagem vivenciadas pelo autor como coordenador de área do subprojeto da Licenciatura em Geografia do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência da CAPES. Ao longo desta vivência o autor elaborou relatórios, participou de espaços de diálogos, seminários e apresentou trabalhos.

Constitui um trabalho de pesquisa de caráter qualitativo e transformador, tendo como princípio norteador a realidade como práxis, a perspectiva da reflexão e ação docente a partir da sua autorreflexão. Interação entre investigação e ação, processo de investigação como processo educativo.

Nesse contexto, o autor traz uma proposta teórico-metodológica do estudo do meio e o trabalho de campo no entorno da escola, numa concepção freireana, procura não apenas privilegiar a execução das práticas dialógicas de ensino-aprendizagem na *sala de aula* da própria *escola* e, em outros territórios da escola, mas, que elas possam ocorrer para além dos muros da escola, ou seja, transformar o *bairro em sala de aula*, pois a proposta é transformar a escola de educação básica num território de estreita relação com a comunidade do entorno, na perspectiva de tornar o ensino-aprendizagem dos próprios estudantes da escola mais significativo, dialógico e valorativo das relações familiares e de bairros. Promove o diálogo entre o conteúdo curricular formal e os conteúdos das vivências tanto do professor em formação inicial e continuada, quanto do estudante da escola. Como nos ensina Paulo Freire, faz-se necessário, reciprocamente, o reconhecimento do *outro* e, como no convida Milton Santos, faz-se construir novos espaços de esperança por meio do estabelecimento de relações *solidárias*.

O bairro na metamorfose da cidade em metrópole

Conforme Odette Seabra, pensar o bairro, nos leva a pensá-lo na cidade histórica, formada de tempos lentos e estáveis sob o primado de uma concepção clerical do mundo, no qual o bairro e paróquia tendiam a coincidir, o bairro guardara pertencimentos profundos e os produzia a partir de práticas simples, comuns, cotidianas, eram lugares apropriados, a essência da vida do bairro podia ser encontrada a partir das relações familiares e de vizinhança no nível da prática paroquial e social, do uso do espaço, formadas no âmbito das relações de qualidade a partir das experiências vividas. (SEABRA: 2003). Segundo Henri Lefebvre, num dado momento, os homens estão ligados por relações que são imediatas (laços de parentesco, amizade, amor e subordinação) ou mediatas (econômicas, políticas, ideológicas e teóricas). (LEFEBVRE: 2002). As relações dos bairros das cidades históricas eram imediatas e as relações sociais estabelecidas na metrópole são mediatas, isto posto, nos remete a pensar o embate entre as práticas que confrontam qualidade e quantidade num contexto de metamorfose da cidade em metrópole.

No domínio das ciências do homem (sociológicas) é preciso distinguir dois tipos de relações: as relações imediatas e as relações mediatas. Esta distinção do imediato e do mediato transborda a teoria do conhecimento e tem um sentido geral, humano. Em uma dada época, os homens, os indivíduos estão ligados por relações que são imediatas e diretas (contribuições biológicas, parentela e consanguinidade, relações sociais pessoa-pessoa, amizade, amor ou ao contrário subordinação) ou mediatas e indiretas (relações econômicas sobre o mercado, relações políticas no Estado, relações ideológicas e teóricas por conceitos, categorias, sistemas ideológicos e teorias). (LEFEBVRE: 2002: 25-26 apud SEABRA: 2003).

No final do século XIX, a cidade de São Paulo, surge como o lugar a partir do qual se definiria uma unidade de vida social

destinada a integrar o rural e urbano, sobretudo com a industrialização, num contexto de transformação da cidade em metrópole, na qual as modernas relações da religiosidade, da propriedade, do dinheiro e do capital, circunscritas pelo movimento do mercado fundiário, de trabalho (imigração) e o de produtos valorizaram as relações quantitativas, no nível concebido, racional, métrico do espaço e tempo, mas nenhum desses processos atinge a sociedade em absoluto e de uma única vez, porque é espacialmente desigual e temporalmente circunstancial. Desse modo, constituía-se um referencial jurídico de Estado para institucionalizar as novas práticas, estas sobretudo circunscritas no nível abstrato do urbano, no qual a fragmentação do espaço e do tempo provoca uma separação entre o viver (lugar da experiência existencial) e o vivido; este se destaca da experiência imediata e perpassa pela retórica e estética, no qual o homem urbano experimenta o mundo, percebe-o através de abstrações, no seu limite a reprodução da sociedade envolveu o tempo e o lugar de reprodução da vida e do cotidiano como uma sequência lógica e necessária desse mesmo processo. Nesse sentido, no contexto da urbanização capitalista, a cidade e o bairro pré-modernos transformavam-se numa certa espacialização do processo social da modernidade. Contudo o bairro e o não-bairro seguiam concomitantemente, ao ponto a partir do qual o “fazer o bairro” já não fazia florescer a vida de bairro. Dessa maneira, as continuidades históricas integram produtivamente o processo social até o momento em que este mesmo processo entra numa fase de reprodução, na qual a urbanização torna-se dilacerante, segregadora, violenta, autoritária, discricionária e rentista. A urbanização produz os espaços da hiperfuncionalidade e da homogeneidade, tornada como modo de vida, é expressão quantitativa de uma racionalidade técnica,

mas o progresso técnico, entendido como força produtiva social, sob o contexto do movimento de reprodução capitalista da riqueza, é que revela a forma urbana. A *cidade* histórica com seus *bairros* é *fragmentada* na medida em que os espaços funcionais e homogêneos da urbanização se sobrepõem às formas pregressas de uso do espaço. Esses fragmentos dos antigos bairros tornados *resíduos* são entraves à mobilidade urbana, os quais diante da justaposição da produção espacial contemporânea da metrópole estabelece os conflitos e contradições da modernidade capitalista. (SEABRA: 2003). Odette Seabra ao abordar a insurreição do uso, diz que para Henri Lefebvre esses *resíduos* são *irredutíveis*, são resistências ao domínio da lógica e da razão. O uso do espaço, do tempo, do corpo é fundamental no pensamento de Lefebvre, porque abrigam dimensões da existência, os sentidos da vida que resistem à predominância da lógica e da razão como sentido do mundo que, tornando-se razão instrumental (em prática), estratégia política e sujeição econômica têm a intenção de dominar o mundo. Neste embate se confrontam a apropriação, referenciada na qualidade e a propriedade, referenciada na quantidade. Para Lefebvre o uso implica modo de ser e costume, no seu movimento antitético precede à mercadoria, está inserido na forma mercadoria, valor de uso e valor de troca. Lefebvre, apoiados em raciocínios de Marx, diz que é no cotidiano, lugar do embate entre o concebido e o vivido, que estão os enigmas de debate da sociedade e do social, para revelar o uso. (SEABRA: 1996). O urbano como processo social e modo de vida, tanto mostra inclusões produtivas, quanto “exclusões necessárias” ao processo de reprodução da sociedade, em decorrência da fragmentação do espaço e do tempo, as modalidades de uso do espaço se sucedem numa aparência de caos, sejam condôminos fechados, centros empresariais, ocupações de

propriedade pública ou privada, favelas, dentre outras. A cidade e o bairro, realizam-se como prática social e como conceito dotado de historicidade, mas indicam novos conteúdos da urbanização pela conformação de territórios, os territórios de uso, compreendidos como domínios territoriais auto-administrados. (SEABRA: 2003)

Ao compreender a transformação da cidade histórica, centro da vida civil e política, em cidade moderna, mais precisamente em metrópole verifica-se que a modernização geral das cidades corresponde a condição do desenvolvimento dos processos industriais, em muitos casos sob bairros rurais, numa perspectiva positiva diz-se que a modernização permitia uma vida mais diversa, com novos sujeitos sociais, mas, numa compreensão mais dialética, observamos as bases desiguais desta formação econômico-social e que a nova divisão manufatureira do trabalho fez emergir contradições fundamentais dessa formação, que para Henri Lefebvre podem ser pensadas para além do mundo do trabalho, as transformações da sociedade transformando-se em contradições do espaço, como contradições da sociedade urbana e industrial de uma cidade moderna, na qual a metrópole contemporânea torna-se sua expressão mais acabada, o urbano consoma-se na fragmentação do espaço e do tempo, mas a cidade e os bairros estão retidos na metrópole pelos seus fragmentos; por um lado, o aniquilamento das formas sociais e históricas de uso do espaço induzido pela industrialização conduz à periferização; por outro lado, a densidade histórica dos lugares se traduz como resíduos de tempos anteriores. Assim, contata-se que o bairro-cidade, como espacialidade do processo social, comportou uma prática espacial concreta, de relações imediatas e diretas, bases das experiências da vida de bairro. Desse modo, podemos pensar e questionar a urbanização numa perspectiva

qualitativa, de que maneira os indivíduos e famílias, enquanto moradores de bairros com seus modos de vida, vivem e sobrevivem os conflitos que são produtos da modernização geral da formação social do capitalismo. (SEABRA: 2003).

Segundo Odette Seabra, o conceito de metrópole dá-se por duas acepções: uma, define a relação fundamental do colonialismo, metrópole-colônia; a outra, trata-se a uma formação espacialmente concentrada do processo social, expressa por funcionalidades e homogeneidades técnicas e de estrutura polinucleada, uma região urbana, ou como preferem os planejadores região metropolitana. Até os anos 70, os geógrafos franceses, como Pierre George, preferiram defini-la como aglomeração urbana ou megalópoles. Com Michel Rochefort, numa perspectiva do planejamento dos centros nodais de equilíbrio do território francês de maior densidade econômica e social, começou a ser definida como metrópoles. O mesmo termo é usado pelos geógrafos norte-americanos, como Mark Gottdiener. (SEABRA: 2003).

Como podemos notar, durante o século XX, a cidade de São Paulo se transforma em metrópole concentrada, pelo fato de se tornar o centro da industrialização e urbanização brasileira. Durante a década de 1970, observa-se um processo de desconcentração territorial industrial e um processo de reestruturação urbano-industrial da metrópole, advindo das deseconomias de escala e de aglomeração. Na perspectiva da industrialização e urbanização a reestruturação produtiva produziu os espaços em ruínas das metrópoles, que no caso do Estado de São Paulo, produziu uma região metropolizada, formação de uma cidade-região e cisão territorial da indústria, no qual verifica-se por um lado, a desconcentração territorial da produção industrial da capital para o interior e, por

outro lado, a centralização da gestão do capital e do trabalho imaterial na capital. (LENCIONI: 2009). Sandra Lencioni coloca em discussão uma nova lógica territorial das empresas-redes que torna insuficiente às clássicas teorias da localização industrial, trata-se do conceito de descentralização, afirmando que muito da dispersão industrial está vinculado a processos de centralização do capital na capital, pois esta realocação industrial expressa a expansão do aglomerado metropolitano, que redefine a primazia da capital, não como a capital do capital, no sentido da produção, mas, sobretudo, como a capital da gestão. As análises recentes apontam para uma cisão territorial da indústria e integração regional no Estado de São Paulo que separam o lugar da planta industrial da gestão por meio da conformação de redes, tanto materiais, quanto imateriais, como mediadoras das estratégias territoriais das empresas-redes, criando elos que permitem unir o que se encontra distante e separado. Entretanto, verifica-se que a gestão, também, se localiza em outras cidades. Os grandes conglomerados econômicos e financeiros estabelecem, ao lado da cisão territorial, outras estratégias territoriais do capital, tais como, a subcontratação e a constituição das empresas-redes. Esta estratégia revela novos processos e territorialidades no seio da reestruturação produtiva recente, acompanhados de uma forma urbana concentrada, que reafirma a primazia da capital e configura a formação em curso de uma megalópolis, ou mesmo uma cidade-região. A cisão territorial entre produção e gestão redesenha as proximidades e distancias de um território, bem como realiza a integração entre o local e o global sob a lógica da descontinuidade territorial. (LENCIONI: 2003).

Nesse contexto, identifica-se um movimento de desconcentração das indústrias da capital em direção ao interior do

Estado de São Paulo, principalmente nos municípios limítrofes aos principais eixos rodoviários num raio de 150 Km partindo da capital, particularmente ao longo das rodovias Anchieta, Anhanguera, Bandeirantes, Castelo Branco, Dutra e Imigrantes.

Neste movimento, podemos pensar na industrialização e expansão do tecido urbano metropolitano, se processa, sobretudo, pela produção dos espaços funcionais e homogêneos, como conceitua Lefebvre, nesses espaços os homens estão ligados por relações que são mediatas (econômicas, políticas, ideológicas e teóricas), como no caso de shoppings, centros industriais e condomínios fechados, construídos numa descontinuidade territorial sob antigos bairros rurais, que para Lefebvre, os homens estavam ligados por relações que são imediatas (laços de parentesco, amizade, amor e subordinação). Nesse processo o *bairro* deve ser pensado na perspectiva *de resíduos irredutíveis à periférico*, nos remete a pensá-lo a partir do embate entre as práticas que confrontam qualidade e quantidade num contexto de metamorfose da cidade em metrópole.

A Geografia da autonomia para construir uma outra globalização

Pensar e fazer Geografia no século XXI é caminhar à Utopia, por um mundo mais humano e solidário, é buscar a essência na aparência de que o bairro nos isola e de que a globalização nos conecta, é criar as possibilidades de ensino-aprendizagem dialógica na sociedade da informação, na qual a comunidade do bairro torna-se um resíduo irredutível à sociedade em rede em contexto da globalização. Pensar e fazer Geografia no século XXI é pensar e fazer uma Geografia da autonomia a partir da inspiração de uma pedagogia da autonomia que possa construir uma outra globalização.

A Geografia deve sempre procurar pensar e assegurar a *autonomia*, a *resistência* e a *esperança* no desenvolvimento das práticas de ensino-aprendizagem, correspondendo a uma reflexão realizada a partir da autonomia da universidade num contexto de parceria colaborativa com a escola básica. Desse modo, deve procurar pensar a categoria autonomia na educação num contexto de globalização do início do século XXI, pois o capitalismo, na fase da globalização, na sua face rentista neoliberal ao requerer uma educação para atender as necessidades do mercado, incorpora a autonomia, imbuída da sua ideologia de individualidade e competitividade. Nesse contexto, torna-se fundamental pensar sobre a categoria autonomia, particularmente a autonomia na educação num contexto de globalização a partir do referencial teórico-metodológico que leva em consideração a concepção da pedagogia da autonomia de Paulo Freire e o da proposição por uma outra globalização de Milton Santos.

Paulo Freire partindo da sua *Pedagogia da Autonomia* contribui para a reflexão de que ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica. A ideologia fatalista naturaliza os fatos e as condições históricas, nos faz querer colocar que a globalização da economia é um momento necessário da economia mundial no qual os países não podem escapar. Essa universalização não considera condições históricas e presentes dos diferentes países do mundo. Os países que lideram a globalização exigem, no presente, dos outros, o que não fizeram, no passado, consigo mesmos. Para Freire, o enfrentamento e a superação à globalização e à sua face rentista, o neoliberalismo e à sua “ética de mercado” se dará com o contraponto da *solidariedade histórica* de homens e mulheres como uma das

formas de luta capaz de promover e instaurar a “ética universal do ser humano”. Para Freire:

“O discurso da globalização que fala em ética esconde, porém, que a sua é a ética do mercado e não a ética universal do ser humano, pela qual devemos lutar bravamente se optamos, na verdade, por um mundo de gente”. (FREIRE: 2013:124).

Segundo Freire, a globalização que nos é contada obscurece a malvadez do sistema capitalista e disfarça que ela, por um lado, concentra e centraliza capital na mão de poucos e, por outro lado, desconcentra e aumenta assustadoramente a pobreza e a miséria do mundo. A malvadez intrínseca do capitalismo no contexto da globalização na sua face rentista neoliberal alcança o máximo de eficácia de sua malvadeza. E a contestação a essa malvadeza do capitalismo, acredita Freire, virá da generalização do mal-estar das mulheres e os homens do mundo.

Mal-estar que terminará por consolidar-se numa rebeldia nova em que a *palavra crítica*, o *discurso humanista*, o *compromisso solidário*, a *denúncia veemente da negação do homem e da mulher* e o *anúncio de um mundo genteficado* serão armas de incalculável alcance. [...] A grande força sobre que alicerçar-se a nova rebeldia é a ética universal do ser humano e não a do mercado, insensível a todo reclamo das gentes e apenas aberta à gulodice do lucro. É a *ética da solidariedade humana* (FREIRE: 2013:125-126).

O que Freire nos ensina é de que a resistência crítica necessária ao poder manhoso da ideologia se faz, por um lado, por meio de uma atitude sempre aberta aos demais, aos dados da realidade; por outro lado, por uma desconfiança metódica na qual nos defende tornarmos absolutamente certo das certezas. O melhor

caminho é nos deixar expostos às diferenças, é recusar posições dogmáticas.

Milton Santos em sua *Por Uma Outra Globalização do Pensamento Único à Consciência Universal*, ao fazer a crítica a globalização e pensá-la como fábula, como perversidade e como possibilidade propõe a superação do pensamento único por meio da construção de uma consciência universal, na qual tomaria relevo à resistência consciente de parte da humanidade a partir dos seus lugares. Segundo Santos, o:

Processo de tomada de consciência (...) não é homogêneo, nem segundo os lugares, nem segundo as classes sociais ou situações profissionais, nem quanto aos indivíduos. A velocidade com que cada pessoa se apropria da verdade contida na história é diferente, tanto quanto a profundidade e coerência dessa apropriação (SANTOS: 2010:168-169).

Com isto cada pessoa obtêm uma visão sistêmica, capaz de enxergar a interdependência das situações e causas, o que permite com que cada um faça um debate interior e, posteriormente, coletivo, no qual torna cada vez mais claro compreender como as relações de causa e efeito se estruturam numa rede dinâmica contínua, interpenetram e completam à escala do mundo e à escala dos lugares. Essa compreensão sistêmica permite entender como cada lugar, coisa, pessoa e relação dependem do mundo. Essas condições:

Deverão permitir a implantação de um novo modelo econômico, social e político que, a partir de uma nova distribuição de bens e serviços, conduz à realização de uma *vida coletiva solidária* e, passando da escala do lugar à escala do planeta, assegure uma reforma do mundo, por intermédio de outra maneira de realizar a globalização (SANTOS: 2010:170).

Desse modo, esse novo mundo não será uma construção de cima para baixo, como quer a globalização perversa, mas se dará de baixo para cima, ou seja, haverá possibilidade de construção de um espaço de liberdade para a cultura popular se opor à cultura de massa, de um espaço de solidariedade na luta dos “de baixo” em oposição aos “de cima”, construindo uma nova centralidade do social e, por conseguinte, de uma nova política. Segundo Santos:

O que, afinal, se cria é o *mundo* como realidade histórica unitária, ainda que ele seja extremamente diversificado. Ele é datado como uma data substantivamente única, graças aos traços comuns de sua constituição técnica e à existência de um único motor para as ações hegemônicas, representado pelo lucro à escala global. É isso, aliás, que, junto à informação generalizada, assegurará a cada lugar a comunhão universal com todos os outros (SANTOS: 2010:173).

Entretanto, para Milton Santos há *espaços de esperanças*, por um lado, ao constatar que a *globalização* é uma *fábula*, uma máquina ideológica que nos quer convencer que vivemos numa *aldeia global* e ao constatar que a *globalização* é *perversa*, uma fábrica de perversidade sistêmica, na qual sua raiz encontra-se na adesão desenfreada aos *comportamentos competitivos*. Por outro lado, nos faz enxergar que é possível um mundo novo *por uma outra globalização*, na qual a mesma materialidade técnica, atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais *humano*, por meio de uma *mutação tecnológica*, quando sua utilização for democratizada e de uma *mutação filosófica* da espécie humana, capaz de atribuir um novo sentido à existência de cada pessoa, e, também, do planeta. (SANTOS, 2010:174).

Portanto, tanto Paulo Freire, quanto Milton Santos nos conduzem à Utopia, ou seja, nos concham a pensar e fazer da resistência o caminho da Geografia no século XXI; para o primeiro, por meio da pedagogia da autonomia, por uma nova rebeldia ética da *solidariedade* humana e; para o segundo, por meio da construção de uma consciência universal baseada em relações *solidárias* de se construir uma outra globalização, assentada em novos espaços de esperança. E uma Geografia que assegure a sua *autonomia*, pode ser um espaço de *esperança*, uma *resistência* à fábula e perversidade da globalização.

Ensino-aprendizagem dialógica na Geografia da autonomia no século XXI

Para ensinar e aprender dialogicamente a Geografia da autonomia no século XXI, inspirado em Paulo Freire em sua *Pedagogia da Autonomia* e, em Milton Santos em sua *Por Uma Outra Globalização do Pensamento Único à Consciência Universal*, é preciso pensar e fazer a Geografia a partir da indissociação entre reflexão e ação, contribuindo para o despertar da práxis, a qual permite ao professor conquistar a *autonomia* da práxis, na sua reflexão-ação-reflexão.

Na perspectiva de pensar e fazer Geografia no século XXI e de ensinar e aprender dialogicamente Geografia da autonomia, Paulo Freire nos ensina que a reflexão é o movimento realizado no “pensar para o fazer” e no “pensar sobre o fazer”. A reflexão se origina da superação da curiosidade ingênua à crítica. Desse modo, o caminho para Geografia chegar à Utopia de um mundo mais humano e solidário perpassa pela contínua reflexão crítica docente, que tem no horizonte a transformação por meio da sua prática educativa.

A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. [...] O que se precisa é possibilitar, que, voltando-se sobre si mesma, através da reflexão sobre a prática, a curiosidade ingênua, percebendo-se como tal, se vá tornando crítica. Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática (FREIRE: 2013: 39-40).

Desde os anos de 1980, a formação docente esta cada vez mais imbrica ao modo de produzir e divulgar conhecimentos. Nesse contexto, baseados na premissa de que há uma base de conhecimento para o ensino e aprendizagem, cada vez mais há pesquisas sobre a temática dos saberes e profissionalização docente, superando a concepção histórica da docência vocacionada. No Brasil, desde os anos de 1990, esta temática é inserida principalmente por meio das ideias de Antonio Nóvoa, Dolnald Schön, Maurice Tardif e Francis Imbert, dentre outros.

Para Nóvoa (1991) a formação contínua docente se âncora num tripé: pessoal, a partir de uma formação crítico-reflexiva; profissional, a partir de uma reflexão sobre a autonomia diante ao controle administrativo e às regulações burocráticas do Estado; e organizacional, na qual às inovações só podem ocorrer se houver transformação na organização escolar.

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projectos próprios, com vistas à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional (NÓVOA: 1991: 25).

Baseado na teoria da indagação de John Dewey, Schön (1992), construiu sua teoria de prática reflexiva, desenvolveu a teoria da ação docente em contexto de situações incertas e de conflito, a qual produz conhecimento espontâneo por observação e reflexão sobre as ações. Sua teoria da formação de um profissional reflexivo perpassa por três perspectivas: conhecer na ação; reflexão na ação; reflexão sobre a reflexão na ação.

Tardif (2002) valoriza a temporalidade, a pluralidade e a heterogeneidade do saber docente e destaca a relevância do saber experimental para a profissionalização docente, ressalta que os saberes docentes não se restringem a sua função de transmitir conhecimentos constituídos, mas integram e se relacionam com diferentes saberes originários da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e de experienciais. Os saberes docentes são temporais, plurais, heterogêneos, personalizados e territorializados.

Segundo Imbert (2003) a mudança da escola e das práticas pedagógicas só poderá ocorrer quando houver uma transformação no imaginário dos educadores, que perpassa pela ideia de que a práxis é resultado de um projeto coletivo autônomo.

A práxis não é uma prática. Convém não se enganar a esse respeito. A práxis é elaboração coletiva, num grupo, das práticas vividas no cotidiano. A prática pode se situar no plano das elaborações primárias do pensamento, a práxis não. Ela pressupõe um coletivo: um coletivo articulado, nunca massificado ou aglutinado (IMBERT: 2003: 74)

Os saberes e a profissionalização docente ressaltam a importância da reflexão e da ação docente individual e coletiva e das escolas enquanto territórios de formação contínua, no qual o docente ao refletir sobre a sua prática, de maneira sistemática, objetiva e

orientado por um aporte teórico-metodológico, exerce sua condição de pesquisador e produtor de conhecimento. Com isto, há a superação do modelo de racionalidade técnica de transmissão de conhecimentos pelo de autonomia da formação docente contínua, na qual se valoriza as experiências da formação inicial com às da ação docente, que conduz ao conhecimento crítico e a construção da cidadania.

Ao longo dos anos 2000, intensificaram-se os programas de formação docente inicial e continuada, buscando a parceria colaborativa entre a universidade e a escola básica. Na medida em que os licenciandos em sua formação inicial e os docentes das escolas em sua formação continuada se apropriam da sua ação docente enquanto momento de sua formação inicial e contínua e da sala de aula como um território de ensino-aprendizagem, não somente os territórios para além da sala de aula nas escolas foram sendo apropriados, mas, também, o bairro no entorno da escola tornou-se um território de pesquisa e de práticas dialógicas de ensino-aprendizagem, pois o bairro tornou-se uma sala de aula e um território para se estreitar à relação entre escola e comunidade do entorno.

Essas práticas dialógicas de ensino-aprendizagem procuram cada vez mais por objetivo dar relevo ao protagonismo do aluno da educação básica, tanto no seu aprendizado em sala de aula, quanto na sua participação na comunidade, pois como nos inspira Paulo Freire as práticas educativas são dialógicas e contribuem para o processo de construção de cidadania, pois não existe ensino sem aprendizagem, educar trata-se de um processo dialógico consciente, ou seja, um contínuo de trocas entre o educador e o educando. Conforme Cavalcanti (2013):

Práticas formativas são os papéis assumidos por professores e alunos, as rotinas pedagógicas, os

modos de relacionamento entre professores e alunos, os estilos de professores, a organização das atividades, os modos de avaliação da aprendizagem, os modos de registros das atividades e de organização centralizada desses registros, os modos de planejamento das aulas e do currículo. (CAVALCANTI, 2013:104-105).

Na perspectiva de que a educação formal necessita ser inclusiva e, para tanto, precisa garantir uma formação cidadã torna-se de fundamental importância à valorização de estudos, pesquisas e projetos em níveis e modalidades de ensino diferentes, mas, também, à aprendizagem advinda de ações da própria comunidade, projetos e alternativas de ensino-aprendizagem plural poderão ser colocados em prática, por ora, acompanhados, analisados e avaliados por todos. Dessa maneira, o aprendizado, a socialização e o desenvolvimento coletivo de práticas e metodologias disciplinares e interdisciplinares possibilitarão o desenvolvimento de atividades de integração entre a universidade, a escola pública e a comunidade do entorno da escola.

A escola básica no Brasil é um território de contato de uma sociedade multicultural, espalhada por múltiplas territorialidades que intensificam possibilidades e conflitos entre diferentes grupos e pessoas.

Com relação ao mal e a miopia, Zygmunt Bauman diz que na globalização não se restringem às guerras ou em contextos os quais as pessoas agem sob condições de coerção. Atualmente se mostram na insensibilidade cotidiana diante do sofrimento do outro, na incapacidade ou recusa de compreendê-lo e na vontade de controlar a privacidade de outrem. A maldade e a cegueira ética diariamente se escondem na banalidade da vida. Em *Cegueira Moral* (BAUMAN; DONSKIS; 2014), ao abordar um fenômeno de variação da sensibilidade que atravessa tanto a forma “sólida” da

modernidade, quanto sua variante “líquida”, Bauman desenvolve o conceito grego de *adiaphoron*; de acordo com a compreensão da filosofia estoica, bem como na teologia cristã, são coisas neutras em termos éticos, ou seja, privadas de uma classificação como boa ou má.

Os estratagemas voltados para colocar, com intenção ou não, certos atos e/ou a omissão deles em relação a certas categorias de seres humanos *fora* do eixo moral-imoral – ou seja, fora do ‘universo das obrigações morais’ e do reino dos fenômenos sujeitos à avaliação moral; estratagemas para declarar tais ações ou inações, de maneira implícita ou explícita, ‘moralmente neutras’ e impedir que as escolhas entre elas sejam submetidas a um julgamento ético – o que significa assumir o opróbrio moral. (BAUMAN; DONSKIS; 2014 apud CRUZ, 2017: 24).

A adiaforização compreenderia o processo no qual as ações ou omissões são colocadas para além da ética. Nesse contexto a exclusão social seria compreendida dentro de uma normalidade sistêmica, na qual o desemprego ou desigualdade não seria mais suas condições essenciais históricas e que requereriam reparações por meio de instituições como o Estado, a Igreja e as ONGs. (CRUZ, 2017: 22-24). Na modernidade líquida, em contexto da sociedade do consumo, do espetáculo, da informação os interesses econômico-financeiros permanentemente instáveis se sobrepõem as obrigações morais, tornam cada vez mais os seres humanos descartáveis e irrelevantes.

Nesse sentido, a valorização das temáticas transversais, que dialogam com a adiaforização, tais, como: acessibilidade, étnico-racial, gênero, sexualidade, cidadania e direito à diferença devem ser contempladas em estudos, pesquisas e projetos. Em diversas escolas tanto os gestores, quanto os educadores pelo fato de terem se formado há muitos anos e/ou por terem uma formação de curta duração,

acabam desconhecendo as alterações no regramento dos direitos civis e sociais e, por consequência não abordam as temáticas que asseguram o diálogo ao direito à diferença, de maneira geral este debate, em muitos casos, está negligenciado ou não valorizado na escola pública. Mas a reversão dessa condição faz-se necessária, pois no momento em que a educação básica se torna universal no Brasil ressalta a acessibilidade, a pluralidade étnico-racial e as questões de multiculturalidade, de gênero e de sexualidade na escola. O desenvolvimento de estudos, pesquisas, projetos e material didático deve ter a preocupação de versar em que condições essas temáticas são observadas e abordadas tanto na universidade, quanto na escola básica.

Portanto, devemos pensar e fazer, ensinar e aprender Geografia para quem? Jovens escolares e suas motivações. Conforme Cavalcanti, com a contribuição das investigações e das formulações teóricas sobre o tema, postula-se que há a necessidade de estabelecer saberes docentes específicos a serem formados/construídos pelos professores de Geografia para atuar profissionalmente: saber geografia, saber ensinar, saber para quem vai ensinar, saber quem ensina geografia, saber para que ensinar Geografia e saber como ensinar Geografia para sujeitos e contextos determinados. Segundo Cavalcanti, busca-se um ensino crítico:

Voltado para o desenvolvimento intelectual dos alunos, busca mediar seus processos de conhecimento considerando-os sujeitos ativos, já portadores de saberes e capacidade de pensamento, já portadores de histórias e sensibilidades, de experiências reais e imaginárias (...) buscam-se aproximações entre saberes cotidianos e científicos para ampliação dos conhecimentos (CAVALCANTI: 2013:110-112).

Com relação aos estudantes da escola, interessa observar os jovens, seus dizeres, suas práticas, a juventude e sua cultura. Conforme Cavalcanti, para que o aluno possa ser motivado e possa ampliar seus conhecimentos sobre o mundo, compreender e problematizar o mundo e entender sua inserção no mundo torna-se fundamental o trabalho docente de intervir nos motivos e nos interesses pessoais dos alunos, afim de, ao mobilizá-los, mediar os processos de reflexão, dar relevo a suas experiências geográficas e aos seus conhecimentos empíricos. (CAVALCANTI: 2013:116-117). Neste caso, faz-se necessário compreender a escola como instituição social, seu contexto na atualidade, suas crises e suas dificuldades, ter uma posição sobre a sociedade e seus limites, suas conquistas históricas e seus “enganos”. Desse modo, a Geografia deve valorizar as práticas dialógicas de ensino-aprendizagem de Geografia a partir de duas perspectivas: as práticas dialógicas de ensino-aprendizagem desenvolvidas na sala de aula ou em outros territórios da escola e; as práticas de ensino-aprendizagem inicialmente desenvolvidas na sala de aula e que têm seus desdobramentos em outros territórios na escola ou para além dos muros da escola, no entorno da escola, no próprio bairro.

O estudo do meio e o trabalho de campo no entorno da escola e no bairro

Na perspectiva de tornar a prática dialógica de ensino-aprendizagem mais significativa para os estudantes da escola e valorizar a relação escola/aluno/comunidade a Geografia deve orientar os trabalhos a partir da metodologia do estudo do meio, culminando com o trabalho de campo em Geografia no entorno da escola e o uso do letramento cartográfico. Ensinar e aprender a

Geografia no século XXI nos remeteu a relacionar como se pensou e se fez Geografia ao longo da história do pensamento geográfico, relacionar o método do estudo do meio e o trabalho de campo em Geografia com os métodos e metodologias que estão na gênese da Geografia moderna.

Na gênese da Geografia moderna, com Karl Ritter, se transpõe a fase taxonômica e descritiva para a fase centrada no conceito e na explicação, sua referência é a corografia, que a partir dela cria o método comparativo uma forma e uma fase nova para a Geografia. A corografia parte da noção do recorte paisagístico por meio de uma classificação taxonômica ao tempo, identifica a individualidade regional dos recortes de espaço. O processo é comparar duas a duas, selecionando as singularidades, inferir uma ordem geral de classificação e a específica de individualidade, produzindo o mapa, ao final a corografia se constitui em corologia, uma taxonomia da paisagem da superfície terrestre concebido na teoria. Com Karl Ritter, a Geografia torna-se antropocêntrica, regional, privilegia a abordagem homem-natureza, para além das observações para explicar o espaço que o homem habitava, fazia-se necessário o trabalho empírico, a percepção e as ações intuitivas. (MOREIRA: 2014:15).

Karl Ritter tem papel fundamental na educação geográfica, referenciado pelos pensamentos de Jean-Jacques Rousseau, no qual deve-se evitar que o educando seja influenciado negativamente pela sociedade e a Johann Heinrich Pestalozzi, que cria o método de educação ativo e interativo que coloca o aluno observar do particular ao geral até atingir a consciência e o discurso.

Ritter trata de reconstruir a unidade do todo a partir da observação, progredindo do simples ao complexo. Com isto segue, outra vez, uma das regras fundamentais do método pestalozziano [...]

a preocupação com a proporção, e o objetivo de avançar sempre do simples ao complexo, explicam, por outro lado, alguns aspectos do plano de Erdkunde (CAPEL: 2007: 50).

Este método inicialmente propicia ao aluno ter um contato direto com o seu meio imediato, exercitando sua intuição, suas sensações e percepções no processo de conhecimento, posteriormente permite a elaboração conceitual. (ZANATT: 2005: 165-184). Portanto, vemos que a abordagem do desenvolvimento do conhecimento abstrato, conceitual do estudante a partir do conhecimento concreto, que leva em consideração suas intuições, sensações e percepções está na gênese do ensino de Geografia moderna. Compreendemos na atualidade que o estudo do meio e o trabalho de campo no entorno da escola ao propiciar ao estudante a reelaboração da sua realidade concreta em diálogo com os conceitos do conteúdo disciplinar tem na sua origem os pressupostos da Geografia moderna ressignificados.

Atualmente são diversos os procedimentos e maneiras de realizar o estudo do meio e o trabalho de campo, procedimentos estes que podem ser encontrados em *Para Ensinar e Aprender Geografia*, organizado por Nídia Nacib Pontuschka, segundo esta autora trata-se de uma metodologia de ensino interdisciplinar que pretende revelar a complexidade de um espaço específico extremamente dinâmico e em constante transformação. O processo pode incentivar a reflexão do aluno para produzir conhecimentos que não estão nos livros didáticos. Possibilita um movimento de apreensão do espaço social, físico e biológico que se dá em múltiplas ações combinadas e complexas. Propõe como um projeto de estudo do meio os momentos e ações, como segue: 1) mobilização dos sujeitos sociais; 2) visita preliminar e a escolha do percurso; 3) planejamento; 4) elaboração do

caderno de campo, fonte de pesquisa; 5) a pesquisa de campo reveladora da vida; 6) entrevistas reveladoras de histórias e concepções de mundo; 7) transcrição e categorização; 8) retorno a sala de aula e a sistematização do material colhido, análise do material e compartilhamento cognitivo coletivo. (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE: 2009:173).

Ver uma paisagem qualquer que seja do lugar em que o aluno mora ou outra, fora de seu espaço de vivência, pode suscitar interrogações que, com o suporte do professor, ajudarão a revelar e mostrar o que existe por trás do que se vê ou do que se ouve. (...) Uma das etapas importantes do estudo do meio é o trabalho de campo – a saída da escola já permite outro modo de olhar. O aluno pode, se bem orientado, utilizar todos os seus sentidos para conhecer melhor certo meio. (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE: 2009: 174).

Diante do fato de que cada vez mais se reconhece que a melhoria da educação escolar e a superação dos problemas que envolvem a escola básica perpassam pelo estreitamento da relação entre educadores, estudantes, familiares e comunidade do entorno das escolas, acreditamos que a proposta teórico-metodológica do estudo do meio e trabalho de campo em Geografia no entorno da escola podem contribuir para estreitar a relação entre os agentes da escola e a comunidade do entorno e para estabelecer dentro da escola e em seu entorno, diálogos efetivos e ações compartilhadas entre seus diferentes agentes. Nesta perspectiva, com esta metodologia, por um lado, procura-se estreitar as relações entre comunidade escolar e comunidade do entorno e tornar as práticas dialógicas de ensino-aprendizagem mais significativas para os estudantes da escola, lhes proporcionando autonomia, autoria e maior interação dialógica e de valorização das relações familiares e de bairro. Por outro lado, aborda-se o fato de que a metodologia do estudo do meio e trabalho

de campo em Geografia no entorno da escola pode contribuir para que escola e comunidade do entorno possam pensar sobre a possibilidade da sua transformação numa comunidade de aprendizagem, ou seja, de se estabelecerem, dentro da escola e em seu entorno, diálogos efetivos entre seus diferentes agentes e, práticas dialógicas de ensino-aprendizagem disciplinares e não disciplinares, tais como atividades culturais, recreativas e de lazer. Com isso pensar a sua transformação em uma sociedade mais democrática e que busca a igualdade na diferença. Apesar dos *bairros* se tornarem *resíduos irreduzíveis* do espaço num contexto de *metamorfose da cidade em metrópole*, estas ações na escola podem potencializar encontros, práticas sociais e educativas e, mesmo que possa ter aparência de utopia, podem possibilitar a *metamorfose da escola em comunidade de aprendizagem*.

A metamorfose da escola em comunidade de aprendizagem

Comunidade de aprendizagem é um modelo que foi pensado a partir da proposta teórico-metodológica, apoiada no conceito de aprendizagem dialógica, de inspiração nas contribuições de Jurguen Habermas e Paulo Freire, elaborada por Ramón Flecha, do Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades (CREA) da Universidade de Barcelona, Espanha e, desde 2003, em colaboração com o Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (NIASE) da UFSCar, liderado por Roseli Rodrigues de Mello, é difundida no Brasil e em outros países da América Latina. Esta proposta surgiu, em 1978, na Escola de Pessoas Adultas de Verneda de Sant Martí, e implantada, em 1995,

no sistema regular de ensino fundamental em escolas na Espanha. Segundo Roseli Mello, trata-se de uma proposta

Dedicada à ampliação da participação das pessoas do bairro e da cidade na vida da escola, intensificando e diversificando, de maneira metódica, as interações entre diferentes agentes educativos. Ações familiares, de pessoas da comunidade de entorno e de profissionais da educação se articulam de maneira dialógica para a garantia de máxima aprendizagem para todos os estudantes, com desenvolvimento de convivência respeitosa, tendo a diversidade como fonte de riqueza humana. [...] A proposta de Comunidade de Aprendizagem apresenta instrumentos para a transformação tanto da gestão da escola como dos processos de aprendizagem (MELLO: 2012: 11-12).

A perspectiva é que essa gestão escolar seja menos hierárquica e mais democrática, dialógica e compartilhada, entre profissionais e não profissionais, por meio de colegiados mais fortalecidos, tais como os que envolvem os estudantes, a família e a comunidade do entorno da escola. Desse modo, estendem-se os processos de reflexão, de planejamento e de ação na escola e na casa dos estudantes. A escola torna-se um novo território de formação profissional e de estudos para os familiares e a comunidade do entorno. As transformações pedagógicas acontecem em concordância entre os docentes e se originam depois de reflexões pautadas a partir da diversidade de vivências escolares. As transformações das relações e interações entre todas as partes surgem em princípios compartilhados, os da aprendizagem dialógica, tais como: diálogo igualitário, inteligência cultural, transformação, dimensão instrumental, solidariedade, criação de sentido e igualdade de diferenças. Seguindo os caminhos de Paulo Freire, trata-se da realização de uma utopia, o cotidiano como parte constitutiva de um futuro melhor por meio de um sonho e de um projeto.

A escola e o bairro em Cuba num contexto de globalização

Em busca do bairro num contexto de globalização nos levou a procurar o bairro em Cuba, encontramos uma estreita relação entre a escola e o bairro e a valorização de laços comunitários e solidários. Pensar e fazer a Geografia no século XXI, é nos referenciar como os cubanos ensinam e apreendem Geografia, por meio de um mundo mais humano e solidário.

Ramón Cuétera López vem realizando há muitos anos pesquisas e estudos, no Departamento de Geografia da Universidade Pedagógica Enrique José Varona, Cuba, sobre uma proposta teórico-metodológica para o estudo da localidade na Geografia escolar, particularmente sobre a didática de Geografia local. Constitui uma investigação de caráter fundamentalmente qualitativo e transformador, tornando a realidade como práxis; implicação docente na solução de problemas a partir da sua autorreflexão; interação permanente entre investigação e ação, e utilização do processo de pesquisa como processo educativo. A base do estudo parte do critério de que o estudo da localidade constitui um princípio no ensino de Geografia. Consiste, essencialmente, em que o centro da iniciação da aprendizagem geográfica se situa na localidade no entorno do aluno e, que por comparação, se pode estender até áreas mais distantes e menos conhecidas. O conceito de localidade, para fins de ensino, trata-se daquele território que permite a realização de observações durante as atividades de aprendizagem dos alunos, seja no entorno da escola, seja em uma área que possui uma área de um quilômetro, que pode ser percorrido a pé e que tem a escola como centro de referência.

A partir dos resultados das análises teórica e dos problemas relacionados com o estudo da localidade na realidade educativa cubana, se chegou a conclusão de que se requeria uma concepção de estudo local com base no conhecimento da Geografia escolar, que incluía uma conceituação geral com base teórica e metodológica para sua operacionalização e aplicação. Os fundamentos teóricos são os seguintes: 1) materialismo histórico e dialético; 2) interdisciplinaridade; 3) ensino é um processo problematizador que integra o instrutivo e o educativo; 4) aprendizagem como processo de transformação interno do aluno, que engloba o motivacional, o afetivo, o cognitivo e o comportamental, no qual lhe confere um caráter individual, contextual e grupal, gerado dentro de uma estrutura familiar, escolar e social; 5) ensino-aprendizagem é conceituado como um processo institucional, dirigido e sistêmico, bilateral e ativo.

Neste processo, a atividade e a comunicação são integradas dialeticamente e, com base nisso, professores e alunos constroem conhecimento, valores são formados e os comportamentos mais desejáveis para a sociedade são aprendidos. É um processo influenciado por seu próprio contexto escolar, familiar e comunitário. A instrumentação metodológica é proposta a partir de três perspectivas: o estudo da localidade a partir da própria realidade já pelas pessoas envolvidas em sua transformação; um processo de ensino-aprendizagem que se desenvolve a partir dos resultados anteriores, tendo como premissa a reflexão da prática-teoria-prática enriquecida; a aplicação da concepção do estudo da geografia do país natal a partir do conhecimento da geografia local.

Com relação aos fundamentos pedagógicos se reconhecem os princípios do ensino da escola socialista (teoria e prática; caráter

científico do ensino; vinculação do concreto e abstrato; acessibilidade do ensino; solidez do conhecimento; dentre outros), os princípios da geografia expressos na literatura internacional (localização; distribuição; generalização; atividade; causalidade e conexão), o princípio do estudo da localidade conceituado pelo autor e a interdisciplinaridade no processo de ensino-aprendizagem. Aos fundamentos psicológicos se relacionam ao enfoque histórico-cultural de Vigotski, o que leva a um ensino em desenvolvimento e uma aprendizagem significativa. A apropriação da experiência histórico-social acumulada ocorre na comunicação, favorecida em um contexto de relações afetivas adequadas. A proposta é dirigida a estudantes, cuja idade varia entre onze e quinze anos. No que diz respeito aos fundamentos filosóficos a proposta assume uma concepção geral do homem e da educação que parte do materialismo histórico e dialético, o que é concretizado no enfoque histórico-cultural. A categoria principal da dialética materialista é a contradição, mas, também se valoriza as categorias do abstrato e do concreto.

Pensar e fazer Geografia no século XXI em contexto de globalização e de sociedade em rede, talvez não nos requer muitas inovações, mas realizar as mediações entre o passado, o presente e o futuro. Buscar a essência na aparência de que o passado nos isola e de que o presente nos conecta ao futuro. Ao olhar para as escolas e os bairros de Cuba podemos ter a aparência de que o seu futuro é de isolamento porque o seu presente está conectado ao passado. Pensando dialeticamente a partir de Zygmunt Bauman, de que a rede ao não conectar aquilo que é diferente, não repara as desigualdades econômicas e sociais da humanidade e não busca à igualdade na diferença dos conjuntos culturais e na diferença dos indivíduos, constitui-se não em uma sociedade em rede, mas numa

multidão em rede de isolados. Nesta perspectiva, olhando para as escolas e os bairros de Cuba podemos perceber que os cubanos podem não pertencer a uma sociedade em rede, mas têm uma comunidade mais humana e solidária, isso nos faz pensar dialeticamente na essência e nos alertar de que o presente em rede pode nos conectar a um futuro de isolamento e, de que ao olharmos o passado em comunidade podemos criar a possibilidade de construir um futuro que nos une em solidariedade, como sonham Paulo Freire e Milton Santos e, para onde Eduardo Galeano nos conclama, caminhar à Utopia.

Considerações finais

Pensar e fazer Geografia no século XXI nos levou a pensar em que condições devemos pensar e fazer o ensino-aprendizagem em Geografia no século XXI, esta reflexão e ação nos conduziu a uma práxis da Pedagogia da Autonomia. Ao persistir nesta pedagogia da autonomia em contexto de globalização, nos levou a pensar em Por Uma Outra Globalização, caminhar à Utopia, por um mundo mais humano e solidário. Esta busca nos levou a pensar e fazer a Geografia da Autonomia. Nesse contexto de globalização e de sociedade em rede fomos pensar em rede, encontramos uma rede que mais nos isola do que nos une e, fomos pensar em comunidade, ao buscar a comunidade por meio do estudo do meio e o trabalho de campo no entorno da escola encontramos o bairro, que se torna um resíduo irredutível à globalização.

Este artigo versou sobre a relação entre a escola e o bairro, a escola e a comunidade do entorno da escola, num contexto de urbanização e industrialização brasileira em condições da

globalização. Cada vez mais se afirma o distanciamento do sentido comunitário e de pertencimento natural dos sujeitos à comunidade de origem, vai se configurando, inicialmente, a partir da modernidade e, encontra o seu ápice na globalização e na sociedade em rede, que, conforme Zygmunt Bauman, valoriza o sentido individual e reforça os sentimentos solitários e, nas metrópoles vivem numa multidão em rede de isolados. No entanto, há esperanças num mundo solidário, porque são possíveis por uma outra pedagogia e por uma outra globalização, tanto Paulo Freire, quanto Milton Santos nos conduz à Utopia, ou seja, pensar possibilidades de resistência; para o Freire, por meio da pedagogia da autonomia, por uma nova rebeldia ética da *solidariedade* humana e; para Santos, por meio da construção de uma consciência universal baseada em relações *solidárias* de se construir uma outra globalização, assentada em novos espaços de esperança. E a Geografia, que assegure práticas dialógicas de ensino-aprendizagem *autônomas* e as *escolas* na sua imbricação com o *bairro* transformadas em comunidades de aprendizagens podem ser um *território de esperança, resíduos irredutíveis* à fábula e perversidade da globalização.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Z. & DONSKIS, L. *Cegueira moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

BAUMAN, Z. *As redes sociais são uma armadilha*. Entrevista: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html

CAPEL, H. *Geografia, Ciência e Filosofia*. Introdução ao pensamento geográfico. volume 1, Org. por Jorge Guerra Villalobos. Maringá: Massoni, 2007.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. I, 4º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, L. de S. *O Ensino de Geografia na Escola*. Campinas, SP: Papirus, 2013.

CRUZ, R. de S. *Sociologia e literatura: utopia em José Saramago*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2017. Natal, RN.

FREIRE, P. *À Sombra Desta Mangueira*. 11º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 55º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. 46º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. *Pedagogia da Tolerância*. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GALEANO, E. *Palavras Andantes*. Porto Alegre: Editora: L&PM, 2017.

IMBERT, F. *Para uma práxis pedagógica*. Brasília: Plano, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *Methodologie des sciences*. Paris: Antrropops, 2002, p. 25-26.)

LENCIONI, S. *Cisão Territorial da indústria e integração regional do Estado de São Paulo* IN: Regiões e Cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. Orgs. Maria Flora Gonçalves, Carlos Antônio Brandão, Antônio Carlos Filgueira Galvão, - São Paulo: Editora UNESP; ANPUR, 2003.

LENCIONI, S. *A transformação sócio-territorial das principais áreas metropolitanas da América do Sul*. Buenos Aires, São Paulo e Santiago. A importância da indústria inovadora e de alta tecnologia no caso de São Paulo e sua relação com as transformações sócio-territoriais. In: *XII EGAL - Encontro de Geógrafos da América Latina*, 2009, Montevidéu. *XII EGAL - Encontro de Geógrafos da América Latina*, 2009.

MELLO, R. R. de et. al. (Orgs.), *Comunidade de aprendizagem: outra escola é possível*. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

MOREIRA, R. *O pensamento geográfico brasileiro vol. 1: as matrizes clássicas originárias*. 2º ed., São Paulo: Contexto, 2014.

NÓVOA, A. *A formação contínua de professores: realidades e perspectivas*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.

PONTUSCHKA, N. N; PAGANELLI, T. I; CACETE, N. H. *Para ensinar e aprender geografia*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SARAMAGO, José. *O caderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2006.

SEABRA, O. C. de L. A insurreição do uso. In: MARTINS, J. de S. *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SEABRA, O. C. de L. *Urbanização e Fragmentação, Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão*. São Paulo: Tese de Livre-Docência, FFLCH, USP, 2003.

SCHÖN, D. A. *Formar professores como profissionais reflexivos*. In: NÓVOA, António (Coord.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 8a. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ZANATT, B. A. O Método Intuitivo e a Percepção Sensorial Como Legado de Pestalozzi Para a Geografia Escolar. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 165-184, maio/ago. 2005.

Submetido em: 14 de janeiro de 2019.

Devolvido em: 29 de março de 2019.

Aprovado em: 11 de abril de 2019.

**O PENSAMENTO
CONSERVADOR NORTE-
AMERICANO E A REFORMA
DA ESCOLA: EMBATES
ENTRE RELIGIÃO,
MORALIDADE,
PATRIOTISMO E IDEOLOGIA**

*NORTH AMERICAN CONSERVATIVE
THINKING AND SCHOOL REFORM:
COLLISIONS BETWEEN RELIGION,
MORALITY, PATRIOTISM AND IDEOLOGY*

*EL PENSAMIENTO CONSERVADOR
NORTEAMERICANO Y LA REFORMA DE LA
ESCUELA: EMBATES ENTRE RELIGIÓN,
MORALIDAD, PATRIOTISMO E IDEOLOGÍA*

LINOVALDO MIRANDA LEMOS

Instituto Federal Fluminense (UFF), Campos
dos Goytacazes/RJ.

E-mail: linovaldomlemons@gmail.com

LAATS, Adam. **The other school reformers:** conservative activism in American Education. Cambridge: Harvard University Press, 2015

Impossível ler a obra de Adam Laats e não nos sentirmos estimulados a refletir sobre o atual momento político que nós, brasileiros, vivenciamos em nosso país. Muito embora se trate de uma análise histórica do ativismo conservador norte-americano no século XX e do exame de questões relacionadas à escola e ao papel social da educação daquele país, a força de sua análise nos permite lançar nossos olhares por sobre os imbrólios políticos do Brasil contemporâneo, especialmente no campo da educação, nos quais questões relativas ao currículo e ao papel social da escola e de seus professores assumem uma quase centralidade nos debates, fazendo-se emergir discursos os mais apaixonados, de uma ponta a outra do espectro político. Qual o papel da escola na formação das gerações mais jovens? É pertinente o tratamento de temas como gênero e sexualidade no ambiente escolar? Qual a conveniência do controle das atividades do professor em sala de aula? É razoável a interdição e/ou a limitação do estudo de autores e pensadores considerados subversivos, “de esquerda”, “comunistas”? Para o bem ou para o mal, a escola está no centro de um acalorado debate no qual um turbilhão de antagonismos, discursivamente construídos, se articulam em torno da possibilidade da reforma da escola, da educação e da própria sociedade. A análise da experiência norte-americana levada a cabo pelo professor Adam Laats na sua obra “The other school reformers: conservative activism in American Education”, pode ser uma inspiração e uma ferramenta intelectual à compreensão de temáticas tão prementes.

Antes de entrarmos nesse livro propriamente acredito ser relevante apontar que há uma coerência e uma unidade temática nas pesquisas desse autor e que se consubstanciam em outras obras como *Fundamentalism and Education in the Scopes Era: God, Darwin,*

and the Roots of America's Culture Wars, de 2010; *Teaching Evolution in a Creation Nation*, em co-autoria com Harvey Siegel, de 2016 e sua obra mais recente *Fundamentalist U: Keeping the Faith in American Higher Education*, de 2018. Como professor da Universidade do Estado de Nova York, Laats tem se interessado por questões relativas à história da educação norte-americana, especialmente nos temas relacionados ao debate criacionismo/evolucionismo, fundamentalismo cristão e pensamento conservador no campo da educação.

Com um texto claro, Adam Laats inicia o livro “The other school reformers...” trazendo um acontecimento por ele vivenciado no qual uma mãe acusa o departamento de inglês de estar tentando minar a fé católica de sua filha adolescente ao discutir um determinado romance em sala de aula. No momento da conclusão, Laats retoma ao ocorrido para argumentar o quanto isso o teria feito relativizar suas convicções a respeito do papel presumido, que uma educação transformadora teria, de questionar certezas tidas como absolutas e de desenvolver o senso crítico e a pluralidade de pensamento nos alunos. Diferentemente disto, *outros reformadores escolares* - que não os considerados *progressistas* - insistem no papel da escola como fortalecedora de normas, de padrões comportamentais, da religião e do patriotismo. Esse é o embate que Adam Laats se dedica a investigar na obra em tela.

Reside aí uma primeira escolha epistemológica do autor, a saber, a de reconhecer a existência mesmo de um *pensamento conservador*. Dessa forma, afasta-se, assim, daquelas concepções políticas que vêem o conservadorismo como o resquício de um mundo atrasado, tacanho, preconceituoso, embalado que é por um conjunto de ideias desconexas, quase anedóticas. O esforço empreendido no

livro é o de demonstrar que, muito embora em certos momentos os estereótipos sejam verdadeiros, tal visão impede a análise aprofundada e acurada das concepções, projetos e argumentos desses “outros reformadores escolares”. Estes, ontem e hoje, da mesma forma que os reformadores “progressistas”, têm tido um forte poder de influência na política do currículo nos EUA e é isto que o livro procura demonstrar.

Quero acrescentar a esse argumento que tal pressuposto assumido por Laats sobre o pensamento conservador como a quintessência do pensamento tacanho muito nos tem impedido de compreender sua força e persistência, bem como sua capacidade histórica de, não só de manter-se no cenário político, como também de tornar-se uma possibilidade de escolha eleitoral. Mais, o desprezo pelo conservadorismo de cunho religioso, com seu forte apelo comportamental e moral, muitas vezes lançou sombras à capacidade de muitos analistas e intelectuais de compreensão da real dimensão e da força dos movimentos de cunho conservadores. Os resultados das eleições nos Estados Unidos de Donald Trump e de Jair Bolsonaro no Brasil e a ascensão dos grupos políticos que lhes dão sustentação são testemunhos disso que estou falando aqui.

Embalado por tal intento, o autor recorre aos registros históricos de quatro episódios entre os anos 1920 e 1970, por considerá-los momentos decisivos da história americana nos quais se instaurou - o que poderíamos chamar - de uma arena política de debates sobre o papel da escola, do currículo e dos educadores.

Tais momentos se referem a discussão em torno da Lei anti-Evolução em Dayton, Tennessee, de 1925, analisado pelo autor no capítulo 2, no qual um intenso debate sobre a forma de se ensinar e os conteúdos apropriados à escolarização das crianças emergiu a

partir do que ficou conhecido como “O julgamento do século”: a batalha jurídica pública entre o mais famoso cético da época e seu antagonista, um religioso presbiteriano. No próximo capítulo, o professor Laats se volta à Filadélfia dos anos 1930 para analisar a ação de grupos conservadores religiosos e empresariais contra o que consideravam *tendências esquerdistas, sediciosas e subversivas* dos livros didáticos de estudos sociais. No capítulo 4 encontramos a narrativa do choque entre o superintendente educacional de Pasadena, Califórnia, em 1949 e suas ideias sobre gestão escolar e pedagogia que foram consideradas excessivamente progressistas e, no limite, nocivas e promotoras do comunismo. Por fim, mas não menos importante, no capítulo 5, encontramos os boicotes em relação aos textos dos livros didáticos de artes em Charleston, Virgínia Ocidental, nos anos 1970, e a acusação de estarem encorajando a “animosidade racial” e tentando solapar os valores americanos da religião e do patriotismo.

Nas suas 313 páginas, divididos em cinco capítulos (além da introdução e da conclusão), Laats incorre num certo didatismo tanto pela divisão por um critério que valoriza a sequência cronológica desses fatos quanto pela forma como a introdução praticamente “entrega” ao leitor, todo o conteúdo do livro. Esse didatismo não chega a ser uma fraqueza do livro (talvez ao contrário), principalmente se levarmos em consideração que os capítulos específicos, nos quais analisa cada um daqueles momentos, é muito bem embasado por pesquisa histórica em fontes primárias e apresentado de forma ágil e envolvente.

Os fios condutores tecidos pelo autor entre esses casos e a temática do livro residem, em primeiro lugar, na capacidade que eventos e atores locais tiveram de assumir e de aglutinar os

interesses e a participação de conservadores no nível nacional. Tal capacidade de “saltar escalas”, como diria o geógrafo político Kevin Cox, reside no fato de que tais eventos puderam fazer emergir temas que são pontos nodais do discurso conservador: evolução, ciência, educação tradicional e progressiva, bíblia, patriotismo, comunismo, sexo, juventude, delinquência e a natureza da cultura americana, conforme apontado por Laats. O segundo ponto utilizado pelo autor para alinhar os eventos históricos, se refere ao tratamento ao que chama de “pensamento conservador”, defendendo a tese de que há uma tradição, uma coerência possível de se reconhecer nessa “ideologia conservadora” que ancora os ativismos desses grupos em torno de questões educacionais. O terceiro ponto assume uma posição de destaque no livro e o leitor se deparará com ela inúmeras vezes na obra: a tese de que apesar de situarem-se em campos opostos do espectro político, conservadores e progressistas concordam no reconhecimento irrefutável do papel e da importância social da educação e da escola. Em outras palavras, *a escola importa* e, por isso mesmo, figura como um campo de embates entre diferentes visões de mundo e de ações políticas. Por ter relevância social, a escola pode, nas palavras de Laats, salvar ou destruir a sociedade.

Como disse inicialmente, impossível não lermos o livro “The other school Reformers...” sem nos voltarmos para nosso próprio quintal no qual – ousaria dizer - a educação e a escola assumem uma posição de destaque quase tão absoluto quanto a economia nos discursos governamentais. Os holofotes estão voltados para a escola e para seus educadores, para os livros didáticos, para os conteúdos considerados “de esquerda”, para as abordagens que trazem à tona a condição da mulher e de grupos excluídos de nossa sociedade como os gays e índios. De qualquer forma, a grande lição talvez seja de que a

educação é um ato político e de resistência, de embates e de conflitos, ontem e hoje, aqui e alhures e de que a mudança ou a conservação da sociedade passa, necessariamente, pela escola.

Submetido em: 09 de janeiro de 2019.

Aprovado em: 23 de abril de 2019.

**ENTREVISTA: PROFESSORA
DRA. DIRCE MARIA
ANTUNES SUERTEGARAY**

*INTERVIEW: TEACHER DRA. DIRCE
MARIA ANTUNES SUERTEGARAY*

*ENTREVISTA: PROFESORA DRA. DIRCE
MARIA ANTUNES SUERTEGARAY*

MARTA FELÍCIA MARUJO FERREIRA

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL),
Alfenas/MG.

E-mail: martafelicia@uol.com.br

MARCELO DE OLIVEIRA LATUF

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL),
Alfenas/MG.

E-mail: Marcelo.latuf@unifal-mg.edu.br

ESTEVAN LEOPOLDO DE FREITAS COCA

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL),
Alfenas/MG.

E-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br

Durante a realização da 5ª Jornada Científica do curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), realizada entre 24 a 26 de setembro de 2018, com o tema “Geografia, Poder e Pluralidade”, a comunidade geográfica teve o prazer em receber a Professora Doutora Dirce Maria Antunes Suertegaray, para nos abrilhantar com seus ensinamentos e experiências. Neste encontro, oportunizou-se a realização da presente entrevista, concedida em 24 de setembro de 2018 e coordenada pela professora Marta Felícia Marujo Ferreira, bem como pelos professores Marcelo de Oliveira Latuf e Estevan Leopoldo de Freitas Coca. O grupo de entrevistadores gostaria de realizar um agradecimento especial à Professora, que gentilmente se dispôs a nos atender. Que esta entrevista possa servir como registro histórico sobre a atuação desta expoente Geógrafa Brasileira e de defensora incansável na tentativa de unir as dinâmicas da Natureza e da Sociedade em um diálogo permanente, bem como para que sirva de inspiração a docentes e discentes interessados pelos assuntos geográficos.

Sua trajetória acadêmica na Geografia teve início na Geografia Física quando iniciou seus estudos com temas relacionados à ação humana sobre o relevo e ao processo de arenização. Quando e como foi seu encontro com a geomorfologia em sua carreira?

Meu encontro com a geomorfologia vem da graduação, eu tive um professor excelente no ensino da geomorfologia, professor Ivo Lauro Müller Filho¹, ele não foi um professor conhecido nacionalmente do ponto de vista acadêmico, mas era um professor brilhante de geomorfologia, muito semelhante ao professor Ab'Saber² no que se refere ao que ele construiu, ao raciocínio dele a partir dos desenhos. Ele desenhava os croquis e ia desconstruindo os croquis e mostrando todo o processo de evolução do relevo. Eu me interessei e gostei imensamente desta área do conhecimento, associada ao fato de que, onde fiz a graduação, Universidade Federal de Santa Maria, na época, os estudos da natureza eram muito fortes, a geologia era forte, a pedologia era forte, a biogeografia era forte, a geomorfologia era forte, então, na verdade, eu opto pela área das ciências da natureza, especialmente a geomorfologia, porque era onde eu me sentia mais segura. Eu sempre gostei das humanidades, mas as humanidades, no meu curso de graduação, não me deram lastro para continuidade. Considerei, quando decidi que ia prosseguir estudando, que eu seguiria na área de geomorfologia, acredito que é basicamente a graduação que me levou a isso. Em relação à outra questão é o seguinte, acho que tem algo que marca minha formação. Aprendi, na época, lendo os clássicos e pelos próprios professores da graduação que a geografia era a ciência da interação homem x meio, ciência da relação do homem e da natureza, ou da natureza e da sociedade, esta compreensão marcou minha formação. A minha formação,

¹ Teve sua trajetória acadêmica na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

² Professor Aziz Nacib Ab'Saber teve sua trajetória acadêmica na Universidade de São Paulo (USP).

considerando a estrutura do curso, foi extremamente compartimentada, mas, ao mesmo tempo, a construção teórica era essa da articulação, então eu saí do curso com esta questão pendente: estudar geografia é fazer a relação natureza e sociedade? Essa questão é fundante na minha formação, eu persigo essa articulação até hoje. Desde o mestrado eu trabalho nesta busca. Hoje, eu sou mais reconhecida pelos estudos da arenização, que é o produto do doutorado, mas já no mestrado eu trabalho na busca de conexão entre natureza e sociedade. O título de minha dissertação é: “A atividade humana como um processo geomorfológico na bacia do Rio Toropi, RS”³. O mestrado não foi alguma coisa que, digamos, foi prazeroso, tive dificuldades de construir o mestrado, mas tentei fazer essa conexão, tanto é verdade que essa dissertação está engavetada até hoje. Tive problemas muito sérios, de um lado por conta da orientação também, meu orientador era o professor Christofolletti⁴, e como eu queria fazer essa conexão, ele achava desnecessário. Para poder realizar essa dissertação, além do problema de aceitação do tema, como já me referi, vinha de uma faculdade de licenciatura, e na minha época não tínhamos discussão de teoria, de método e nem de como fazer pesquisa. Fiz o mestrado na Universidade de São Paulo (USP) e quando cheguei na USP não sabia fazer nada em pesquisa, mas também não tive orientação em termos de disciplinas, e aí o próprio mestrado foi frágil, eu reconheço, ele foi frágil do ponto de vista metodológico, mas não foi só isso que me complicou na defesa, foi a dimensão mais econômica e política que eu tentei abordar, buscando a explicação do processo de erosão na escarpa do Planalto

³ ROSSATO, D. M. S. *Atividade humana como processo geomorfológico: o exemplo na bacia do rio Toropi-RS*. São Paulo: FFLCH, 1981. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

⁴ Professor Antônio Christofolletti teve sua trajetória acadêmica na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro.

Meridional, um dos compartimentos da bacia que estudava. Em resumo, tudo indicava uma reprovação, sei lá... na minha avaliação quem me salvou no mestrado foi o professor Adilson Avansi de Abreu⁵ - USP. Eu já tinha sido aluna dele, inclusive fizemos um trabalho grande aqui em Minas, na Serra do Espinhaço, mais de uma semana pesquisando, aprendi muito com ele e ele me salvou porque como ele me conhecia como aluna e como já tínhamos trabalhado nessa experiência de campo na disciplina, ele fez a crítica, mas percebeu em mim a possibilidade de continuar. Quando foi para realizar o doutorado, eu o procurei na USP, ele me aceitou e o tema inicial foi desertificação. Esse tema desertificação é produto da difusão da desertificação no Rio Grande do Sul (RS), anos 1970/1980, pela imprensa. Divulgava-se que o estado estava com problemas de erosão do solo na sua região sudoeste - a campanha do RS, e que tenderia para um deserto, e aquelas manchas arenosas eram chamadas de desertos. Os estudos eram poucos, tinha um estudo feito basicamente pela Superintendência do Desenvolvimento do Sul (SUDESUL) que era mais descritivo, em que participou a professora Alba Gomes⁶, tinha outro estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado por um grupo que fez um trabalho de campo e caracterizou aquelas áreas a partir de uma explicação muito superficial, indicou várias causas, mas não aprofundou. O agrônomo João José Souto⁷, esse sim, fez um experimento com implantação de

⁵ Professor Adilson Avansi de Abreu teve sua trajetória acadêmica na Universidade de São Paulo (USP).

⁶ Professora Alba Maria Baptista Gomes teve sua trajetória acadêmica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Publicou o artigo GOMES, A.B.; CARVALHO, C.S.; BARBOZA, V.R.D. *Estudo de geomorfologia - Alegrete*. Porto Alegre: Instituto de Geociências/UFRGS, 1980.

⁷ SOUTO, J. J. J. P. *Deserto, uma ameaça? Estudos dos núcleos de desertificação na fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Secretaria de Agricultura/DRNR, 1985.

várias espécies entre nativas e exóticas visando à recuperação dessas áreas no contexto da discussão ambiental. Sua preocupação era como recuperar essas áreas e chegou à conclusão de que o plantio de eucalipto era o caminho viável. Nesse momento, início dos anos 1980, a discussão ambiental era emergente no Rio Grande do Sul e esse tema desertificação é introduzido no estado a partir da difusão da existência dos areais. Essa problemática me induziu a estudar esse processo uma vez que o tema dava oportunidade para analisar a relação natureza e sociedade. Essas áreas estão presentes no município onde eu nasci, Quaraí. Esses três elementos foram os que me levaram à escolha desse tema. Ao longo do processo, orientada pelo Adilson, a minha hipótese de tese que derivou do que era expresso pela imprensa, foi que os areais eram decorrentes da expansão da monocultura de soja e que esta cultura teria originado a formação de areais. Esta hipótese não se confirmou, pelo menos na área escolhida para estudo. Na busca por uma confirmação mais rigorosa disso, deparei-me com outra realidade ou informações e aí eu termino a tese com essa conclusão de que os areais têm sua origem natural, podendo ser intensificados pela atividade humana. Isso não só porque os elementos da dinâmica da natureza indicavam, mas, em especial, o registro histórico da ocorrência dessas feições demonstrava. Os viajantes naturalistas alemães, século XIX, já tinham descrito esses areais, então não havia como associar soja a alguma coisa que já estava presente no início desse século. Nessa época o gado existia, mas era um gado xucro, criado solto, não era confinado em fazendas e nem criado de forma intensiva, aliás como nunca foi, há exceções. Enfim, na época não existia a cerca delimitadora da propriedade, então o gado era criado solto, impossível imaginar que houvesse uma concentração de gado ali.

Depois disso, vários outros estudos de orientandos meus acabaram corroborando essa tese. Nesse contexto de investigação, eu tinha que explicar esse processo, então emerge a pergunta: se não é desertificação, o que é? Porque na verdade nunca ninguém tinha estudado essas feições do ponto de vista geomorfológico. Eu comecei a tese em 1983 e terminei em 1987, defendi em 1988. Nesse contexto, coube-me buscar uma tentativa de explicação para os processos ali ocorridos. Eu entendia a dinâmica, mas como é que eu denominaria. Como essas áreas na toponímia regional eram reconhecidas como areaais ou na linguagem castelhana, que é muito presente entre nós, *arenales*, eu resolvi então, derivar o conceito do processo a partir deste termo: se areaais é a forma, o processo é arenização, fiz isso de forma muito intuitiva, eu não tinha ideia de que esta construção fosse ser o fundante da tese, tratava-se da construção de um conceito que explicava um fenômeno que ainda não era nominado, acho que essa é a questão. Tive sorte, escolhi alguma coisa para estudar em geomorfologia que nunca ninguém tinha estudado.

A senhora falou que o professor brilhante que teve em geomorfologia desenhava e explicava muito por croquis. Em uma de suas publicações há vários croquis explicando formas, isso foi uma homenagem a aquele professor?

Foi uma homenagem, mas essa homenagem deriva depois, esse livro⁸ surge na última turma em que fui professora de geomorfologia. Nessa turma, cursava geomorfologia minha filha, hoje geógrafa, a Maíra. Era uma turma muito pequena, me lembro que eram 6 ou 7 alunos e, ao terminar a disciplina, algumas dessas alunas disseram: “Dirce, porque tu não fazes um livro com os croquis e desenhos dos conceitos? Porque é muito mais fácil para a gente aprender”. Um deles que

⁸ SUERTEGARAY, D. M. A. (Org.). *Terra: feições ilustradas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 263p.

compõe o livro, que é um dos desenhistas, estava na pós-graduação, eu disse: “se vocês toparem, vamos fazer juntos, dividimos as tarefas. Primeiro, o levantamento da lista dos conceitos que vão compor o livro, depois divide-se as tarefas, quem vai desenhar, quem vai pesquisar os conceitos”. Assim fomos montando, foi muito bom esse trabalho, interessante. Terminado o livro, quando vou escrever a apresentação, dou-me conta de que eu não sei desenhar tão bem assim, eu fazia uns croquis na aula, no quadro, os alunos entendiam. Foi nesse momento que me reportei às aulas do prof. Ivo e lembrei do quanto tinha aprendido a partir de seus desenhos e suas explicações concomitantemente. Decidi prestar então uma homenagem aos mestres que também desenhavam em suas aulas, então eu faço homenagem no livro ao professor Ivo Lauro Müller Filho, ao professor Aziz Ab’Saber e ao professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro⁹, os três são brilhantes no desenho, magistrais no que ensinaram/ensinam. Tive a oportunidade de encaminhar o livro ao professor Ivo Lauro antes de ele falecer. Ele ficou muito gratificado e me disse: “Ah! mas eu não consigo entender como é que tu me colocas do lado dos grandes mestres”. Ele foi um grande mestre. Ele chegou a participar de algumas atividades em São Paulo com o professor Ab’Saber, e assim nasceu esse livro. Hoje, eu estava conversando com o Márcio¹⁰, esse livro tem uma parte que para mim é importante. Trata-se das feições do fundo dos oceanos. A menina que trabalhou nesse livro, na época, estudava oceanografia física, eles tinham todo conhecimento das feições submarinas então eu disse: Quem sabe a gente inclui, porque a geomorfologia nunca trata em suas aulas desta

⁹ Professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro teve sua trajetória acadêmica na Universidade de São Paulo (USP)

¹⁰ Professor Márcio Abondanza Vitiello é docente do quadro da Universidade Federal de Alfenas na área de Educação Geográfica.

temática, trata da superfície da Terra e o que existe embaixo do oceano só vai estudar quem quiser saber, um dia, lá na universidade. Acho que isso foi também um elemento importante, porque o livro foi agradável de fazer e, também, foi um livro que eu não imaginei que teria a repercussão que teve. Esse livro o Ministério da Educação (MEC) comprou para encaminhar para as bibliotecas de escolas do ensino médio. Eu fico lisonjeada porque o professor José Queiróz Neto¹¹ me encontrou um dia, ele dava aula depois de aposentado em Osasco, e me disse: “Nem sabe, gosto muito daquele livro, uso muito com meus alunos”. Eu: “Nossa senhora!” Queiróz usando nosso livro, mas é bom saber porque a construção desse material trazia uma preocupação com ensino. Além da pesquisa que fazemos, sempre achei que devemos nos preocupar com a educação, o ensino, e esse livro foi uma boa pedida, mas não foi uma coisa que eu pensava fazer. Foi aquele grupo de alunos que ao lançar a ideia permitiu sua concretização.

Como a Sra. vê a atual produção brasileira em ensino da geomorfologia? A Sra. considera o conteúdo geomorfológico nos livros didáticos adequado face aos outros temas da geografia tratados nestas obras?

Essa questão do ensino do que se chama geografia física é complexa. Prefiro falar de estudo da natureza, porque tem uma certa questão com essa compartimentação, ela é complicada e guarda alguns elementos que dizem respeito a como se construiu o ensino de geografia no Brasil. Aquele estudo “clássico” compartimentado e aprofundado digamos da geografia física, ou da própria natureza, que incluía clima, geomorfologia, hidrologia, solos, biogeografia... hoje, se faz de forma diferente. Se pegarmos um livro dos anos 1940/1950, por

¹¹ Professor José Queiroz Neto teve sua trajetória acadêmica na Universidade de São Paulo (USP).

exemplo, Aroldo de Azevedo¹², eu estudei nesses livros e inclusive cheguei a ensinar no início da minha carreira com esses livros, a geografia da natureza apresentava um grau de profundidade e detalhamento que hoje não existe. Mas tudo isso foi criticado por ser excesso de conteúdo, por ser inadequado, descritivo, uma série de questões. Mas aí veio esse momento em que, de certa forma, ao optarmos pelo ensino da geografia crítica deixam-se em segundo plano os estudos da natureza. Eu vivi isso porque era vinculada à pesquisa em geomorfologia, então, eu senti o impacto na época dessas transformações. Muito embora tenha mantido o diálogo com a construção teórica da geografia crítica, não abandonei a compreensão da dinâmica da natureza. A impressão inicial e a busca com a qual me envolvi no campo epistemológico foi no sentido de buscar argumentos à compreensão de que mesmo estudando a natureza é possível ter uma dimensão crítica. No caso do ensino, e aqui me refiro ao conteúdo expresso nos livros didáticos, os conteúdos relativos à natureza são tratados muito superficialmente. Com a questão ambiental emergente nos anos 1970, de alguma forma cresce o interesse pelo ensino da natureza. Mas ainda me parece pouco expressivo, muito embora a problemática ambiental cresça e se torne hoje uma questão importante. Os estudos da natureza estão presentes nos livros didáticos de forma superficial ou na forma apenas do impacto da sociedade em relação aos constituintes da natureza, abandonando-se a explicação da dinâmica ou da gênese da natureza em muitos casos. Ainda não se descobriu um jeito, parece-me, de construir um processo de explicação da dinâmica da natureza associado com a sociedade em que haja peso similar para as duas dimensões. Ou a gente trabalha muito bem a dimensão social e fala

¹² AZEVEDO, A. *Geografia do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

somente dos impactos na natureza, ou estudamos muito bem a natureza e colocamos a dinâmica social como uma ação humana genérica, que também é complicado no meu ponto de vista, e isso é o que se expressa nos livros didáticos. Tenho um texto escrito nos anos 1990 em que trato dessa questão de forma diferente¹³. Nele enfatizo a importância de estudar a relação natureza e sociedade. Penso que é preciso achar um caminho nesse sentido, mas que construa um certo equilíbrio e que construa o conhecimento sem negação, sou contra a negação do conhecimento, qualquer um, seja da natureza ou o conhecimento social. Esse texto que me referi, surge de um momento específico. Fui a Belém/PA falar sobre o ensino da geografia física e um estudante me perguntou: “Professora, qual é sua opinião sobre a importância dos estudos de geografia física na geografia?” O debate da época era norteado por essa questão. Respondi, em primeiro lugar um professor jamais deve negar conhecimento para o aluno, se um aluno pergunta alguma questão relativa ao conhecimento da natureza e ele, se não toda a turma, está desejoso de aprofundar, é necessário que faça isso, porque negar o conhecimento é muito complicado para um professor. Para mim o que importa não é se devemos estudar ou não a natureza, a questão é como posso estudar a natureza com crianças e adolescentes de forma que eles se sintam envolvidos e compreendam, então, trata-se mais de uma questão de método do que propriamente de conteúdo, eu não tenho dúvida de que temos de ensinar sobre natureza e como geógrafos temos de pensar isso.

As abordagens holísticas têm ganhado amplitude? Em trabalhos científicos nos mais variados níveis?

¹³ SUERTEGARAY, D. M. A. A Geografia e o Ensino da Natureza. In: CALLAI, H. C. (Org.). *O Ensino em Estudos Sociais*. 1ed. IJUI/RS: UNIJUI, 1991, p. 104-111.

Posso dizer o seguinte, primeiro vou fazer uma distinção, eu trabalho com a concepção de natureza, portanto seria uma abordagem mais holística, mas eu não trabalho com sistemismo, já na minha tese¹⁴ eu fiz toda uma avaliação crítica do que seria o sistemismo, porquê? Porque está baseado nos estudos de funcionalidade do sistema. É lógico que o sistema tem de ser compreendido em sua funcionalidade, mas isso não basta. Não nego o sistemismo, mas do ponto de vista metodológico o sistemismo (houveram avanços, a construção sistêmica contemporânea se apresenta mais complexa, embora os avanços em relação às práticas continuem vinculados aos tempos passados, com exceções certamente) trata da funcionalidade da natureza, das interações e dos processos exclusivamente. É importante saber como ocorre a dinâmica da natureza. O sistemismo contribui na medida em que ele relaciona todos os elementos, nesse sentido sim, mas como eu sempre fui preocupada com a gênese, porque a minha geração é a geração que quer explicar a gênese da forma, não só sua dinâmica. Todos os geomorfólogos que estudei, na época, eram defensores da explicação genética do relevo. Éramos formados para explicar a gênese do relevo, a gênese exige uma explicação que considere o processo no tempo - em uma dimensão histórica - daí a valorização dos estudos do quaternário para explicar a geomorfologia do presente. Na minha compreensão, o sistemismo faz uma ruptura metodológica com a história. Agora, a construção sistêmica evoluiu e hoje se pode pensar mais abrangentemente. Gosto das concepções sistêmicas de Maturana & Varela¹⁵ construídas a partir da biologia e que se estendem para uma explicação da vida

¹⁴ SUERTEGARAY, D. M. A. *A trajetória da natureza: um estudo geomorfológico sobre os areas de Quaraí-RS*. São Paulo, 1988. 243p. (Tese de Doutorado em Geografia Física).

¹⁵ MATURANA, H. R. & VARELA, F. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001. 283 p.

planetária, demonstrando uma evolução contínua e contraditória entre os seres, desde seu interior ao mundo, neste incluída a natureza. Eles trabalham na perspectiva sistêmica e construtivista. Conceitua a natureza da seguinte forma: A natureza é autoeco reorganizacional. Que significa: auto, porque não é produto divino, ela se autoconstrói, eco porque ela tem uma funcionalidade específica, reorganizacional pressupõe o tempo, essa funcionalidade vai se transformando ao longo do tempo. É nesse sentido que eu acho que os autores inovaram o sistemismo, para além da funcionalidade compreende a gênese da natureza. Acho que eles avançam porque enquanto construtivistas propõe uma educação centrada na vivência do mundo. O que seria mais compreensível para um estudante, uma criança? Por exemplo: quando chove, o que eu faço? Quando chove, o que acontece nos lugares externos à casa, à escola? Ou seja, o estudante pode se referir a vários aspectos, com chuva há erosão, infiltração de água no solo, enxurrada etc., esse aprendizado é muito mais dinâmico do que a gente aprender como aprendi: a chuva é isso, a infiltração é aquilo, conhecimento posto de forma isolada. Em síntese retornando, eu penso que a abordagem sistêmica evoluiu conceitualmente, mas, voltando para a questão do ensino, muitos dos livros didáticos em geografia, quando abordam a natureza, estão buscando explica-la em um contexto sistêmico. Entretanto, o sistemismo ali apresentado é sustentado em conceitos da biologia, resgatam-se conceitos de ecossistema para explicar as dinâmicas naturais, entre outros. Essa explicação com base em conceitos de outras ciências me incomoda. O que se aprende de geografia se importamos conceitos de outros campos. Qual é o sentido então da geografia? Trazer conceitos de outras ciências para construir a análise geográfica nos livros didáticos ou no ensino é um incômodo,

afinal com que conceitos a geografia opera. Então pergunta-se, quais os conceitos que permitem à geografia estudar a dinâmica integrada da natureza, biologicamente entende-se como ecossistema, mas aqui na geografia como é que se entende, não pode ser a “paisagem natural” ou o geossistema? O que quero dizer é que nós temos que saber o que é geográfico, os conceitos que a geografia opera. O que nos identifica como geógrafos? E isso deve iniciar na escola, desde lá. Os conceitos geográficos e a construção da geografia deveriam iniciar, na escola, com as crianças porque, se usamos esses conceitos, podemos também ensinar quais as equivalências destes com os de outras ciências, o que distingue a geografia da ecologia. Tanto o professor de biologia como nós estamos ensinando a mesma coisa. Pergunto então, para que ensinar biologia/ecologia ou geografia se as crianças estão reproduzindo lá e cá a mesma leitura ou se não a mesma, aproximada? Estas são questões não resolvidas. Podem, também, essas reflexões serem estendidas no campo da pesquisa.

Como descobrir o caminho para se estabelecer o elo entre as geografias física e humana? Ou não há elo? Ou há mais ou menos? Porque nós somos frutos de uma geografia separada, cada um no seu cantinho, cada um defendendo uma geografia única, mas cada vez ficando mais restrito à sua área.

Tente ver as circunstâncias, a minha geração defendia a relação natureza e sociedade ou a relação homem e meio, e na academia ensinava-se compartimentado, a geração de vocês ensina o sistemismo e continua aprendendo tudo compartimentado. Ou seja, discutimos concepções, conceitos, formas de ver o mundo, mas não conseguimos resolver nosso problema metodológico. Eu só posso responder tua pergunta a partir do que eu fiz, e se isso foi a construção de um elo entre natureza e sociedade, muito bem. Quando eu fui trabalhar pela primeira vez no ensino superior, logo depois de

formada, na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), eu me radiquei no departamento que congregava professores das ciências humanas. Lá estudava-se muito ciências humanas. Lá iniciei trabalhando com cartografia, mas a gente era convidado a estudar e foi lá que eu adentrei em toda a discussão das ciências humanas. E nesse momento eu descobri o marxismo. Nessa época, cheguei a querer largar os estudos de geomorfologia. Estava terminando o mestrado, eu queria largar, pois questionava a importância dos estudos da natureza com tanto problema social. Lembro que eu viajava de Santa Maria para Ijuí para ensinar na Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (FIDENE - Ijuí). No transcurso olhava a escarpa do planalto e pensava: qual é o sentido de estudar a escarpa do planalto quando há inúmeros problemas sociais nesse país? Comecei a negar a geografia física, depois quando fui para o doutorado eu me voltei àquela velha história. Surgem perguntas: sobre fazer doutorado na geografia humana? O que sabia de sólido para decidir pelo doutorado nas humanidades? Respondia, eu tenho uma base mais sólida em geomorfologia, então devo me aventurar em geografia humana? Aí eu permaneci na geomorfologia, mas sempre nessa busca da conexão natureza e sociedade. Um livro foi fundamental na minha formação, trata-se da obra de Marx e Engels¹⁶, *A Ideologia alemã*. Nesse livro é explicada a transformação da sociedade ao longo do tempo, a partir da categoria trabalho e seu vínculo ao processo histórico. Explicita a apropriação e transformação da natureza. E ao longo de sua interpretação constrói o conceito de segunda natureza. Deste livro uma frase marcou meu

¹⁶ MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Trad. Castro e Costa, L.C., São Paulo: Martins Fontes, 2002.

método: agora livremente escrita existe uma única ciência que é a ciência da história, ou conta-se a história da natureza ou conta-se a história da sociedade. Só que, ao contar a história da sociedade não podemos desconhecer que a história da sociedade é a história de socialização da natureza. Desta leitura surgiu o caminho trilhado pela tese. Inicialmente trabalhei com a gênese e dinâmica da natureza considerando o conceito de paisagem natural. Ao concluir esta fase, observo que a paisagem natural estudada expressava uma dinâmica diferenciada e única, que aquela paisagem estava sofrendo “desequilíbrios”, que era produto de transformações, enfim, que era frágil. Eu queria saber se aqueles areais eram naturais ou decorrentes da ação antrópica, então eu me baseio na construção de Marx e Engels. Eu diria que se trata de uma influência mais filosófica do que de método. Não posso dizer que a tese segue o método marxista. Não tem como fazer geomorfologia marxista, isto é muito claro, digo que minha tese tem uma parte cujos procedimentos estão baseados no método das ciências da natureza e de outro no método (dialético?) constituinte do marxismo. Nessa fase da tese busco estabelecer a relação da sociedade com a natureza, uma natureza frágil com presença de areais, incorporada ao território nacional através de sua apropriação pastoril e militar, uma vez que é uma área de fronteira. Para tanto, busquei na formação econômico social brasileira a decifração das formas de ocupação. O eixo central de explicação é o trabalho com o processo histórico, vou procurar entender ao longo da história como aquela área - natureza (cujos areais já existiam) foi incorporada aos processos produtivos. O fato é que este caminho me permitiu fazer as conexões desejadas e foi através dessas conexões que concluo pela origem natural dos areais, embora novas áreas possam ser criadas pelo trabalho humano.

A senhora usa o método dialético nas suas pesquisas? Mas não é sistêmica também?

Sim, eu centro minha análise na identificação do movimento e nele do contraditório. Na leitura de alguns, o que escrevo, dizem, é sistêmico, pode até ser, mas eu reconheço diferenças na análise. O sistema mesmo aberto é uma construção *a priori*, que de certa forma molda o olhar. Prefiro reconhecer que não trabalho com sistemas, eu resgato aquilo que é fundante na geografia, estabelecer conexões, princípio que foi aparentemente perdido pela geografia. Na forma como concebo geografia este é um princípio básico, a geografia é a ciência das relações, a ciência das conexões. O professor Arquimedes¹⁷ da Unicamp brincava comigo: “Dirce, seu método é sistêmico”, eu digo: “Não, tu vês sistema nas minhas análises porque tu queres”. Como disse antes, existe uma coisa que eu sempre busco expressar, o contraditório, mas não é uma coisa perfeita nem ortodoxa. É uma maneira que eu achei de resolver o meu problema com o método, se deu certo ou não, não sei. Explicando um pouco mais o caminho trilhado. Na discussão sobre o método no contexto do materialismo histórico, os estudos da natureza fazem parte da história natural, como indiquei antes. No contexto marxista, a natureza constitui recurso ou meio à apropriação. Agora, Marx e Engels trataram de natureza concebida como segunda natureza, àquela transformada pelo trabalho. Agora, eu trabalhei no campo da geomorfologia com o método das ciências naturais, é o que eu tinha disponível, não seria sistêmico necessariamente, derivou minha análise da leitura mais clássica da geomorfologia, busquei ao estudar

¹⁷ Professor Arquimedes Perez Filho possui trajetória acadêmica na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

a natureza, estabelecer as relações entre seus elementos constituintes, através do conceito de paisagem natural, e sua transformação. Para estabelecer a conexão com a sociedade busco elementos da dialética e analiso a transformação do espaço geográfico estudado a partir da sua formação econômica. Isso foi chamado por muitos dos meus colegas de ecletismo. A geração de vocês parece mais compreensiva, aceita melhor o diálogo entre métodos. A minha geração era mais “ortodoxa”, ou tu és isso, ou tu és aquilo. Penso que a gente tem de dialogar com os caminhos que nos permitam dar uma explicação ao objeto de estudo. Não posso negar o conhecimento construído pelo sistemismo. Existe um conhecimento fundamental do ponto de vista do sistemismo, eu vou negar? Da mesma forma em relação ao neopositivismo, todo o campo científico das ciências duras foi baseado no método científico, não tem como negar. Certa vez em uma mesa-redonda me chamaram de eclética. Em minha defesa outro colega dizia: “Isso que tu fazes não é ecletismo”, falou bem do meu método dizendo que, o que fazia correspondia à busca de compreensão da totalidade. Ao final, outro colega pergunta o que eu achava do ecletismo? Respondi um pouco desafortada: “Se o que eu fiz é ecletismo e o ecletismo é pejorativo e não serve para nada, a conclusão que chego é que o que eu fiz não serviu para nada”... risos! Mais atualmente li o livro “A Ecologia de Marx”, escrito por Foster¹⁸, onde ele faz toda uma avaliação da construção da obra de Marx sob essa perspectiva. Nesse livro busca resgatar essa dimensão da natureza e do ecológico em Marx. E aí eu me surpreendi mais ainda, o autor faz a análise de sua obra explicitando a origem de suas ideias e demonstra que a construção

¹⁸ FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 418pp, 2005.

marxista é uma construção que agregou e superou (dialeticamente) o conhecimento de sua época, não só no campo social, mas, inclusive, no que se refere aos estudos da natureza. Foster decifra as leituras, em Marx, no campo da natureza, e justifica sua opção pelo uso do termo história natural como caminho de compreensão da natureza. Diz ainda que Marx foi contemporâneo de Haeckel e conhecia a ecologia. No entanto, não faz a opção em seus escritos pelo conceito de Haeckel de ecologia. Esse conceito não se adequava a seu método, fundado na compreensão científica que valorizava o processo histórico. Influenciado pela filosofia da natureza que buscava compreender a gênese, neste caso desvinculada da origem divina, posto que evolucionismo de Darwin, presente na discussão da natureza à época demonstrava que a natureza na sua evolução era independente de uma criação externa. Portanto, sua proposta deixa implícito um caminho para os estudos da natureza. Sem muito saber eu segui esse caminho. A leitura desse livro me permitiu a reflexão sobre a minha produção científica. Hoje tenho mais argumentos para o diálogo.

A geomorfologia como ciência aplicada pode resolver problemas socioeconômicos relacionados ao relevo? De que maneira a geomorfologia poderia auxiliar na solução desse problema?

A geomorfologia, em diferentes temas tem condições técnicas de sugerir resoluções técnicas. Um exemplo para mim mais presente são os trabalhos que tratam de estudos de risco e movimentos de massa. Essas questões, a geomorfologia pode contribuir tecnicamente e tem elementos para contribuir. O colega Roberto Verдум¹⁹ trabalhou muito nisso, soluções técnicas para o controle da expansão dos areais

¹⁹ Professor Roberto Verдум possui trajetória acadêmica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

e controle das voçorocas. Isso é possível, existem técnicas das mais variadas para controle de processos erosivos. No grupo dos estudos de arenização, Roberto foi o responsável por experimentar um conjunto de técnicas de controle de ravinas e/ou voçorocas, fez uma série de experimentos nesse sentido, então existem soluções técnicas. O problema é a ilusão de que um efetivo conhecimento técnico vá, por ele só, resolver o problema. No campo social a técnica, e sua aplicação, é mediada por uma intencionalidade política, uma vontade política, é a política que dirige a intenção de proceder de uma determinada forma ou de outra. Essa ideia de que a técnica resolve está muito presente entre nós. Costumo ler teses e dissertações que explicitam como um de seus objetivos, fornecer subsídios ao planejamento. Na maior parte dos casos isso é uma ilusão, porque esse trabalho terá de ser compreendido técnica e politicamente. Sua possibilidade poderá vir do engajamento político do pesquisador. Haverá de existir um desejo político e uma ação política consistentes para sua absorção. Não havendo... essa é a grande frustração.

Por que a Geografia é pouco ouvida para resolver esses problemas? Quando houve no ano de 2011 os desastres naturais na região serrana do Rio de Janeiro, em Teresópolis, à época, muitos profissionais foram consultados para explicar o fenômeno. O que seria necessário para que a geografia pudesse auxiliar na compreensão e solução de problemas socioambientais como esse?

Esse debate precisa ultrapassar o conhecimento técnico que também temos. Conhecimento da dinâmica hídrica de sua gênese em relação aos movimentos de massa, um geomorfólogo tem, assim como, também, tem um engenheiro. Certamente que as leituras são diferenciadas, mas complementares. Por isso, considero que o debate deve ser feito em outra dimensão, ou seja, no campo da política, como campo de forças. Quem é que tem mais *status* no campo científico?

Tem uma profissão reconhecida socialmente de longa data, os geógrafos ou os engenheiros, por exemplo? Não adianta, quem tem mais reconhecimento social é que vai ser chamado. Os meus alunos bacharéis, “choram muito por isso”. Não adianta ficar chorando em cima do leite derramado, porque esse espaço que a gente acha que não tem, ninguém vai nos dar, ou ele é conquistado por nós, ou não o ocuparemos. Dou um exemplo, na minha experiência lá no Rio Grande do Sul com arenização. As instituições do estado, os movimentos sociais nos chamam, por vezes, ao debate. Nos chamam, pois somos um grupo com longo tempo de pesquisa e envolvimento no debate sobre a arenização. Já estive em debates/embates no campo político sobre esse tema, com empresários da silvicultura, com deputados estaduais, com prefeitos e com movimentos sociais. Quando se trata de políticos e ou empresários a gente “apanha”, dá vontade de não ir mais. Mas a geografia tem de se expor socialmente, sair de sua zona de conforto/desconforto, algum espaço vamos conseguindo. Muito das limitações em relação ao uso de áreas com presença de areais pela silvicultura estão hoje reguladas pela FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental) do Rio Grande do Sul. Para isso, o debate foi intenso e a FEPAM salvaguardou alguns usos, mas tudo isso ocorreu no campo da política. Não basta dizer ou escrever que por razões técnicas e ambientais não se deve plantar eucalipto em especial em um bioma de campos. Apesar do conhecimento e argumentação, eucaliptos foram plantados. O debate foi intenso e os resultados de nossa parte pequenos. Mas compreendo que só no embate na esfera social a geografia terá visibilidade. Ficar falando para nós mesmos não vai resolver. Tem de falar para a sociedade, e esse é um problema que nós geógrafos temos dificuldade,

mas é preciso. Recentemente conversando com a Ana Coelho²⁰ (UFRJ), geógrafa que se preocupou com geomorfologia e conhece, nos mínimos detalhes, a dinâmica erosiva da Serra do Mar, em termos de movimentos de massa e que trabalhou muito discutindo com prefeituras do estado do Rio de Janeiro sobre prevenção ao risco, há pouco tempo me dizia: “Cansei, eu tenho um acúmulo de conhecimento sobre esses processos relativos aos movimentos de massa na Serra do Mar, percebi até agora que os resultados em termos de prevenção não são os almejados. Tenho agora trabalhado com as comunidades”. Ana busca com os comunitários encontrar uma saída a partir do diálogo entre o conhecimento técnico e os espaços de vida, ou seja, busca difundir o conhecimento entre os membros dessas comunidades para que se apropriem e tomem consciência dos riscos. Ocupar espaços em meu entendimento é isso, entre tantos outros possíveis exemplos de ação da geografia.

Voltando para a área de aplicação geotecnológica, tivemos um incremento computacional nas décadas de 1970 e 1980 em que diversas áreas souberam apropriar-se destas técnicas. Na visão da senhora, ao longo das últimas décadas, o que mais chamou atenção na aplicação geotecnológica em geomorfologia?

O que me vem sempre à mente, porque é o mais usual, é a questão dos mapeamentos. Evidente que para todas as áreas da geografia o mapeamento é fundamental, embora eu avalie que as novas tecnologias chegaram mais lentamente na geografia humana. Na geografia física em todos os estudos são fundamentais. Para além do mapeamento, outras técnicas permitem hoje mais precisão na informação geomorfológica, principalmente no campo da explicação e

²⁰ Professora Ana Luiza Coelho Netto possui trajetória acadêmica na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

datação. A minha geração não tinha acesso a recursos e às tecnologias mais sofisticadas. Fazíamos os trabalhos de reconstituição paleogeográfica e paleoambiental considerando a disposição das camadas, associando-as a outros indicadores de campo. Assim trabalhou Ab'Saber, assim aprendemos, portanto, era tudo relativo e deduzia-se. Hoje, o avanço, por exemplo, nessas tecnologias de datação e de constituição e reconstituição de modelos computacionais a partir do uso da informação espacial, possibilita a obtenção de grande número de dados e maior precisão na informação. O avanço tecnológico é imenso. Estou, exatamente, nesses dias, com um orientando concluindo um doutorado. Sua pesquisa implicou em fazer datações em áreas do sertão da Paraíba com o uso de tecnologia de ponta e de construção de modelos explicativos através de um conjunto significativo de dados, facilitados pelo processamento computacional. Hoje temos alta tecnificação, grande número de dados e efetivo conhecimento disponível para processamentos de mapeamento e modelagem. Porém, observa-se em grande número de casos, um dispêndio de tempo significativo para o aprendizado de uma técnica, resultando pouco tempo, por vezes, para análise e interpretação, assim, ficamos no domínio da técnica. Diante disso, resta perguntar: É a formação nos cursos de graduação que está deficitária na construção dessa capacitação? Ou o que se oferece é o suficiente, afinal as mudanças tecnológicas são cada vez mais rápidas? Há um descompasso porque a ciência, a tecnologia e as possibilidades da gente trabalhar avançam muito rapidamente e a geografia, que necessitada de tudo isso, sistemas computacionais, especialmente SIG, não dá um suporte verticalizado sobre isso de maneira ampla. Voltando ao ensino, hoje temos modelos interativos

excelentes para explicar a dinâmica da natureza, porém são ainda pouco utilizados.

Atualmente, a cartografia encontra-se mais tecnificada, seja no ensino superior ou no próprio exercício profissional. Nos deparamos com uma cartografia não menos eficiente e que não usa tanto esse vasto universo tecnológico que é a cartografia social, que a senhora trabalha. Na sua visão, quais são os principais problemas e potencialidades dessa cartografia, a cartografia social?

Eu entrei nesse campo da cartografia social por uma circunstância, o fato de assumir um trabalho de cartografia que exigia um mapeamento participativo, com os ribeirinhos no Amazonas, para fins de plano de gestão da Floresta Nacional de Tefé. Tenho uma leitura de cartografia social, mas não sou uma especialista, é uma característica minha botar a mão na massa, depois vamos ver como é que isso funciona e o que estão dizendo sobre isso. Claro que eu não boto a mão na massa, como vocês, em se tratando do computador. Essa parte meus alunos fazem. Hoje tem-se como exigência para elaborar um plano de manejo, ou seja, o uso da cartografia social, onde o mapa tem que ser participativo. O mapa tem que ser construído com os moradores da unidade de conservação e a partir desta produção, mas não só, elabora-se o plano de manejo. Para criar um plano de manejo, de maneira geral, a via é a terceirização desses trabalhos. Muitas vezes essa cartografia é terceirizada e, em alguns casos, a cartografia produzida é produto de mapas mentais. Da experiência acumulada com esse mapeamento diria, sem desconhecer que mapas mentais são bastante difundidos, que para fins de gestão o produto deste procedimento não é adequado, porque a gestão e o planejamento precisam de mapas georreferenciados, ou seja, mapas elaborados apoiando-se em tecnologias computacionais. A base para isso é cartografia técnico-científica. A cartografia que

produz mapas mentais a partir da pessoa e sua vivência com as coisas do lugar poderá servir para educação, até um limite. Num trabalho como te referes, aplicável, na perspectiva do planejamento não é adequado. Então como é que a gente fez? Produzimos um mapa de uso da terra de forma coletiva, sob uma base, a imagem de satélite, trata-se de uma cartografia de esboço. Ela é além de participativa é produzida de forma coletiva. Ela tem de ser coletiva, tem de haver um consenso dos moradores locais sobre o uso dos recursos, suas localizações (onde a comunidade pesca? área de roçado? onde é feito o extrativismo?), mas o trabalho não encerra aí, esse desenho coletivo terá que ser produzido tecnicamente. Nesse momento entra a cartografia digital, o geoprocessamento e o SIG. Penso que com esse exemplo respondi algo sobre os limites, estes sempre vão existir em uma ou outra forma de cartografar.

Em virtude de seu conhecimento e trabalhos na região amazônica acerca da FLONA de Tefé, quais os desafios à preservação da natureza para o início deste século? Esse sistema tem dado certo na conservação e preservação da natureza no bioma amazônico?

É difícil de generalizar porque em alguns lugares é dramático, por exemplo, no sul do Pará, no Maranhão, norte do Tocantins, a destruição da floresta e os conflitos são amplos, agora minha experiência de trabalho é no coração do Amazonas, Tefé, no médio Solimões, lá não tem o conflito com os madeireiros de grande porte. O maior conflito observado era relativo à pesca feita por invasores externos à FLONA. Houve um tempo em que vinham barcos comerciais, invadiam a floresta nacional para pesca clandestina, esse era o maior conflito. O que posso dizer é que esse conflito foi resolvido pelo acordo de pesca construído pelos moradores locais. A caça e o extrativismo hoje estão regulados pelo plano de manejo construído

com os ribeirinhos moradores da FLONA. A FLONA é uma área bem preservada. Considero que o plano de manejo foi bem-sucedido, criaram-se várias associações, criaram-se, coletivamente, regras de uso da terra, de controle de invasão externa. Entretanto, na Amazônia propriamente dita, os conflitos perduram e tudo indica que as novas políticas de uso dos recursos da Amazônia desmontem o pouco que foi conquistado. A questão vai sempre ser confrontada no campo político. Dar certo ou não, esse sistema depende das políticas direcionadas a gestão ambiental.

Sobre as relações que se estabelecem entre o saber técnico e o saber tradicional, como pode ajudar na elaboração do plano de manejo nessas unidades de conservação? Como relacionar esse saber técnico que é necessário e também o tradicional?

Quando a gente assumiu esse trabalho na FLONA Tefé, o grupo que assumiu se perguntava como fazer esse mapeamento, como adentrar e receber a confiança da comunidade. Existe muita coisa escrita sobre como proceder com populações ao iniciarmos um processo de acolhimento visando um determinado trabalho em conjunto. Discutimos no grupo e sugeri que chegássemos de maneira simples, com roupas simples, conversando simplesmente, e assim foi. Para além disso, quem nos aproximou da comunidade foram os técnicos do ICMbio que já trabalhavam na FLONA há um tempo. Assumimos o trabalho em diálogo com os técnicos do ICMbio, os ribeirinhos e os pesquisadores a partir da proposição de Enrique Leff²¹ relativa ao diálogo de saberes. Tudo que foi feito desde o roteiro das atividades, o cronograma, ao mapeamento final foi apresentado e discutido com esse grupo. Muitas vezes a gente mudou o processo. Mas o importante é que o diálogo estabelecido permitiu uma interação

²¹ Enrique Leff é pesquisador titular do Instituto de Investigaciones Sociales e professor da Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, México.

muito significativa, em que todas as etapas eram necessariamente validadas pelos ribeirinhos e equalizadas com o saber técnico. A maior dificuldade foi em relação à leitura do mapa final, produzido em ambiente computacional, o que foi resolvido com o uso concomitante do mapa produzido pelas comunidades. Esse processo permitiu uma troca de conhecimentos e, ao final do processo, as lideranças desejaram ter domínio do SIG e do banco de dados produzido. Enfim, o que quis dizer ao trazer o exemplo do trabalho na FLONA é que o saber técnico pode ser perfeitamente produzido em diálogo com os saberes tradicionais, desde que essa prática seja construída de forma horizontal e acordada por todos os participantes. Em síntese, a experiência que vivi no Amazonas foi gratificante e me ensinou que esse diálogo é possível e fundamentalmente necessário.

No contexto hidrológico, a senhora visitou o médio Solimões, observou a carga sedimentar daquele poderoso rio. Hidrelétricas estão sendo construídas na Amazônia, em um dos afluentes mais expressivos, que é o rio Madeira. Na visão da senhora é factível a instalação de uma usina hidrelétrica em um ambiente de alta carga sedimentar?

Temos algumas experiências que já respondem essa questão. Lembra do caso da usina Hidroelétrica de Balbina, no Estado do Amazonas? Com baixa produção elétrica, é um grande exemplo do que não deve ser feito, porque além do desmatamento, da ocupação de espaços habitados e extinção da fauna, ocorreu um assoreamento enorme, e é baixa a produção de energia. Um outro exemplo que eu acho que tem de ser acompanhado é Belo Monte, estive lá acompanhando uma orientanda que trabalhou com o tema. Também lá a destruição e o conflito foram imensos e a geração de energia, pelo menos até o momento em que estive lá, era muito inferior ao planejado. Então, é difícil indo à Amazônia e conhecendo, conheço pouco, porém fica

evidente que existe, digamos, demanda energética. Entretanto, essas grandes obras são impactantes. Visitei Belo Monte, visitei o canteiro de obras, aquilo foi um desmonte pensando na natureza, uma desconstrução de sua dinâmica e rede de vida, em relação aos problemas sociais foram inúmeros de todas as ordens, o conflito com os indígenas locais foi de extrema complexidade. Agora há quem diga que é necessário e que é menos impactante do que outras formas de produção de energia. A mesma coisa, saindo um pouco da Amazônia, mas indo para o tema da transposição do rio São Francisco, visitei o trecho da transposição eixo leste, estive em Cabrobó (início) e na área do Açude de Boqueirão. Açude que alimenta de água Campina Grande. Mais recentemente, após a inauguração estive lá novamente, a água escoou pelo canal. E aqui cabe dizer a presença de água no semiárido é algo impactante, diferentemente da Amazônia. Os objetivos da transposição são abastecer áreas urbanas e desenvolver a agricultura. Resta-nos saber que agricultura. Até o momento que visitei, os pequenos agricultores não tinham acesso à água, embora essa estivesse ao lado! Na Amazônia, o impacto como disse também, é grande. A Amazônia tem potencial extraordinário em termos de recursos. Ocorre que os grandes empreendimentos, como a produção de energia, por exemplo, não são necessariamente destinados à produção local e em grande parte estão vinculados à exploração mineral. Por outro lado, comunidades ribeirinhas não têm acesso à luz. Em algumas comunidades da FLONA Tefé, por exemplo, chegou a luz. Uma alternativa, tomando o exemplo da FLONA, foi a implantação de placas solares, para evitar os grandes percursos de elevado custo econômico e ambiental para implantação da rede elétrica. Nas localidades mais acessíveis a rede elétrica foi implantada. Trouxe esse exemplo, para indicar alternativas que

ocorrem e vêm sendo implantadas para suprir a demanda de luz dos povos da floresta. Já no sertão (semiárido), as tecnologias sociais têm se ampliado significativamente a exemplo das cisternas. Como diz um colega se referindo à transposição, é preciso ter água... para lutar pelo seu acesso... Já na Amazônia a demanda é a energia.

Em virtude de sua larga experiência como representante da Capes na área de geografia, quais os desafios em expansão para a pós-graduação em geografia nos níveis mestrado e doutorado no Brasil?

Vou falar do tempo que eu estive lá, estive em um período em que as políticas eram outras, a proposta era a expansão. Cheguei na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no final do governo Fernando Henrique, com o Professor Maurício de Abreu - Coordenador de área. Todo o período que trabalhei na CAPES foi no governo Lula. Naquela época existia uma política de expansão da pós-graduação brasileira, da geografia em particular, especialmente para o Norte e Nordeste, e interiorização de todo Brasil, porque eram regiões onde a formação acadêmica e a pesquisa deviam ser estimuladas. Nesse período eu juntamente com o colega Ariovaldo²² participamos dessa política. A pós-graduação em geografia se ampliou gradativamente, hoje, são 64 cursos de mestrado e doutorado espalhados pelo país, só um estado, o Acre, não tem curso de mestrado em Geografia. A política está mudando. Vivemos momentos difíceis, e se esse processo não for barrado nas próximas eleições²³ a tendência é um retrocesso, e digamos uma estagnação, uma estagnação que pode ser prejudicial aos novos cursos. Temos muitos cursos novos criados e como a tendência é a diminuição drástica dos recursos à ciência e aos recursos do

²² Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira possui trajetória acadêmica na Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade de São Paulo (USP).

²³ Eleições de 2018.

Ministério da Educação, diminuirão os recursos da CAPES. O atual presidente da CAPES já expressou em carta essa crise em relação ao fomento à pós-graduação onde a pesquisa está sendo inviabilizada. Já vivemos corte de bolsas e possivelmente, no futuro, de programas de estímulo à formação acadêmica e à pesquisa. Há no horizonte uma possibilidade de estagnação à expansão ou mesmo de apoiar cursos mais consolidados. Faz poucos dias estava em Aracaju falando sobre este tema. O pró-reitor de pós-graduação dizia: Das novas propostas de cursos novos apresentadas esse ano, mais de 70% e, em algumas áreas em torno de 90%, não foram aprovadas. Isso é um indicativo de que o processo em curso vai retroceder. Nesse momento para a área da geografia, os dados não estavam disponíveis. Portanto, não tenho essa informação. Enfim, os desafios são muitos o momento é de resistência ao desmonte.

Sobre a corrida pela produtividade, que a própria CAPES nos obriga, não traz um esvaziamento teórico-conceitual na disseminação do conhecimento geográfico?

Eu acho que sim, que isso é um prejuízo, sempre faço a distinção entre produção e produtividade. Quando entrei na universidade, entrei para ensinar, fazer pesquisa e extensão. Observo que quem faz pesquisa, necessariamente, tem de divulgar senão não faz sentido. Essa foi a minha prática desde que entrei na universidade. Ampliei a divulgação a partir da conclusão do doutorado. Quando defendi o doutorado, em 1988, não tínhamos mestrado nem doutorado em geografia na UFRGS. Quando implantamos o curso, eu já tinha dez anos de doutorado, de continuidade na pesquisa e na divulgação. A pesquisa era feita de forma mais lenta. Quando se implanta a avaliação, centrada na produção no sistema de pós-graduação e a valorização do produto da pesquisa, gradativamente, amplia-se a

discussão sobre produtividade. A cada período o processo se torna mais exigente em termos de produção, acelerando em certa medida o produtivismo. A produção intelectual, a pesquisa é cada vez mais necessária, agora, o produtivismo é outra coisa, gera pesquisa apressada, ligeira. Nesse caso, quando a norma é a quantidade e não a qualidade, sou completamente contra. Porque o produtivismo está fazendo proliferar uma quantidade de artigos que são só números, não necessariamente expressam conhecimento inovador ou aprofundado que possa ser lido ou utilizado efetivamente. Então, da minha experiência digo que a CAPES expressa processos de maior expansão e menor expansão da pós-graduação. A CAPES tem sua política para o avanço da pós-graduação brasileira, esta é pensada e produzida pelos pesquisadores das universidades, portanto, nossos pares. A CAPES tem suas diretrizes, mas não podemos esquecer da constituição das comissões de avaliação, pois estas têm autonomia, quer seja relativa, é a comissão que direciona os rumos de cada área. Quando estive lá trabalhando com o Ariovaldo havia um estímulo promovido pelo Diretor de Avaliação (prof. Janine) para avaliação de livros, a sua maior valorização no conjunto das publicações. Ele estimulou a área de ciências humanas a promover essa avaliação. Diferentemente de outras áreas, esta é uma área cuja produção divulgada em livros é significativa. A área das ciências humanas valoriza os livros, então é mito dizer que a Capes impõe à geografia outras formas de produção com mais valor. Trata-se de uma política dominante na CAPES a produção de artigo como o mais significativo, mas não é determinante. Essa tensão sempre existiu na CAPES e algumas áreas das humanas resistem. No período em que o colega

João Lima²⁴ coordenou a área de geografia, a avaliação se deu de outra forma, completamente diferente do momento atual. Foi valorizada toda a produção da área, artigo, livro, coletânea, artigos em anais, de forma não tão desigual. Foi pedido, também que cada programa indicasse quais eram as obras mais significativas produzidas no período. Tratou-se em minha avaliação de uma perspectiva mais qualitativa. Nesta última avaliação tudo mudou. Foi uma avaliação centrada na quantificação, deu-se um valor significativo para artigos, quando a área produz muito livro. Coletâneas foram menos valorizadas. O maior mérito é do escritor individual. E assim chegou-se à não inclusão de artigos em anais na pontuação. Pois bem!!! Produção qualificada hoje é a publicada em revistas A1, A2, B1 e B2. Trata-se de um afunilamento da produção em que um número muito restrito de pesquisadores terá acesso. Os editores estão subordinados aos critérios estipulados a cada quadriênio e, esses critérios, são cada vez mais exigentes. A produtividade esvazia a reflexão teórica e reflexiva, ficamos obrigado a produzir coisas rápidas, é direcionado a encaminhar para essas revistas qualificadas. Essas revistas não comportam a produção da geografia brasileira, ficando limitado o acesso. Por isso, um funil que tem implicações com as editoras, se por um lado há os editores que reclamam dessas exigências, por outro há editores que seguem a cartilha para subir de nota. O contraditório se instala, uma mesma revista ora é A, ora é B... Dependendo do período de avaliação tem sua nota modificada, que comunidade acadêmica pode ter segurança numa avaliação dessas se em um quadriênio uma revista é A1 e em outro A2. Outra questão é a valoração menor de revistas de outras

²⁴ Professor João Lima Sant'Anna Neto da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente.

áreas. Para mim é estranho, se publicamos em revistas de outros campos do conhecimento é um indicativo de que estamos em diálogo com a produção científica. Haveria de ter mérito, no meu entendimento, equivalente ao atribuído à revista em sua área de correspondência, por vezes essas revistas são avaliadas na área da geografia em níveis inferiores de suas áreas de origem.

Com uma carreira marcada por grande experiência em pesquisas na geografia, que desafios futuros a motivam para investigação em geomorfologia ou outra área do conhecimento geográfico?

Meu desejo hoje é poder continuar a pesquisar, não tanto, embora presente, no campo da geomorfologia. Meu desejo é reconhecer o Brasil (profundo) se não todo, algumas das áreas expressivas. O desafio hoje é trabalhar no semiárido do Nordeste e minha vinda para João Pessoa/PB, por um determinado tempo, é um indicativo desse processo. Sobretudo busco trabalhar a partir do campo, do contato direto com as pessoas. Minha experiência no Amazonas me fez construir uma pergunta, mais associada à produção do conhecimento que é: Pesquisar com quem? Tento refletir buscando um diálogo com as populações nesses diferentes lugares.

Agradecimento

A equipe de entrevistadores gostaria de fazer um agradecimento ao discente do curso de Geografia, Kelvin Santos Caovila Silva, pela transcrição da entrevista.

Submetido em: 04 de março de 2019.

Aprovado em: 27 de março de 2019.

REVISTA TERRA LIVRE

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Terra Livre é uma publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), cujo objetivo é divulgar a produção do conhecimento geográfico. Publicam-se textos sob as formas de artigos, notas, resenhas e comunicações, entre outras, dos que se interessam e participam do conhecimento propiciado pela geografia.

1. Os textos deverão ser submetidos através do sistema eletrônico de editoração da Revista Terra Livre no portal de periódicos da AGB, no endereço www.agb.org.br/publicacoes

2. Todos os textos enviados à Terra Livre devem ser inéditos e redigidos preferencialmente na língua portuguesa e, excepcionalmente, em outras línguas.

3. Os textos devem ser apresentados com o máximo de 30 laudas, com margem (direita, esquerda, superior e inferior) de 3 cm, e parágrafos de 2 cm, em Word para Windows, utilizando-se a fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1 e ½, formato A-4 (210x297mm).

4. Os arquivos não poderão ultrapassar 2,0 Mb, incluindo texto, referências bibliográficas, tabelas, figuras etc.

4.1. As ilustrações (figuras, tabelas, desenhos, gráficos, fotografias etc.) devem ser enviadas nos formatos JPG ou TIF, e somente serão aceitas em tons de cinza. Não serão aceitas ilustrações coloridas, a menos que o(s) autor(es) do texto arquem com os custos adicionais decorrentes.

5. O cabeçalho deve conter o título (e subtítulo, se houver) em português, inglês e espanhol ou francês. Na segunda linha, o(s) nome(s) do(s) autor(es), e, na terceira, as informações referentes à seção local a que está(ão) associado(s) ou instituição(ões) a que pertence(m), bem como o(s) correio(s) eletrônico(s) e endereço postal do(s) autor(es).

6. O texto deve ser acompanhado de resumos em português, inglês e espanhol ou francês, com no mínimo 10 e no máximo 15 linhas, em

espaço simples, e uma relação de 5 palavras-chaves que identifiquem o conteúdo do texto.

7. A estrutura do texto deve ser dividida em partes não numeradas e com subtítulos. É essencial conter introdução e conclusão ou considerações finais.

8. As notas de rodapé não deverão ser usadas para referências bibliográficas. Este recurso pode ser utilizado quando extremamente necessário, e cada nota deve ter em torno de 3 linhas.

9. As citações textuais longas (mais de 3 linhas) devem constituir um parágrafo independente. As menções a ideias e/ou informações, no decorrer do texto, devem subordinar-se ao esquema (Sobrenome do autor, data) ou (Sobrenome do autor, data, página). Ex.: (Oliveira, 1991) ou (Oliveira, 1991, p.25). Caso o nome do autor esteja citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses. Ex.: “A esse respeito, Milton Santos demonstrou os limites... (1989)”. Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano devem ser identificados por uma letra minúscula após a data. Ex.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).

9.1. As citações, bem como vocábulos e conceitos que não estejam em português, deverão ser oferecidas ao leitor em nota de rodapé.

10. A bibliografia deve ser apresentada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome do(s) autor(es), como nos seguintes exemplos.

a) no caso de livro:

SOBRENOME, Nome. Título da obra. Local de publicação: Editora, data.

Ex.:

VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: editora Vozes, 1985.

b) No caso de capítulo de livro:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (org.). Título do livro. Local de publicação: Editora, data, página inicial-página final.

Ex.:

FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) No caso de artigo:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico, local de publicação, volume do periódico, número do fascículo, página inicial-página final, mês(es). Ano.

Ex.:

SEABRA, Manoel F. G. Geografia(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.

d) No caso de dissertações e teses:

SOBRENOME, Nome. Título da dissertação (tese). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração).

Ex.:

SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986. 268p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

11. O descumprimento das exigências anteriores acarretará a não-aceitação do referido texto; tampouco seguirá a tramitação usual para os pareceristas da Revista Terra Livre.

12. Os artigos serão enviados a dois pareceristas, cujos nomes permanecerão em sigilo, omitindo-se também o(s) nome(s) do(s) autor(es). Em caso de divergência nos pareceres, o texto será submetido a um terceiro parecerista.

13. Os originais serão apreciados pela Coordenação de Publicações, que poderá aceitar, recusar ou reapresentar o original ao(s) autor(es) com sugestões de alterações editoriais.

14. Cada trabalho publicado dá direito a dois exemplares a seu(s) autor(es), no caso de artigo, e um exemplar, nos demais casos (notas, resenhas, comunicações). A Associação dos Geógrafos Brasileiros

(AGB) se reserva o direito de facultar os artigos publicados para reprodução em seu sítio ou por meio de cópia xerográfica, com a devida citação da fonte.

15. Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância da Coordenação de Publicações e/ou do Conselho Editorial.

16. Os autores poderão manter contato com a Comissão Editorial por meio do endereço eletrônico da Revista Terra Livre - terralivre@agb.org.br

TERRA LIVRE JOURNAL STANDARDS FOR PUBLICATION

Terra Livre is an Association of Brazilian Geographers' biannual publication that aims to disseminate materials pertaining to the themes present in the training and practice of geographers and your participation in the citizenship construction. Its texts are received in the form of articles, notes, reviews, communications, among others, of all who are interested and participate in the knowledge afforded by Geography, and which are related with the discussions that involves the theories, methodologies and practices developed and used in this process, as well as the conditions and situations under which they are manifesting and prospects.

1. All the texts sent to this journal must be unpublished and written in Portuguese, English, Spanish or French.
2. The texts must be presented with minimum length of 15 and maximum 30 pages, with margins (right, left, top and bottom) of 3 cm, and paragraphs of 2 cm, in Word for Windows, using the Times New Roman, size 12, space 1 and ½, A4 format (210x297mm).
3. The files don't exceed 2.0MB, including text, references, tables, figures etc.
 - 3.1 The illustrations (figures, tables, pictures, graphics, photographs etc.) must be available in JPEG or TIF formats, and not only be accepted in black, or that details are accented in shades of gray, no color pictures will be accepted.
4. The header should contain the title (and subtitle, if any) in Portuguese, English and Spanish or French. In the second line, the name (s) of author (s), and the third, the information of the institution (s) you belong to and mailing address of the author (s).
5. The text should be accompanied by summaries in English, Portuguese and Spanish or French, with a minimum 10 and maximum of 15 lines, single-spaced, and a list of 5 keywords identifying the content of the text.

6. The structure of the text should be divided into unnumbered and with subtitles. It is essential to include an introduction and conclusion or closing remarks.

7. Footnotes should not be used for references. This feature can be used when absolutely necessary and every note should be about 3 lines.

8. Textual quotes long (more than 3 lines) should be a separate paragraph. The words to ideas and / or information during the text should be referred to the scheme (author's surname, date) or (author's surname, date, page). Example: (Oliveira, 1991) or (Oliveira, 1991, p.25). If the author's name is mentioned in the text, indicate only the date in parentheses. E.g.: In this regard, Milton Santos revealed the limits ... (1989). Different works by the same author published in the same year should be identified by a letter after the date. E.g.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).

8.1. The quotes and words, concepts that are not in Portuguese, must be offered to the reader in a footnote.

9. References must be submitted at the end of the work, in alphabetical order by surname of the author (s) (s), as the following examples.

a) For a book:

LAST NAME, Name. Title. Place of publication: Publisher, date.

Example:

Valverde, Orlando. Agrarian Studies Geography Brazilian. Petrópolis:Vozes, 1985.

b) In the case of book chapter:

LAST NAME, Name. Title of chapter. In: SURNAME, Name (ed.). Title of book. Place of publication: Publisher, date, page-last page.

E.g.:

Frank, Monica Weber. Geographical analysis for implementation of the Municipal Park of Niterói, Canoas - RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luis Verdun, Roberto (eds.). Environment and place in the city: the Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) In the case of article:

LAST NAME, Name. Title of article. Journal title, place of publication, journal volume, issue number, page-last page, month (s) Year.

E.g.:

SEABRA, Manoel F. G. Location (s)? Guidance, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.

d) In the case of dissertations and theses:

LAST NAME, Name. Title of dissertation (thesis). Location: Institution Where it was held, date. Number of pages. (Category, grade and area of concentration).

E.g.:

SILVA, José borzacchiello da. Popular social movements in strength: a geographical approach. São Paulo: Faculty of Philosophy and Humanities at the University of São Paulo, 1986. 268p. (Thesis, Doctor of Science: Human Geography).

10. Failure to comply with the above requirements will result in the rejection of the text; neither follows the usual procedure for ad hoc of the journal Terra Livre.

11. The articles will be sent to referees, whose names remain in secrecy and is also the name (s) of author (s).

12. The originals will be considered by the Coordination Office, which may accept, reject or return the original to the author(s) with suggestions for editorial changes. The versions that contain the comments of the reviewers, and also parts of evaluations of the reviewers that the Editorial Board considers important to direct the authors, are compared with the versions that the authors should return to the Commission, if there is compliance with the requests signaled by the referee that carry the disfigurement and demerits of the journal, the texts will be refused by the Editorial Board.

13. The Association of Brazilian Geographers (AGB) reserves the right to provide the published articles for playback on your website or by photocopy, with proper citation of the source. Each published

work is entitled to two copies of your author (s), if the article, and a copy in all other cases (notes, reviews, communications ...).

14. The concepts expressed in papers are the sole responsibility of the author (s) (s), not implying necessarily the agreement of the Coordination Office and / or the Editorial Board.

15. E-mail addresses, for which the texts are to be targeted will be announced in each call specifies for each issue.

16. Authors may contact the Editorial Board via e-mail address of the Editorial Board of Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br as well as through the postal address of the AGB / National: National Executive / Coordination Office – Terra Livre- Av. Lineu Prestes, 332 - Historical Geography and History - Cidade Universitária - CEP 05508-900 - São Paulo (SP) - Brazil.

TERRA LIVRE

NORMAS PARA PUBLICACIÓN

Terra Livre es una publicación semestral de la Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) que tiene como objetivo divulgar materias concernientes a los temas presentes en la formación y la práctica dos geógrafos y su participación en la construcción de la ciudadanía. En ella se recogen textos bajo la forma de artículos, notas, reseñas, comunicaciones, entre otras, de todos los que se interesan y participan del conocimiento propiciado por la Geografía, y que estén relacionados con las discusiones que incluyen las teorías, metodologías y prácticas desarrolladas y utilizadas en este proceso, así como con las condiciones y situaciones bajo las cuales se vienen manifestando y sus perspectivas.

1. Todos los textos enviados a esta revista deben ser inéditos y redactados en portugués, inglés, español o francés.
2. Los textos deben ser presentados con extensión mínima de 15 y máxima de 30 páginas, con margen (derecho, izquierdo, superior e inferior) de 3 cm, y párrafos de 2,0 centímetros, en Word para Windows, utilizando la fuente Times New Roman, tamaño de fuente 12, espacio 1,5 formato A-4 (210x297mm).
3. Los archivos no podrán sobrepasar 2,0 Mb, incluyendo texto, referencias bibliográficas, tablas, figuras, etc.).
 - 3.1. Las ilustraciones (figuras, tablas, dibujos, gráficos, fotografías, etc.) deben estar dispuestos en los formatos JPG o TIF, y no solamente se aceptarán en color negro, o que los detalles se acentúen en tonos grises; no se aceptarán figuras en colores.
4. El encabezado debe contener el título (y subtítulo, si hubiera) en portugués, inglés y español o francés. En la segunda línea, el(los) nombre(s) del(s) autor(es), y, en la tercera, las informaciones referentes a la(s) institución(ones) a la que pertenece(n), así como el(los) correo(s) electrónico(s) y dirección postal del(los) autor(es).
5. El texto debe estar acompañado de resúmenes en portugués, inglés, español o francés, con un mínimo 10 y como máximo 15 líneas,

en espacio simple, y una relación de 5 palabras clave que identifiquen el contenido del texto.

6. La estructura del texto se debe dividir en partes no numeradas y con subtítulos. Es esencial contener introducción y conclusión o consideraciones finales.

7. Las notas al pie de página no deberán ser usadas para referencias bibliográficas. Este recurso puede ser utilizado cuando sea extremadamente necesario y cada nota debe tener alrededor de 3 líneas.

8. Las citas textuales largas (más de 3 líneas) deben constituir un párrafo independiente. Las menciones a ideas y/o informaciones en el transcurso del texto deben subordinarse al esquema (Apellido del autor, fecha) o (Apellido del autor, fecha, página). Ej.: (Oliveira, 1991) u (Oliveira, 1991, p.25). En el caso de que el nombre del autor esté citado en el texto, se indica sólo a la fecha entre paréntesis. Ej.: “A este respecto, Milton Santos demostró los límites... (1989)”. Diferentes títulos del mismo autor publicados en el mismo año se deben identificar por una letra minúscula después de la fecha. Ej.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).

8.1. Las citas, así como vocablos, conceptos que no estén en portugués, deberán ser ofrecidas al lector en nota al pie de página.

9. La bibliografía debe ser presentada al final del trabajo, en orden alfabético de apellido del(los) autor(es), como en los siguientes ejemplos.

a) En el caso de libro:

APELLIDO, Nombre. Título de la obra. Lugar de publicación: Editorial, fecha.

Ej.:

VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

b) En el caso de capítulo de libro:

APELLIDO, Nombre. Título del capítulo. In: APELLIDO, Nombre (org). Título del libro. Lugar de publicación: Editora, fecha, página inicial - página final.

Ej.:

FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora de la Universidad, 2000, p.67-93.

c) En el caso de artículo:

APELLIDO, Nombre. Título del artículo. Título del periódico, lugar de publicación, volumen del periódico, número del fascículo, página inicial – página final, mes(es). Año.

Ej.:

SEABRA, Manoel F. G. Geografia(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, oct. 1984.

d) En el caso de disertaciones y tesis: APELLIDO, Nombre. Título de la disertación (tesis). Lugar: Institución en que fue defendida, fecha. Número de páginas. (Categoría, grado y área de concentración).

Ej.:

SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo, 1986. 268p. (Tesis, doctorado en Ciencias: Geografía Humana).

10. El no cumplimiento de las exigencias anteriores, acarreará la no aceptación del referido texto; tampoco seguirá la tramitación usual para los funcionarios de pareceres ad hoc de la Revista Terra Livre.

11. Los artículos se enviarán a los funcionarios de pareceres, cuyos nombres permanecerán en sigilo, omitiéndose también el(los) nombre(s) del(los) autor(es).

12. Los originales serán apreciados por la Coordinación de Publicaciones, que podrá aceptar, rechazar o representar el original al(los) autor(es) con sugerencias de alteraciones editoriales. Las versiones que contendrán las observaciones de los funcionarios de pareceres, así como partes de las evaluaciones de los funcionarios de pareceres que la Comisión Editorial juzgue importante dirigir a los

autores, serán comparadas con las versiones que deberán retornar de los autores a la Comisión; caso en el caso que no haya el cumplimiento de las solicitudes señalizaciones por los funcionarios de pareceres y que implican en la desfiguración y demérito de la Revista, los textos serán rechazados por la Comisión Editorial.

13. La Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) se reserva el derecho de facultar los artículos publicados para reproducción en su sitio o por medio de copia xerográfica, con la debida citación de la fuente. Cada trabajo publicado da derecho a dos ejemplares a su(s) autor(es), en el caso de artículo, y un ejemplar en los demás casos (notas, reseñas, comunicaciones, ...).

14. Los conceptos emitidos en los trabajos son de responsabilidad exclusiva del(los) autor(es), no implicando, necesariamente, en la concordancia de la Coordinación de Publicaciones y/o del Consejo Editorial.

15. Direcciones electrónicas, para las cuales los textos deberán ser dirigidos serán divulgados en cada llamada específica para cada número de la revista.

16. Los autores podrán mantener contacto con la Comisión Editorial a través de la dirección electrónica de la Comisión Editorial de la Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br, así como por medio de la dirección vía postal de la AGB/Nacional: Dirección Ejecutiva Nacional / Coordinación de Publicaciones – Terra Livre - Av. Prof. Lineu Prestes, 332 – Edificio Geografía e Historia – Ciudad Universitaria – CEP 05508-900 – São Paulo (SP) – Brasil